



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA



CEGeT
Centro de Estudos de
Geografia do Trabalho
Laboratório

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde - CETAS

**CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA DA TOTALIDADE DO
TRABALHO FRENTE AO AGROHIDRONEGÓCIO FRUTICULTOR NAS
ÁREAS DE EXPANSÃO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS NO SEMIÁRIDO
NORDESTINO**

Diego Pessoa Irineu de França

**Presidente Prudente
2018**

DIEGO PESSOA IRINEU DE FRANÇA

**CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA DA TOTALIDADE DO
TRABALHO FRENTE AO AGROHIDRONEGÓCIO FRUTICULTOR NAS
ÁREAS DE EXPANSÃO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS NO SEMIÁRIDO
NORDESTINO**

Tese de doutorado
apresentada ao PPGG da
FCT/UNESP como requisito
para obtenção do título de
doutor em Geografia, sob
Orientação do Prof. Dr.
(Titular) Antonio Thomaz
Junior.

**Presidente Prudente
2018**

F814c

França, Diego Pessoa Irineu de.

Conflitos territoriais e resistência da totalidade do trabalho frente ao Agrohidronegócio Fruticultor nas áreas de expansão dos Perímetros Irrigados no Semiárido nordestino / Diego Pessoa Irineu de França. -- Presidente Prudente, 2018.

331 p. : il., tabs., fotos, mapas + 1 CD-ROM

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, Presidente Prudente

Orientador: Antonio Thomaz Junior

1. Resistências do Trabalho. 2. Agrohidronegócio e Fruticultura. 3. Perímetros Irrigados. I. Título.

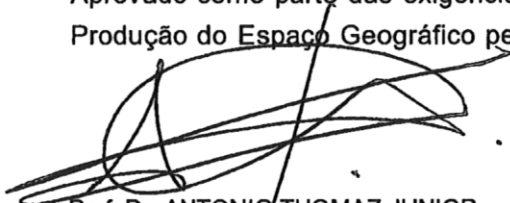
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Conflitos territoriais e resistência da totalidade do trabalho frente ao agrohidronegócio fruticultor nas áreas de expansão dos perímetros irrigados no semiárido


AUTOR: DIEGO PESSOA IRINEU DE FRANÇA

ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



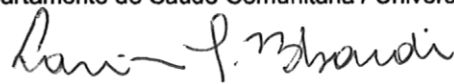
Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



Profa. Dra. ANA TERRA REIS
Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes



Profa. Dra. RAQUEL MARIA RIGOTTO
Departamento de Saúde Comunitária / Universidade Federal do Ceará



Profa. Dra. LARISSA MIES BOMBARDI
FFLCH / USP/São Paulo (SP)



Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
FCT/UNESP / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 18 de dezembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a essa energia universal, silêncio para o qual nos voltamos, e que, de alguma maneira, nos proporciona o dom da existência para que possamos seguir engajados nos processos de resistências reservados a nós pela história.

Temos de expressar um agradecimento especial aos trabalhadores e trabalhadoras com os quais mantivemos contato cotidiano ao longo desses anos de pesquisa, muito(a)s dele(a)s por terem a gentileza de abrir suas casas e suas vidas para hospedar uma pessoa que a princípio não conheciam bem. Fica aqui registrado a gratidão a Maria Dolorosa, Ricardo, Diana, Seu Neném (*in memoriam*), Welton, Vânia, Raimundinho, Lucídio, entre outrxs.

Agradeço ao conjunto de pesquisadores e amigos que formam o grupo de estudo GETEC, coordenado pela professora Dra. Emília de Rodat, em nome de quem estendo a gratidão a Nielson, Elton, Noemi, Silvana, Jossandra, Lidiane, Michel, Juliano, Pablo, Luana, Aurea, entre outros, como Claudemir, Zé Carlos, Welson, Lucas. Além desses, estendemos a professores e amigos que formam o PPGG/UFPB, a exemplo da Prof^a Maria Franco, Marco, Ana Madruga, Anieres, Ivan Targino e Pedro Vianna.

Ao conjunto de pesquisadores e amigos que compõem o CEGeT, CETAS e ao PPGG/FCT-Unesp, em Presidente Prudente-SP, com os quais mantive boas relações de aprendizados múltiplos (científicos-culturais-políticos), nesses anos de formação acadêmica ou não formal. São muitos, mas destacamos alguns: Fernando Heck, Diógenes, Sidney, Sônia, Ian, Gabriel, Daniel, Maria, Jane, Jô, Tassio, Marcelo Mendonça, Guilherme, Cacá, Ricardo, Aristóteles, Eduardo, Jean, Rodolfo, Larissa, Mari, Tamae, João Pimenta, João Bacarin, Baltazar, Raul, Bernardo, Patrícia, Ana Terra, Girardi, Lucas e, especialmente, a Dayane (ex-Cemosi).

Não poderíamos esquecer da fraternidade e acolhimento dos diversos companheiros do Ceará, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, que contribuíram imensamente com a realização deste trabalho. Destacamos: Reginaldo, Adailton, Raquel Rigotto, Raquel, Aline, Angerliana, Edilson, Dona Santa, Aguinaldo, Ada, Diego Gadelha, Thiago Valentin, Jesus, Sandra, Alexandre...

Aos colegas de trabalho que tive a oportunidade de partilhar ideias,

entendimentos, desavenças, alegrias, tristezas, vitórias etc. Destaco meus colegas da Escola Maria de Fatima: Cordélia, Maria, Edison, Cássio, Zinho, Petrônio, Jandilene, Cida, Giusélia, Girlane, Neusani, Amável, Claudio, André, Claudineide, Leninha, Edna, Ionete, entre outros. Além disso, destaco alguns educandos que representam o imensurável número de sujeitos com quem convivi, aprendi e ensinei nesse tempo: Daniel, Breno, André, Alice, Rodrigo, Wendel, Kledson, Lívia, Ericles, entre outros.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus familiares que me deram bastante força para que pudesse superar as adversidades pessoais que marcaram essa jornada da vida. Agradeço aos meus avós, Aderbal e Odaíza (*in memorian*); aos meus pais, Luiz e Gisélia; e ao meu grande irmão, amigo e companheiro das trincheiras das batalhas, João Irineu.

Aqui também deixo grafada na minha história a gratidão, admiração e amor pela mulher que apareceu repentinamente em minha vida. É contigo que desejo partilhar todos os momentos que nos forem permitidos vivenciar daqui para frente. Gratidão por existir, *Chiquita*.

Por fim, agradeço enormemente o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – BRASIL (CAPES), por garantir o financiamento da pesquisa, por meio da concessão de bolsas de doutorado, bem como agradeço à Unesp em geral pela manutenção de um nível de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, no âmbito público, permitindo oportunidades formativas a pessoas que, como eu, advém do ensino público.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, que mantem cotidianamente viva, nas comunidades camponesas, nos acampamentos e na cidade, a chama da emancipação humana e da natureza diante dos grilhões da sociabilidade destrutiva do capital.

Dedicamos (*in memorian*) a todos aqueles(as) que tombaram na caminhada de resistência contra a truculência do Estado-Capital, com suas diversas formas de opressão (de classe, territorial, gênero, étnico-racial etc.), como José Maria do Tomé, Mariele Franco, Mestre de capoeira Môa do Katendê, entre outro(a)s incontáveis. Aos nossos mortos nenhum minuto de silêncio, mas toda uma vida de lutas!

Por fim, dedico este trabalho aos meus avós Odaíza Pessoa Dantas e Aderbal Pessoa de Brito (*in memorian*), que onde estiverem certamente encontram-se orgulhosos das posições ético-políticas que persegui ao longo desta caminhada, em vista de contribuir para uma sociedade mais humana e liberta dos preconceitos, do fascismo e de todas as desigualdades sociais e ambientais.

“Só é cantador quem traz no peito o cheiro e a cor de sua terra

A marca de sangue dos seus mortos, mas a certeza de luta dos seus vivos” (François Silvestre).

“Se o presente é de luta o futuro nos pertence” (Che Guevara).

EPIGRAFE

“Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho” (Karl Marx – O Capital vol. I.).

“Um vida sem sentido dentro do trabalho é incompatível com uma vida repleta de sentido fora do trabalho” (Ricardo Antunes).

CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA DA TOTALIDADE DO TRABALHO FRENTE AO AGROHIDRONEGÓCIO FRUTICULTOR NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

RESUMO:

A territorialização do agrohidronegócio no semiárido nordestino redefiniu as formas de controle sobre a terra, a água e o trabalho, submetendo-os aos fins da reprodução ampliada do capital. Esse processo aconteceu com mais intensidade nas áreas dos Perímetros Irrigados-PIs, onde a intervenção estatal criou mecanismos logísticos e institucionais para a consolidação do monopólio territorial exercido pelo capital. De um lado, grupos nacionais e transnacionais expandem suas áreas de produção agrícola destinadas à exportação (manga, abacaxi, melão, banana, uva etc.). De outro, os movimentos e sujeitos sociais protagonizam diversificadas lutas contra o modelo hegemônico que dá suporte a esse processo destrutivo da natureza e do ser humano. Neste contexto, o objetivo principal da presente pesquisa consistiu em compreender o significado das ações de resistências da totalidade dos sujeitos que trabalham, seja quando contestam o monopólio sobre a terra-água seja quando se opõem às formas de controle e degradação do trabalho, a partir das greves, das áreas de acampamentos e das comunidades rurais, situados no interior dos PIs Jaguaribe-Apodi-CE, Santa Cruz do Apodi-RN e Pontal-PE. O estudo se fundamenta na abordagem crítica da Geografia do trabalho, que busca apreender as contradições dos processos sociais, o estranhamento e a precarização do trabalho no âmbito dos conflitos territoriais. A partir desses referenciais, desenvolvemos uma análise qualitativa e quantitativa, com base nas informações e dados obtidos através da experiência dos trabalhos de campo, das entrevistas semiestruturadas, da pesquisa bibliográfica e dos levantamentos dos dados secundários, obtidos junto a vários órgãos privados e públicos. A tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, abordamos a categoria do trabalho de uma forma abstrata, situando-a enquanto imprescindível à produção de valor, bem como um elo da emancipação humana. No segundo, descrevemos as transformações nos processos de acumulação do capital, na era da financeirização, com ênfase nos rebatimentos específicos sobre a privatização da natureza e degradação do trabalho na fruticultura. No terceiro, analisamos como o papel estatal tornou-se indispensável à consolidação do modelo do agrohidronegócio fruticultor, sobretudo através da intervenção direta, das formas de desoneração, da flexibilização das normas regulamentadoras e/ou da criação de um discurso de consenso legitimador dos megaprojetos. Por fim, no quarto capítulo, enfatizamos a experiência das resistências dos vários segmentos de trabalhadores, que mantêm um movimento pendular entre o assalariamento precário, as greves, a vida nas comunidades rurais e nos acampamentos de luta. A pesquisa, ao desvendar os processos de degradação do trabalho pelo capital fruticultor, permitiu compreender que as formas de resistências surgidas no interior das contradições estruturais do sistema metabólico do capital apontam a necessidade e a possibilidade histórica da emancipação do conjunto heterogêneo do trabalho.

Palavras Chave: **Resistências; Trabalho; agrohidronegócio.**

TERRITORIAL CONFLICTS AND RESISTANCE OF THE TOTALITY OF WORK AGAINST FRUULTURAL AGRO-HYDRO-BUSINESS IN EXPANSION AREAS OF IRRIGATED PERIMETERS IN THE NORTHEAST SEMIARID

ABSTRACT:

The territorialization of agro-hydro-business in the northeastern semi-arid region redefined the forms of control over land, water, and labor, subjecting them to the purposes of expanded reproduction of capital. This process happened more intensively in the areas of Irrigated Perimeters-IPs, where state intervention created logistical and institutional mechanisms for the consolidation of the territorial monopoly exercised by capital. On the one hand, national and transnational groups expand their areas of agricultural production destined for export (mango, pineapple, melon, banana, grape, etc.). On the other hand, social movements and subjects carry out diverse struggles against the hegemonic model that supports to this destructive process of nature and of the human being. In this context, the main objective of the present research was to understand the significance of the actions of resistance of the totality of the subjects that work, either when they contest the monopoly on land-water or when they oppose the forms of control and degradation of work, with strikes, campsites areas and rural communities, located within the Jaguaribe-Apodi-CE, Santa Cruz do Apodi-RN and Pontal-PE PIs. The study is based on the critical approach of Geography of work, which seeks to understand the contradictions of social processes, the estrangement and the precariousness of work in the context of territorial conflicts. From these references, we developed a qualitative and quantitative analysis, based on the information and data obtained through fieldwork experience, semi-structured interviews, bibliographic research and secondary data surveys, obtained from several public and private agencies. The thesis is structured in four main chapters. In the first, we approach the category of work in an abstract way, situating it as essential for the production of value, as well as a link of human emancipation. In the second, we describe the transformations in capital accumulation processes in the era of financialization, with emphasis on specific refutations on the privatization of nature and the degradation of work in fruit growing. In the third part, we analyze how the state role became indispensable to the consolidation of the model of agro-hydro-business fruit growers, especially through direct intervention, the forms of exemption, the easing of regulatory norms and / or the creation of a legitimizing consensus discourse for megaprojects. Finally, in the fourth chapter, we emphasize the experience of the resistance of the various segments of workers, who maintain a pendular movement between precarious employment, strikes, life in rural communities and in the fighting camps. The research, when uncovering the processes of degradation of labor by the fruiting capital, allowed us to understand that the forms of resistances arising within the structural contradictions of the metabolic system of capital point to the necessity and the historical possibility of the emancipation of the heterogeneous set of labor.

Keywords: **Resistances; work; agro-hydro-business.**

CONFLICTOS TERRITORIALES Y RESISTENCIA DE LA TOTALIDAD DEL TRABAJO FRENTE AL AGROHIDRONEGÓCIO FRUTICULTORAL EN LAS ÁREAS DE EXPANSIÓN DE LOS PERÍMETROS IRRIGADOS EN EL SEMIÁRIDO NORDESTINO

RESUMEN:

La territorialización del agrohidronegocio en el semiárido nordestino redefinió las formas de control sobre la tierra, el agua y el trabajo, sometiendo a los fines de las producciones ampliadas del capital. Ese proceso ocurrió con más intensidad en las áreas de los Perímetros Irrigados-Pis, donde la intervención estatal hizo mecanismos logísticos e institucionales para la consolidación del monopolio territorial practicado por el capital. Otra parte, equipos nacionales y transnacionales expandían sus áreas de la producción agrícola destinadas a la exportación (mango, piña, melón, uva, etc.). De otra parte están los movimientos y sujetos sociales que protagonizan diversificadas luchas contra el modelo hegemónico, el cual da soporte al proceso destructivo de la naturaleza y del ser humano. Con base en el contexto, el objetivo principal de la búsqueda académica fue comprender el significado de las acciones de resistencia de la totalidad de los sujetos que trabajan, o sea, cuando contestan el monopolio sobre la tierra-agua sea cuando se oponen a las formas del control y degradación del trabajo, partiendo de las huelgas, de las áreas de los acampamentos y de los pueblos rurales, situadas en campo de los Pis Jaguaribe-Apodi-CE, Santa Cruz del Apodi-RN y Pontal-PE. El estudio se fundamenta en el abordaje crítico de la Geografía del trabajo, que busca aprender a las condiciones de los procesos sociales, el extrañamiento y la precarización del trabajo en ámbito de los conflictos territoriales. Con base en estas referencias desarrollaremos un análisis cualitativo y cuantitativo, con base en las informaciones y datos obtenidos a través de la experiencia de los trabajadores del campo, de las revistas semiestructuradas, de la búsqueda bibliográfica y de los levantamientos de los datos secundarios, obtenidos en conjunto con los varios órganos privados y públicos. La tesis está estructurada en cuatro capítulos principales. El primer capítulo, aborda a la categoría del trabajo de una forma abstracta, situándola de forma imprescindible a la producción del valor, bien como una unión de la emancipación humana. El segundo capítulo, explicaremos sobre las transformaciones de los procesos de acumulación del capital, en la era de las Financiarización, con énfasis en los rebatimientos específicos sobre privatizaciones de la naturaleza y degradación del trabajo en la fruticultura. Tercer capítulo, analizaremos cómo el papel estatal se tornó indispensable en la consolidación del modelo del agrohidronegocio fruticultor, sobre todo a través de la intervención directa, las reformas de exoneración, de la flexibilidad de las normas reglamentadoras y/o de la creación de un discurso de consenso legitimador de los súper proyectos. Contado, en el cuarto capítulo, enfatizaremos la experiencia de las resistencias de los varios segmentos de los trabajadores, que mantienen un movimiento pendular entre el sueldo precario, las huelgas, la vida en las comunidades rurales y en los acampamentos de lucha. La búsqueda, al desvendar los procesos de la degradación del trabajo por el capital fruticultor, permitió comprender que las formas de resistencias surgidas en el campo de las condiciones estructurales del sistema metabólico del capital apuntan la necesidad y la posibilidad histórica de la emancipación del conjunto heterogéneo del trabajo.

Palabras clave: **Resistencia; Trabajo; agrohidronegocio.**

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CEGET – Centro de Estudo Geografia Trabalho

CETAS – Centro de Estudo e Pesquisa do Trabalho, Ambiente e Saúde

CODEVASF – Companhia do Vale do São Francisco e Parnaíba

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFC – International Finance Corporation

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MI – Ministério da Integração Nacional

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PI – Perímetro Irrigado

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PT – Partido do Trabalhadores

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Ocorrência de unidades aquíferas e poços cadastrados pela ANA-2010 125
- Figura 2. Mosaico de imagens: diferentes funções dos trabalhador(a)s nas empresas de fruticultura no campo e no Packing house 134
- Figura 3. Plantação de Uva. Destaque para a presença de vasilhames de agrotóxicos descartados no meio dos parreirais 156
- Figura 4. Mulheres no trabalho da uva. Destaque para sua posição de trabalho, responsável por LERs 156
- Figura 5. Trabalhador captando água do canal principal no acampamento Dom Tomás Balduino, PI-Pontal 157
- Figura 6. Tecnologia de redução de fluxo da água do canal, no PI Pontal 158
- Figura 7. Forma de pulverização nas plantações de uva, PI Maria Tereza 159
- Figura 8. Estação elevatória do PI Pontal em Petrolina-PE 159
- Figura 9. Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi-CE. Destaque para comunidades em torno das plantações, como o acampamento Zé Maria do Tomé 164
- Figura 10. Sede do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi-CE 165
- Figura 11. Personagens representando trabalhadores do agronegócio, que perderam suas vidas na atividade laboral ou pelo ar e/ou da água. Grupo de teatro de Russas-CE 232
- Figura 12. Personagem do mártir Zé Maria do Tomé, sendo interpretado para moradores da comunidade do Tomé-CE e estudantes da FAFIDAM(UECE) 233
- Figura 13. Ocupação do acampamento Democracia do MST no PI Pontal, segunda ocupação realizada neste PI Pontal 238
- Figura 14. Acampamento “Democracia”, atualmente estão ocupando cerca de 200 famílias 239
- Figura 15. À direita, ato realizado por trabalhadora(a)s rurais ligado(a)s no Acampamento Zé Maria do Tomé 251
- Figura 16. À esquerda. Monumento em memória à liderança Zé Maria do Tomé. À direita. Realização da 6ª Romaria da Chapada. Memória viva das lideranças que deram a vida pela saúde ambiental, pela terra, pela água, pelo território 252
- Figura 17. Exibição comunitária do documentário-denúncia Sweet Venon (doce

veneno), na praça. À Direita. Intercâmbio entre camponeses da Chapada do Apodi-CE/RN	252
Figura 18. Produção de mamão consorciado com outras culturas alimentares	258
Figura 19. Quintais produtivos expressando a (re)existência de um outro modo de vida	258
Figura 20. Mosaico: Reprodução da vida, produção e comercialização de policulturas	259
Figura 21. Acampamento Dom Tomás Balduino, situado no interior do PI Pontal em Petrolina-PE.....	266
Figura 22. Mosaico de imagens: formas de produção e de uso da terra no acampamento Dom Tomás Balduino	277
Figura 23. Armazenamento de forragem para os períodos de maior escassez. Horta agroecológica. Plantio de arroz vermelho, comunidade Baixa fechada. Caprinocultura na Comunidade Carpina, Apodi-RN.....	285
Figura 24. Mosaico: modo de vida agroecológico, bancos de sementes, produção e poesia, nas comunidades de Apodi-RN	286
Figura 25. Localização do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi-RN	288
Figura 26. À esquerda, Estação elevatória para levar água do rio Apodi para a Chapada. À direita, Barramento do Rio Apodi.....	289
Figura 27. À esquerda, canais de irrigação abandonados. À direita, dados da obra de irrigação do PI Santa Cruz do Apodi	289
Figura 28. Manifestação dos movimentos do campo em Apodi-RN contra o “projeto da morte”	292
Figura 29. À esquerda, intercâmbio entre camponeses da Chapada do Apodi potiguar e cearense. À direita, discussões realizadas durante a Semana Zé Maria do Tomé	293
Figura 30. Visitas à Comunidade Lagoinha. Alerta dos camponeses cearenses aos potiguares sobre os impactos causados pelos “projetos de morte”	293

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perímetros Irrigados do Polo do São Francisco, do Rio Grande do Norte e do Ceará.....	108
Tabela 2. Principais empresas que atuam no Vale do São Francisco.....	110
Tabela 3. Representatividade do Vale do São Francisco nas exportações de Uva e Manga	112
Tabela 4. Exportação de Uvas Brasileiras - Por País de Destino – 2016	112
Tabela 5. Exportações de Mangas Brasileiras - Por País de Destino – 2016	113
Tabela 6. Relação dos vinte principais usuários na área da Chapada do Apodi - CE/RN 2010	126
Tabela 7. Notificações de intoxicação por agrotóxicos em tentativas de suicídio, segundo evolução, por unidade da Federação da Região Nordeste –Brasil, 2007 a 2013	149
Tabela 8. Transformações dos marcos regulatórios que tratam da Irrigação no Brasil e no Nordeste.....	201
Tabela 9. Variação da estrutura fundiária de Apodi-RN (1995-2006).....	283
Tabela 10. Outorgadas do IGARN para empresas de fruticultura em Apodi-RN	296

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de famílias envolvidas em conflito por água no Nordeste - 2002 a 2017	119
Gráfico 2. Número de conflitos pela água no Nordeste - 2002 a 2017	120
Gráfico 3. Conflitos por água no Nordeste por estado da federação - 2002 a 2017.....	120
Gráfico 4. Nº de Famílias envolvidas em conflitos por água no Nordeste - 2002 a 2017	121
Gráfico 5. Nº de conflitos pela terra no Nordeste - 2008 a 2017.....	121
Gráfico 6. Gráfico 6. Nº de famílias envolvidas em conflitos por terra no Nordeste - 2008-2017.....	122
Gráfico 7. Percentual do uso da água subterrânea na região da Chapada do Apodi	127
Gráfico 8. Estimativa de incidência de intoxicações por agrotóxico (por 100 hab.), por unidades da federação -Brasil - 2013	149
Gráfico 9. Notificações de óbitos por intoxicação por agrotóxicos em tentativa de suicídio - 2007-2013.....	149
Gráfico 10. Destinação dos recursos do plano safra para a agricultura (bilhões de reais R\$)	177
Gráfico 11. Quantidade Produzida das principais culturas alimentares em APODI-RN	284
Gráfico 12. Área colhida das principais culturas alimentares em APODI-RN	284

LISTA DE MAPAS TEMÁTICOS

Mapa temático 1. Conjunto de mapas da região Nordeste	151
Mapa temático 2. Conjunto de Mapas do Ceará.....	152
Mapa temático 3. Conjunto de mapas do Rio Grande do Norte.....	153
Mapa temático 4. Conjunto de mapas de Pernambuco.....	153
Mapa temático 5. Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi-CE	163
Mapa temático 6. Principais Polos de irrigação no Semiárido brasileiro e complexo da integração de bacias do Rio São Francisco	190
Mapa temático 7. Territorialização do agrohidronegócio em Apodi-RN	299

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	20
INTRODUÇÃO	25
1. CAPÍTULO I - GEOGRAFIA E TRABALHO: A GEOGRAFICIDADE DAS LUTAS SOCIAIS A PARTIR DOS CONFLITOS TERRITORIAIS.....	50
1.1. O trabalho enquanto (auto)criação e possibilidade de emancipação.....	51
1.2. Para além de uma concepção cristalizada do território: os conflitos territoriais e a geograficidade da luta de classes	60
1.3. A necessidade e a possibilidade de transformações históricas radicais.....	65
1.4. Relação entre a universalidade-singularidade-particularidade dos conflitos: aproximação às resistências do trabalho	69
1.5. A geografia do trabalho e redefinição das resistências.....	76
1.6. A necessidade de unidade na diversidade das resistências do trabalho no agrohidronegócio fruticultor	80
2. CAPÍTULO II – REESTRURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL, INTESIFICAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO FRUTICULTOR	82
2.1. Reestruturação produtiva do capital, precarização do trabalho e da apropriação da natureza	84
2.2. As particularidades dos processos de apropriação territorial, da natureza e do trabalho na fruticultura no semiárido nordestino	105
2.3. A recriação de velhas/novas formas de acumulação e controle do trabalho na fruticultura?	131
2.4. Ampliação da ilegalidade sistêmica e do desrespeito aos direitos territoriais pela ofensiva destrutiva do agrohidronegócio fruticultor	144
3. CAPÍTULO III - ESTADO CAPITALISTA, FORMA POLÍTICA E SUAS INTERVENÇÕES PARA EXPANSÃO DA FRUTICULTURA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	170
3.1. Estado capitalista e intervenção no campo brasileiro.....	173
3.2. Transformações no nordeste semiárido decorrente do intervencionismo estatal: para além da seca, as cercas sobre a terra e a água	187

3.3.	Da constituição da SUDENE ao desenvolvimento às avessas dos Perímetros Irrigados	192
3.4.	A Política de irrigação no semiárido, reordenamento e conflitos territoriais	201
3.5.	Os Perímetros irrigados e a redefinição dos mecanismos de apropriação territorial na fruticultura.....	206
3.6.	As PPPs enquanto forma de flexibilização de apropriação da terra/água no semiárido	210
4.	CAPÍTULO IV - CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA DO TRABALHO AO AGROHIDRONEGÓCIO FRUTICULTOR NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS	219
4.1.	A multiplicidade das lutas: o papel das greves enquanto resistência à precarização da vida na Chapada do Apodi-Ceará.....	225
4.2.	De sem-terra à sem água: os conflitos territoriais e as resistências dos sujeitos acampados dos Perímetros Irrigados.....	235
4.3.	A experiência de luta no Acampamento Zé Maria do Tomé	244
4.4.	As resistências dos sujeitos no acampamento Dom Tomas Balduino Petrolina-PE..	260
4.5.	A agroecologia enquanto resistência viva ao projeto da “morte” Santa Cruz do Apodi-RN	280
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	302
	REFERÊNCIAS	313

APRESENTAÇÃO

*La vida no es la que uno vivió
sino la que uno recuerda y
cómo la recuerda para contarla*

(Vivir para Contarla – Gabriel Garcia
Marques)

Todo texto possui uma história. Em nosso caso, um conjunto de experiências influenciaram direta ou indiretamente na construção deste. Momentos de dificuldade e alegria riscam as páginas que se seguem ...

A nosso ver, se existe uma (auto)definição possível, trata-se de um texto de resistência na forma, no conteúdo e na finalidade, já que não o construímos de forma alheia à vida e às resistências cotidianas de homens e mulheres concretos no Nordeste semiárido, o que ganha mais importância diante da iminência do autoritarismo de cunho *facista* que ameaça destroçar os já fragilizados direitos dos milhares de trabalhadores (rurais e da cidade) e povos do campo e da floresta.

Esta articulação entre saber científico-resistências permitiu-nos o aprimoramento de várias qualidades humanas ao longo do doutorado: paciência, perseverança, temperança, sabedoria, diálogo, amizade, companheirismo, humildade, entre outras. Tais aprendizados foram imprescindíveis para que compreendêssemos os teóricos não acadêmicos que encontramos ao percorrer os acampamentos, as comunidades rurais, as periferias urbanas, os eventos promovidos pelos movimentos sociais etc.

Um desses espaços indispensáveis que merece destaque imediato consiste na realização da Semana Zé Maria do Tomé, evento que retoma a memória do mártir que teve sua vida ceifada pela brutalidade do agrohidronegócio fruticultor na região da Chapada do Apodi-CE/RN. O símbolo do feito de Zé Maria expressa não somente do jogo de constituição do poder do capital, ancorado na terra-água e no território, mas, com a mesma intensidade, demonstra a reinvenção das resistências que são tecidas, redescobertas e potencializadas a partir das situações extremas impostas pelo capital. Desse modo, a cada ano, no dia 21 de abril, diversos sujeitos sociais se voltam para a região da Chapada do Apodi-CE/RN com o intuito de celebrar a memória de seus mártires à luz dos enfrentamentos e conquistas necessárias no presente, a exemplo da

lei 16.820/19, que proibiu a pulverização aérea no estado Ceará, realizando, assim, um sonho que o próprio Zé Maria e tantos outro(a)s não puderam ver se concretizar em vida.

Por isso, tal processo descontínuo de experiências individuais-coletivas coloca limites e possibilidades interpretativas para quem escreve. Envolvermo-nos com variados tipos de conflitos seja no meio urbano (a exemplo da militância experienciada na Comunidade ribeirinha-urbana, Porto do Capim, em João Pessoa-PB), seja no meio rural, como as comunidades do semiárido brasileiro e as comunidades andinas na Bolívia, as quais nos legaram diferentes perspectivas analíticas. Esse contínuo reinventar dos caminhos metodológicos e das análises, permitido pela convivência com esses sujeitos, impulsionou diversas redefinições na proposta da tese durante os quatro anos, até o momento em que tivemos que colocar um ponto final com características de continuidade ... pois certamente levantamos muito mais dúvidas ao debate que certezas definitivas.

Durante essa trajetória, observamos governos “progressistas” serem derrubados do poder, de forma ilegal e fraudulenta, instituições jurídicas altamente tendenciosas politicamente (arriscando, inclusive, a jurisprudência que as sustentam), lideranças políticas serem presas com ausência factual, entre tantos outros fatos, que demarcam um processo autodestrutivo de crise econômica e perda de direitos sociais com uma rapidez inaudita na história brasileira. Mas, contraditoriamente, é possível perceber, em menores escalas, a reinvenção de lutas encabeçadas pelos sujeitos superexplorados em vista da emancipação humana. A este respeito, pretendemos e esperamos que nossa singela contribuição, ao descortinar e *denunciar* algumas das contradições do capital – a partir de um ramo específico – contribua para *anunciar* formas de sociabilidades alternativas (em construção), em que o trabalho e a relação com a natureza adquiram qualidades substancialmente distintas do capital.

Nossa trajetória na Pós-graduação, na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-FCT UNESP, se iniciou um pouco antes de adentrar oficialmente no Programa de Pós-graduação em Geografia. Ainda quando era aluno do mestrado junto a Universidade Federal da Paraíba-UFPB, sob orientação da Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira, pude participar de um projeto de intercâmbio (PROCAD/CNPq), o qual garantia recursos para mobilidade entre professores e estudantes, de programas consolidados, como da FCT/Unesp-Presidente Prudente-SP e da USP-São Paulo, e

programas em consolidação como o que eu fazia parte. Como primeiro aluno a participar desta troca de experiência, fui contemplado para realizar uma missão de estudos, durante um mês na FCT-Unesp, onde cursei na condição de aluno especial, a disciplina Relação Campo-Cidade, Agroindústria e Movimentos Sociais, ministrada pelo professor Dr. Antonio Thomaz Junior, na qual tive maior proximidade com um vasto referencial sobre o tema do Trabalho, especialmente no âmbito geográfico e nas ciências sociais.

Essa experiência permitiu não somente aprofundar temas que já discutíamos, junto ao GETEC, coordenado pela Prof.^a Emília, mas também conhecer outros contextos das lutas sociais, como as que se desencadeavam na histórica região do Pontal do Paranapanema, onde em parceria com o Prof. Antonio Thomaz Junior realizamos vários trabalhos de campo, nas áreas de assentamentos de Reforma Agrária e acampamentos de luta pela terra. Obviamente que tal experiência suscitou a possibilidade de realizar o doutorado no referido programa, principalmente pela identidade teórico-política que partilhamos com o referido professor.

Sob sua orientação, desenvolvemos o projeto de pesquisa que trata sobre os conflitos territoriais impulsionados pelo capital fruticultor na região semiárida do Nordeste brasileiro. Coincidentemente estava sendo desenvolvido através do CEGeT/CETAS, na FCT-UNESP, um grande projeto temático, abordando esta temática do agrohidronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema, o qual permitiu ampliar o leque de diálogos com diversos pesquisadores participantes do referido projeto.

É a partir deste contexto que passamos a incorporar o conceito *agrohidronegócio* (Thomaz Junior, 2009) por entendermos que os processos de acumulação do capital, que rebatem na fruticultura do semiárido, requerem para seu entendimento uma visão integrada das diversas dimensões do território, isto é, que a apropriação territorial por grandes corporações se dá com vistas a explorar combinadamente terra, água e trabalho.

Assim sendo, nossa experiência na pós-graduação durante este período de quatro anos foi marcada, além de atividades disciplinares obrigatórias, pelas atividades de pesquisa, trabalhos de campo, participação de eventos científicos e, principalmente, da troca de experiências com vários pesquisadores, muitos dos quais são colegas no âmbito do CEGeT.

Uma das disciplinas realizadas, já como aluno regular, foi “Geografia do Trabalho”, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior. Nesta disciplina, além de discutirmos profundamente as questões concernentes ao capital-trabalho, aos movimentos sociais e ao território, realizamos diversos trabalhos de campo na região do pontal do Paranapanema. Nesta região, visitamos áreas de assentamentos rurais, conversamos com acampados de reforma agrária, visualizamos na paisagem a expansão canavieira, utilizando água dos rios e aquíferos, observamos as condições do trabalho manual no corte da cana, as condições de trabalho no interior das usinas de álcool e açúcar, analisamos a mobilidade do trabalho no território, aspectos sobre a saúde do trabalhador, a substituição gradual do trabalho vivo pelo trabalho morto na colheita da cana (máquinas), o trabalho feminino nas empresas e também no corte da cana etc.

Outra disciplina bastante pertinente foi ministrada pelo professor Dr. Eduardo Paulon Girardi, intitulada “Cartografia Geográfica para análise e discurso geográfico”. Nesta, foi possível apreender a importância do discurso cartográfico na construção de uma cartografia crítica, enquanto linguagem indispensável ao fazer geográfico que se volta à transformação social. Foi a partir da referida disciplina, percebemos as abordagens cartográficas, como a semiologia gráfica e a modelização, as quais poderiam potencializar a produção de conhecimento crítico pela Geografia, isto é, perceber que a cartografia não necessariamente estaria somente atrelada à manutenção do *status quo* – basta lembrar a cartografia social.

Da mesma forma, a disciplina Escala e Geografia, ministrada pelo Prof. Dr. Márcio Catelan, contribuiu bastante para o aprofundamento teórico-metodológico da nossa pesquisa. Toda a discussão teórica que realizamos, possibilitou-nos compreender a multiescalaridade e a multidimensionalidade dos processos geográficos, que se materializam de forma desigual territorialmente, a exemplo dos megaempreendimentos que estudamos no semiárido nordestino.

Por fim, vale destacar a participação no estágio docência, junto à disciplina da graduação “História dos Movimentos sociais”, ministrada pelo professor Dr. Ricardo Pires de Paula. A importância deste estágio constituiu-se por seu caráter formativo, especialmente em relação à prática pedagógica desenvolvida na graduação da FCT-Unesp/Presidente Prudente-SP. Neste sentido, participar desta atividade, com observações e intervenções didáticas, contribuiu para apreender diferentes maneiras de conhecimentos didático-dialógicos, construídos nas relações entre docentes e discentes.

Desse modo, o conjunto de processos formativos que pudemos participar ao longo destes anos induziu-nos a reafirmar constantemente que a finalidade de nossas vidas não deve estar relegada a aquisição de bens materiais, nem tampouco a conseguir o *status* proporcionado pelos títulos acadêmicos, mas consiste em vislumbrarmos nas causas coletivas a essência de nossa existência social. Como bem lembrado por Eduardo Galeano, o destino não está nas linhas das mãos, está nos desafios que enfrentamos; só iremos transformar o mundo quando passarmos a enxergar nesses indigentes, desempregados, refugiados, sem terras, sem tetos, enfim, no conjunto do trabalho precarizado, uma promessa de futuro sem opressão.

INTRODUÇÃO

“Negligencia a memória humana, as recordações indeléveis; e depois, sobretudo, há isto que talvez êle jamais tenha sabido: nós não nos tornamos o que somos senão pela negação íntima e radical do que fizeram de nós [...] Mas essas agressões incessantemente renovadas, longe de nos induzir à submissão, atiram-nos numa contradição insuportável pela qual cedo ou tarde o europeu pagará” (SARTRE, 1961, p.11)

Jean Paul Sartre – Prefácio de “Os condenados da terra” de Frans Fanon.

*[...] os movimentos pedem justiça. Acho que cabe muito bem ao caso do Zé Maria do Tomé, do Tomé, de Limoeiro, do Vale e de toda a Chapada, para que não se esqueça para que nunca mais aconteça. Ou seja, quando nós lutamos por água e terra liberta, que a gente sabe que tem gente que morreu assassinado, como foi o caso do Zé Maria do Tomé, em razão disso, a nossa obrigação é ter memória e fazer dessa memória um instrumento de luta. Tem um grande escritor que disse uma coisa que eu nunca esqueci: **a luta contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento.***

Renato Roseno - Limoeiro do Norte - Semana Zé Maria do Tomé – Abril de 2016.

No início do novo milênio, presenciamos um fato de grande importância histórica para as lutas na América Latina, que sintetiza em grande medida um dos grandes dilemas enfrentados pela humanidade no século XXI. Nos anos 2000, a famosa “Guerra da água” boliviana trouxe à tona não apenas as mazelas geradas por uma concepção privatizante da natureza e da humanidade, como também permitiu enxergar, ainda que de forma germinal, alternativas à sociabilidade do capital. Não se tratou apenas de reverter a privatização da água, que havia sido imposta por uma transnacional norte-americana (como mostraram as revoltas que expulsaram a Bechtel), mas de vislumbrar que, para além do modelo privado e “público-estatal” de gestão dos *bens comuns*, havia uma terceira: os sistemas comunitários autogestionados. Este processo,

não obstante os desdobramentos posteriores, sinalizaram uma necessária “reapropriação social dos bens comuns” em favor dos povos e dos trabalhadores, como sugere a liderança andina Oscar Oliveira¹.

Ora, a referida experiência, além de evidenciar conquistas significativas de movimentos sociais, permitiu introduzir um complexo leque teórico-político para as lutas. Ou seja, entender que a água, a terra e a natureza enquanto bens comuns sugerem a possibilidade concreta do desenvolvimento de formas de trabalho e relações sociais não alienadas, atreladas a mecanismos de (auto)gestão dos territórios. Este constante reviver dos “princípios da Comuna de Paris”², dos quais fala Marx, na obra “Guerra Civil na França”, permitiu avançar na compreensão dos problemas vitais à América Latina, na medida em que o capitalismo financeirizado de nossa era torna-se intensamente voraz, expropriando cada vez mais territórios de vida e convertendo-os em meios de apropriação privada, bem como intensificando os processos de precarização da totalidade do trabalho com a finalidade de ampliar sua lucratividade (THOMAZ JUNIOR, 2017).

A fase contemporânea da reestruturação do capital, amparada não somente nas modernas técnicas de produção, mas também na reinvenção das formas de extração de mais-valor, provocou um conjunto de novas questões que nos impõe repensar o processo histórico de luta de classes no século XXI. À medida que a substituição do sistema fabril-fordista-taylorista paulatinamente deu lugar às formas flexíveis de acumulação, presenciamos um novo tipo de capitalismo oligopolizado, predador e flexível, que para se reproduzir impõe um conjunto inédito de espoliação dos direitos sociais, flexibilização das leis ambientais e trabalhistas (THOMAZ JUNIOR, 2015; ANTUNES, 2009; BRAGA, 2017; HARVEY, 2016).

Tal movimento, ao estabelecer-se mundialmente de forma desigual, independe da especificidade assumida em cada lugar, formação social ou setor produtivo, está marcado pela descentralização produtiva, pela automatização dos processos, pela redução dos vínculos trabalhistas (expresso na terceirização total, no trabalho intermitente, informal etc.), na espoliação, e precarização generalizada da totalidade do

¹ Uma das principais lideranças da Guerra da Água boliviana.

² Tais princípios que buscamos extrair do breve episódio da Comuna de Paris, se referem a necessidade que o(a)s trabalhador(a)s tem de tomar para si, associadamente, não só os meios essenciais que garantem sua existência quanto também estabelecer uma forma política não hierárquica na qual prevaleça os interesses dos oprimidos. Ou seja, uma forma política cujo fundamento seja a igualdade substantiva e *auto-organização do trabalho associado* (MÉSZÁROS, 2015) em diferentes escalas e dimensões.

trabalho vivo³ e pela mercantilização da natureza.

Neste contexto, tal tendência geral do capital não significou apenas a mudança dos processos de produção e acumulação, mas simultaneamente uma reconfiguração das formas organizativas da classe trabalhadora, que se erguem em contraposição aos flexíveis modelos de controle estabelecidos contemporaneamente. Isso significa, em outros termos, que mesmo sem abandonar completamente as tradicionais formas de luta, amparadas nos sindicatos e nas greves, os diversificados movimentos sociais ganham significativa importância para os enfrentamentos atuais, por sua maior fluidez organizativa, sobretudo na América Latina, onde a questão dos conflitos territoriais torna-se central para apreendermos dialeticamente o destrutivismo do capital e a resistência do trabalho.

O caráter particular dos movimentos emergidos do seio contraditório da “crise estrutural”, para utilizar uma conceituação de Mészáros (2002), está em suas lutas constantes pelo território, pela reapropriação social dos *bens comuns* da natureza, bem como na luta por dignidade humana, numa época em que os processos de acumulação estabelecem, como regra, a expropriação territorial, a degradação socioambiental e a conversão de meios de vida em meios de acumular capitais.

A especificidade de tais movimentos sociais consiste também na estratégia de se lutar contra o capital a partir de várias frentes, centrando suas reivindicações na afirmação de outras formas de reprodução da vida e de sociabilidades. Tal característica tem sido essencialmente um marco nas lutas do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com as ocupações de terra e na defesa de outro modo de vida, bem como do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em relação à moradia; da Comissão Pastoral da Terra, na sua contribuição significativa na defesa dos territórios indígenas, camponeses e quilombolas brasileiros; do movimento dos piqueteros e desempregados argentinos, com a retomada e a autogestão das fábricas falidas pelos trabalhadores; do movimento indígena boliviano, em sua luta contra a privatização da água e através da defesa dos sistemas “autogestionados”; no “autonomismo” dos zapatistas mexicanos, que tem influenciado várias lutas na América Latina (ZIBECHI,

³ Aqui, a noção de totalidade está sendo empregada para designar que além das diversas escalas em que o capital preside a onda de precarização, este processo atinge os diferentes aspectos da existência e da vida dos sujeitos, seja no âmbito fabril, seja no *locus* da reprodução social (ANTUNES, 2018; LUKÁCS, 2013).

2003; 2011; GUTIERREZ, 2011; ROZENTAL, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2013; OLIVEIRA, 2016; PORTO GONÇALVES, 2003; ESCOBAR, 2017; CRESPO, 2016).

Especificamente, no caso brasileiro, observamos a importância da luta pela terra e pela água em regiões como o semiárido, pois abrem um leque de outras lutas que se articulam aos territórios em conflito, a exemplo das lutas pela saúde ambiental: identificada no combate aos agrotóxicos e na afirmação da agroecologia como alternativa ao modelo químico-dependente, controlado por grandes corporações multinacionais oligopolizadas. O conteúdo sinalizado por essas reivindicações é imprescindível, pois realçam aspectos como: soberania alimentar, garantia de políticas públicas eficientes de promoção da saúde ambiental e humana, melhoria das condições de trabalho e o combate à precarização da vida, em suma, os sujeitos sociais conclamam tudo aquilo que o capital, momento histórico de acumulação destrutiva, pode apenas prometer na retórica, mas é incapaz de efetivar concretamente.

Em tempos de crise societária do capital, presenciamos um verdadeiro esfacelamento das instituições liberais, que se expressa no contexto de “golpes” de Estado na América Latina, como os ocorridos em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016). Neste contexto, o Estado revela sua real “natureza”⁴, tendendo descaradamente a atender (até de forma ilegal e violenta) os processos de acumulação financeirizada (MÉSZÁROS, 2015), provocando uma significativa redução das conquistas e dos direitos sociais para os trabalhadores, povos e movimentos sociais. Isso só evidencia o compromisso intransigente de uma burguesia *dependente* em consolidar um capitalismo ausente de direitos sociais e territoriais, como buscamos descrever em outro momento a respeito do “golpe aos direitos” (FRANÇA, 2016).

Com efeito, as lutas tendem a um confronto direto contra o processo de acumulação, à medida que este impõe cada vez mais uma institucionalidade injusta (RIGOTTO, AGUIAR, RIBEIRO, 2018), que tanto viola grande parte dos direitos já garantidos constitucionalmente quanto busca legitimar, através da coerção e do “consenso”, a precarização generalizada e a degradação da natureza.

Além de reduzirem-se as possibilidades de concessões realizadas pelo capital ao conjunto de trabalhadores, são retraídas as possibilidades de conciliação dos conflitos

⁴ Discutiremos, no terceiro capítulo, a importância de compreender as características estruturais da *forma estatal*, envolvida nos megaprojetos, para apreensão dos processos de apropriação territorial e de expropriação dos sujeitos, impulsionados, exatamente, por uma entidade que deveria protegê-los.

pela via exclusivamente institucional, na medida em que assistimos à imposição de uma legislação flexível em relação às normas de regulação ambiental e do trabalho, combinada com um programa de austeridade que impacta diretamente a grande maioria dos(as) trabalhadore(a)s do campo e da cidade no Brasil, como exemplificam muito bem o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, a reforma trabalhista e, mais recentemente a efetivação da terceirização irrestrita (ANTUNES, 2018). Todas estas medidas têm contribuído para a desvalorização da força de trabalho empregada e o descarte ampliado dos desempregados, o que impacta diretamente na fruticultura.

Diante da iminência de uma situação de crise sistêmica, em que se coloca enquanto horizonte societal “socialismo ou barbárie” (para usar uma expressão de Rosa Luxemburgo), a vinculação das lutas às questões vitais mencionadas por Antunes (2005), como terra, trabalho, água, saúde, moradia, tornam-se imprescindíveis para que os diversos sujeitos sociais não sejam destruídos pelo sociometabolismo do capital e seu destrutivismo imanente⁵. O capital financeirizado, incapaz de controlar sua própria crise transfere o ônus desta para a sociedade e para a natureza.

Quem são os homens e as mulheres responsáveis por esse processo de transformação substantiva no século XXI, sugestivamente elaborada por Thomaz Junior (2012), continua sendo uma pergunta chave para nós. No entanto, buscamos refletir a partir das experiências concretas sobre a seguinte questão: quais formas germinais de transformações vislumbramos nas mais diversas resistências que são travadas cotidianamente contra ao agrohidronegócio fruticultor no semiárido do Nordeste? E qual o significado de tais lutas em relação aos conflitos existentes na América Latina, onde a voracidade do capital assume um caráter *híbrido*, tão bem sintetizado por Oliveira (2003) no arquétipo do *Ornitórrinco*, à medida que o capitalismo brasileiro combina diversas maneiras de exploração contemporânea, sem abandonar a neocolonialidade expressa na exploração territorial?

Recalcitrantes ao processo de dominação mencionado, as estratégias protagonizadas pelos sujeitos sociais, vinculados aos variados processos de lutas territoriais, parecem indicar pontos de convergência e unidade entre os diversificados movimentos sociais latino-americanos, já que lutam contra um inimigo comum: o

⁵ “Eis o que Frans Fanon explica a seus irmãos da África, da Ásia, da América Latina: realizaremos todos em conjunto e por toda a parte o socialismo revolucionário ou seremos derrotados um a um por nossos antigos tiranos.” Jean Paul Sartre – Prefácio de “Os condenados da terra”.

sociometabolismo do capital, o qual expropria massivamente, mercantiliza a natureza, intensifica as desigualdades sociais, territoriais e a precarização do trabalho.

As ações de resistências que discutimos ao longo do presente estudo, embora multifacetadas em relação aos sujeitos sociais envolvidos e as escalas geográficas de atuação, parecem evidenciar a necessidade objetiva no que se refere à superação do sociometabolismo do capital. Ou seja, as ocupações de terras e a luta pela água no semiárido do Nordeste brasileiro, as formas de produção agroecológicas, antagônicas ao agrohidronegócio etc., revelam a contradição da própria sociabilidade capitalista, já que esta torna os bens da natureza meios de acumulação, se contrapondo, por esta razão, aos movimentos sociais, que concebem tais elementos básicos como imprescindíveis à reprodução da vida.

Diante deste antagonismo inconciliável, o território aparece tanto como uma necessidade elementar para realização de trabalho digno quanto representa a possibilidade de transfiguração de um trabalho estranhado em trabalho concreto, isto é, possibilita a realização de uma atividade que produz valores de uso e cujas qualidades estão repletas de sentido para o sujeito produtor (ANTUNES, 2012)⁶.

Em suma, as formas de resistências colocam a totalidade do trabalho vivo em conflito com a lógica do capital financeirizado e extrativista, cuja particularidade materializada na fruticultura empresarial no semiárido, evidencia tal marcha expansionista da lógica mercantil a todos os aspectos da vida humana e da natureza. A “reapropriação social do público” nunca foi tão urgente quanto na atualidade, como sugeriam os lemas das marchas indígenas latino-americanas dos anos 1990, quando a hegemonia neoliberal se tornara avassaladora: “luta pelo território e pela dignidade”. É neste contexto que se insere nosso estudo sobre as resistências ao agrohidronegócio fruticultor, colocando-nos numa posição de crítica *radical* ao capital.

A presente tese consiste na reafirmação da *luta de classes* enquanto princípio de crítica acerca da experiência histórico-geográfica do agrohidronegócio fruticultor no semiárido nordestino. Por tal razão, a abordagem fundada nos conflitos territoriais e na geograficidade das *resistências da totalidade* do trabalho não é aleatória, à medida que consiste no fio condutor – teórico-empírico – do presente estudo. Defendemos a tese de

⁶ As lutas sociais e o socialismo na América Latina no século 21. In: Galvão, Andréia; Amorim, Elaine, Júlia Gomes e Souza, Galastri, Leandro. (Org.) Capitalismo, crises e resistências. 1 ed. São Paulo: outras expressões, 2012.

que os processos de resistências ao agrohidronegócio fruticultor consistem em expressões concretas da contradição estrutural do capital, que em sua forma particular materializada no complexo do agrohidronegócio fruticultor, tende a subsumir e precarizar, até as últimas consequências, as condições de trabalho e de vida no semiárido nordestino. Entretanto, longe de levar a uma passividade dos sujeitos, tal processo destrutivo conduz a embates inconciliáveis, que se expressam nas experiências dos variados conflitos que acompanhamos nos estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Deste modo, pensamos que o conflito territorial consiste na *chave* para pensarmos a geografia da luta de classes no agrohidronegócio fruticultor.

Em última instância, as ações dos sujeitos representam as resistências ao processo de conversão do trabalho vivo e da natureza em mercadoria, buscando viabilizar, mesmo que de forma embrionária, a realização de trabalho concreto enquanto possibilidade de emancipação humana, como experienciamos nos acampamentos de luta pela terra/água. Tratam-se de lutas que reivindicam condições de dignidade, de novas sociabilidades humanizadas, de relações qualitativamente diferenciadas com a natureza. Tais características que fundamentam uma outra sociedade, na qual a riqueza seja igualmente socializada, de certa maneira, já existem de forma germinal e contraditória em meio ao aparente domínio “absoluto” do capital. É preciso enxergar a crise e as contradições do próprio capital, seus conflitos e fragilidades, bem como perceber o conteúdo emancipador das “pequenas” resistências.

Embora em etapas iniciais, observamos que as lutas apontam questões vitais para a reprodução social. Revelam que a necessidade de estabelecer novas relações de trabalho, outras formas de convivência com a natureza, se confrontam tenazmente com a sociabilidade imposta pelo destrutivismo sistêmico capital (MÉSZÁROS, 2011). Se, na era de crise societária que vivenciamos é condição imanente do capital a precarização generalizada e a destruição da natureza, lutar pela (re)apropriação dos *bens comuns* e por outra relação sociedade-natureza, consiste numa luta contra o capital, já que sua reprodução está cada vez mais marcada pela apropriação territorial e pela sua conversão das riquezas naturais em valor de troca.

Em países como o Brasil, em que direitos fundamentais sempre foram encarados como privilégios e onde a concentração fundiária permanece alarmante, em grande medida devido ao *lobby* das corporações, pensamos que a terra e o território ocupam um lugar central nos processos emancipatórios protagonizados pelos trabalhadores, na

medida em que o rentismo parasitário, que usa grandes quantidades de terras agricultáveis e recursos naturais para especulação, tende a colocar no esquecimento qualquer tentativa sensata de reforma agrária e de justiça social no campo (MOREIRA, 2016).

Basta observar o que revelaram os dados preliminares do último Censo Agropecuário do IBGE (2017) para se compreender a persistência da estrutura arcaico-oligárquica no campo: o incremento de 16,2 milhões hectares (uma área do tamanho do Acre) nos estabelecimentos maiores de mil hectares (cujas médias são de 3 mil ha), não só ampliou a participação das grandes produções de 43% (Censo 2006) para 47% (Censo 2017), da área agrícola total brasileira, como potencializou o poderio dos ruralistas a partir de um monopólio territorial que se expressa na maior bancada do congresso nacional, a qual possui convergências perigosas com as bancadas conservadoras da “Bíblia” e da “Bala”. Como bem lembrado por Oliveira (2003, p.131), a permanência deste entrave da terra se explica porque “a reforma agrária poderia liquidar tanto com a fonte fornecedora do ‘exército de reserva’ das cidades quanto o poder patrimonialista”.

A crise estrutural do capital com seus efeitos de longo prazo, por sua vez, ao intensificar os processos de mercantilização e estabelecer um padrão desigual de precariedade para o trabalho, denominado por Mészáros (2007) como *equalização por baixo da taxa diferencial de exploração*, em muito relacionada com os processos de apropriação territorial, estabelece como regra a acumulação primitiva e por espoliação contemporânea, temas que serão discutidos ao longo do presente estudo, especificamente no segundo capítulo.

Neste contexto, exige-se cada vez mais a elaboração de um conhecimento crítico e engajado a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, com vistas a transformação da realidade. O que estudar? Para quem escrevemos? Qual a finalidade de nossas investigações? Tais questões, assumem um caráter indispensável à medida que observamos, em meio à suposta neutralidade hegemônica no meio científico acadêmico, um uso instrumental da ciência para a manutenção do *status quo*, que revela o vínculo intrínseco entre saber e poder.

Desejamos ir na contracorrente. Ao invés de legitimar a realidade tal como se encontra, vislumbramos as contradições imanentes do capital, que estão materializadas no agrohidronegócio fruticultor e que sinalizam mudanças em curso. A partir de um processo rigoroso de investigação, apontando indícios contraditórios da acumulação,

buscamos refletir sobre o conjunto das resistências que indicam a própria necessidade de superação do modelo hegemônico. Concordamos, assim, com a conclusão de Harvey (2016, p. 270), em sua obra *“Dezessete contradições e o fim do capitalismo”*: “há contradições convincentes o bastante no campo do capital para semear a esperança”.

A escolha do tema de estudo consiste numa decisão do pesquisador individual? As resistências do trabalho constituem apenas num tema de pesquisa ou tratam-se de uma necessidade objetiva, cotidiana, envolvendo a práxis de homens e mulheres precarizados pelo processo de dominação territorial e do trabalho? E qual a relevância de compreendemos essa indissociável articulação entre conhecer e transformar, já que nada pode ser intelectualmente um problema de pesquisa, sem antes ser um problema da vida prática, conforme sugeriu Minayo (1994)?

Conceber o conhecimento como constituinte da *práxis* permite-nos ir além dos processos científicos estabelecidos pelo positivismo e o neopositivismo, os quais, de diferentes maneiras, cristalizam a produção do saber hegemônico até então. A célebre frase marxiana voltada à crítica unilateral do pensamento de Feuerbach é ilustrativa neste sentido: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, cabe transformá-lo”⁷. Mais que advogar um ativismo desordenado ou conceber que a investigação poderia mudar as coisas da noite para o dia, Marx (2007) expressa a relação dialética entre prática teoricamente orientada e teoria voltada a um fim prático⁸ (LÖWY, 2012). À medida que a necessidade de transformações sociais e da natureza (pelo trabalho) pressupõe conhecimento profundo, reinventa-se o humanismo radical na compreensão histórica contra os fatalismos do controle absoluto e do “fim da história”, que emergem sobretudo com a derrocada do socialismo real (COUTINHO, 2010).

Na história do Barão de Münchhausen retomada por Löwy (2013),⁹ podemos ter clareza dessa relação entre processo de conhecimento e a presença de subjetividade nas pesquisas sociais e históricas. O personagem, ao se defrontar com o risco de afogar-se num lago, consegue salvar a si e ao seu cavalo simplesmente tendo a grande ideia de puxar-se pelos cabelos e sair voando, evitando assim, a morte anunciada. Conseguir realizar um conhecimento totalmente isento de subjetividade, seria o mesmo feito do nosso herói literário – impensável no pensamento marxiano –, como tentaram as

⁷ MARX, K. Teses a Feuerbach. *In*: MARX, K. ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. (1845-1846).

⁸ Ver Michael Löwy. Teoria da Revolução no Jovem Marx. São Paulo, Boitempo, 2012.

⁹ As aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Muncchalsen. São Paulo: Cortez, 2013.

diferentes vertentes do neopositivismo ao defender a neutralidade.

Advogar uma “imparcialidade” sempre foi comum numa ciência hegemônica, que por diversas razões esteve sempre vinculada ao poder, fazendo, como bem observou Yves Lacoste, “uma Geografia dos Estados maiores”. Há, assim, um uso “instrumental” do saber institucionalizado que se volta frequentemente a subsidiar grandes interesses corporativos e econômicos, muitas vezes em detrimento dos fatos.

A conhecida história de Rachel Carson, nos EUA dos anos 1960, evidencia muito bem tal quadro. Quando suas pesquisas vieram à tona para denunciar os efeitos “silenciosos” e nocivos do DDT aos seres humanos e ao ambiente, foram veementemente depreciadas por uma elite intelectual de químicos (predominantemente masculina), que, logo depois, teve de admitir a veracidade das constatações da autora de “Primavera Silenciosa”¹⁰, cujos méritos resultaram na proibição da produção doméstica do veneno, embora sem extinguir sua exportação aos países subdesenvolvidos¹¹. Isso significou que mesmo proibido nos EUA, o DDT poderia envenenar pessoas nos países periféricos como se suas vidas fossem menos importantes. Esse fato só evidencia o caráter predatório mantido pela hierarquia da divisão internacional do trabalho que nos acompanha até hoje.

A história parece se “repetir”, só que agora de uma forma mais trágica¹², quando constatamos que cada vez mais agrotóxicos nocivos são permitidos no Brasil¹³, significando um problema de saúde socioambiental¹⁴, que intensifica os agravos à saúde e a precariedade das condições de vida dos trabalhadores, sobretudo nas áreas de expansão de um modelo químico-dependente, cujo faturamento ultrapassam os bilhões de dólares, mesmo que às custas da contaminação massiva das águas, do solo, dos alimentos e da sociedade em geral (RIGOTTO, 2011; THOMAZ JUNIOR; LEÃO; PIGNATI, 2016). Basta lembrar que os dados do Censo de 2017 evidenciam um crescimento de 20% dos agrotóxicos (em 11 anos) para percebermos a tentativa “cega”

¹⁰ Rachel Carson. Primavera silenciosa. São Paulo: Gaia, 2010.

¹¹ Prefácio de Primavera Silenciosa.

¹² Alusão ao livro 18 de Brumário quando Marx parafraseando Hegel sobre a repetição dos grandes fatos históricos, acrescenta: a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.

¹³ O exemplo do Paraquate que foi banido, mas ao mesmo tempo **permanece sendo utilizado é emblemático ao entendimento dos limites dos órgãos de vigilância.** Ver: <http://contraagrotoxicos.org/paraquate-e-banido-por-ser-mutagenico-so-que-nao/> Acesso: 20/11/2017. Ou em: http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/anvisa-finaliza-reavaliacao-toxicologica-do-paraquate/219201 Acesso - 20/11/2017.

¹⁴ Ver relatório do Ministério da Saúde, no qual os agrotóxicos aparecem como um problema de saúde pública diante das evidências dos casos de intoxicações, sobretudo onde as principais monoculturas voltadas ao mercado externo se estendem.

em perpetuar um *modus* produtivo destrutivo, devido às condições socioambientais decorrentes, bem como pelos vultosos recursos públicos e naturais consumidos.

Atualmente, existem várias substâncias que não são permitidas em nenhum país da União Europeia, tampouco nos EUA. E não é porque nosso organismo seja mais resistente a venenos que os habitantes dos países centrais (como ironiza Perterson (2015) - ASPTA), mas porque a padronização territorial da produção de *commodities* transgênicas - subsidiada por uma ciência “manipulatória”¹⁵ - consiste num negócio muito lucrativo para grandes oligopólios multinacionais, que expõem aos riscos as populações mais vulneráveis, bem como exercem fortes pressões tanto aos órgãos de vigilância quanto às formas de conhecimento que contestem seus interesses corporativos (PIGNATI, 2012; RIGOTO; AGUIAR, 2015)¹⁶.

Desse modo, além de reconhecer o nexos indissociável entre conhecimento e poder, fazer ciência significa, em nosso entender, ter intencionalidades, seja no processo de escolha do tema, delimitação e análise do objeto, seja nos diferentes mecanismos e procedimentos adotados; ou até mesmo na finalidade para qual escrevemos¹⁷. Com efeito, nos distanciamos de uma visão weberiana que busca separar atividade “científica dos fatos” ou da “concepção de mundo”, desconsiderando que tal predisposição à neutralidade consiste, em si, em juízo de valor que se vincula a interesses de classe (IASI, 2014). Esta parece ser a mesma posição de Mészáros (2008), ao criticar suposta

¹⁵ Ver Lukács, G. Ontologia do Ser Social, Vol. I, em sua Crítica aos perigos da manipulação absoluta advinda com o neopositivismo.

¹⁶ “**Gigantes do agronegócio: o risco das fusões para a agroecologia. O Brasil é um país chave para todas estas empresas; ao contrário dos EUA e Europa, aqui a perspectiva é ainda de expansão**”, é o que observa Alan Tygel ao tratar da fusão das seis grandes empresas que controlam atualmente a indústria química no mundo: em 2015 as americanas Dow e Dupont tornaram-se a maior do mundo com um valor de mercado de US\$ 129 bilhões; em 2016 a suíça Syngenta (maior vendedora de agrotóxicos no Brasil) foi comprada pela estatal chinesa Chechina por US\$ 43 bilhões; no segundo semestre de 2016, a americana Monsanto foi adquirida por 53 Bilhões pela alemã Bayer, que vende o “veneno” e depois o “remédio”. Embora tenham de passar pela avaliação de órgão de defesa da “livre” concorrência nos países que atuam”, as consequências diretas de tais aquisições ampliam o poder do agronegócio em detrimento da agroecologia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/19/bayer-monsanto-dowdupont-syngentachemchina-o-risco-das-fusoes-para-a-agroecologia/>. Acesso 14/09/2017. Ver também: “Monsanto persegue instituto que revelou que glifosato é cancerígeno, diz Le Monde. Há dois anos, o Centro de Pesquisa sobre o Câncer é alvo de uma campanha sem precedentes, que fragiliza suas ações. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/14/monsanto-persegue-instituto-que-revelou-que-glifosato-e-cancerigeno-diz-le-monde/>. Acesso em 14/09/2017.

¹⁷ Certamente nossa pesquisa se somará ao banco de estudos que compõe atualmente o Dossiê dos Perímetros Irrigados: quarenta anos de violação dos direitos no semiárido. Disponível em: [www.http://dossieperimetrosirrigados.net/](http://dossieperimetrosirrigados.net/). Tal iniciativa aglutina um conjunto de pesquisas em diversas áreas do saber, voltadas ao estudo crítico dos Perímetros Irrigados no Semiárido brasileiro.

oposição que Max Weber realiza entre ciência e ideologia, pois através de seu conceito de “pesquisa autocontrolada”, o pensador alemão não apenas deforma a realidade quanto produz mistificações sobre a própria investigação.

Assim, para nós tanto a crítica social à produção do espaço voltada aos processos circulação de mercadorias e de dominação territorial, quanto a compreensão geográfica do papel dos sujeitos envolvidos cotidianamente na transformação do *status quo*, consistem numa exigência histórica contemporânea.

Tal perspectiva expressa-se na contribuição teórica de geógrafos como Milton Santos, Yves Lacoste, Máximo Quaini, Ruy Moreira, Manuel Correia de Andrade, Armando Correia da Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Antonio Thomaz Junior, Carlos Walter Porto-Gonçalves, David Harvey, Neil Smith, entre outros, que explicitaram em suas obras o caráter histórico e transitório do espaço e do território. Desta maneira, a Geografia possui um arsenal teórico indispensável para desvendar os processos, podendo contribuir significativamente para as transformações sociais.

A referida abordagem, advinda dessa tradição crítica, nos permite compreender que os conflitos territoriais constituem na expressão empírica das contradições existentes no próprio capital, que em sua era de crise estrutural, tende a converter cada vez mais o trabalho e a natureza em mercadoria, bem como intensificar os processos de precarização, especialmente em relação aos agravos socioambientais decorrentes da intensiva apropriação territorial e da natureza, como abordaremos na experiência dos Perímetros Irrigados, pensados enquanto mecanismos institucionais e estratégicos das grandes empresas de fruticultura mundializada que se voltam à apropriação territorial.

Diante do quadro apresentado, torna-se desafiador encontrar caminhos alternativos que busquem superar a dominação exercida pelo capital na fruticultura estabelecida no semiárido. Neste sentido é que nossa pesquisa torna-se relevante, ao evidenciar as consequências da dominação da natureza para ampliação das condições de exploração, de controle e degradação do trabalho, bem como enfatizar as diversas formas de resistências que surgem em meio a esse contraditório contexto de iminente conflito territorial. Dessa forma, não se trata de estudar unilateralmente a dominação por si mesma, nem muito menos as lutas isoladamente, mas de apreender que as resistências e a dominação constituem o processo contraditório inerente ao próprio modelo do capital, do qual brotam constantemente lutas anticapitalistas, sejam organizadas a partir dos movimentos sociais, sejam através da reinvenção dos próprios modos de vida de

populações camponesas que habitam nas localidades pesquisadas.

Em outras palavras, o que está em jogo é apreendermos uma trama complexa que vincula monopolização da terra e da água a crescente degradação e exploração de homens e mulheres, envolvidos direta e/ou indiretamente nos processos de trabalho; ameaça à soberania alimentar (devido à alta no preço e à qualidade dos alimentos nas cidades e ao modelo agrícola hegemônico, baseado na exportação, concentração e contaminação ambiental), ressignificando a relação campo/cidade e a integridade socioambiental no semiárido brasileiro. Conseqüentemente, se faz necessário pensar caminhos alternativos que busquem articular as diversas lutas da classe trabalhadora com temas, como: Reforma Agrária, agroecologia, soberania alimentar, saúde ambiental, entre outros, que fundamentam a construção de uma nova relação sociedade-natureza e a reprodução para além da dominação do capital.

Essa problemática anunciada, em curso no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1970 com a consolidação da “modernização conservadora” (DELGADO, 2012), subordinou toda a estrutura produtiva ao pacote de insumos químicos e as monoculturas, gerando grande devastação e contaminação dos biomas, concentração das terras e seletividade nos financiamentos. Em suma, tal processo fundiu os interesses financeiros e sua lógica rentista, consolidada nos anos 1990, aos de grandes corporações de capital aberto e aos bancos. Este modelo nos impõe a necessidade de reflexão crítica, devendo tanto contribuir com a compreensão das contradições materializadas territorialmente, quanto potencializar ações de resistência, à medida que torna-se imprescindível ter clareza contra que tipo de inimigo se luta.

Nesta perspectiva, as questões que seguem são norteadoras ao longo do nosso estudo: quais fissuras caracterizam o processo de territorialização do agrohidronegócio fruticultor, que podem reforçar um contraponto ao seu modelo? Qual o papel do Estado, a partir da Política de Perímetros Irrigados (PIs), para garantir o controle da terra, da água e do trabalho? Que estratégias de resistência protagonizam os diferentes sujeitos envolvidos na trama conflituosa de luta pela terra/água? O que representam as experiências de tais lutas para o processo de emancipação do trabalho ou para atenuar sua sujeição ao capital? É possível vislumbrar formas de sociabilidades que sinalizem, mesmo de maneira embrionária, uma necessária superação do modelo de desenvolvimento destrutivo do capital?

Levantar tais indagações traz um duplo desafio. Primeiro, que ao guiarmos a

análise atentos à processualidade histórica do real, exigiu abandonarmos qualquer tentativa de absolutizar de forma “manipulatória”¹⁸ os processos de controle exercidos pelo capital, tendo em vista que mesmo os sofisticados mecanismos de dominação não são eternos e nem imutáveis. Segundo, para apreender as diferentes formas de lutas que os mais variados sujeitos articulam em contraposição ao agrohidronegócio fruticultor, foi necessário realizar um acompanhamento cotidiano das várias áreas de conflito, a ponto de identificar, além das organizações de movimentos sociais, a sutileza com que os sujeitos sociais resistem em sua *práxis* diária.

Ora, como observou António Gramsci (2014), este cotidiano seria o caminho pelo qual o conhecimento deveria percorrer caso desejasse se desvencilhar das concepções preconcebidas pelo intelecto. Para o pensador italiano, o permanente contato com os “sujeitos simples” representaria não apenas o reconhecimento de que “todos são filósofos”, bem como o meio de possibilitar uma unidade entre teoria e prática; ou, melhor dizendo: na maneira de um pensamento histórico depurar-se de seus preconceitos individuais e se transformar em vida¹⁹. A esse respeito, são dignos de nota os princípios metodológicos enunciados por Engels, ao dedicar aos trabalhadores os resultados dos estudos que realizou acerca da “*situação da classe trabalhadora inglesa*”:

Vivi entre vós tempo bastante para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência, às quais consagrei a mais séria atenção, examinando os inúmeros documentos oficiais e não oficiais que tive a oportunidade de consultar. Contudo não me contentei com isso: não me interessava um conhecimento apenas abstrato de meu tema – eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas lutas contra o poder social e político de vossos opressores (ENGELS, 2010, p. 37)²⁰.

Assim, pensamos que o trabalho de campo, articulado às metodologias qualitativas como a História Oral, permitiu-nos tanto vivenciar as áreas dos conflitos territoriais quanto compreender que a mobilidade social e territorial do trabalho, expressas nas histórias de vida dos sujeitos comuns, suas relações sociais e culturais, consistiam não apenas em experiências de exploração, de expropriações, de migrações

¹⁸ Ver Carlos Nelson Coutinho. O estruturalismo e a miséria da Razão. São Paulo: Boitempo. 2010.

¹⁹ Ver Gramsci, A. Cadernos do Cárcere Vol. I.

²⁰ ENGELS, F. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

forçadas, mas também de rebeldia, de solidariedade e de lutas. Foi assim que nas áreas dos acampamentos, situados no interior dos Perímetros Irrigados, encontremo-nos com trabalhadore(as) que haviam vivenciado diversos tipos de sujeição, variando desde os que se submetiam ao assalariamento na construção civil, no corte da cana de açúcar (em outras regiões do país), na própria fruticultura, até relações de parcerias e meia, desenvolvidas nas terras de grandes latifundiários.

Assim, foi possível entender a conexão entre os conflitos das regiões da fruticultura e a rede mundial de circulação de mercadorias, como bem evidencia o relato de uma trabalhadora das plantações de uva, ao ser perguntada por nós se os estrangeiros a conheciam, já que frutas produzidas com seu trabalho são destinadas à Europa. Sua resposta vem prontamente:

Pode não conhecer porque não foi minha foto, se tivesse ido assim que nem agora, de vez em quando tiram minha foto, eles já tinham visto minha foto lá embalando uva. Mas já chuparam muita uva embalada por mim, mas não me conhece. Não sabe que eu sou a pessoa preferida para embalar uva (Entrevista acampada, trabalho de campo no Acampamento Dom Tomás Balduino, Petrolina-PE, abril de 2017).

Como se percebe, das “mãos” e do trabalho de muitas dessas trabalhadoras e trabalhadores saem os produtos que consumidores obtém nos mais longínquos cantos do Brasil, da Europa e dos EUA através das grandes redes de supermercados. Entretanto, no curso deste processo de circulação, tais sujeitos não só são invisibilizados, como também são relegados a ele(a)s os principais riscos provenientes da contaminação socioambiental e do trabalho precário. Isto só evidencia que entre os interstícios do adocicado da fruta está contida o amargor da labuta de milhares de trabalhadore(a)s que perderam suas terras, ou cujas vidas estão submetidas ao risco da contaminação ambiental.

A contribuição da História Oral foi significativa, neste sentido, à medida que permitiu um mergulho na história dos conflitos territoriais a partir das experiências dos sujeitos, assim como a produção de um rico acervo documental a partir dos relatos orais, os quais expressam momentos tanto do *locus* da reprodução do trabalho quanto da história laboral dos sujeitos em latente conflito com a fruticultura.

Longe de querer entrar no mérito de discutir profundamente o campo da

historiografia, pois sabemos que existe um vasto debate sobre a “confiabilidade” ou não das fontes orais (P. THOMPSON, 1992)²¹, sobretudo desencadeados por estudiosos que acreditam estar nos documentos impressos e no passado remoto, os elementos que “distanciariam” o pesquisador do objeto, a ponto de garantir a produção de um conhecimento profundo e “imparcial”. Para estes, a investigação da “história do presente”, nos termos da escola do *Annales*²², não só seria indesejável quanto impossível, como observou Florestan Fernandes:

Muitos historiadores alegam que é impossível ou indesejável tentar esse tipo de investigação – por falta de “distância histórica”, de “carência de documentos” ou pelo risco de superficialidade”. Todos esses argumentos se mostram inconsistentes quando cotejados com o que representa a pesquisa de campo na sociologia descritiva ou na antropologia social. A pesquisa de campo traz consigo um estilo de dar à luz documentos, que são igualmente documentos humanos e históricos, que precisam ser trabalhados criticamente. Os historiadores que avançaram nessa fronteira descobriram que não são os arquivos que estabelecem a diferença entre a história do e a história viva do presente (FERNANDES, 2012, p. 80).

Para nós, tal discussão torna-se importante tanto por revelar indissociabilidade entre espaço e tempo (SANTOS, 1997; MOREIRA, 2008; MORAES, 2000) quanto por permitir enxergar os conflitos territoriais através de sua historicidade-espacial, que é reconfigurada pela “história da vida cotidiana”, de um ponto de vista das “classes oprimidas”. Além disso, esta processualidade sofre modificações impulsionadas por sujeitos sociais concretos que se encontram constantemente em confronto com o capital, contribuindo, assim, para fortalecer a abordagem ancorada no diálogo entre Geografia e práxis (MOREIRA, 2012)²³.

As observações de Walter Benjamin sobre a “historicidade do presente” constituem em ensinamentos valiosos para qualquer estudioso que deseje articular as memórias das lutas, enquanto forma de resistência na luta anticapitalista, já que a luta contra o poder também se configura numa negação íntima e radical do esquecimento,

²¹ THOMPSON, PAUL. *A voz do passado: história Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

²² Em nosso trabalho de dissertação de mestrado, orientado pela Professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira (UFPB), realizamos uma discussão sobre tal questão, com o intuito de compreender riqueza das fontes orais no processo de conhecimento. Ver FRANÇA (2014).

²³ MOREIRA, R. *Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo Contexto, 2012.

como sugerimos nas epígrafes. Em suas teses sobre o conceito de história vemos, que:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é o único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la. Pois o messias não vem somente como redentor; ele vem também como vencedor do Anticristo. O dom de atear fogo ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer²⁴.

“Não há luta para o futuro sem memória do passado”, assegura Löwy (2005), ao sintetizar a tese de Walter Benjamin sobre o protagonismo da classe trabalhadora nas transformações profundas, à medida que “a rememoração dos combates esquecidos”, não consiste numa operação contemplativa, mas está a serviço da reflexão e da prática revolucionária do presente.

Os conflitos territoriais que estudamos hoje, no semiárido, consistem exatamente nessa articulação entre “presente e passado (nos termos de Walter Benjamin), posto que são herdeiros diretos das resistências da Guerra de Canudos, assolada pela primeira República; são legatários da memória viva das Ligas Camponesas e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que renasceram e se metamorfosearam, em outro contexto, na ação de movimentos como MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assim como tantas outras organizações envolvidas na luta pela terra e pela dignidade humana, que perpassam necessariamente por um objetivo comum, ancorado na criação de novas relações sociais com a natureza e uma outra sociabilidade para o trabalho.

É neste sentido que o presente estudo se propõe tanto a incrementar o debate crítico em relação à problemática da apropriação territorial, imposta pelo modelo do capital, quanto a constituir-se num conjunto de dados (secundários e primários), informações, narrativas etc., que possam fortalecer as lutas dos sujeitos pela dignidade e pela emancipação. Isso, por entender que as informações quantitativas e qualitativas se

²⁴ Walter Benjamin. In: Löwy, Michael. Anúncio de incêndio: teses sobre o conceito de História.

complementam, à medida que as dimensões da realidade que abrangem interagem dinamicamente (MINAYO, 1994).

A realização da pesquisa empírica se deu através do acompanhamento de três conflitos territoriais particulares, situados em áreas de influência de Perímetros de Irrigação (PIs), no semiárido nordestino. São eles: Os PIs Jaguaribe-Apodi (Limoeiro do Norte-CE) e Santa Cruz do Apodi (Apodi-RN), respectivamente localizados na Chapada do Apodi cearense e potiguar; e o PI Pontal, situado no Vale do São Francisco, na zona rural do município de Petrolina-PE²⁵. Embora tenham elementos muitos particulares, em relação aos aspectos geográficos, históricos e ambientais, aos tipos de fruticultura desenvolvidos pelas empresas, aos órgãos responsáveis pela implantação, tais localidades possuem elementos comuns: a luta pela terra-água, a luta pelo território, contra o trabalho explorado, pela defesa do meio ambiente etc., constituem os princípios norteadores das ações contestatórias dos movimentos e dos sujeitos sociais.

Para esclarecer preliminarmente ao leitor não familiarizado, os PIs correspondem a um ordenamento territorial implementado pelo Estado, seja operacionalizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) ou pela Companhia do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), que se destinam a criar um conjunto de infraestruturas hídricas (canais, adutoras, estações elevatórias etc.), bem como a viabilizar meios institucionais para que a terra e a água possibilitem um modelo de fruticultura empresarial, baseado nas monoculturas, no uso de transgênicos, no excesso de agrotóxicos e na concentração territorial.

Em suma, representam a expressão concreta de um modo de desenvolvimento que tende a ser visto apenas pelos números das exportações, sem considerar nem o dispêndio de grandes somas de recursos públicos (isenções fiscais, concessões, empréstimos etc.), nem tampouco os impactos gerados às(aos) trabalhadore(a)s envolvidos nos processos de trabalho e a destruição da natureza.

Como veremos ao longo do texto, a implementação deste modelo hegemônico de fruticultura, ao estabelecer um sofisticado padrão de acumulação, a nosso ver, incompatível com as características naturais e sociais do semiárido, não apenas reinventou as formas de precarização e exploração do conjunto de trabalhadore(a)s, mas também comprometeu modos de vida de comunidades rurais e assentados oriundos da luta pela terra, entre outros.

²⁵ Aqui poderá haver um mapa simples de localização da área de estudo.

Acompanhamos as dinâmicas dos conflitos territoriais, principalmente, a partir da experiência dos acampamentos de luta pela terra-água que estão encravados no interior dos PIs, como é o caso do acampamento Zé Maria do Tomé (PI Jaguaribe-Apodi-CE), do Acampamento Santa Catarina e do acampamento Dom Tomás Balduino (PI Pontal-Petrolina-PE). Nos vários casos, evidenciam-se o contraste vivenciado pelos sujeitos devido aos impactos socioambientais desses megaprojetos.

Além de vivenciar a experiência nos referidos acampamentos, nosso trabalho de campo também contou com visitas às comunidades rurais, aos assentamentos da reforma agrária, acompanhamentos de ocupações de terra, participação em romarias, atos públicos, visita a entidades ligadas a iniciativas de convivência com o semiárido, a empresas do setor de fruticultura (pequena, média e grande porte), bem como de visitas a sindicatos de trabalhadores rurais, institutos de convivência com o semiárido etc. Desde a primeira visita, ocorrida em 21 de fevereiro de 2015, até a última, em 21 de abril de 2018, realizamos 11 trabalhos de campo. Estes, resultaram tanto num rico acervo primário²⁶ a partir de entrevistas semiestruturadas quanto numa convivência cotidiana com as condições de vida, de trabalho e de luta nos acampamentos.

A importância desse tipo de procedimento, a nosso ver, permitiu um constante reinventar do processo investigativo de acordo com as circunstâncias que foram aparecendo, não somente em relação aos questionamentos a serem realizados, mas também aos sujeitos que seriam importantes interlocutores, à medida que suas histórias de vida e/ou sua participação política contribuía ao entendimento do processo investigado. Por isso, ressaltamos que o processo de investigação possibilitou aprimorar, ao longo da experiência de pesquisa, nossa concepção entre sujeito-objeto, já que compreendemos nossos interlocutores enquanto sujeitos do processo analisado.

Com as entrevistas e as vivências, buscamos apreender aqueles elementos que, mesmo veiculados pela consciência individual, expressavam processos sociais amplos, identidades de classe, hábitos, costumes e experiências coletivas, as quais estão presentes nos indivíduos mas, por serem comuns, ajudam a pensar o processo de pesquisa, pois o sujeito singular informante é fruto de uma experiência social específica

²⁶ Até o presente momento, contamos com a transcrição desse material, somando mais de cem páginas de entrevistas. Optamos pela transcrição integral, na qual também poderíamos lembrar os momentos das entrevistas, com suas pausas, os gestos, os entusiasmos, as emoções, as omissões, etc. Tal atividade foi auxiliada pelas observações contidas nos diários de campo, que permitiam referendar informações qualitativas que não aparecem nos relatos.

(SANTOS, OSTERNE E ALMEIDA, 2014).

Tais iniciativas nos permitiram maior aproximação da trama complexa da produção mundializada de frutas, possibilitando apreender os efeitos da lógica do capital, através dos diferentes mecanismos de apropriação da terra-água e de exploração do trabalho (tanto o(a) empregado(a) da fábrica ou fazenda, quanto o sujeito acampando ou assentado), como também identificar a mobilidade territorial expressa por sujeitos que ao mesmo tempo são acampados na luta pela terra-água e mantem-se atrelados a um assalariamento temporário. Ou, visto por outro ângulo, perceber sujeitos que fogem da condição de exploração do assalariamento precário, vislumbrando nas lutas pela terra e pela água um horizonte de desenvolver outro modo de vida.

O “caminho” metodológico que denominamos “dos acampamentos às empresas” possibilitou-nos uma aproximação “etnográfica” (LOPEZ, 1999)²⁷ dos conflitos e das resistências de trabalhadores e trabalhadoras. Evidenciou, por assim dizer, o concreto das relações sociais vivenciadas por sujeitos que, em parte do seu tempo, lidam com a terra, produzem seus alimentos, cuidam da casa e dos filhos e, em outra, são obrigados, pelas circunstâncias, a se sujeitarem aos trabalhos precários nas empresas. Estes tipos de ocupações laborais, com suas metas, seus tempos cronometrados e seus ritmos de trabalho padronizados (THOMPSON, 1998)²⁸, que geralmente levam ao adoecimento (físico e mental) (DEJOURS, 1992)²⁹, se distinguem qualitativamente das formas que acompanhamos nas comunidades e nos acampamentos.

As informações que expressam os conflitos territoriais também puderam ser identificadas através de um conjunto de dados secundários, contidos nos registros dos conflitos (Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra - CPT), bem como nos processos judiciais que tivemos acesso através da contribuição de organizações, como a Caritas de Limoeiro do Norte-CE, dos movimentos sociais (MST-CE e MST-PE, Movimento 21), de sindicatos, de associações camponesas etc. Tratam-se de documentos de reintegração de posse, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC),

²⁷ Neste caso, estamos nos referindo a algumas características do método etnográfico, já que não o incorporamos em sua integralidade. Trata-se, como observou Lopez (1999, p. 4), de utilizar a “etnografia como forma - meio de união da teoria com a prática como ajuda para observar e analisar a prática de certos acontecimentos, como meio de formação reflexiva”. Em outros termos, supõe uma ampla combinação de técnicas e recursos metodológicos, dando maior ênfase as estratégias interativas: observação participante, nas entrevistas formais ou informais, nos instrumentos desenhados pelo investigador e na análise de toda classe de documentos.

²⁸ Capítulo sobre o Tempo do Livro *Costumes em Comum*.

²⁹ DEJOURS, C. *A Loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.

Inquérito Civil Público, dossiês com informações sobre as condições de trabalho nas empresas (como na greve da Del Monte 2008 e 2012), atas de reuniões, depoimentos de trabalhadores acampados, ofícios, notas públicas, entre outros³⁰.

Outro aspecto bastante relevante, sem o qual não seria possível o desenvolvimento do nosso estudo, diz respeito a um conjunto variado de pesquisas desenvolvidas acerca da problemática do semiárido em geral e dos PIs em particular. A discussão de variadas temáticas como: a saúde do trabalhador, saúde ambiental, contaminação ambiental por agrotóxicos (BEDOR, 2008), políticas públicas de irrigação e conflitos pela água (TORRES, 2007, 2016; SOUSA, 2013; OLIVEIRA, 2011; MOREIRA *et al*, 2016; VIANA, 2015), nos permitiu ter uma compreensão sob múltiplos aspectos da realidade do semiárido. Poderíamos, neste sentido, destacar as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores de vários campos disciplinares do Núcleo Tramas-UFC, com quem pudemos, além de ler seus estudos, dialogar diretamente nos momentos de resistência junto à Semana Zé Maria do Tomé/Limoeiro do Norte-CE, agregando e compartilhando contribuições sobre os papéis dos movimentos sociais neste processo, através de um constante “*dialogo de saberes*” (RIGOTTO, 2003; RIGOTTO; AGUIAR; RIBEIRO, 2018; CARNEIRO; RIGOTTO; BRAGA, 2010; PEREIRA, 2013; MARINHO, 2010; PONTES, 2012; FREITAS, 2010, 2018; AGUIAR, 2017).

Destacamos também a contribuição teórico-prática do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), cuja perspectiva metodológica pressupõe um conhecimento ativo, com vistas a provocar modificações na realidade. Assim, alguns estudos que abordaram a problemática da terra-água-trabalho no semiárido contribuíram diretamente para o presente estudo (CUNHA, 2017; BEZERRA, 2012; DOURADO, 2015). Entretanto, outros nos foram de grande valia à medida que discutiam a problemática do trabalho na geografia e a contribuição dessa abordagem para repensar o conflito capital-trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2002, 2009, 2017; CARVALHAL, 2004; MENDONÇA, 2004; SOUZA, 2011; ALVES, 2014; PERPETUA, 2016; OLIVEIRA, 2009; HECK, 2017).

³⁰ A) Processo: acampamento Zé Maria do Tomé: ICP nº 1.15.001.00041/2011-79. Assunto: destinação de terras do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí aos ex-irrigantes e pequenos agricultores da região da Chapada do Apodí. B) Greve DEL MONTE: Notificação nº 14/2014: Apurar irregularidades cometidas pela força policial na greve dos funcionários da Empresa Del Mont Fresh Produce Brasil LTDA no município de Limoeiro do Norte.

Além disso, a participação nas atividades de seminários, pesquisas de campo, reuniões e diálogos com diversos pesquisadores, no âmbito do CEGeT-CETAS³¹, contribuiu significativamente para entendermos como o agrohidronegócio se materializa de forma particular, seja no setor canavieiro da região do Pontal do Paranapanema-SP³², seja na região semiárida, em especial, na área dominada pela fruticultura capitalista.

Um aspecto também bastante significativo a considerar refere-se à experiência acumulada, até o presente momento, em relação aos mais variados conflitos sociais e territoriais no Brasil e na América Latina. Através da participação em alguns dos principais eventos da geografia, tais como: Encontro Nacional de Geografia (ENG), Jornada do Trabalho (JT), Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), Encontros Latino-Americanos de geógrafos (EGAL) foi possível: a) estabelecer contato com comunidades quilombolas, que resistiam ao avanço do eucalipto no norte do Espírito Santo - ES; b) perceber como acampados lutam pela terra e contra a soja no Sudoeste de Goiás; c) como se reinventam as resistências dos atingidos por barragens no Tocantins - TO (Palmas e Porto Nacional); d) atestar a luta das comunidades rurais para manter seu modo de vida, frente à ameaça do modelo capitalista (sobretudo no CE, RN, BA, PB, PE); e) enxergar o destrutivismo de atividades de mineração, que se chocam com áreas indígenas, quilombolas, pesqueiras, camponesas e das reservas naturais, em Minas Gerais, na Paraíba e no Maranhão; f) perceber como os povos faxinalenses do Paraná-PR lutam contra a lógica privatista, que ameaça a manutenção de seu modo de vida comunitário, baseado nos sistemas agroflorestais, de uso comum da terra para a criação de animais. Em suma, permitiu-nos enxergar, de Sul a Norte do Brasil, um conjunto diversificado de lutas e sujeitos sociais, que ao mesmo tempo em que suas experiências apontam para novas relações sociais, de trabalho e com a natureza (fundadas no valor de uso), representam os mesmos homens e mulheres que sofrem de problemas similares, oriundos da natureza destrutiva do capital, que assola cada recanto deste país.

³¹ Uma das contribuições que cabe mencionar consiste na relação entre as pesquisas sobre o agrohidronegócio canavieiro e o combate à pulverização aérea na região do Pontal do Paranapanema, Oeste de São Paulo, bem como a realização de seminários sobre saúde ambiental e saúde do trabalhador em parceria com o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) e o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST).

³² Onde questões de apropriação de terras griladas e água pelo capital canavieiro, se entrelaçam com as questões de luta pela terra, pela agroecologia e contra a contaminação socioambiental que impera na região.

A esse respeito, não poderíamos deixar de expressar a riqueza da experiência legada ao nosso estudo pela permanência na região boliviana de Cochabamba, onde nos aproximamos dos sujeitos que tiveram participação ativa nos conflitos que desencadearam a famosa “Guerra da Água”, como o professor Carlos Crespo e a líder comunitário Oscar Oliveira. Durante a estadia, participamos de seminários sobre os bens comuns, na Universidade Mayor San Simón, bem como realizamos trabalhos de campo em conjunto com pesquisadores alemães, bolivianos, italianos, americanos, franceses pela zona periférica de Cochabamba, onde visitamos diversas experiências de autogestão dos trabalhadores, tais como: os poços d’água (os comitês de gestão); os sistemas descentralizados e autogeridos de tratamento de esgoto, como a Cooperativa de água San Pedro de Magistério (vinculada à educação ambiental); as cisternas de captação de água da chuva, construídas pelas mães dos alunos (semelhantes às cisternas da Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, garantindo melhor funcionamento escolar), etc.

Somam-se estas as experiências vividas nas comunidades rurais bolivianas, como em Flores Rancho, situada na região do Vale Alto, entre os municípios de Cliza e Toco, que permitiram conviver com populações de regantes³³ (de origem Quéchuas), que garantem a soberania alimentar das pequenas cidades e povoados a partir do secular manejo dos regos em curva de nível (com a produção de diversos tipos de batatas, milho, frutas etc.). Tal produção é permitida pela forma soberana com que tais camponeses realizam a gestão dos poços e dos canais. Os exemplos de uso das tecnologias sociais hídricas (VIANA, 2015), são reforçadas pela primeira *Escuela Andina del agua*³⁴, que além de um centro de formação camponesa e sindical, tornou-se um grande símbolo da participação desses sujeitos nos levantes contra a privatização da água nos anos 2000.

Tal experiência, por sua riqueza de elementos e por sua semelhança às problemáticas estudadas por nós na região do semiárido nordestino, possibilitou-nos estabelecer paralelos interpretativos, bem como ampliar escalarmente a compreensão que tínhamos acerca das questões territoriais, envolvendo a terra e a água na América Latina. Vale ressaltar, em última análise, a contribuição teórico-conceitual advinda dos

³³ Conjunto de camponeses que se utilizam de técnicas hídricas em forma de regos, irrigando as produções por gravidade.

³⁴ O interessante desta escola é a forma participativa com que foi construída, contando com trabalho comunitário e toda uma discussão acerca da finalidade ideológica do projeto.

princípios que emanam da cosmovisão dos povos andinos, ao manterem uma convivência singular com *la Pacha Mama*, com a natureza e com o território.

Tal aspecto viabilizou a construção de uma das ideias centrais que defendemos ao longo do nosso estudo, isto é, a água-terra-território enquanto *bens comuns* colocam-se em oposição aos processos de acumulação do capital, presidida pelos imperativos do valor de troca, tornando-se cada vez mais incompatível com uma relação sociedade-natureza equilibrada e com relações de trabalho repletas de sentido.

O presente texto está estruturado em quatro partes. No primeiro capítulo, tratamos sobre a relação entre Geografia e trabalho, não apenas para enfatizar a dimensão espacial dos sujeitos envolvidos a partir dos conflitos territoriais, mas também com o intuito evidenciar a permanência da centralidade do trabalho, tanto no que tange a produção de valor quanto em relação ao potencial emancipatório. Esta perspectiva nos afasta automaticamente dos autores que defendem a substituição da proeminência do trabalho seja pela teoria do agir comunicativo seja por identificarem a redução dos empregos formais à extinção do trabalho como categoria de mediação.

No segundo capítulo, discutimos como o processo de reestruturação do capital foi responsável por estabelecer processos produtivos mais flexíveis e descentralizados geograficamente, acarretando no agravamento da precarização da totalidade do trabalho vivo, bem como numa apropriação cada vez mais intensa da natureza, como presenciamos na experiência do agrohidronegócio fruticultor, subordinado à lógica da acumulação financeirizada.

Não é possível entender tal processo de desenvolvimento, pensado para o Semiárido, sem considerar o papel Estado ao viabilizar os interesses corporativos do capital. Deste modo, no terceiro capítulo, discutimos como Estado foi responsável por criar um conjunto de infraestruturas (canais, estradas, portos etc.), dispendendo vultosos recursos públicos (seja pela desoneração ou através do investimento) para garantir a implementação de todo um aparato técnico-científico ao território, que permitissem consolidar o modelo baseado na produção mundializada de frutas. Enfatizamos o processo mais recente de ação estatal, sobretudo a partir dos anos 1990, quando a esfera “pública” envereda por um caminho neoliberal que, não obstante as diferenças, os governos progressistas não romperam (OLIVEIRA, 2018), pois por trás das mega-obras, encampadas pelo suposto “neodesenvolvimentismo”, encobria-se um processo de mercantilização da natureza e manutenção da precariedade do trabalho, apesar de não

tão intenso e brutal como o que presenciamos desde o Golpe de 2016.

Por fim, o quarto capítulo enfatiza a experiência concreta dos conflitos territoriais, que se desencadearam em resposta ao processo destrutivo do agrohidrofruticultor. As diversas formas de resistências dos sujeitos materializadas cotidianamente, expressam que uma nova morfologia do trabalho pressupõe ao mesmo tempo o desencadear de diversificadas formas de luta contra o capital. Percebemos, assim, uma complementaridade entre as lutas pela saúde ambiental, pela saúde do(a) trabalhador(a), por direitos trabalhistas, pela terra-água, entre outras, à medida que estas sinalizam a necessidade e a possibilidade concreta de estabelecer uma sociabilidade alternativa, a qual valorize a produção de alimentos livres de veneno, a soberania sobre o território e a autonomia sobre o tempo de trabalho e de vida.

1. CAPÍTULO I - GEOGRAFIA E TRABALHO: A GEOGRAFICIDADE DAS LUTAS SOCIAIS A PARTIR DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

A ideia principal deste capítulo consiste em realizar uma breve discussão acerca da permanência da categoria trabalho enquanto centralidade da produção de valor na contemporaneidade, observar sua característica ontológica no ser social, bem como perceber seu potencial humanizador e emancipador expresso nas diferentes formas de luta. Sem buscar dar conta da complexidade do tema, nos amparamos nas reflexões desenvolvidas por Thomaz Junior (2002, 2009, 2010), para quem a relação entre geografia e trabalho consiste numa empreitada coletiva de um conjunto de pesquisas materializadas no âmbito do CEGeT, como os desdobramentos das contribuições específicas de Mendonça (2004), Bezerra (2012) e Heck (2017), que enveredam por uma compreensão ontológica do trabalho.

Mesmo que tenha havido um significativo processo de metamorfose, veremos que a centralidade do trabalho nos remete a dimensões mais complexas da realidade social e geográfica incapazes de tornar-se inteligíveis sem a perspectiva da totalidade (THOMAZ JUNIOR, 2002). Assim, apesar de todas as tentativas de reduzir tal categoria meramente ao emprego ou assalariamento, tais proposições estiveram fadadas ao fracasso, tendo em vista o reducionismo que incorriam, seja por aborda-lo apenas por sua dimensão degradante e estranhada, como em Robert Kurts, ou por que o tratavam enquanto algo predestinado à extinção, como Claus Offe, André Gorz e Habermas (ANTUNES, 2005, 2011).

Dessa forma, buscamos refletir sobre uma compreensão ampliada do trabalho, que nos permita vislumbrá-lo como fundamento da historicidade e geograficidade humanas (MOREIRA, 2004), pois como sugere Lukács (2013, p. 284), “é tão falso pensar que há uma substância não espacial e não temporal [...] quanto é errôneo conceber o indivíduo como um simples produto do meio.” Tal perspectiva torna-se imprescindível para a compreensão dos processos sociais contemporâneos que, em nosso entender, devem ser apreendidos a partir da totalidade das lutas que impulsionam uma práxis social de natureza emancipatória.

1.1. O trabalho enquanto (auto)criação e possibilidade de emancipação

Antes de adentrar propriamente na discussão sobre o processo de transformação no âmbito do capital, cabe perguntar: o que é o trabalho e qual o seu papel enquanto fundamento da humanização e da produção de valor, que no processo histórico se converte em capital? A teoria do valor-trabalho, continuaria válida para entendermos como toda a riqueza social é produzida, apesar desta ser centralizada nas mãos dos grandes oligopólios? Tais questionamentos tornam-se pertinentes, primeiramente, porque a constituição do capital na atualidade, ainda que não prescindia do trabalho vivo, mesmo com o chamado desenvolvimento científico e com a hegemonia da financeirização, levanta um conjunto de controvérsias por parte dos defensores do “fim do trabalho”. Em segundo lugar, porque a dialética do trabalho possibilita ampliar nossa compreensão para além da forma histórica expressa pelo assalariamento, pela alienação, pela exploração e sujeição, que são as várias manifestações concretas assumidas pelo trabalho abstrato, no capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2005).

Ou seja, a perspectiva da emancipação possibilita-nos enxergar o trabalho como mediação necessária entre a sociedade e a natureza, como observou Marx em *O Capital*:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza [...] em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio [...]. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (MARX, 2013 [1865], p. 255).

Um bom exercício para que consigamos enxergar os processos de transformação

histórica e distinguir as dimensões do trabalho consiste na noção estabelecida entre as mediações de primeira e segunda ordem por Mészáros (2007). Enquanto estas últimas possuem uma finalidade essencialmente fundada na produção de valor abstrato, àquelas contemplam a produção dos valores mais elementares, que são necessários à garantia da reprodução da humanidade. Poderíamos afirmar que de uma forma de mediação à outra percorreu-se um longo processo de transformações de intercâmbio social com a natureza que subsumiu a existência humana à produção de mercadorias (MÉSZÁROS, 2007).

A conversão dos produtos do trabalho em mercadoria constitui, portanto, um estágio mais elevado da sociedade, da dominação da sociedade por categorias de movimento de cunho cada vez mais puramente social, e não mais de cunho apenas natural. Constatamos essa dinâmica no fato de que do trabalho, do seu desenvolvimento imanentemente necessário, brota uma divisão do trabalho cada vez mais abrangente e ramificada e, de modo correspondente, no fato de que o desenvolvimento da divisão do trabalho impele na direção do intercâmbio de mercadorias, assim como este, por seu turno, retroage na mesma direção sobre a divisão do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p.165. Vol. 2).

Em outras palavras, se na primeira mediação o homem se torna um *ser social* distinto da natureza inorgânica e orgânica, através de uma *práxis* consciente e se realiza enquanto tal, no caso das mediações de segunda ordem, ao contrário, ele se desumaniza e se desrealiza no processo de trabalho, devido ao não reconhecimento de si próprio no produto social objetivado. Tal processo é notável quando observamos que o conjunto dos trabalhadores, mesmo sendo produtores da riqueza social, são alienados dos seus bens, empobrecidos e desrealizados na razão direta da expansão do capital³⁵, como observava Marx, nos Manuscritos Econômicos e filosóficos (1844):

³⁵ Ao tratar da luta necessária dos trabalhadores para instituir limites à jornada do trabalho, nas fábricas inglesas, Marx descortina a aparência da relação de exploração encoberta pela ideologia liberal de trabalho livre de exploração no capitalismo. Diz ele: “Temos de que nosso trabalhador sai do processo de produção diferente de quando nele entrou. No mercado, ele, enquanto possuidor da mercadoria “força de trabalho”, aparece diante dos outros possuidores de mercadorias: possuidor de mercadorias diante de possuidor de mercadorias. O contrato pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista – por assim dizer, põe o preto no branco – que ele dispõe de si mesmo. Fechado o negócio, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [*sauget*] não o deixará enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar. Para se proteger contra a serpente de suas aflições, os trabalhadores têm de se unir e, como classe, forçar a aprovação de uma lei, uma barreira social intransponível que os impeça a si mesmos de, por meio de um contrato voluntário com o capital, vender a si e a suas famílias à morte e à escravidão (MARX, 2013, Vol I, p. 373).

Dizer que o homem está alienado de si mesmo é dizer que a sociedade deste homem alienado é a caricatura de sua comunidade real, da sua verdadeira vida genérica; que sua atividade se lhe apresenta como tormento, suas próprias criações como poder alheio, sua riqueza como pobreza, o vínculo profundo que o liga a outros homens como vínculo artificial, separação em face dos outros homens como sua verdadeira existência; que a sua vida é o sacrifício de sua vida; que a realização do seu ser é a desrealização da sua vida; que a sua produção, produz o seu nada; que seu poder sobre o objeto é o poder do objeto sobre ele; que, senhor da sua produção aparece como escravo dela (MARX, 2015, p. 208).

Ora, romper com esta forma estranhada torna-se uma necessidade objetiva, na medida que o trabalho social, sob os imperativos do capital, está fadado não à realização plena dos sujeitos, mas a sua degradação. Neste sentido, observa acertadamente Ricardo Antunes:

uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 91).

Estas múltiplas dimensões do trabalho podem ser encontradas ao longo do volume I de *O Capital*, no qual Marx, através de um profundo exercício de abstração, evidenciou o trabalho como categoria fundante do ser social, o que pressupõe prévia-ideação (teleologia) e objetivação, bem como elaborou uma crítica radical à forma histórica estranhada (forma particular do trabalho manifesta no capitalismo).

Em sua crítica à Economia Clássica, já contida nos textos de juventude, Marx repudia a posição dos economistas que deformam a noção de trabalho, identificando-o meramente enquanto mercadoria. Assim, afirma ele:

[...] quanto mais a Economia Política reconhece o trabalho como o único princípio da riqueza, mais ela degrada e empobrece o trabalhador e faz do próprio trabalho uma mercadoria – e está aí tanto um axioma teórico necessário à sua ciência quanto uma verdade prática da vida social atual. Ademais de a expressão ‘trabalho acumulado’ indicar a origem do capital, significa igualmente que o trabalho tornou-se cada

vez mais uma coisa, uma mercadoria e que progressivamente é concebido apenas sob o aspecto do capital e não como atividade humana (MARX, 2015-1844, p. 224).

Na busca de uma autêntica ontologia materialista em Marx, Lukács (2012) considera que o trabalho constitui o *protótipo da práxis social*, pois é nesta esfera, exclusiva do *ser social*, onde tornar-se indissociável aquilo que chama de causalidade espontânea e teleologia posta ou, dito de outra maneira, o metabolismo entre sociedade e natureza. Se, para interpretação do referido autor, não pode haver conhecimento da realidade sem os processos teleológicos, que pressupõe um *agir consciente* no mundo, seria impensável haver existência objetiva desta sociabilidade que prescindam às determinações da natureza. Por tal razão, não há uma separação absoluta entre o *ser social e o ser da natureza* – como se vê na citação de Marx (2013) acima –, mas uma inter-relação dialética que, ao mesmo tempo, permite entender qualitativamente suas diferenças e sua interdependência.

a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio a luta pela existência e, em segundo lugar, todos os estágios são produtos de sua autoatividade. Somente o trabalho tem como sua essência ontológica, um caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramentas, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. É claro que a socialidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem surge do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim, quanto à sua essência, simultaneamente (LUKÁCS, 2012. Vol. I. p. 43, 44).

Tais elementos são estruturantes do pensamento marxiano que, ao tornar a produção e a reprodução da vida como problemas centrais de sua preocupação, o autor preconiza como eixo analítico a inter-relação supracitada enquanto indispensável. Deste modo, estabelece tanto no ser humano quanto em seus objetos produzidos, relações e vínculos com uma dupla determinação: a insuperável "base natural" e uma ininterrupta transformação social desta base (LUKÁCS, 2012). Tal compreensão expressa aquilo

que tanto Milton Santos (1978)³⁶ quanto Ruy Moreira (1980)³⁷ pensaram como processo histórico de socialização da natureza, para designar um ininterrupto movimento que assume diferentes intensidades tanto temporalmente quanto espacialmente.

Na interpretação de Lukács (2013) o trabalho enquanto pôr teleológico pressupõe uma reprodução da realidade no pensamento, o que sugere tanto linguagem quanto outros complexos constituintes do ser social. A dimensão da prioridade ontológica do trabalho, antes de significar um exclusivismo reducionista, ou um materialismo mecanicista, que desconsidera outras dimensões da subjetividade humana³⁸, consiste que o trabalho é o único complexo que transforma a realidade externa, ou seja, na práxis cuja síntese é o trabalho encontra-se o elo autêntico entre “teleologia e causalidade”.

As determinações concretas do trabalho implicam, em última instância, tanto a determinação do fim como a execução, uma escolha entre o certo e o errado. Nisso está a sua essência ontológica, o seu poder de transformar a *dýnamis* aristotélica em uma realização concreta. Essa transformação do sujeito que trabalha – autêntico devir homem do homem – é a consequência ontológica necessária do objetivo ser-propriadamente-assim do trabalho (p.79). O trabalho fez com que o mar, que era um limite para o movimento do ser humano, se tornasse um meio de contatos cada vez mais intensos. Mas, além disso -, e naturalmente causando mudanças análogas de função -, essa constituição estrutural do trabalho retroage também sobre o sujeito que trabalha (LUKÁCS, 2013, p.81).

Além observar tal especificidade do ser social, assentada na sua totalidade de determinações (“a unidade geral de todo ser”), Lukács (2012) enfatiza a importância assumida pelo espelhamento dialético da realidade objetiva: trata-se, para o autor, de um dos pressupostos fundamentais da concepção marxiana, à mediada que consiste em entender simultaneamente o papel da práxis em sentido objetivo e subjetivo, o que

³⁶ De la société au paysage: La signification de l'espace humain. In: Hérodote: l'enquête et le terrain. Janvier-mars, 1978. Pp. 66-73.

³⁷ A geografia serve para desvendar as máscaras sociais. In: Geografia: teoria e crítica – o saber em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

³⁸ Basta lembra a observação de Marx acerca da representação ideal enquanto momento necessário a concretização do ato. Dizia ele: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente”. (MARX, 2013, Vol. I, p.256).

permitiu romper radicalmente com as filosofias predecessoras, como sugere a ideia contida na tese de que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. Aqui, o autor húngaro acredita que Marx dá um passo além, pois “objetivamente o ser social consiste na única esfera da realidade, na qual a práxis cumpre o papel de *conditio sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E por tal razão acrescenta Lukács:

em virtude dessa função singular na estrutura e dinâmica do ser, a práxis é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto”[...] “Tal contraste - com as *metafísicas unilaterais* - do ponto de partida teórico baseia-se em uma nova noção da realidade social, na rejeição da antinomia metafísica entre liberdade e necessidade no agir humano (LUKÁCS, 2012, p. 28. Grifo nosso).

Como podemos ver adiante, tal ideia está presente nas várias teses que se opõem ao materialismo contemplativo, princípios estes que são sintetizados na polêmica de Marx e Engels contra Feuebarch, contida na Ideologia Alemã:

A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária* (Tese 3). Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática (tese 8). O máximo que chega o materialismo contemplativo, isto é, o materialismo que não concebe o sensível como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos singulares e da atividade burguesa (tese 9). O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade burguesa; o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada (tese 10). Os filósofos apenas *interpretam* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo (tese 11). (MARX; ENGELS, 2007 – 1845).

A importância de tais elementos supracitados no florescer da concepção de mundo marxiana vai ser sintetizada pelo italiano Antonio Gramsci, a partir da ideia de “Filosofia da práxis”. Segundo este autor, além de não se confundir com nenhuma filosofia anterior, a originalidade da Filosofia da práxis no caminho de conceber a

própria filosofia, ou seja, de expressar o caráter unitário e ativo do conhecimento, atrelados à noção de devir histórico, compreende seu ininterrupto movimento de autosuperação.

A filosofia da Práxis é o historicismo absoluto, a mundanização e terrenidade do pensamento, um humanismo absoluto da história [...]. Toda a ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem. Sem a atividade do homem, criadora de todos os valores, inclusive os científicos, o que seria 'objetividade'? Um caos, isto é, nada, vazio, se é possível dizer assim, já que, realmente, se se imagina que o homem não existe, não pode imaginar a língua e o pensamento. Para a filosofia da práxis o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; (GRAMSCI, 2014, p. 155-175 - Grifos nosso).

Entender o trabalho ainda num plano da abstração contribui para que não incorramos no equívoco de alguns teóricos, que tomaram tal categoria fundamental da práxis humana, enquanto sinônimo de emprego, desencadeando interpretações deformadas acerca de sua centralidade contemporânea. A esse respeito, vale destacar que ainda persiste um grande debate acerca da temática do trabalho, variando desde as concepções que o consideram como categoria fundante das relações sociais, até às que defendem a tese de que, diante da complexificação do mundo – sobretudo pela ampliação dos setores informacionais, financeiros e de serviços –, o trabalho deixaria de ser central para compreensão de como se estrutura a sociedade hoje (ANTUNES, 2011).

Esse debate é sintetizado por Antunes (2011), em *Adeus ao Trabalho(?)*, na qual autor realiza uma crítica aos chamados defensores do “*fim do trabalho*” no mundo contemporâneo, sobretudo direcionada contra as ideias que chama eurocêntricas de Claus Offe, André Gorz, Habermans, Robert Kurts, sendo que a este último, em virtude de sua maior complexidade na elaboração, critica sua visão de trabalho abstrato, ou seja, o ser humano convertido em mercadoria, portanto a necessidade de negar o trabalho devido a seu caráter degradante. Não há aqui a consideração de uma visão ontológica do trabalho que pense a partir de sua dialética a supressão do trabalho abstrato pelo concreto, mesmo enquanto potência como se vê na Ontologia de György Lukács.

De acordo com Antunes (2005), o fato de ter havido uma grande metamorfose no mundo da produção e da circulação de mercadorias, em que o capital cada vez mais descarta trabalhadores nos processos produtivos, não significa dizer que não haja

simultaneamente a extração de valor e/ou de trabalho não pago, de forma mais intensa e precária. Ou seja, quando se considera a totalidade do trabalho social, existe um trabalhador “polivalente” e “multifuncional” da era toyotista, coexistindo com uma massa de trabalhadores precarizados, terceirizados, sem qualificação formal, *part-time*, empregados temporários, parciais e/ou desempregados.

Essa nova morfologia e polissemia do trabalho, mencionada pelo autor supracitado em várias de suas obras não, bem como abordada por vários autores da sociologia do trabalho nos autoriza apostar numa tese “eurocêntrica” de “extinção do trabalho”, à medida que existe uma continuidade da exploração do trabalho pelo capital, através da flexibilização dos processos produtivos (ANTUNES, 2011, 2005, 2009; ALVES, 2010). Além disso, a constatação de que existe uma intensificação dos processos de exploração torna urgente recusar a sociabilidade do capital, que está baseada no trabalho abstrato, para vislumbrar possibilidades de realização do trabalho para além do estranhado e da exploração.

Em outros termos, consiste na realização de trabalho concreto, de valores de uso, de coisas úteis e formas de intercâmbio entre o *ser social* e o *ser da natureza* que não estejam subsumidas à mercadoria.

Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato – ação essa naturalmente articulada ao fim da sociedade produtora de mercadorias –, é algo ontologicamente distinto supor [...] o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana. Uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, o fim do trabalho abstrato, [...] outra muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o próprio criador (ANTUNES, 2005, p.33).

A permanência da centralidade do trabalho traz à tona duas questões imprescindíveis para o presente estudo. Primeiramente, porque apesar das visões fetichizadas impostas pela era da financeirização, o capital não consegue eliminar completamente o trabalho vivo, de modo que a teoria do valor continua vigente quando consideramos a capacidade socialmente combinada que o “trabalhador coletivo” tem de realizar múltiplas atividades (ANTUNES, 2005). Incapaz de eliminar a “*lei do valor*”, sem provocar uma ruptura radical com a sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2007), o capital recorre a diversos processos descentralizados e precarizados de trabalho, bem

como intensifica as formas brutais de acumulação como observou Harvey (2016). Além disso, porque essa tendência em reduzir os seres humanos à mercadoria, complementada pelos processos de apropriação da natureza, reascende constantemente a força do conjunto de homens e mulheres que lutam contra a imposição de uma relação que explora, expropria, mutila, descarta, precariza e desrealiza os homens e mulheres envolvidos nos processos produtivos, como destacou Thomaz Junior (2009), a partir da noção de plasticidade do trabalho (retomaremos essa discussão adiante).

Nesse sentido, esse processo de transformação no mundo do trabalho, em que os sujeitos tornam-se cada vez mais multifuncionais, polivalentes e descartáveis, nos coloca diante do desafio de pensar não somente as alterações nas formas de exploração, mas principalmente, entender como são ressignificadas as ações de resistências anticapitalistas expressas nas mais variadas lutas da classe trabalhadora, sobretudo na América Latina. Sejam evidenciadas nas greves, nas lutas pela terra e pela água, na luta pelo meio ambiente, etc., tais resistências dos diversos sujeitos sociais parecem trazer a defesa de um elemento comum: a dignidade da vida e do trabalho, que passam necessariamente pela defesa dos territórios e dos bens comuns.

Em verdade, estamos começando a presenciar o esgotamento dos rearranjos “pelo alto”, arquitetado pelas classes dominantes, e, desse modo, começando a visualizar o florescimento, no solo latino-americano, de um novo projeto societal de feição mais comunal, construído pela base em assembleias multitudinárias? Projeto este que começa a ser desenhado pela nova morfologia do trabalho em seu significado ampliado, tecido pelos operários, camponeses, indígenas, assalariados médios urbanos, trabalhadores empregados e desempregados, homens e mulheres que são parte da classe-que-vive-de-seu-trabalho e que constroem cotidianamente uma sociedade livre, socialista e emancipada? (ANTUNES, 2012, p. 176).

Ao nos situarmos a partir da América Latina, em que o território, os bens naturais e o trabalho são cada vez mais alvo do processo destrutivo de acumulação, pensamos que a abordagem a partir dos conflitos territoriais nos permite avançar na compreensão das resistências da totalidade do trabalho, sobretudo porque o território e a reapropriação social dos *bens comuns* sinalizariam para os sujeitos precarizados, embora de forma embrionária, a possibilidade de realização de trabalho concreto, ao estabelecer outras sociabilidades humanas repletas de sentido e de novas sociabilidades

com a natureza, como iremos perceber mais concretamente a partir das experiências de lutas dos trabalhadores nos acampamentos e comunidades rurais, que resistem à fruticultura capitalista no semiárido do Nordeste brasileiro.

Mais adiante, abordaremos porque a noção dos conflitos territoriais nos possibilita ir além de um construto teórico amparado exclusivamente no Estado-Nação, assim como permite-nos compreender as ações dos sujeitos sociais envolvidos nas lutas cotidianas a partir do conceito de geograficidade (MOREIRA, 2004).

1.2. Para além de uma concepção cristalizada do território: os conflitos territoriais e a geograficidade da luta de classes

A noção de conflito territorial aqui desenvolvida visa estabelecer um caminho teórico-metodológico que seja um ponto de partida para o entendimento dos principais processos que estamos analisando nesta pesquisa. Assim sendo, estabelecer os conflitos enquanto meio de tornar inteligíveis as dinâmicas geográficas significa compreender um conjunto contraditório de relações desiguais materializadas territorialmente. Consiste, em outras palavras, pensar uma trama de interfaces presentes na dinâmica da territorialização do capital, bem como aos processos de resistências emergidos destes contextos de dominação.

A partir dos conflitos territoriais torna-se indispensável a dimensão espacial dos sujeitos, na medida em que esta abordagem nos permite compreender como resistem aos processos de exploração, aos quais estão intrinsecamente imersos. Neste sentido, a ideia de geograficidade trazida por Moreira (2004), correspondente a uma relação quase sempre negligenciada entre geografia e práxis, evidencia o *ser-estar* no mundo do homem. Ou seja, o que o autor chama atenção é o fato de que os processos sociais possuem, em si, sua topologia, sua dimensão espacial, o que serve também para apreender enquanto geográfica as práticas dos diferentes sujeitos, sugerindo para o autor uma teoria geográfica da ação. Em suas palavras:

A geograficidade é a existência em sua expressão espacial. O ponto ôntico-ontológico de tradução do metabolismo homem-

meio no metabolismo homem-espaço. O espaço entra e atua assim como a mediação que ao tempo que organiza o metabolismo homem-meio em seus movimentos intra-natureza, coordena e orienta sua transfiguração no metabolismo social de uma sociedade organizada. A ontologia do ser geográfico é mais abrangente, rica e complexa que a ontologia do espaço. A geograficidade é, assim, o ser-estar espacial do ente. É o estado ontológico do ser no tempo-espaço. A geograficidade do homem é então a forma como a liberdade da necessidade emerge e se realiza através da forma concreta de existência espacial na sociedade (MOREIRA, 2004).

Assim como um conjunto de geógrafos e estudiosos guiados pelo pensamento marxista chamaram atenção para a historicidade do espaço através da noção de “espaço, socialmente produzido” (SANTOS, 1977³⁹; LEFEBVRE, 2008)⁴⁰, torna-se imprescindível enfatizar a geograficidade dos sujeitos sociais e suas lutas diárias enquanto um elemento fundamental, embora tão negligenciado, mesmo quando sabemos, conforme observou Moreira (2013), o espaço e sua historicidade não tem fundamento sem o sujeito da história, pois ela é produto dos sujeitos.

A Geografia do Trabalho ou a compreensão geográfica do trabalho, consiste numa perspectiva teórica fundamentada na compreensão ontológica do trabalho, o que corresponde estabelecer, de forma mais ampla, esta categoria como mediadora da relação com a natureza, e, de modo mais específico, permite apreender a realidade a partir das contradições evidenciadas no âmbito da luta de classes, sem perder de vista a dimensão espacial dos sujeitos sociais envolvidos na trama histórica materializada nos conflitos territoriais.

Trata-se, no dizer de Thomaz Junior (2010), de atribuir centralidade ao tema do trabalho, que quase sempre não aparecia enquanto um tema central na Geografia e, quando aparecia, geralmente permanecia reduzido a compreensão do trabalho-emprego como em Pierre George (MOREIRA, 2016), ou mesmo diluída nas descrições dos

³⁹ A Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a história. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada a sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo é social (SANTOS, 1977, pp. 81).

⁴⁰ HENNRI, LEFEBVRE. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

modos de vida, como podemos encontrar em Max Sorre (1984), ao tratar do conceito de gênero de vida, abordagem comum tanto nos estudos deterministas de Ratzel quanto no *possibilismo lablacheano*.

Como vimos, o tema do trabalho já aparece em Max Sorre, embora de maneira parcial e ainda imbuído nas armadilhas deterministas tanto da geografia francesa quanto presente na geografia alemã. Apesar de conseguir antecipar formas de teorizações sobre a geografia do capitalismo, que seriam consolidadas posteriormente, como a ideia de materialismo histórico geográfico de Harvey (2004). Este autor atribui sua relação ao conjunto das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graça as quais um determinado grupo humano assegura sua permanência num dado meio. Assim, Max Sorre expressa uma leitura que valoriza o meio técnico desenvolvido pela sociedade, baseando sua compreensão do trabalho meramente a partir de sua divisão técnica. Diz ele:

o gênero de vida é um conjunto de técnicas [...] devemos voltar a considerar a capacidade de reação dos grupos humanos, sua faculdade de criar a paisagem geográfica. Eis porque, após estabelecido os fundamentos biológicos da geografia humana sobre uma base um pouco restrita, ampliei meu projeto [...] partindo em busca dos fundamentos técnicos” [...] “sabemos hoje que existe uma geografia do capitalismo. Sabemos que o conhecimento de grandes sociedades acionistas é indispensável para explicar a transformação do mundo intertropical pela economia do plantations” [...] “em vastas regiões de economia sobretudo agrícolas quase não se usam senão forças humanas na valorização do solo, ainda em nossos dias. Essas considerações justificam o projeto, que tentamos elaborar, de uma geografia do trabalho [...] “falar em posição geográfica relativa é falar também em estradas, em possibilidades de transporte. As relações entre os grupos humanos não se estabelecem ao acaso. A função de relações está submetida às condições geográficas, talvez até mais que a outras funções sociais [...] (SORRE, 1984, p. 91-93-94)⁴¹

Não se trata de negar as contribuições supracitadas, pois tais ideias já explicitam uma geograficidade diferencial dos processos, mas de avançar na compreensão conceitual e analítica, quase sempre ausente na geografia (MOREIRA, 2016). Por tal razão, Thomaz Junior (2010) chama atenção para um enfoque que considere o trabalho em sua totalidade social, bem como que articule ao mesmo processo dialético as

⁴¹ MAXIMILIAN SORRE. *Coleção Grandes cientistas sociais*. São Paulo: ática. Org. tradução: Januário Francisco Megale. 1984.

diversas dimensões correspondentes à produção e reprodução da vida, que sejam, ao mesmo tempo, facetas do mesmo conceito.

É nesse processo de auto-realização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, que reconhecemos o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que a sociedade e natureza e, as mediações que governam essa relação dialética, sejam 'lidas' pela geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual [...] a geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos [...] (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Ora, a reordenação do mundo do trabalho no século XXI, impulsionada pelos processos de flexibilização, descentralização e informatização das dinâmicas produtivas estabelecem desafios tanto ao fazer científico quanto aos diferentes segmentos de trabalhadores e suas organizações que travam a luta anticapitalista. É por essa razão que amplia-se a importância da reflexão teórica acerca dos conflitos territoriais, pois como observa Thomaz Junior (2010), mesmo diante das fragmentações, sociais, sindicais, da heterogeneidade e das clivagens corporativas é possível vislumbrar processos germinais de emancipação social a partir das diferentes frentes de confrontação com o capital, como tem sido visto nos movimentos envolvidos na luta pela terra no Brasil, aglutinando em torno de si, um conjunto complexo de questões vitais à reprodução da vida. Em outra de suas contribuições Thomaz Junior (2012) pondera acerca das novas formas de resistências que derivam da nova morfologia do trabalho:

A sociedade só pode se transformar pela via da luta de classes, o que exige de nós atenções para a atualidade do tecido social do trabalho, intensamente fragmentado. É por esse caminho que nos propomos identificar as diferentes formas que expressam a resistência ao capital, todavia não mais restrita aos parâmetros do assalariado tradicional, ou do operário taylorista/fordista, mas extensiva às demais formas de explicitação do trabalho [...], que, em conjunto, crescem em todas as escalas geográficas e em magnitude. A respeito das sociabilidades que não se restringem ao circuito da relação essencialmente capitalista, podemos tomar os exemplos das práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou seja, a terra vista não como mercadoria, mas sim território de vida, da própria existência [...] (THOMAZ JUNIOR, 2012, p. 32).

É nesta perspectiva que se torna desafiador enfatizar uma análise relacional e processual do território enquanto resultante do conflito de classes. Entendemos que esta abordagem possibilita avançar da compreensão da realidade concreta a partir de suas múltiplas determinações, trazendo à luz dimensões culturais, culturais, políticas e econômicas que estão entrelaçadas. Marx já chamava atenção nos *Grundrisse* para diferentes facetas que compunham a totalidade concreta e os desafios que exigem da investigação para torná-la inteligível. Assim, dizia ele referindo-se ao método dialético:

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também ponto de partida da intuição e da representação [...] “o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto (MARX, 2011, p.54)⁴².

É exatamente devido ao complexo de várias determinações aludidas acima, as quais correspondem à diversidade de temas que se articulam ao conjunto heterogêneo das lutas sociais, situadas particularmente no complexo do agrohidronegócio fruticultor, que apostamos na luta de classes enquanto fio condutor teórico-metodológico necessário à articulação das diferentes formas de resistências, tais como: a luta pela saúde ambiental, pela terra/água, pela efetividade das políticas públicas etc.

O território, por assim dizer, em sua totalidade concreta, deixa de constituir-se meramente um palco, onde as coisas e os sujeitos estão justapostos, bem como vai além da ideia de um território totalmente determinado pela *norma* garantidora do poder do Estado e do capital⁴³, e passa a ser concebido enquanto síntese da materialização da luta de classes.

Pensar o território a partir do conflito permite mais que negar a existência de uma apropriação territorial, pela “razão instrumental” das grandes corporações, que o concebem apenas enquanto recursos disponíveis a viabilizar seus interesses estratégicos, passando por cima de povos, degradando a natureza e precarizando o trabalho, isto é, possibilita-nos evidenciar que não existe forma de controle absoluto, que a luta de

⁴² Grundrisse.

⁴³ Como pode ser visto em RATZEL. Coleção Grandes Cientistas sociais.

classes, materializada nos conflitos territoriais, sinaliza processos de transformações possíveis. Como observou Oliveira (2002), atento a essa dimensão, o território é:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um a *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. [...] a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. [...] Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2002, p.74-75).

Tal abordagem ancorada no conflito avança naquilo que Thomaz Júnior (2012) acertadamente observa em relação ao objetivo central das pesquisas que tomam a centralidade do trabalho enquanto indispensável à compreensão das complexas tramas sociais. Ou seja, pensar a amplitude das ações de resistência, atentos à ideia de que há sujeitos capazes de mudar o mundo e, tendo em vista a polissemia do trabalho no século XXI, consiste em identificar as possibilidades emancipatórias da classe trabalhadora.

1.3. A necessidade e a possibilidade de transformações históricas radicais

A processualidade dos conflitos territoriais permite vislumbrar a possibilidade de transformações substantivas. Desse modo, diante do conjunto de contradições inerentes ao sistema irreformável do capital, que se manifesta de maneira destrutiva no campo e na cidade, emergem diferentes movimentos de contestação deste sociometabolismo irracional (MÉSZÁROS, 2002), o que coloca constantemente a possibilidade histórica

de uma transição. Conforme observou Mészáros (2007, p. 28), “o capital continua a negar, do auto de sua fictícia autoabsolutização, a possibilidade de ser historicamente superável”. Para este autor, as leis do capital sempre estiveram baseadas numa falsa inversão entre o absoluto e o relativo, com o intuito claro de perpetuar seu próprio domínio, mesmo que para isso tenha que instituir princípios de uma produção destrutiva, que se distingue substancialmente do eufemismo de “destruição criativa da terra” discutido por Harvey (2011).

As análises de Marx acerca da jornada do trabalho⁴⁴ mostram que a constituição da racionalidade do capital, ao buscar sempre extrapolar todos os limites da força de trabalho, com o intuito de extrair mais valor, mesmo levando à exaustão os sujeitos envolvidos no processo, desrespeitando todas as necessidades humanas que constituem as condições de reprodução social dos homens e mulheres envolvidas no processo de produção. A intenção do capitalista consiste em prolongar cada vez mais a jornada de trabalho, bem como em reduzir ao máximo o valor da força de trabalho. Contrariamente, a luta do(a)s trabalhadore(a)s se volta para que seja instituído um limite à exploração, já que os limites físicos de sua reprodução biológica não podem ser ultrapassados. Dessa forma, conclui Marx: existe uma antinomia de direito, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei de mercadorias.” Como “entre direitos iguais quem decide é a força”, a regulamentação da jornada de trabalho constitui, na história da produção capitalista a luta em torno dos limites da jornada de trabalho.

O que Marx, *mutatis mutandis*, está chamando atenção é para o fato de que a racionalidade cega do capital, ao desconsiderar qualquer tipo de preocupação com as condições de vida e de saúde do trabalho – e tal princípio predatório se aplica hoje facilmente ao destrutivismo iminente sobre a natureza –, estabelecendo a precariedade enquanto regra societal como temos presenciado no século XXI. Desse modo, a menos que seja forçado socialmente, através dos sujeitos auto-organizados, a ter limites a marcha do capital continuará a destroçar territórios de vida, intensificar a exploração dos homens e mulheres que trabalham e a mercantilizar os bens da natureza. Com efeito, observamos a partir de seus princípios que os avanços societários, do ponto de vista dos direitos sociais e ambientais, não podem advir das concessões do capital, mas

⁴⁴ Ver O Capital Vol. I. capítulo 8 – A Jornada do Trabalho.

de longas lutas travadas pelos trabalhadores contra à exploração capitalista.

A busca de uma liberdade real que ultrapasse os limites de uma forma fetichizada, típica da sociedade do capital que tende a converter “liberdade” em dominação (seja da força de trabalho, seja da apropriação territorial), se dará certamente a partir do atendimento das necessidades mais elementares dos seres humanos, conforme observou Harvey (2016). Para ele, a mudança societal que preze por novas relações sociais e outro modo de vida qualitativamente distinto consiste numa necessidade objetiva que passa necessariamente pela redefinição dos princípios que prevalecem no capitalismo contemporâneo.

Neste sentido, coloca-se enquanto horizonte para as lutas do(a)s trabalhadore(a)s, a conquista de uma igualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2015), baseada na satisfação de necessidades concretas, o que a nosso ver passa necessariamente pela autonomia territorial e, conseqüentemente, do tempo de vida. Tal estágio de desenvolvimento, ainda de acordo com Harvey (2016), só será atingido quando a ideia de liberdade, ancorada num neoliberalismo irresponsável, não designar autorização para a devastação e pilhagem territorial na busca de lucro rápido e fácil, como evidenciou o estudo de Perpétua (2016), ao enfatizar a degradação socioambiental, as expropriações e os adoecimentos de trabalhadore(a)s provocados pela monocultura do eucalipto, apesar de camuflada atrás da falácia do capitalismo verde; ou, da mesma forma, que liberdade não se restrinja ao direito dos capitalistas explorarem os trabalhadores ao seu limite máximo, restando a estes apenas a submissão nos diferentes setores produtivos do capital (como veremos no segmento do agrohídronegócio fruticultor, especialmente em relação à estratégia do capital em ilhar com monoculturas e com chuvas de veneno, que inviabilizam a saúde e a soberania das comunidades rurais).

A discussão centrada nas múltiplas resistências da totalidade do trabalho traz consigo o princípio do humanismo radical do pensamento marxiano (LUKÁCS; HARVEY 2016; COUTINHO, 2010), ao evidenciar que a construção de um novo mundo passa necessariamente pelo estabelecimento de um trabalho associado (outra relação sociedade-natureza), enquanto possibilidade de gestar esse novo ser social baseado no trabalho concreto, destituindo os fetiches que sustentam a sociedade do “livre mercado”, que se ampara numa irresponsabilidade institucionalizada (MÉSZÁROS, 2002), na medida em que as formas de decisão são cada vez mais

antidemocráticas, devido sua estrutura se fundamentar a partir da divisão hierárquica do trabalho.

Hoje, a situação é radicalmente diferente, pois, num momento em que a expansão do capital é inseparável da reprodução e da autopreservação destrutivas do sistema, é cruel levar adiante, com maior intensidade praticável, um tipo deformado de produção. Dessa forma, a disciplina externa do capital não só não faz mais sentido como ainda representa o triunfo devastador da *não-razão*, da mesma maneira que a insensata expansão do valor de troca, à custa de necessidades humanas vitais, representa o triunfo da incapacitante do *antivalor*. (MÉSZÁROS, 2002).

O descontentamento dos diferentes segmentos de trabalhadoras e trabalhadores, bem como de povos ligados aos territórios de vida em diversas partes do mundo, consiste na maneira despótica com que o capital impõe um conjunto de condições e regras desiguais, as quais todos têm de se submeter para que ele mantenha sua marcha expansionista. Estabelecer limites ao capital torna-se cada vez mais urgente um vez que sua contradição perigosa de crescimento infinito (HARVEY, 2016) tem ampliado a privatização de bens comuns, a precarização da vida e do trabalho em diversos localidades, conseqüentemente, expropriado de forma violenta populações inteiras, privando-as de direitos básicos, como o direito à terra, à água, ao ambiente saudável etc.

Esta característica predatória aparece no Brasil de forma muito particular, quando pensamos os processos destrutivos que se materializam no campo, seja a partir dos mais diversos extrativismos minerais, seja através dos impactos gerados pelo setor hidroenergético, seja em torno do agrohidronegócio, em seus variados segmentos. Como observou Thomaz Junior (2009), o capital consegue articular aquilo que é de mais moderno, do ponto de vista do arsenal técnico-científico envolvido nos processos produtivos de *commodities*, àquilo que é mais arcaico, como a ampliação da concentração fundiária, a intensificação da violência física e psicológica (soma-se à violência silenciosa dos agrotóxicos) contra os povos, a violação dos direitos dos trabalhadores, a privatização da água e a destruição ambiental.

Por tal razão, pensamos que estudar os processos de resistências possibilita-nos apreender a incompatibilidade de um processo de acumulação de capitais com a manutenção e defesa das condições de vida e de trabalho digno, para as quais os elementos da natureza são imprescindíveis. À medida que ao capital interessa

expropriar, sugar trabalho não pago por diversas vias, destruir meios de vida inerentes ao território, aos trabalhadores e aos povos do campo interessa (re)apropriarem-se dos meios que permitem a criação de formas de vida com maior autonomia e satisfação plena (BRANDÃO, 2010).

Como buscaremos desenvolver, a partir da experiência das lutas em torno do agrohidronegócio fruticultor no semiárido, a luta pelos bens comuns (terra, água, ar) tem se colocado enquanto importante fator na luta anticapitalista, na medida em que a busca de garantir as condições objetivas, necessárias à reprodução de relações de trabalho que sejam relativamente autônomas, se confronta com os imperativos e condicionamentos do capital, colocando cada vez mais em evidência o caráter predatório assumido pelo extrativismo territorial do modelo de desenvolvimento hegemônico na América-Latina.

1.4. Relação entre a universalidade-singularidade-particularidade dos conflitos: aproximação às resistências do trabalho

“Tudo se discute neste mundo. Menos uma única coisa que não se discute. Não se discute a democracia. A democracia está aí como se fosse uma espécie de santa do altar, de quem já não se espera milagres, mas que está aí como uma referência. E não se entende que a democracia que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada [...] porque o poder [...] o poder do cidadão, o poder de cada um de nós se limita, na esfera política, repito, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e por outro que talvez venha a gostar. Nada mais! As grandes decisões são tomadas numa outra esfera, e todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, o FMI, as Organizações “Mundiais” do comércio, os Bancos” “mundiais”, a OECDE, tudo isso. Nenhum desses organismos é democrático. Como poderemos continuar a falar em democracia, se aqueles que efetivamente governam o mundo, não são eleitos democraticamente pelo povo? (José Saramago – Nobel de Literatura)⁴⁵.

⁴⁵ Transcrição do vídeo do Youtube disponível em: 26 de agosto de 2017.

O trecho do discurso supracitado expressa a problemática das formas de decisões que afetam as dinâmicas territoriais, a vida de muitas pessoas e trabalhadores, que nem sempre são consultados a respeito do seu próprio destino, como nos casos das expropriações, a precarização do trabalho e da degradação sócio-ambiental imposta por megaempreendimentos e pelos conglomerados do agrohidronegócio, os quais lucram com agrotóxicos no Brasil. Tal fato, cujo exemplo do modelo de irrigação capitalista do semiárido nordestino é um caso particular, nos remete a pensar a partir do conhecimento escalar, no que tange à tomada das decisões que afetam os territórios, os espaços urbanos, modificam as paisagens, dão novos significados aos lugares e redefinem as regiões, assim como influem sobre os processos de resistências sociais.

A compreensão dos processos geográficos concretos, expressos na relação dialética entre dominação-resistências, requer necessariamente uma relação entre as escalas, pois só assim torna-se possível visualizarmos os fenômenos por diferentes âmbitos, levando em consideração os processos de desenvolvimento desigual que se materializam territorialmente (HARVEY, 2016; OLIVEIRA, 2014, MOREIRA, 2015).

Desse modo, poderemos identificar o controle territorial do agrohidronegócio fruticultor enquanto um segmento particular de um capital social total mundializado, com seus arranjos, planos e lógicas ditadas pelos mercados. Da mesma forma, as resistências se voltam necessariamente contra um modelo produtivo que impõe como regra o monopólio territorial, a padronização das atividades produtivas e a precariedade do trabalhadores e povos.

Nesta perspectiva, a relação multiescalar permite ampliar o entendimento da questão concreta que estamos investigando, pois a fruticultura do semiárido nordestino, sobretudo em fins dos anos 1980, passou a atender aos imperativos externos, vistos tanto na produção de mercadorias que chegam à Europa, aos EUA, à Ásia, entre outros, quanto a partir da territorialização de grandes grupos empresariais, ligados ao setor agrohidro-exportador e a outros ramos produtivos, que buscam sempre as melhores condições de lucratividade estabelecidas com a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996).

É ilustrativo dessa relação a visita que realizamos na grande empresa construtora, envolvida no esquema de corrupção da Operação Lava Jato, situada em Petrolina-PE, a Queiroz Galvão Alimentos. A atuação no setor de agroindústria de frutas dessa multinacional de capital aberto, que possui a maior parte de seus investimentos na

construção civil, mostra-nos, por um lado, a diversificação e monopólios dos capitais nos setores produtivos e, por outro, sua relação com a internacionalização vista na exportação de frutas *in natura*, sucos, água de coco engarrafada, que chegam à Europa diretamente e/ou atendem a redes de varejo que atuam no Brasil, como a Pão de Açúcar. Sem contar que a referida empresa atua em vários setores, como civil, siderurgia, saneamento, setor naval etc., estando presente nas Américas do Sul e Central, no Caribe e na África, nos seguintes países: Angola, Argentina, Colômbia, El Salvador, Equador, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Honduras, Líbia, Moçambique, Namíbia, Nicarágua, Panamá, Peru, Quênia, República Dominicana, Senegal, Tanzânia e Venezuela⁴⁶. Tais informações só demonstram o alcance desses monopólios e o poderio que eles possuem em barganhar benesses territoriais e fiscais nos países onde atuam, bem como ressignificam nossa compreensão de “capital nacional” à medida que as sociedades por ações, de capital aberto, ganham força.

Tais condições ideais buscadas pelos capitais nos territórios, em muitos casos, são sinônimas não somente de disponibilidade de terras, flexibilizações das leis ambientais, facilidades em acesso à água, mas também apropriação cada vez maior de trabalho precário, força de trabalho barata, que são legitimados pelos desmontes nas leis do trabalho, como é o caso da reforma trabalhista, desmontando a frágil CLT, da consolidação pelo Supremo Tribunal Federal da terceirização total e pela ausência de fiscalização e cumprimento das leis do trabalho.

Como poderemos constatar ao longo do presente estudo, não se trata de qualquer fruticultura atuando no semiárido nordestino, mas de uma atividade desenvolvida por grupos multinacionais e nacionais (ligados ao setor de exportação, bem como a setores especulativos da financeirização), os quais se apropriam do território para produzir frutas intensivamente, exaurindo os recursos do território e expropriando comunidades em função de seus interesses corporativos.

Tal processo de produção e circulação supracitado tem sua especificidade por acontecer em áreas de Perímetros Irrigados, que são ordenamentos territoriais criados pelo Estado brasileiro, seguindo os preceitos neoliberais estabelecidos e determinados pelo Banco Mundial (BM), o que se configura enquanto um sistema de controle territorial externo ao território nacional, regional e local. Esse caráter produz e/ou induz

⁴⁶ <https://www.grupoqueirozgalvao.com.br/queiroz-galvao/atuacao-internacional/>. Acesso: 05 de setembro de 2018.

diversas modificações das relações de trabalho, ao mesmo tempo, em que redimensionam os conflitos territoriais, à medida em que territórios de vida passam a ser alvo de interesses corporativos exógenos. Conforme observou Mészáros (2002), em relação à natureza hierárquica da tomada de decisão que impõe um modelo de desenvolvimento:

[...] dada a *estrutura conflitante* da divisão social hierárquica do trabalho do capital, a dimensão *coesiva* deve ser imposta *de cima* às partes constitutivas de seu sistema incorrigivelmente *centrífugo*. Consequentemente, é falsa a oposição entre “central” e “local”, já que tudo deve – na lógica do capital – ser impiedosamente subsumido [...] aos imperativos estruturais hierárquicos do sistema do capital. A verdadeira questão, portanto, é a relação entre o *todo* e suas *partes*, os escalões do topo de sua estrutura de comando, com sua perversa centralidade, usurpam o lugar do *todo* e dominam as *partes*, impondo sua parcialidade como o *interesse do todo* (MÉSZÁROS, 2002, p. 980).

Desse modo, quando buscamos discorrer sobre as lutas construídas na escala local e em determinados cotidianos (como nos acampamentos e nas comunidades rurais próximas ao agrohídronegócio fruticultor), observamos que os processos de tomada de decisão que viabilizam a onda destrutiva do capital (a que suas lutas se contrapõem), articulam tais resistências contestatórias ao próprio movimento amplo da acumulação global. Logo, não estamos nos referindo apenas a processos que se decidem no âmbito de sua materialização, mas de formas de controle social e territorial construídos em relações com outras escalas: regionais, nacionais, internacionais.

Da mesma forma, as resistências não podem ser meramente interpretadas como lutas “locais”, já que o alvo da contestação é o próprio modelo de desenvolvimento que afeta integralmente a vida de trabalhadores(as) assalariado(a)s, camponeses, indígenas, etc., não apenas no semiárido do Nordeste, mas em vários ambientes do Brasil, da América Latina, da África e da Ásia. Consistem, portanto, em lutas por questões vitais à reprodução social da vida, que são demandas comuns dos diferentes povos e trabalhadores precarizados.

Quando abordamos a questão dos conflitos territoriais desencadeados nas áreas de expansão do agrohídronegócio fruticultor, temos de observar que tal produção mundializada se forma a partir de redes de circulação de mercadorias entre as

economias de vários países (BEZERRA, 2012). Além disso, a própria territorialização das empresas multinacionais no setor fruticultor esvai a possibilidade que a complexa trama de relações, inerente aos processos de acumulação na fruticultura, sejam explicados meramente através da escala local, sob pena de permanecermos na dimensão fenomênica e não apreendermos a totalidade dos processos estudados.

Aqui, cabe a observação de Lukács (2012) acerca da coexistência dos processos, bem como das relações entre essência-aparência; isto é, a relação dialética entre local-global, como vem sendo desenvolvidos nos estudos do CEGeT. Mesmo criticando a forma idealista da ontologia hegeliana, Lukács pondera:

Em Hegel, porém, a totalidade é muito mais que um compêndio sintético da universalidade extensiva; ao contrário, é a estrutura fundamental na edificação da realidade em seu todo. Portanto essa realidade total não só possui enquanto tal uma constituição totalitária, mas consiste de partes, de ‘elementos’, que também são, por seu turno, estruturados como totalidades. O Todo do qual ele fala, de modo programático, é uma totalidade que se constrói com as inter-relações dinâmicas de totalidades relativas, parciais, particulares. (LUKÁCS, 2012, p. 238).

Os princípios estabelecidos por Marx são muito elucidativos para o exercício de transcender a aparência. Ao criticar o pensamento restrito presente nos analistas políticos alemães (especialmente Arnold Ruge), que tratavam as revoltas dos trabalhadores *silesianos* enquanto limitadas, isoladas e parciais, cujo horizonte deveria ser voltado à uma revolução político-burguesa, ainda em falta na Alemanha atrasada, ele contrapunha-se da seguinte maneira:

[...] por mais parcial que seja uma revolta industrial, ela encerra em si uma alma universal; e por mais universal que seja a revolta política, ela esconde, sob formas mais colossais, um espírito estreito. Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque – mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial – ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, por que parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana (MARX, 2010 [1844], p. 76).

Permeados por tais princípios, inerentes ao conteúdo social dos processos, pensamos que a teia de relações escalares a que estão articuladas as resistências

permitem estabelecer outros contornos interpretativos, trazendo para o centro do debate os movimentos de luta dos grevistas, desencadeados nas empresas de fruticultura, bem como os movimentos de luta pelos bens comuns do território, que se configuram enquanto expressões fenomênicas de processos e necessidades universais indispensáveis à emancipação do trabalho na América Latina.

A territorialização do agrohidronegócio fruticultor ao provocar a concentração e o monopólio sobre as terras e as águas, rebate na inserção do conjunto de trabalhadoras e trabalhadores, que passam a ser incorporados à cadeia produtiva de maneira cada vez mais precarizada. Ao se apropriar dos meios básicos de garantir a reprodução da vida, o capital não deixa uma alternativa que não seja a superexploração do trabalho (MARINI, 1972; SANTOS, 1970)⁴⁷. Mas qual seria então a articulação desse processo (que observamos empiricamente) com um conjunto de redefinições no mundo do capital e do trabalho no século XXI? E desta maneira, como como se constituem e se articulam as mais diferentes lutas a partir dos conflitos territoriais?

Neste sentido, as resistências da totalidade do trabalho vivo (THOMAZ JUNIOR, 2009), expressa em sua diversidade de lutas, constituem a contestação necessária ao ordenamento territorial viabilizado pelo Estado e fundamentado no atendimento da reprodução do capital fruticultor, cuja intenção está centrada no controle territorial, social e do trabalho. Assim, as reivindicações dos movimentos sociais, se articulam também em redes de organizações regionais, nacionais e internacionais, de modo que não só o processo de dominação mas também as formas de resistências configuram-se enquanto multiescalares.

Todos esses aspectos expressam a importância da questão escalar, sobretudo a respeito da simultaneidade dos processos geográficos no mundo globalizado, em que existe uma ampliação da velocidade dos processos de acumulação, viabilizados pelo aprimoramento técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997). É neste contexto que podemos reiterar a afirmação de Neil Smith, quando observa que “é a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado” (SMITH, 1997, p. 144).

Ou seja, a noção de escala enquanto relação social, produzida ativamente, revela a espacialidade diferencial, não somente as distintas escalas analíticas, que variam do

⁴⁷ MARINI; R. Considerações metodológicas sobre a aplicação do Marxismo na América Latina; SANTOS, T. Subdesenvolvimento e dependência. In: LOWY, M. (Org.) O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais.

corpo à casa; da comunidade ao bairro; da cidade à região; da nação ao globo. Tal aspecto permite entender também a ação dos mais variados sujeitos sociais que contestam e/ou se contrapõem às estruturas de dominação (impostas de cima) que tentam aprisioná-los. Em suma, a escala aparece enquanto condição para a compreensão da condição de excluído, como também enquanto meio de articulações que viabilizam ações contra hegemônicas.

Nesta perspectiva, a noção escalar revela as facetas tanto dos agentes hegemônicos de dominação, a exemplos das megacorporações transnacionalizadas, atuantes nos mais diversos territórios, com suas lógicas espaciais voltadas ao controle social e territorial, bem como permite-nos entender como os mais diferentes sujeitos oprimidos buscam se articular das mais diversas formas e, através dos distintos níveis, se fortalecerem nos processos de resistências. Os exemplos dos movimentos de luta pela terra, como o MST, que atua desde áreas de assentamentos e acampamentos rurais, por todas as regiões brasileiras, até a articulação internacional (como referencia-se na Via Campesina) só revela a necessidade dos saltos escalares, estabelecidas no plano da ação contestatória desses sujeitos. Tal fato certamente não significa um abandono das lutas cotidianas, pelo contrário, são elas que dão sustentação concreta aos diversos movimentos anticapitalistas.

Portanto, a importância da experiência cotidiana como ponto de partida para apreensão das resistências materializadas territorialmente está no fato delas revelarem especificidades de processos mais amplos, presente em cada local. Considerar, então, que estes processos não surgem e nem se explicam pelo lugar em si, permite entender a interdependência dialética entre o singular, particular e o universal (LUKÀCS, 2012), a partir de uma visão multiescalar na Geografia, pois o cotidiano das resistências do trabalho ao agrohidronegócio fruticultor, que se manifestam num lugar empiricamente observável, expressam uma contraposição às tendências genéricas de destrutivismo imanente do capitalismo predatório do século XXI, que se materializam de forma específica em cada recanto do mundo: sobretudo nos países de capitalismo periférico, onde a mercantilização da natureza e a precarização total da vida tornaram-se condição dos processos de acumulação.

1.5. A geografia do trabalho e redefinição das resistências

A centralidade do trabalho é definidora da concepção de mundo que norteia a construção da nossa pesquisa em geografia, à medida que sua dialética sinaliza, para além de uma compreensão coisificada, anunciar outro horizonte histórico possível para a sociedade, mesmo que atualmente a sociabilidade hegemônica esteja fundada na subordinação e na exploração de trabalho alheio. Tal afirmação da importância ontológica do trabalho contribui, como vimos, ao entendimento do mundo contemporâneo, especialmente diante de transformações expressivas na sua morfologia e polissemia do trabalho. Uma breve consideração histórica acerca das modificações no mundo do trabalho permite compreender melhor tal característica.

Nas fábricas típicas do século XIX, era bem evidente a necessidade do trabalho vivo para garantir a viabilidade dos processos produtivos na forma adensada como se constituíam as plantas fabris e, conseqüentemente, permitiam os lucros dos capitalistas, da mesma maneira que a identidade e a consciência de classe tinham grandes possibilidades de aflorar diretamente do “chão da fábrica”, pois o flagelo de suas vidas se expressavam enquanto resultado da exploração direta dos capitalistas produtivos. Tal cenário é narrado brilhantemente no livro *Germinal*, por Émile Zola, ao descrever as condições desumanas, as quais estavam submetidos os/as trabalhadore(a)s mineiro(a)s, na França do século XIX. As cenas desta obra detalham as mazelas da exploração capitalista, tornada consciente pelos sujeitos no cotidiano de suas relações sociais, que se estendiam desde os locais de trabalho até as vilas fabris “famintas” e repletas de braços prontos a trabalhar.

Nos casos descritos, independente de sua materialização desigual, as fábricas eram responsáveis não apenas por um tipo de exploração da força de trabalho, mas moldavam, de certa maneira, a geografia das formas de luta à medida que as cidades, os bairros, os espaços se moldavam a partir de uma divisão territorial do trabalho bem situada geograficamente. A contradição capital-trabalho, expressa com mais clareza no mundo fabril, possibilitava que as lutas ameaçassem diretamente os capitalistas a partir das greves, como as grandes paralizações realizadas no ABC paulista e no domínio da

agroindústria canavieira brasileira (THOMAZ JUNIOR, 2002). Em ambos os casos, os sindicatos, devido à relação direta com o empregador, consistiam no meio privilegiado de encabeçar uma resistência anticapitalista e o operário tradicional representava a vanguarda de transformações substantivas.

Não se trata aqui de afirmar que os processos de exploração narrados em *Germinal*⁴⁸ e que as formas de luta expressas nas greves tenham sido extintas na atualidade, mas de enfatizar que diante da ameaça iminente das resistência(a)s dos trabalhadore(a)s e atendendo aos imperativos de sua própria crise estrutural, o capital redefiniu os processos de acumulação⁴⁹ e, com isso, criou um conjunto de sujeitos descartáveis, polivalentes e precarizados. Estes, mesmo produzindo riqueza, que é apropriada pelo movimento total do capital, podem não estar ligados diretamente ao capitalista por uma relação contratual formal, como veremos nos casos de integração da produção de frutas por assentados. Os processos de descentralização espacial da produção e da intensidade com que as formas não capitalistas são incorporadas combinadamente à acumulação, revelam a complexidade da geografia do trabalho contemporânea.

Em suma, o que percebemos no século XXI é uma expressiva metamorfose do mundo do trabalho. As novas características de um capitalismo destrutivo que modifica as formas de reprodução societárias, ao mesmo tempo que também impõe uma transfiguração das lutas sociais em várias instâncias. Isto é, uma modificação na morfologia laboral, significando, assim, a emergência de novas formas de lutas (ANTUNES, 2012; BRAGA, 2017; HARVEY, 2016; MARICATO, 2015).

Contrapostas aos monopólios capitalistas que espoliam os povos, precarizam o trabalho e degradam os bens da natureza, a luta pela terra, pela água, contra os agrotóxicos, pela agroecologia, pela soberania alimentar, pela moradia, pela cidade, por direitos, etc., tornaram-se indispensáveis ao entendimento da resistência ampliada da classe trabalhadora no Brasil, sobretudo devido ao caráter rentista e concentrador do capitalismo aqui consolidado, que torna cada vez mais elementos vitais à reprodução social em meios de acumulação.

Diante dessa complexificação, advinda com as transformações do regime de

⁴⁸ Romance *Germinal* de Emile Zola.

⁴⁹ Veremos em maior profundidade esta questão no capítulo 2, quando analisamos a passagem de um capitalismo fordista para um regime de acumulação flexível, com implicações não só para o mundo do trabalho quanto para a destruição da natureza.

acumulação, cuja pulverização e fragmentação dos processos produtivos constituem-se em sua característica, torna-se desafiador à geografia do trabalho compreender as particularidades das formas de luta que são travadas no multifacetado e polissêmico universo dos sujeitos. As manifestações concretas dos diferentes segmentos do trabalho, vinculados às empresas, na fruticultura empresarial, além de possibilitar apreender os processos de mobilidade social e territorial do trabalho contribui para evidenciar as redefinições das resistências. Como menciona Thomaz Junior (2013):

É o entendimento das diferentes experiências de resistência, de organização e da plasticidade constantemente refeita que nos possibilitará conhecer o enraizamento e o sentido revolucionário do trabalho, e não as definições preconcebidas, forjadas e distantes da centralidade do conflito de classe e do processo social que lhe dá sustentação (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Esta tem sido a grande contribuição das pesquisas desenvolvidas no âmbito do CEGeT, ao buscar desvendar, de diferentes maneiras, e em distintos setores produtivos, as contradições dos processos sociais de acumulação capitalista materializados no território (THOMAZ JUNIOR, 2009; BEZERRA, 2012; ALVES, 2014; MENDONÇA, 2004; PERPÉTUA, 2016; HECK, 2013, 2017; BARRETO, 2018). Tais estudos nos deram subsídios analíticos para que pudéssemos repensar os processos plurais de resistências ao capital, a partir de sua forma particular nos Perímetros Irrigados. O acúmulo de reflexões teóricas articuladas à reflexão empírica que desenvolvemos tem a pretensão de desvendar os processos de resistências aos agentes hegemônicos, responsáveis pela dominação territorial e pela precarização generalizada sobre o trabalho e a natureza.

A concepção suscitada pela abordagem geográfica do trabalho contribui, de um lado, para questionar as teses que advogam o fim trabalho e, de outro, para recolocar a questão dos sujeitos sociais enquanto protagonistas dos processos de transformações substantivas. Através da *práxis* (ação consciente na realidade concreta), evidencia o papel desempenhado pelo conjunto de homens e mulheres que compõem aquilo que entendemos por totalidade do trabalho, exaustivamente desenvolvidas nas obras: Thomaz Junior (2009, 2010); Antunes (1999, 2011); Mészáros (2002, 2007, 2015).

Num mundo onde nunca se trabalhou com tanta intensidade, ao mesmo tempo em que se ampliaram as formas de exploração, de migrações forçadas como temos

observado por todo o mundo (basta perceber a crise dos refugiados), falar em crise do trabalho só pode aludir à crise de sua forma estranhada, na qual a objetivação do gênero humano é utilizada como meio de dominação. Assim sendo, nossa defesa da centralidade do trabalho (LUKÁCS, 2013; ANTUNES, 2005; THOMAZ JUNIOR, 2009, 2017; MÉSZÁROS, 2002) se justifica à medida que vislumbramos nele o elemento fundamental de uma outra sociabilidade, baseada no trabalho concreto a partir de sociabilidades fundamentadas no valor de uso.

As considerações acerca da totalidade do trabalho consistem num meio de evidenciar, diante da diversidade da morfologia da classe trabalhadora no século XXI, as modificações das formas de resistências. Estas, ao mesmo tempo que não abandonaram absolutamente antigas maneiras de se lutar contra o capital, introduziram elementos novos a partir das lutas dos mais diversos movimentos sociais, como observou Antunes (2005), apontando um desafio mais genérico do sentido atual da luta de classes:

As ações de resistência dos trabalhadores sinalizam [...] para formas contemporâneas de confrontação assumidas entre capital social total e a totalidade do trabalho. Essas recentes greves e explosões sociais presenciadas pelos países capitalistas do Norte e do Sul constituem-se como importantes exemplos das novas formas de confrontação social contra o capital e da vigência da centralidade do trabalho. São ações que articulam luta social e luta ecológica (será possível uma atualização do socialismo sem articulá-lo com a luta ecológica? Será possível uma luta ecológica séria sem que ela esteja imbuída de um ideário socialista?) são ações que articulam luta de classes com luta de gênero, ação social com luta étnica (ANTUNES, 2005, p. 37).

Nosso desafio encontra-se no fato da multiplicidade das lutas que são encabeçadas pelos diversos movimentos sociais, bem como pela multiplicidade de sujeitos envolvidos. Se tomarmos como exemplo o complexo produtivo do agrohidronegócio fruticultor percebemos claramente que a relação de dominação-resistência envolve diretamente e, em distintas intensidades, camponeses assentados da reforma agrária, trabalhadores temporários, empregados da agroindústria de frutas, trabalhadores informais, trabalhadore(a)s por produção, trabalho feminino, assalariado(a)s-acampado(a)s, etc. Todo esse arsenal de relações constitui a expressão concreta da plasticidade da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2009) e de suas

formas de resistência, ora ligadas às lutas por melhoria salarial, contra as condições insalubres e degradantes, ora buscando lutar pelo território de vida e por maior autonomia do trabalho, como nas experiências dos acampamentos e nas comunidades rurais que vivenciamos.

Existe, portanto, a possibilidade de compreender a luta de classes e a alternativa de haver uma revolução brasileira sem se considerar a histórica questão agrária, que conservou não somente *séculos de latifúndio*, mas também perpetuou combinadamente a concentração fundiária e o atraso, travestindo-o de uma modernização conservadora que se expressa no poder estatal da bancada ruralista nas formas de rentismo?

Esse “diálogo polêmico e necessário” (THOMAZ JUNIOR, 2015) emerge à medida que a estrutura de poder brasileira, claramente advinda das raízes agrárias e sintetizada numa burguesia retrógrada (PRADO JÚNIOR, 2012⁵⁰; IANNI, 2004), traz questões indispensáveis à discussão dos problemas que afetam a classe trabalhadora de forma direta ou indireta. Seja pelo destrutivismo ambiental, atrelado às formas capitalistas de produção no campo, seja pela onda crescente de precarização integral da vida nas cidades, as lutas tendem a se unificar na relação campo-cidade, na medida em que o mesmo sujeito que está envolvido em ocupações de terra coincide com trabalhador(a) precarizado(a) a fugir do caos urbano; ao mesmo tempo, muitos que estão nas ocupações de moradias são vítimas da expropriação territorial pelos vários segmentos do capital no campo⁵¹.

1.6. A necessidade de unidade na diversidade das resistências do trabalho no agrohidronegócio fruticultor

O descontentamento dos mais diferentes segmentos de trabalhadores e

⁵⁰ Formação Política do Brasil.

⁵¹ No momento em que escrevemos estas linhas, é notável a existência da maior ocupação urbana da história brasileira, realizada pelo MTST, com cerca de 8 mil famílias, na cidade de São Bernardo do Campo, situada num terreno de uma grande empresa símbolo das greves do ABC. Realizada sobretudo por trabalhadores e trabalhadoras desempregadas e precarizados urbanos, tal ação permite compreender elementos não apenas da nova morfologia do trabalho, como também as transitórias formas de luta alternativas. Assim sendo, revelam uma redefinição tanto na relação campo-cidade como introduz na luta dos trabalhadores elementos ou questões vitais, como o direito à cidade, à moradia, à terra, enquanto constituintes da ampliação das lutas do trabalho (MARICATO, 2015), já que são exatamente os/as trabalhadores (as) verdadeiros penalizados com a financeirização contemporânea da terra urbana e rural.

trabalhadoras, em diversas partes do mundo consiste na maneira despótica com que o capital impõe um conjunto de regras, as quais todos tem de se submeter para que ele continue sua marcha expansionista. Logo, estabelecer limites concretos ao capital torna-se cada vez mais uma tarefa urgente, à medida que sua lógica centrífuga e destrutiva (MÉSZÁROS, 2007) compromete diretamente os meios de reprodução da vida e do trabalho nos territórios.

Além de promover um processo intensivo de expropriação violenta, a expansão geográfica do capital, seja materializada nos megaprojetos de infraestruturas demandadas pelo agrohidronegócio, tem provocado uma crescente onda de privatização da natureza e de precarização dos trabalhadores nos locais onde os projetos hegemônicos se instalam. Tal processo redefine a divisão territorial do trabalho, criando uma massa cada vez mais fragmentada de trabalhadores descartáveis, informais, temporários e precarizados.

Entretanto, a nosso ver, essa fragmentação da classe trabalhadora, utilizada enquanto forma de controle social, não elimina as possibilidades de articulação entre esse heterogêneo mundo do trabalho. À medida que os processos de acumulação implicam necessariamente na ampliação dos ritmos laborais, nas perdas salariais e de direitos, no agravamento das condições de trabalho, na destruição de modos de vida sustentáveis etc., cria-se um potencial de unidade entre os diferentes segmentos de sujeitos, que são vítimas de um mesmo inimigo: um capital financeiro e parasitário que lucra em cima dos monopólios da terra, das águas, das sementes e da superexploração do trabalho; ou seja, a abundância de sua lucratividade advém da escassez e precariedade que impõe a maioria dos sujeitos.

No contexto de um movimento destrutivo, o capital ameaça não somente os trabalhadores assalariados, diretamente atrelados às empresas, com a chantagem iminente do desemprego, coagindo-os à aceitação de atividades desumanas, mas também implica num risco constante de expropriação dos povos ligados aos territórios (indígenas, quilombolas, camponeses), já que a lógica de apropriação territorial torna cada vez mais bens essenciais à vida em moeda de troca.

Por tal razão, existe a necessidade de uma unidade na diversidade das lutas do trabalho expressas no campo, que coloquem em evidência pontos de convergência em torno das questões vitais para a reprodução da classe trabalhadora. As resistências que emergem do cotidiano dos conflitos territoriais do agrohidronegócio fruticultor, como

buscamos evidenciar, podem sinalizar a necessidade de rupturas com as formas hegemônicas de sociabilidade do capital.

2. CAPÍTULO II – REESTRURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL, INTESIFICAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO FRUTICULTOR

O objetivo deste capítulo consiste em desvendar as transformações ocorridas nos processos de acumulação do capital, com o intuito de entender os rebatimentos que tais mudanças exerceram na relação sociedade-natureza, em âmbito geral, para que entendamos a peculiaridade do processo instituído pelo modelo de desenvolvimento adotado no campo brasileiro e, de modo especial, pelo agrohidronegócio fruticultor. Diante da própria natureza descontínua e desigual, atrelada aos processos de acumulação, buscaremos evidenciar que em alguns recantos do mundo, em especial no

Nordeste e em setores produtivos, o capitalismo assume enquanto regra uma característica muito mais destrutiva e predatória.

Desse modo, a apropriação territorial dos recursos e a constante redefinição territorial e social do trabalho constituem em evidências das combinadas alterações ocorridas no âmbito do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2007), seja porque este vincula cada vez mais os processos de financeirização às formas predatórias de acumulação, nos mais diversos territórios, seja porque estabelece a precarização generalizada das condições de vida e de trabalho como condição da reprodução do capital.

Num primeiro momento, tratamos dos aspectos mais genéricos que são típicos da reestruturação produtiva, concernentes sobretudo à estrutura de acumulação mundializada. Tal procedimento se justifica na busca de fundamentar a compreensão conceitual das tendências e descontinuidades inerentes ao capitalismo contemporâneo. Em seguida, discutimos a questão dos rebatimentos específicos dessas tendências gerais, a partir da experiência brasileira que se especializa enquanto produtor-exportador de *commodities*, bem como da sua materialização no semiárido do Nordeste, através dos projetos de irrigação de fruticultura empresarial, sobretudo por um intenso processo de apropriação territorial, de degradação, ambiental e dos trabalhadores.

Neste contexto, os aspectos referentes às modificações da relação sociedade-natureza podem ser percebidos a partir da implementação de um modelo de desenvolvimento incompatível com os modos de vida existentes historicamente no semiárido. Inadequado, porque traz grandes implicações para as formas de trabalho estabelecidas em tais modos de vida, bem como por redefinir a própria morfologia da classe trabalhadora e criar uma força de trabalho fortemente vulnerável à precarização.

Assim, buscamos apreender que o caráter predatório assumido por tal modelo hegemônico, sobretudo no que se refere as contradições e condições de trabalho e saúde ambiental, provocam desdobramentos diretos, tais como: uma intensiva apropriação territorial e da natureza que se expressam nos PIs. Este destrutivismo imanente do capital nos permite enxergar a repercussão direta nas condições de vida e de trabalho nos territórios subordinados pelo agrohídronegócio fruticultor.

2.1. Reestruturação produtiva do capital, precarização do trabalho e da apropriação da natureza

O que faz da *destruição da natureza*, que ora testemunhamos, um processo irredimivelmente – e no longo prazo catastróficamente – negativo é seu impacto último na vida humana como tal. Eis porque, sob as circunstâncias de nosso tempo, a absolutização pelo capital do relativo historicamente criado – o próprio capital – e a negligente relativização do absoluto (a base natural da própria vida humana) são muito piores do que jogar roleta russa (MÉSZÁROS, 2007, p. 28).

Como sugere a epígrafe, estamos diante de um capitalismo voraz, destrutivo e flexibilizador, que para garantir sua marcha expansionista, redefine constantemente as relações de trabalho e as formas de apropriação da natureza. Nesta fase contemporânea do capitalismo financeirizado, os mecanismos de flexibilização de controle do trabalho e da natureza expressam cada vez mais o *destrutivismo* do capital (MÉSZÁROS, 2007; 2015; HARVEY, 2004).

Neste contexto, com a reestruturação produtiva do capitalismo, sobretudo nos anos 1970, quando se constituiu um conjunto de alterações intencionadas a garantir os processos amplos e flexíveis de acumulação e reprodução, ocorreram diversos rebatimentos sobre a totalidade do trabalho vivo, seja pela espoliação, pelo descarte, pelo desemprego crônico, bem como pela alteração constante da morfologia do trabalho, que se expressa territorialmente no conceito de plasticidade, o qual significa que para muitos sujeitos a única maneira de ganhar a vida consiste em se sujeitar, ao mesmo tempo, a diversas atividades laborais mal remuneradas e/ou sem vínculos formais (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Tal período tem sido denominado por estudiosos como Mézáros, (2011), Antunes (2009), Thomaz Junior (2009, 2011) como crise estrutural do capital, pois com ele se ampliaram os mecanismos destrutivos sobre a natureza e foram implementados sofisticados mecanismos de controle sobre o trabalho, exigindo, inclusive, a redefinição do aparato institucional e do próprio Estado para dar impulso ao capital nos seus diversos setores. Assim sendo, o tipo do trabalhador exigido pelo novo regime de

acumulação passou a representar cada vez mais um ser precarizado, polivalente, flexível, instável, informal, descartável, degradado, adoecido etc.

Neste sentido, o atual modelo de acumulação se apresenta enquanto um sistema totalizante, que abrange diferentes dimensões da vida humana. Através da compreensão do capital enquanto uma totalidade de relações sociometabólicas, construídas a partir da natureza, Mészáros (2007) contribui para entendimento dos diferentes segmentos que compõem o capital, à medida que busca apreendê-lo não apenas por sua dimensão material, mas pelas múltiplas determinações correspondentes às dimensões ideológica, política, culturais, institucionais, entre outras, assumidas pela forma hegemônica do sistema do capital. Diz ele:

[...] o capital não é simplesmente uma entidade material. Cumpre pensar o capital como um modo historicamente determinado de controle da reprodução sociometabólica. Esse é seu significado fundamental. Penetra em todos os lugares. Com certeza, o capital é uma entidade material; ouro, negócios bancários, mecanismos de preço, mecanismos de mercado etc. [...] não é possível pensar em nenhum aspecto de nossa vida que não seja, nesse sentido, controlado pelo capital sob as circunstâncias presentes (MÉSZÁROS, 2007, p. 68).

A partir desta releitura do marxismo, voltada ao entendimento do mundo contemporâneo, Mészáros (2007) permite-nos apreender a multidimensionalidade assumida pelo capital nas mais diferentes manifestações históricas concretas, bem como entender os processos de transformações sucedidas no próprio interior do capitalismo, como ocorreu com a transição de um regime de acumulação fordista para uma forma flexível, como historicizamos a seguir.

Na segunda metade do século XX, o fordismo significou uma nova forma de organização da produção e do consumo que se colocou enquanto totalidade da reprodução do capital e da vida. Além de incorporar todo o desenvolvimento tecnológico, herdado do século XIX, se constituiu enquanto processo de controle social do trabalho pelo capital, tanto no âmbito da produção de mercadorias quanto na reprodução do trabalho. Ou seja, assumiu dimensões tanto materiais, a partir de condições objetivas, a exemplo da produção em série, quanto consolidou subjetivamente a sociabilidade do capital cuja finalidade era cristalizar um adestramento dos sujeitos (HARVEY, 2003).

Neste sentido, o fordismo expressou-se enquanto complexo material-ideológico,

cumprindo um papel significativo para redefinir as formas de produção, de consumo, dos costumes, dos estilos de vida, bem como as formas de organização urbana, rural; isto é, foi responsável por estabelecer uma espacialidade diferencial em função da acumulação (MOREIRA, 2016). Esta perspectiva também é compartilhada por Harvey (2003) à medida que para ele:

A disciplinarização da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital [...] é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que tem de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais (HARVEY p. 2003, p.119).

Ora, esta maneira totalizante de produzir a vida material, bem como universalizar uma ideologia hegemônica através de valores fundados a partir de princípios de uma cultura de massa, permitiu ao fordismo estar articulado a um tipo específico de regulação e intervenção estatal, marcada de modo geral pelo keynesianismo. Por tal razão, muitos autores vão denominar de fordismo-keynesianismo o período que se estendeu do fim da segunda guerra mundial até os anos 1970, quando, em paralelo ao *boom* do crescimento econômico e das iminentes pressões da classe trabalhadora, foi parcialmente instituído um Estado de bem-estar social, restrito aos países de capitalismo central (HISRCH, 2010; HARVEY, 2003).

Tal momento histórico foi caracterizado por um forte ideário de um Estado intervencionista, cujas responsabilidades consistiam em garantir uma certa seguridade social, com as condições básicas de vida (saúde, educação, emprego etc.), devido às pressões sociais advindas das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras no contexto da Guerra Fria, quando existia a eminente ameaça soviética ao bloco de influência capitalista. Entretanto, os ganhos do(a)s trabalhadores(a)s se trataram de conquistas seletivas, tanto espacialmente – por se restringirem a um pequeno grupo de países –, quanto temporalmente, pois devido à crise do capital e, com ela, a onda de flexibilizações, este Estado de bem-estar social tendeu a entrar em crise duradoura (ANTUNES, 2009).

Quando Gramsci mostrou que o fordismo representava uma totalidade que permeava várias dimensões da vida dos trabalhadores, visando estabelecer uma economia programática, articulada ao modo de produção-consumo de mercadorias, estava se referindo ao surgimento de um novo *ser social* gestado pelo modelo produtivo, para o qual os meios de coerção, a disciplina e a ordem na produção buscaram adequar os costumes às necessidades do trabalho. Desse modo, em suas palavras, percebemos que “os novos métodos de trabalho se tornaram indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI, 2015, p. 266).

Assim, além de buscar claramente racionalizar os processos de trabalho, implementando um sistema técnico-científico constituído por um maquinário sofisticado, tal iniciativa produtiva contribuía para intensificar os ritmos de atividade e cuidou em adequá-los a uma moralidade que coagia os sujeitos ao trabalho. Isso significou, de acordo com Gramsci (2015, p. 266), “o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com a rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”, que pode ser sintetizado na cínica expressão de Taylor ao comparar o trabalhador a um “gorila amestrado”. Como efeito, ao assumir claramente a forma de um sistema de controle social a consequência foi:

desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do profissional qualificado, que exigia uma certa participação na inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas de uma fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court* (GRAMSCI, 2015, p.266).

Como vimos, o fordismo se manteve-se hegemônico através de um modelo

produtivo que buscava, pela coerção e de vários meios, reduzir a vida dos trabalhadores ao modelo fabril, como ilustrou genialmente o filme “Tempos modernos”. A partir do estabelecimento de um certo nível de pleno emprego e de uma certa seguridade social, tal modelo manteve o compromisso capital-trabalho razoavelmente firme, através da combinação entre crescimento econômico e melhorias relativas nas condições de vida, sobretudo no centro do capitalismo. Entretanto, com a tendência decrescente da taxa de lucro e a iminente ameaça à hegemonia capitalista, combinadas com o acirramento das lutas sociais dos fins dos anos 1960, a reestruturação se estabeleceu enquanto projeto de classe que buscou redefinir os processos produtivos, as formas de trabalho e, conseqüentemente, as formas de organização política (MÉSZÁROS, 2007; ANTUNES, 2009; HARVEY, 2014; THOMAZ JUNIOR, 2009, ALVES, 2010).

A partir de tal contexto de crise, emerge uma nova concepção de capitalismo flexível, que advinda da crise do regime fordista, estava atrelada indissociavelmente à ideologia de um sujeito precarizado, flexível, polivalente, instável, tanto em relação aos vínculos contratuais formais quanto às atividades laborais, que gradualmente se descentralizam e abandonam a exclusividade da fábrica. Ou seja, consiste no iminente surgimento de um novo *ser social* com características mais voláteis e efêmeras em comparação à era anterior. São exemplos de tal quadro, a redução significativa de força de trabalho nas plantas fabris (como uma tendência do capital), ampliação da informalidade, do descarte de trabalho, dos empregos temporários, dos terceirizados, entre outros.

Com isso, as transformações implementadas pelo regime flexível objetivaram quebrar a forma do trabalho assentada no regime de acumulação fordista-fabril tradicional, bem como flexibilizar os locais de trabalho, através da redefinição territorial do trabalho, da reorganização espacial, do desmantelamento das fábricas e da redução dos vínculos formais e dos direitos trabalhistas. Este processo, contribuiu para destruir a solidariedade de classe existente nas plantas fabris, de onde constantemente brotavam resistências à dominação, reivindicando os ganhos sociais propagados pela ideologia do modelo Keynesiano-fordista. Assim, a reestruturação possui intrinsecamente um duplo caráter: agiu tanto no que tange a redução de custos de produção quanto no desmonte político das lutas da classe trabalhadora (ANTUNES, 2009; ALVES, 2010; THOMAZ JUNIOR, 2009).

Para alcançar tal intento o capital incrementou sofisticados sistemas

organizacionais de gestão e de controle do trabalho, com a finalidade de ampliar a extração de trabalho não-pago, simultaneamente, ao enfraquecimento de greves, das mobilizações sociais e da ameaça às elites econômicas, advinda de uma iminente alternativa socialista, que era incorporada pelo crescimento das forças populares, tanto em países de capitalismo central quanto no mundo em desenvolvimento, como atestou Harvey (2014) em seu estudo sobre a história e as implicações do neoliberalismo.

Segundo Antunes (2001), o que denominamos atualmente como *Toyotismo* já vinha sendo gestado a partir das experiências japonesas que, desde os anos 1950, modificaram os processos produtivos com o intuito de reduzir os custos (“a empresa enxuta”), ampliar a produtividade e adestrar os trabalhadores ao novo regime que estava sendo concebido. Tal processo representou a tentativa não somente de retomada da acumulação capitalista, mas sobretudo num projeto de restauração do poder global do capital.

Numa análise ampla destas mudanças a partir das repercussões sociais e geográficas, Harvey (2003) pondera que a reestruturação produtiva: intensificada nos anos 1970, por uma espécie de estagflação⁵², e combinada com uma crise de sobreacumulação, fez o capital buscar novas saídas que garantissem a permanência de seu crescimento e lucratividade, cada vez mais decrescente com a rigidez do fordismo.

Deste modo, o autor supracitado argumenta que “o núcleo essencial do regime fordista” se manteve firme ao menos até 1973, quando as formas de um trabalho sindicalizado e com relativa seguridade social tendeu a ser substituído por um avassalador processo de desmonte, atingindo tanto as formas de produção quanto os mecanismos de regulação que, em alguma medida, estendiam os benefícios da produção através do consumo. Este mosaico de bem-estar social tendeu a se destituir rapidamente, com consequências muito sérias para a classe trabalhadora, pois conforme o autor de “*A condição Pós-moderna*”:

A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro

⁵² “Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda a parte, uma fase global de estagflação que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados” (HARVEY, 2014, p. 22).

plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. [neste sentido] a acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2003, p. 140).

Em sua obra “Adeus ao trabalho (?)”, Antunes (1994) se contrapõe tanto aos autores que enxergam no *Toyotismo* algo completamente novo em relação ao fordismo quanto aqueles que não visualizavam nele grandes transformações nos processos produtivos, de controle do trabalho e de consumo. Segundo o autor, o fordismo passou por uma transição, havendo uma mescla entre os novos mecanismos organizacionais e de controle nas corporações, bem como uma maior articulação com outras empresas ou fornecedores especializados e flexíveis, que também passaram a se incorporar aos processos produtivos já existentes. Ou seja, significou um processo de *superação dialética* à medida que conservou elementos operacionais anteriores e introduziu novos mecanismos, formando uma síntese que contempla diversas formas de exploração.

Os resultados de tais transformações não necessariamente significaram, como vimos, a mera incorporação de novas técnicas e readequação exercida pelas “modernas” engenharias de produção – embora isso continue acontecendo –, mas de modificar as relações sociais, incorporar novos valores culturais, redefinir os processos de trabalho, quebrar com as formas de organização e solidariedade dos trabalhadores etc. Ou seja, possuem um vínculo intrínseco em relação às lutas de classes, como acertadamente observou Alain Bir (1998) ao estabelecer o elo entre a crise estrutural do capital e a crise dos movimentos da classe trabalhadora, diante da perda de benefícios e da fragmentação imposta pelos processos de reestruturação.

É o que sugere também o estudo de Braga (2016), ao constatar a relação entre a crescente deterioração salarial fordista, o aumento do desemprego e as redefinições das lutas sociais. Para ele, as formas de representação da classe trabalhadora estariam

passando por uma transição na qual as velhas estruturas organizacionais fordistas já não seriam eficazes para barrar os rumos desse próprio declínio, ao mesmo tempo, que novas experiências organizativas estariam ainda em estágios embrionários. A redução significativa da densidade sindical tanto em países centrais, como EUA, Alemanha, França, Japão, quanto em países periféricos, como África do Sul, México, China, Índia e Brasil, são sintomáticas das características assumidas pelo capitalismo: a quebra dos resquícios de seguridade social e a redução do valor da força de trabalho constituem uma combinação esdrúxula do mesmo processo.

Neste sentido, as novas formas de arregimentação trabalhista, a ampliação do setor de serviços, da terceirização e as privatizações contribuíram significativamente para quebrar a estabilidade do emprego e a seguridade social (ANTUNES, 2002; DRUCK, 2017⁵³). A ascensão de governos autoritários, verificados na Europa, nos EUA e na América Latina (com as ditaduras militares) se encarregaram de implementar um programa neoliberal que tendeu a se expandir por várias regiões do planeta, erradicando qualquer resquício de benefícios derivados da chamada “era de ouro do capital”, que emerge do pós-segunda guerra (HOBSBAWN,1995).

Talvez o maior protótipo dessa transição forçada para uma sociedade neoliberal seja dado pela experiência chilena. Através da destituição do governo democraticamente eleito de Salvador Allende, com tendências ao socialismo, as elites (apoiadas pelos EUA) encamparam o golpe de Pinochet, que implementou um programa de privatizações e desmonte das “restrições” regulatórias por meio de intensa repressão aos movimentos e organizações sociais (HARVEY, 2014).

Outro exemplo clássico desse mesmo processo foi descrito por Mészáros (2007), quando relatou a heroica greve dos trabalhadores nas minas de carvão, reagindo à destrutividade do capital na Inglaterra, em 1984. Não era diretamente por dinheiro que lutavam os mineiros, mas pela “manutenção de seus empregos” – diz o autor mencionado – frente à ameaça implementada pelo governo de Margareth Thatcher. De acordo com este autor:

Como resultado, a força de trabalho dos mineradores, que naquele

⁵³ Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras expressões, 2017. Pp59-87.

tempo contava com mais de 150 mil trabalhadores, foi dizimada, chegando ao presente quadro de 10 mil, e as cidades e vilas de muitas comunidades mineradoras foram transformadas no deserto desumanizado do desemprego. No momento da greve dos mineiros, as minas de carvão ainda eram ‘nacionalizadas’, o que significa que eram administradas com critérios capitalistas mais implacáveis de ‘eficiência’ e controle autoritário pelo Conselho Nacional do Carvão (National Coal Board), tornando-se em seguida ‘privatizada’ em uma fração de sua dimensão original [...] enquanto falava da absoluta necessidade de ‘racionalizar’ as exigências de trabalho na indústria de carvão, foi o fato de que o conselho dirigido pelo Estado impunha sobre os mineradores um regime de trabalho de sete dias quase insano, ao mesmo tempo que cortava de forma selvagem a força de trabalho sobre seu controle. Pois o capital é incapaz de fazer considerações humanas. Conhece apenas uma única maneira de administrar o tempo de trabalho: pela *máxima exploração do ‘tempo de trabalho necessário’ da força de trabalho empregada*, e ignora totalmente o tempo disponível existente na sociedade em geral, porque não pode extrair daí lucro (MESZAROS, 2007, 158).

Além de mostrar a destrutividade com que o capital opera, colocando para os trabalhadores escolha “infernai” entre emprego degradante ou o desemprego, Mézáros (2007) chamou atenção para a novidade do nosso tempo histórico, ao afirmar que “o sistema do capital não está mais em posição de conceder absolutamente nada ao trabalho”. Ao passo que sua reprodução se dá necessariamente pela destruição constante do trabalho, mesmo que recrie outros meios de explorá-lo em escalas cada vez mais degradantes e desumanas, pois não pode escapar da contradição estrutural de extração de trabalho alheio, ou libertar-se da teoria do valor-trabalho, como vimos no primeiro capítulo.

A exploração do trabalho combina as mais variadas formas. A informalidade, a terceirização, os trabalhos precarizados, sobretudo realizado por mulheres, negro(a)s, camponese(a)s e estrangeiros, migrantes, refugiados, entre outros, que são deslocados constantemente para serem explorados pelo capital, constituem-se como a regra do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados [...] os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2003. p.143).

O desemprego estrutural e ampliação das desigualdades são a evidência contemporânea da tendência genérica que o capital possui de ampliar e *equalizar por baixo a taxa de exploração diferencial*, criando, assim, um exército de força de trabalho supérflua. Por exemplo, os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para 2017, corresponderam a cerca de 200 milhões de desempregados no mundo. Todavia, os problemas devem ser ainda maiores, pois os números não registram as pessoas que não estão à procura de empregos, mesmo que estejam em situação de desemprego.

Diante da escassez crescente de postos de empregos, contraditoriamente gerada pelo próprio sociometabolismo do capital, cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras tornam-se vulneráveis aos processos de precarização instituídos pelos imperativos da acumulação, que atingem mais intensamente – embora não exclusivamente⁵⁴ – os países periféricos. Como pode ser lido na seguinte matéria: “Embora tenha havido queda nas taxas de pobreza, ampliou-se nos países em desenvolvimento o número de empregados precários. Eles correspondem a 46% do emprego total do mundo, afetando 1,5 bilhões de pessoas”⁵⁵.

Marx já aludia, nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, a respeito da tendência geral do processo de acumulação, a qual se caracterizava por gerar um constante excedente de capitais e de trabalho vivo. No caso deste último, tal “abundância” poderia ser utilizada (e quase sempre foi) enquanto forma de pressão constante para redução do valor da força de trabalho e da intensificação dos próprios processos de trabalho. Desse modo, observava o autor:

a economia política não conhece apenas o milagre da superprodução e da supermiséria, mas também o do contraste entre crescimento dos capitais e seus métodos de emprego de um lado e, doutro, como consequência de tal crescimento, a escassez de oportunidades produtivas [...]. A importância da teoria de Ricardo reside apenas em que ela mostra como, no curso de uma acumulação progressiva, a concorrência entre os capitalistas e a queda de seus lucros não acarretam

⁵⁴ Neste sentido, são pertinentes as observações de Raquel Varela e Roberto Della Santa (2017, p. 53) sobre o desmonte do estado social português: “Hoje, precariedade laboral atinge mais de 70% da população portuguesa. A somar aos 1 milhão e 300 mil desempregados há cerca de mais dois milhões em diversas formas de precariedade: recibo verdes, contratos a prazo, subcontratações, falsos ‘patrões’... Mas há também, depois de 2012, certo *quantum* que, tendo contrato sem termo, se encontra em situação de precariedade laboral por força da nova lei de despedimentos/indenizações que permite às empresas despedir de forma fácil e barata”.

⁵⁵ Em sua reportagem a Revista Caros Amigos.

necessariamente, como Smith supunha, uma elevação dos salários. Neste momento, em todos os países industriais, o número de trabalhadores ultrapassa a sua demanda e eles podem ser recrutados cotidianamente no proletariado sem trabalho. Inversamente, a acumulação, junto à concorrência, reduz continuamente o salário (MARX, 2015 [1844], p.193)⁵⁶.

Mesmo que consideremos as fortes distinções, relativas à dimensão espaço-temporal referidas por Marx (2015), não podemos deixar de notar as semelhanças quanto à ampliação da força de trabalho disponível no mundo contemporâneo. Constituem-se, portanto, num massivo contingente de homens e mulheres que, descartados dos postos de trabalhos, se apresentam cada vez mais precarizada na era da financeirização. Entretanto, vale ressaltar, de acordo com Mészáros (2011), que em nosso momento histórico não se trata apenas de uma parcela da força de trabalho, nem tampouco de alguns países específicos do mundo subdesenvolvido que passam a sofrer com a ofensiva degradante sobre o trabalho, pois

como resultado dessa tendência o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência a amputação racionalizadora não está mais limitada aos ramos periféricos de uma indústria obsoleta, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 69)

De acordo com as ideias do autor supracitado, é necessário atentarmos que tal processo descrito não se refere exclusivamente à periferia do capitalismo – embora ressaltemos que nela os processos são mais intensos – nem muito menos consiste na precarização de alguns setores de trabalhadores específicos, “os desqualificados”, mas atinge, em diferentes intensidades, a totalidade da força de trabalho vivo na sociedade, que passam a sofrer os problemas resultantes da intensificação da taxa diferencial de exploração, materializada de forma específica em cada formação social (MÉSZÁROS,

⁵⁶ MARX, K. Cadernos de Paris e Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844: São Paulo: Expressão Popular, 2015.

2015). Isto significa, conforme lembrava Marx (2013, p. 597), que “na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho”.

Em outras palavras, ainda conforme o pensamento marxiano, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2013, p. 721).

Se no mundo fabril tradicional tínhamos um trabalhador submetido às condições desumanas de exploração, mas havia uma maior clareza de quem eram os opressores diretos (os donos das fábricas), hoje temos um trabalhador mais flexível, polivalente, descartável, multifuncional, poliforme, com vínculos trabalhistas precarizados ou inexistentes, com perda de identidade (ALVES, 2010), maior mobilidade geográfica e das funções exercidas etc., como observou Hurws (2006), sem que tal explorador seja tão explícito.

Longe de haver o "fim do trabalho" ou a perda de sua centralidade, como muitos autores alegaram (André Gorz, Claus Offe, Habermas, entre outros), houve uma mudança na sua morfologia e uma ampliação da extração de sobretrabalho por diferentes mecanismos, na medida em setores de tecnologia de ponta se interconectam, a partir da produção-circulação de mercadorias, às relações sociais altamente degradantes e análogas à escravidão (ANTUNES, 2012; THOMAZ JUNIOR, 2009).

A materialização desigual com que tal processo se expressa territorialmente (SMITH, 2001), permite-nos entender a especificidade do regime flexível estabelecido no Brasil e na América Latina enquanto constituintes de um capitalismo global (OLIVEIRA, 2013). Neste caso, sob a hegemonia do capital financeiro e das crises de sobreacumulação, que atingem diferenciadamente o espaço mundial, se ampliam as formas brutais de acumulação em diversas regiões e territórios. O capital tende a converter espaços criados artificialmente (rodovias, ferrovias, aeroportos, canais de irrigação, hidrelétricas etc.) para atender aos intentos da acumulação. Como resultado dessa investida do capital financeiro, que coloca milhares de seres humanos num estado de insegurança constante, na medida em que tais intervenções geram um conjunto de impactos sem precedentes para diferentes sujeitos ligados ao território (HARVEY, 2004).

A expressão recente de tal racionalidade hegemônica pode ser observada pela

quantidade de projetos financiados pelo Banco Mundial (BM), destinados ao Brasil, bem como nos impactos decorrentes de tais investimentos:

Entre 2004 e 2013, o Banco Mundial aprovou o financiamento de 153 projetos no Brasil, dando prioridade [...] aos setores de “Administração pública, administração da lei e da justiça”; “Agricultura, pesca e silvicultura”; e “Água, saneamento e proteção contra inundações”. **Em 42 projetos, 27,5% do total, há evidências de que pessoas perderam suas casas, terras ou empregos. Desses, 57% projetos são ligados ao setor de água, saneamento e proteção contra inundações.** Pelo menos 10.094 brasileiros sofreram as consequências negativas desses projetos, que custaram cerca de US\$ 7,4 bilhões ao banco. As informações são de um levantamento realizado pelo ICIJ com dados disponíveis no site do Banco Mundial. De acordo com a pesquisa, **o Brasil é o segundo país com maior número absoluto de projetos que foram financiados pelo banco em que pessoas sofreram impactos negativos**, ficando atrás apenas da China, com 112 projetos⁵⁷.

A partir do momento em que os meios essenciais responsáveis pela reprodução da vida de populações inteiras são convertidos em mercadorias, o resultado é uma expropriação em massa dos territórios, que converte milhares de pessoas em mão de obra “livre” a ser explorada de forma precária e intensa, seja nas fazendas, na indústria civil, nas carvoarias, no corte da cana de açúcar e/ou na fruticultura (como veremos mais adiante), como evidencia a ampliação do fenômeno da plasticidade do trabalho enfatizado por Thomaz Junior (2009).

É neste sentido que, segundo Harvey (2004), a acumulação por espoliação contribui para resolver parcialmente o problema de superacumulação em favor do capital, ao permitir liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero), pois constitui uma resposta às dificuldades enfrentadas pelo capital ao tornar o projeto neoliberal enquanto uma verdadeira válvula de escape para a acumulação capitalista. Assim sendo, a privatização torna-se uma tendência dos processos de acumulação, mesmo que isso tenha significado, como descrito por Harvey (2004):

a expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes

⁵⁷ Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Obras-do-Banco-Mundial-deixam-comunidades-do-sertao-do-Ceara-sem-agua-potavel/3/33371> > Acesso: 25 de abril de 2017.

partilhados, como a água, tem sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo tem sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas (HARVEY, 2004, p. 121.).

Esta consiste numa das facetas contemporâneas do processo que Marx pioneiramente descreveu como acumulação primitiva, processo em que se separam os trabalhadores relativamente autônomos (dependentes do território) dos meios de produção. Este fato representou, na Inglaterra do século XIX, não apenas a perda de um modo de vida específico, permeado de cultura e costumes (THOMPSON, 1998), mas o início de uma nova sujeição do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras a um ritmo de ocupação do qual eles não possuiriam mais domínio. Assim, as máquinas e o sistema técnico, advindos da Revolução Industrial, passariam a controlar suas vidas, ditando quando, quanto, onde e como deveriam realizar suas atividades.

Longe de se referir que a acumulação capitalista se restringia a um “puro” processo restrito à fábrica, Marx (2013) sinaliza o caráter violento do processo global de acumulação, que se materializou mundialmente de forma desigual e que, ao mesmo tempo, combinava outras formas de produção do capital para além do princípio da acumulação ampliada, bem como possuía uma tendência à mundialização como outros teóricos aprofundaram⁵⁸.

Vale ressaltar, nesta perspectiva, a contribuição teórica de Rosa de Luxemburgo (1970), quando observa a inter-relação e coexistência entre os processos de acumulação tipicamente capitalistas (marcados pelo modelo da mais-valia relativa e absoluta – a acumulação ampliada), com formações não capitalistas de produção, enquanto condição

⁵⁸ As considerações do capítulo 24 de *O Capital*, referentes à acumulação primitiva, expressam como Marx entendia a combinação entre os mecanismos violentos, bem como sua articulação com a reprodução do capitalismo em escala planetária. Basta lembrar algumas passagens para constatar isto: “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já a economia política, tão branda, imperou sempre o idílico. Direito e ‘trabalho’ foram, desde tempos imemoriais os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro ‘este ano’. Na realidade, os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. (p.786) [...] a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (p. 787). “A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco” (p.821) (MARX, 2013, *O Capital* - Vol. I)”.

para reprodução do capital. Assim, tal autora compreende que, mesmo na indústria inglesa, constituída de um desenvolvimento capitalista “clássico”, incorporavam-se matérias-primas, como o algodão, produzidos em outras porções do mundo, sob relações camponesas e/ou escravas. Em suas palavras:

Desde sua origem o capital impulsionou todos os recursos produtivos do globo. Em seu impulso para a apropriação das forças produtivas para fins de exploração, o capital recorre ao mundo inteiro, tira os meios de produção de todos os cantos da terra, colhendo-os ou adquirindo-os de todos os graus de culturas e forma sociais. A questão referente aos elementos materiais da acumulação do capital, longe de encontrar-se resolvida pela forma material da mais-valia, produzida de forma capitalista, transforma-se em outra questão: para utilizar produtivamente a mais-valia realizada, torna-se mister que o capital progressivamente disponha de maior quantidade de terra para poder fazer uma seleção quantitativa e qualitativamente ilimitada de seus meios de produção [...] (LUXEMBURGO, 1970, p. 307).

Desse modo, a tendência hegemônica da financeirização contemporânea, intensifica a lógica imperialista do capitalismo, baseada na exportação de capitais excedentes que se apropriam cada vez mais dos territórios de vida, atualizando e tornando mais complexas as tendências descritas por Lênin no início do século XX, quando enxergava a propensão do capitalismo aos monopólios, bem como que este só atingiriam a solidez plena quando detivessem as principais fontes de matérias primas, de terras, águas, de petróleo, etc. Ou seja, trata-se de uma questão iminente territorial que não poderia ser suprimida pelo capital. Tal fato tem provocado a subjugação dos povos e dos trabalhadores por meio da apropriação territorial, que combina variados mecanismos de produção e extração de valor com métodos violentos na luta das grandes corporações pelo “território econômico” (LÊNIN, 2012)⁵⁹.

Como é notório, ao invés de uma repulsão, a reprodução do capital social total abrange desde formas estabelecidas nos moldes da acumulação ampliada até a expansão

⁵⁹ Ao longo do livro “O imperialismo, estágio superior do capitalismo”, Lênin critica as visões “oportunistas” (Kautsky) que tentavam suavizar a ideia do Imperialismo, limitando-o a uma mera política reprovável, que poderia ser substituída por um imperialismo pacifista. Ao contrário, Lênin mostra como o Imperialismo é um elemento inerente do estágio monopolista do capitalismo, em que os monopólios dos bancos se fundem aos monopólios industriais, repercutindo diretamente nos monopólios territoriais. “[...] o capital financeiro – diz ele – manifesta a tendência geral em se apoderar das maiores extensões de território possíveis, sejam elas quais forem, estejam onde estiverem, por qualquer meio, pensando nas possíveis fontes de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa pelas últimas parcelas do mundo ainda não repartidas (LÊNIN, 2012, p. 118).

territorial, que destrói modos de vida específicos (não capitalistas). Entretanto, essa tendência contraditória e desigual do capital, com a incorporação de produtos derivados de relações não capitalistas, as quais passam a incorporar os circuitos de acumulação, tem evidenciado uma constante recriação de formas de vida camponesas, através de um longo e complexo processo de luta, que encontram nas próprias fissuras do capital a chave de sua reprodução.

Tal contradição, inerente ao processo de acumulação, permite entender, como evidencia Oliveira (2014), que as mais variadas articulações dos processos de monopolização do território e territorialização do capital no campo brasileiro, constantemente a expansão do capital tanto significa um confronto aos territórios quanto sua articulação subordinada através da extração de renda camponesa.

O crescimento ilimitado, que é típico da natureza contraditória da sociabilidade do capital, vem modificando e sofisticando constantemente os mecanismos de controle social e territorial do trabalho. O significado concreto da chamada crise estrutural é evidenciado por Thomaz Junior (2011), enquanto a instauração da civilização da barbárie, cuja repercussão social e territorial dos efeitos e dos problemas gerados na acumulação financeirizada se expressam com maior intensidade sobre os trabalhadores dos diferentes setores produtivos.

Tais repercussões no mundo do trabalho, não dizem respeito apenas à intensificação dos ritmos, dos tempos e dos processos de trabalho, territorializados, tanto no mundo industrial quanto no agrohidronegócio, que cada vez mais se unifica nos complexos agroindustriais (MOREIRA, 2016)⁶⁰, mas também na constante redefinição e múltiplas formas que o trabalho assume no século XXI. Por estas razões, concordamos com as considerações de Thomaz Junior (2011), quando observa:

limitações dos referenciais explicativos diante do universo do trabalho, no qual convivem, *pari passo*, formas essencialmente capitalistas de trabalho (assalariado típico), formas mais precarizadas, tais como as diferentes formulações da informalidade, as formas temporárias, para nos referirmos aos *part-time-workers*, *temporary-workers*, *casual-workers*, vinculados à formulação fundante de Huw Beynon, de

⁶⁰ De acordo com Ruy Moreira (2016, 110): “A indústria, a lavoura, a pecuária e os serviços aqui se fundem numa dissolução seja da fronteira dos setores de atividade econômica, seja da relação cidade-campo. A forma vem da grande indústria, mas o conteúdo vem da agricultura. O excedente aqui é um misto de mais-valia operária e renda fundiária, e o marco de fusão a linha de produção em cadeia cujos exemplos são a cadeia cana-açúcar-combustível da indústria sucro-alcooleira, reunindo indústria-serviços-agricultura, e a cadeia soja-grão-ração-carne-óleo, reunindo indústria-agricultura-criação-serviços [...]”.

“*hyphenated workers*”, ou trabalhadores hifenizados. Da mesma maneira que o teletrabalho, as expressões da terceirização, formas não capitalistas, como o camponês (posseiro, extrativista, pescador artesanal, arrendatário/meeiro etc.), toda a plêiade da informalidade, trabalho autônomo, domiciliar etc. (THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 312).

No Brasil, este processo nos permite entender as especificidades do regime flexível estabelecido, que reinventou os mecanismos de exploração e de apropriação do valor advindos com a reestruturação produtiva, mesmo sem extinguir antigas formas de monopólios oligárquicos sobre o território. No Brasil, como se sabe, não se consolidou plenamente o modelo clássico do fordismo-keynesianismo, mas houve uma industrialização tardia, incompleta e dependente. Isto é, mesmo se tratando de capitalismo não se desenvolveu *ipsis litteris* como nos países centrais (OLIVEIRA, 2013; FERNANDES, 2015).

Com efeito, incorporou-se um processo de flexibilização, do qual derivou consequências decisivas para a degradação do meio ambiente e do trabalho. Desse modo, muitas formas de precariedade, já existentes no campo e na cidade, acabaram sendo incorporadas à lógica desse modo flexível de acumulação, em última instância, caracterizado por outras maneiras de exploração.

A crise estrutural do capital, ao impor a reestruturação produtiva do capitalismo, enquanto saída para os problemas e os limites de acumulação, intensificou a pressão sobre os recursos territoriais no campo brasileiro, cujo rebatimento imediato foi a ampliação da mercantilização da terra, da água, das reservas florestais, do subsolo etc.

A evidência maior deste fato, consiste na expansão destrutiva realizada por um conjunto de corporações agrohidroextrativistas, nas mais diversas porções do território. Ao se apropriar rapidamente dos recursos, redefiniram a divisão territorial do trabalho, resultando na superexploração da natureza, na medida em que se estabeleceu uma tendência geral de precarização socioambiental atrelada a tal modelo de desenvolvimento destrutivo.

O período das ditaduras militares expressou tal processo, à medida que o intervencionismo estatal implementou, à ferro e fogo, um conjunto de infraestruturas no território brasileiro, que assumiram o caráter intensamente expropriador. Os anos 1990 trouxeram consigo uma nova fase de desregulamentação e de flexibilização das leis estatais, ao passo que reconfigurou as bases territoriais de inserção laboral, a partir da

territorialização de grandes empresas multinacionais, em busca de monopólios sobre os territórios no mundo pobre, sobretudo com atividades nocivas à natureza e pela desenfreada destruição socioambiental implementada.

A tendência predatória que marca a histórica materialização do capitalismo na América Latina, modificou profundamente a relação sociedade-natureza. Enquanto base insuperável da reprodução humana, a natureza tem sido alvo da ofensiva destrutiva do sociometabolismo do capital que se funda numa divisão internacional do trabalho hierárquica e desigual, relegando aos países periféricos a função de produtores de bens primários, bem como de depositário da poluição socioambiental indesejada no mundo rico.

O processo contemporâneo que vivenciamos corresponde, em grande medida, a ampliação das tendências de um capitalismo periférico que, na medida de sua expansão, tornou a despossessão, o roubo, o saque e a violência a marca dos processos de acumulação, como bem observou José Carlos Mariátegui (2010), em *Sete Ensaios para entender a Realidade Peruana*, e Eduardo Galeano (2014), em *As Veias Abertas da América Latina*.

Há, neste sentido, um conjunto de referenciais que, à sua maneira, tem identificado concretamente tais processos. Consistem em estudos que evidenciam de tal movimento predatório do capital sob variados aspectos: a) desnacionalização da economia, monopolização e oligopolização do território por empresas estrangeiras, ligadas ao agronegócio mundializado (BRANDÃO, 2010; OLIVEIRA, 2014); b) a imposição de uma institucionalidade injusta socioambiental, através da desregulamentação e flexibilização das leis ambientais, como ocorrido no exemplo do Código Florestal (ASCELRAD; BEZERRA, 2010⁶¹; RIGOTTO; AGUIAR, 2015⁶²; RIGOTTO; AGUIAR; RIBEIRO, 2018; MITIDIERO JÚNIOR, 2016); c) privatização intensiva da água e da terra (CUNHA, 2016; DOURADO, 2015; PERPETUA E THOMAZ JUNIOR, 2016⁶³), do subsolo (pela mineração), de florestas, do ar, dos ventos (da natureza em geral) (IORIS, 2010); o comprometimento dos territórios de

⁶¹ ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A.W.B et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010. p. 179-210.

⁶² Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e Saúde Humana. Livro do Singa.

⁶³ PERPETUA, G. M.; THOMAZ JÚNIOR, A. Pilhagem territorial: no rastro da recente territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A; PONTE, K. F.; ALVES, J. (org.) *Geografia e trabalho no Século XXI*. Vol. 9. Presidente Prudente-SP: Centelha, 2016.

povos tradicionais (ALMEIDA, 2010); a flexibilização das leis do trabalho, desterritorialização e deslocamento territorial crescente de trabalho a ser explorado pelo capital (THOMAZ JUNIOR, 2012).

Neste contexto, o Brasil se inseriu na divisão internacional do trabalho, dando continuidade ao modelo agroexportador que deriva da “modernização conservadora”, ao provocar uma verdadeira “racionalização” do campo, submetendo-o ao capital agroindustrial-financeirizado, o que ampliou formas de degradação ambiental, a concentração da terra e da água, o controle e precarização do trabalho, bem como intensificou os mecanismos violentos atrelados ao processo de acumulação ora descritos. Por tal razão, o conceito de acumulação por espoliação Harvey (2004) contribui significativamente para entendermos o caráter predatório assumido pelo capitalismo brasileiro, especialmente no que corresponde aos rebatimentos sobre o campo.

Esse processo está em plena expansão nas diferentes regiões brasileiras onde o capital se instalou através da territorialização de vários conglomerados agropecuários ligados tanto à produção de monoculturas e *commodities* quanto à dinâmica rentista do comércio de ativos financeiros, que passaram a estabelecer um padrão territorial funcional aos interesses estratégicos da acumulação de grandes capitais.

Com a participação efetiva do Estado, tal modelo garantiu, em grande medida, a supremacia dos megaprojetos, assim como ocorreu com a criação de programas destinados aos financiamentos dos empreendimentos agroindustriais, como o PROÁLCOOL (1975) (THOMAZ JUNIOR, 2002; OLIVEIRA, 2009), que estimulou a expansão da agroindústria canavieira, e o PRODECER (MENDONÇA, 2004), este último permitindo o avanço da soja pelo cerrado brasileiro. Além de financiador dos projetos privados, o Estado possibilitou o estabelecimento da infraestrutura básica e logística (rodovias, portos, aeroportos, hidrelétricas, obras de irrigação etc.), que têm garantido a territorialização do capital.

Ao analisar a questão da consolidação do capital no campo no século XXI, tomando como exemplo a atividade canavieira no Centro-Sul do Brasil, Thomaz Junior (2009) amplia a discussão sobre a territorialização do capital, através da noção do Polígono do Agrohidronegócio⁶⁴. Tal demarcação territorial, além contemplar as

⁶⁴ OLIVEIRA (2009). A esse respeito, ver também os estudos sobre a agroindústria canavieira de Azevedo (2013); Oliveira (2009); Souza (2011).

diferentes formas de expressão do agrohidronegócio (soja, milho, eucalipto), representa a maior área plantada com cana de açúcar, de concentração de plantas agroprocessadoras, de produção de álcool e de açúcar do país⁶⁵.

A importância desta ideia está no fato de que o avanço do capital sobre o território, na atualidade, não se limita à apropriação da terra (legal ou grilada)⁶⁶, mas coincidem com a dominação sobre os principais corpos d'água (superficiais ou subterrâneas); e as repercussões para os(as) trabalhadore(a)s. Além disso, de acordo com Thomaz Junior (2009), não se trata de qualquer área, mas de terras estratégicas que sejam aderentes ao modelo técnico-científico implementado pelos agentes do capital. Ou seja, correspondem a superfícies planas, que possam ser mecanizadas e que contenham uma maior diversidade em recursos naturais a serem incorporados ao processo produtivo, bem como contemple características climático-ambientais adequadas aos empreendimentos.

Como vimos, a imposição de um padrão territorial pelo agrohidronegócio, assentado sob uma base flexível de acumulação, vem reconfigurando as formas de produção e das relações sociais concretas, bem como assume um caráter violento/espoliador contra populações vinculadas ao território. Desse modo, articula os aparatos mais “modernos” de produção aos processos de destruição/mercantilização da natureza e precarização do conjunto do trabalho, como condição de manutenção do modelo. Trata-se, portanto, da técnica a serviço do capital e não enquanto garantia da melhoria das condições de vida.

A tese de Eduardo Galeano (2014), segundo a qual a América Latina consiste numa região das “Veias abertas” significa que, a partir da divisão internacional do trabalho, alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Passados mais de quarenta anos da publicação original, notamos tristemente a atualidade da obra clássica do escritor uruguaio, pois o destrutivismo que se ampliou vertiginosamente na América Latina, em função do *boom* das *commodities*, significou para muitos a expropriação e/ou a perda de garantias mínimas de dignidade.

⁶⁵ Essa delimitação corresponde ao Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás.

⁶⁶ Oliveira (2005) apresenta o mapa da grilagem de terras no Brasil, com destaque para a região Norte, especialmente o Pará, e para o Nordeste, no Vale do São Francisco, que apresentam os maiores índices de terras devolutas e griladas do país.

Entretanto, faz-se importante perguntar: diante dessa hierarquia do mercado internacional, em que os ditames de organismos supranacionais, como a OMC e o Banco Mundial, se impõem na determinação das políticas no mundo periférico, quem perde e quem ganha, no Brasil, em virtude da expansão de um capitalismo predatório? A que e a quem são destinados os lucros advindos de um modelo produtivo que leva à exaustão os recursos territoriais e que compromete a vida, o trabalho autônomo e a saúde ambiental nos mais diversos territórios?

Em função da exportação de bens primários, com baixo valor agregado, tais como: soja, milho, açúcar, celulose, minério, carnes, frutas etc., o “Brasil” abre mão de suas florestas, da proteção dos povos originários e tradicionais, das altas reservas de água superficiais e subterrâneas, comprometendo a saúde ambiental e a saúde de populações do campo e da cidade, cada vez mais vulneráveis aos agrotóxicos. Estes contam com um verdadeiro processo de desregulamentação e permissividade que se evidencia pelas flexibilizações das leis ambientais em favor da ampliação do uso de agrotóxicos (PIGNATI, 2012; RIGOTTO, 2011; THOMAZ JUNIOR; LEÃO; PIGNATI, 2016).

Diante deste conjunto de questões, observamos que há a perda de autonomia de camponeses sobre as sementes e as terras/águas, devido à padronização comandada por reduzido número de multinacionais em detrimento da valorização da biodiversidade. O que os movimentos sociais, como a Via Campesina, a Comissão Pastoral da Terra e o MST reivindicam, enquanto soberania alimentar, fundamentam-se não apenas na quantidade de alimentos, mas na qualidade e na autonomia dos povos produtores, sobre o território e sobre seu trabalho. Tudo isso acaba sendo minado devido à imperativos incontrolláveis do capital mundializado ao se apossar dos recursos territoriais em escala cada vez mais ampliada.

Esta racionalidade, instrumentalizada a serviço do capital, cria o chamado “mito do progresso”, que obscurece a destrutividade socioambiental atrelada a tal modelo. Em função do discurso “economicista”, atrelado ao crescimento ilimitado, desconsidera-se os limites da natureza e dos trabalhadores, isto é, os custos humanos e ambientais decorrentes de atividades predatórias que quase nunca são considerados. Por isso, não podemos pressupor que o “crescimento” econômico é “naturalmente” positivo, pois isso nos colocaria numa “jaula de aço” (LÖWY, 2014) a ponto de mistificarmos a realidade que se expressa a partir dos conflitos territoriais, ao invés de entendê-la, implicando

ainda numa cegueira a respeito das possibilidades de superação histórica da produção destrutiva instituída pelo capital (MÉSZÁROS, 2007).

A fruticultura irrigada que se instala na região semiárida do Nordeste brasileiro segue os padrões hegemônicos estabelecidos pelo capital, apresentando descontinuidades e hibridismos nas formas de acumulação, como buscamos descrever. Além de grandes demandas de novas terras e de uma disponibilidade crescente de recursos hídricos necessários à sua expansão, trata-se de uma atividade que envolve grandes empresas nacionais e internacionais, as quais guiam seus interesses para o atendimento do mercado externos, bem como conta com uma articulação indispensável das estruturas institucionais do Estado para sua efetivação.

Nesta perspectiva, a territorialização do agrohidronegócio fruticultor, no Nordeste semiárido brasileiro, assume uma forma particular no que tange aos processos de expansão do capital no campo, pois através de um modelo produtivo intensivo, da apropriação do território e dos recursos naturais, redefine-se constantemente a divisão social e territorial do trabalho, ao mesmo tempo em que se reconfiguram as formas de degradação socioambiental e de exploração do trabalho sob diferentes maneiras.

Como iremos perceber adiante, a expansão dos PIs, no semiárido nordestino, representa uma maneira de incorporar gradativamente o território ao circuito da agricultura capitalista, a partir de um conjunto de infraestruturas hídricas e logísticas, compostas pela construção de pontes, açudes, barragens, adutoras, canais de escoamento, transposições, estradas etc. Soma-se a isso, todo um conjunto de redefinições institucionais que visam garantir as condições “ideais” aos empreendimentos empresariais. Tais iniciativas, que derivam das históricas intervenções estatais na região, já apontadas por autores clássicos como Oliveira (1981) e Andrade (1986), permitiram que o capital efetivasse seu controle sobre a terra e a água, bem como estabelecesse um novo padrão territorial, no qual a precarização exercida sobre o trabalho e os monopólios sobre a natureza tornam-se evidentes.

2.2. As particularidades dos processos de apropriação territorial, da natureza e do trabalho na fruticultura no semiárido nordestino

A ofensiva sobre o campo brasileiro apresenta diferentes tendências e descontinuidades, que marcam a apropriação territorial nas mais diversas regiões pelos, bem como nos distintos segmentos do capital em seus variados setores produtivos. A fruticultura irrigada no semiárido, certamente é parte integrante desse processo genérico de acumulação do capital de caráter “modernizante” e destrutivo que chega ao campo, embora com especificidades que rebatem diretamente no conjunto de trabalhadores envolvidos nos territórios apropriados pela fruticultura. Tais desdobramentos expressam tanto elementos comuns aos outros ramos do agronegócio, quanto incorpora outras formas do trabalho precarizados e de mecanismos de apropriação da natureza e do território.

Aqui, discutiremos a abrangência e o conjunto de redefinições impostas pelo agrohidronegócio fruticultor, sobretudo pelo caráter dos conflitos territoriais gerados, na medida em que sua expansão significa, ao mesmo tempo, a concentração territorial e a expropriação violenta. À medida que se constituiu num modelo degradante e apropriador dos recursos naturais inerentes ao território, tal modelo se choca constantemente com os territórios de vida de populações camponesas/tradicionais, que concebem à terra e a água enquanto meios de vida, bem como provoca diversos processos de precariedade ao conjunto de trabalhadores que, por sua vez, são incorporados neste processo.

Do ponto de vista estratégico para o capital, a região semiárida brasileira consiste numa área territorial estabelecida pelo Estado, que leva em consideração fatores climáticos-ambientais, destinadas ao estabelecimento de um conjunto de vantagens locacionais aos empreendimentos que se situem nos municípios de tal delimitação. Primeiramente, criada em 1989, em substituição ao polígono das Secas, passou por algumas modificações propostas por um grupo de trabalho interministerial (SANTANA, 2007), envolvendo diversos órgãos de planejamento com objetivo de planejar para o controle territorial. Em síntese, tratou-se de um meio para favorecer ao desenvolvimento de atividades produtivas a investidores situados nos diversos municípios abrangidos nesta delimitação, como sugere a aplicação dos recursos ligados ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Atualmente, o semiárido é alvo de uma verdadeira ofensiva de diversos tipos de empreendimentos empresariais (nacionais e estrangeiros), ligados ao setor de produção-exportação agrícola, como podemos destacar a fruticultura irrigada, mas não somente,

pois encontramos atividades ligadas a siderurgia, mineração, carcinicultura etc. Além das regalias relacionadas à uma região de investimento público, como vimos, os diferentes grupos que aí se situam contam com outros tipos de políticas implementadas via Ministério da Integração Nacional, as quais contribuem com a disponibilização de terras e águas (subterrâneas e superficiais), que são destinadas para serem “superexploradas” pelos diferentes setores agroindustriais.

É o caso da implementação e da recente expansão dos chamados PIs, ao se constituírem numa forma de viabilizar, em termos de infraestrutura-logística e normas institucionais, a territorialização do que estamos chamando de agrohidronegócio fruticultor.

Os PIs existentes no semiárido brasileiro expressam a marca do intervencionismo estatal e da ofensiva do capital sobre os bens naturais, característica típica da nossa era neoliberal. Entretanto, a criação de um verdadeiro complexo ligado ao mercado de frutas, não poderia ser compreendida sem a ação de órgãos de planejamento, tais como: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que foram criados, respectivamente, em 1945 e 1967, para viabilizar toda a infraestrutura necessária à garantir, de um lado, o uso capitalista dos recursos e, por outro, representasse um apoio técnico-científico-financeiro voltado aos empreendimentos capitalistas.

Daremos uma atenção específica ao surgimento, as ações e as mudanças dessas entidades públicas no capítulo 3 (sobre o Estado). Por ora, basta mencionar o papel que tiveram para concretização de um território artificialmente produzido, que se viabilizou a apropriação da terra, da água e dos recursos financeiros pelo capital. Basta considerar os recursos dispendidos e a abrangência territorial ocupada pelos PIs ao longo de todo semiárido.

Atualmente, existem 36 PIs coordenados pelo DNOCS, distribuídos em 6 Estados. Além desses, há 34 PIs, em plena produção, 6 em fase de implantação e 3 em fase de estudos, que totalizam 43 PIs, sob a tutela da CODEVASF. Se nos reportarmos apenas aos PIs que estão situados nos três estados que nos interessa mais diretamente no presente estudo, a saber: Ceará-CE, Pernambuco-PE e Rio Grande do Norte-RN, teremos uma dimensão territorial dos projetos de irrigação resultante da referida intervenção destes órgãos de planejamento. (Tabela 1).

Tabela 1. Perímetros Irrigados dos Polos no Submédio do São Francisco, do Rio Grande do Norte e do Ceará

PI	LOCALIZAÇÃO	ANO	ÁREA IRRIG	EMPRESA (Ha)	FAMILIAR(Ha)	ÓRGÃO
Bebedouro	Petrolina-PE	1968	1.892	858	1.034	Codevasf
Mandacarú	Juazeiro-BA	1971	450	51	399	Codevasf
Curaçá	Juazeiro-BA	1980	4.204			Codevasf
Maniçoba	Juazeiro-BA	1980	4.160	2.379	1.781	Codevasf
Tourão	Juazeiro-BA	1979	14.237	14.048	189	Codevasf
Nilo Coelho	Petrolina-PE	1984	18.563	6.043	12.520	Codevasf
Mª Tereza	Petrolina-PE		-	-	-	Codevasf
Pontal	Petrolina-PE	2013	-	-		Codevasf
Salitre – I	Juazeiro-BA	1998	5.099	2.772	1.684	Codevasf
Jaguaribe-Apodi	Limoeiro do Norte/Quixeré	1989	2.834,80	1.019,00	1.815,00	DNOCS
Araras Norte	Varjota e Reriutaba-CE	1987- 1998	1.345,80	605,80	623,00	DNOCS
Ayres de Souza	Sobral-CE	1974-1978	192,00	-	192,00	DNOCS
Baixo-Acaraú	Acaraú, Bela Cruz e Marco	1983-2001	7.398,63	2.884,55	3.786,12	DNOCS
Curu-Paraipaba	Paraipaba	1974-75	3.279,00	817,30	2.453,00	DNOCS
Curu-Pentecoste	Pentecoste e São Luiz do Curu	1974-79	743,00	-	715,00	DNOCS
Ema	Iracema	1971-73	42,00	-	42,00	DNOCS
Forquilha	Forquilha	1974-1979	167,60	-	167,60	DNOCS
Icó-Lima Campos	Icó	1969-1973	2.541,00	-	2.541,00	DNOCS
Jaguaruana	Jaguaruana	1975-1979	202,00	-	202,00	DNOCS
Morada Nova	Morada Nova e Limoeiro do Norte	1968-1970	3.677,00	-	3.630,00	DNOCS
Quixabinha	Mauriti		293,00	-	293,00	DNOCS
Russas 1ª E	Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova	-	10.564,0	5.034,0	3.992,0	DNOCS
Várzea do Boi	Tauá	1973-75	313,00	-	313,00	DNOCS
Baixo-Açu	Ipangaçu, Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra	1989-94	5.167,95	3.625,70	1.330,08	DNOCS
Cruzeta	-	1973-77	111,00	-	111,00	DNOCS
Itans	Caicó-RN	1973-77	69,00	-	69,00	DNOCS
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	1973-77	380,00	-	380,00	DNOCS
Sabugi	Caicó	1973-77	325,00	-	325,00	DNOCS
Boa Vista	Salgueiro-PE	1972-75	102,50	-	102,50	DNOCS
Cachoeira II	Serra Talhada	1971-79	222,00	-	222,00	DNOCS
Custódia	Custódia	1974-75	215,00	-	215,00	DNOCS
Moxotó	Ibimirim e Inajá	1972-77	6.375,00	1.896,00	4.479,00	DNOCS
Total			95.165	38796,35	45.605	

Fonte: CODEVASF (<https://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/>);

DNOCS: (http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/). Organizado pelo autor.

No vale do Rio São Francisco, destaca-se a instalação de uma fruticultura altamente tecnificada, guiada especialmente para atender o mercado externo, como mostraram as pesquisas de Bezerra (2012); Dourado (2015); Sousa (2013); Oliveira (2011). Neste caso, a problemática principal consiste na apropriação intensiva das águas superficiais em toda a bacia do Rio São Francisco e dos seus demais afluentes, pois as pressões exercidas pelo agrohidronegócio de frutas sobre os recursos hídricos, somadas ao complexo hidroenergético a outras formas de produção (cana de açúcar e soja), podem comprometer a própria existência do rio, bem como tem significado a expropriação e a precarização da vida de milhares de ribeirinhos, de comunidades de fundo de pastos, de assentados, de trabalhadores assalariados, entre outros⁶⁷.

A extensa abrangência territorial da fruticultura sobre os corpos hídricos, como vimos acima no Zoneamento Ecológico do IBGE (2005), se dá nos chamados Polos de Desenvolvimento, estabelecidos pela CODEVASF. Atualmente, em todo o semiárido existem sob sua responsabilidade e coordenação sete Polos de Desenvolvimento, são eles: a) Norte de Minas; b) Guanabi-BA; c) Barreiras-BA; Irecê-BA; Formoso e Correntina-BA e Petrolina-PE e Juazeiro-BA⁶⁸.

Tal denominação de “Polo”, segundo os parâmetros da CODEVASF consiste numa delimitação territorial, onde se desenvolvem várias atividades produtivas ligadas ao complexo agroindustrial e que contam com um arranjo territorial, garantindo maior facilidade de instalação e mobilidade para o capital. Além disso, compreende, em seu interior, a existência de várias outras delimitações territoriais (em menor escala), como são os PIs, aqui entendidos enquanto meios (institucionais, jurídicos, econômicos) de apropriação territorial e dos recursos naturais pelo capital.

⁶⁷ Ver a recente onda de protestos em relação ao uso da água em Correntina-BA. Roberto Malvezzi mostra um pouco desse quadro a partir das revoltas na Bahia: “Aproximadamente mil pessoas entraram nas fazendas Igarashi e Curitiba em Correntina, Bahia, quebraram os pivôs centrais de irrigação das empresas e derrubaram as instalações elétricas. Bastou para que a mídia falasse em vândalos, invasores, e a senadora Ana Amélia chegou a falar em exército de Lula no Senado, referindo-se ao MST. Quanta estupidez na boca de uma só senadora! O MST não estava lá e nem precisava, porque a reação foi das comunidades ribeirinhas, mães e pais de família. É bom a senadora saber que a Bahia é governada por um petista e o INEMA, organismo que concede as outorgas de água no Oeste Baiano, tem grande responsabilidade nessa monstruosa outorga do Arrojado para as empresas beneficiadas”. <http://robertomalvezzi.com.br/2017/11/08/agua-poe-fogo-no-campo/>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

⁶⁸ Disponível em <<https://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados>> Acesso: 21 de abril de 2017.

Na região do sub-médio do rio São Francisco, merece destaque Polo Juazeiro-Petrolina, que compõe um grande complexo agroindustrial e de produção de frutas (*in natura*) para exportação, sobretudo com destaque para a uva e a manga, destinadas normalmente para a Europa e para os EUA (SOUSA, 2015; OLIVEIRA, 2011). Sua implementação iniciou-se ainda nos anos 1968, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao instalar os primeiros PIs, denominados de Bebedouro e Mandacaru⁶⁹. Estes, não seguiram inicialmente uma lógica empresarial, pois constituíam experimentos do que viriam a ser os projetos criados a partir dos anos 1980, quando assumiram elementarmente um caráter capitalista, pois como vimos, criaram as condições para territorialização de várias empresas estrangeiras e nacionais cuja lógica era o mercado internacional.

Há, atualmente, uma diversidade de empreendimentos privados territorializados nas áreas dos PIs. Muitos deles, derivam deste processo que criou as facilidades de instalação desses capitais. Variam desde grupos nacionais e internacionais, que produzem uva, manga, coco, melancia, melão, goiaba etc. Além destes produtos, podemos destacar ainda a produção de uvas para elaboração de vinhos, que permitem aos empresários se apropriarem da renda diferencial, advinda do uso da terra e das águas, como meio para promoção de um turismo rural em torno das vinícolas. (Tabela 2).

Tabela 2. Principais empresas que atuam no Vale do São Francisco

Empresa	Produtos
Agropecuária Lambrunie	Uva
Brasiluvas	Uva
CAJ-BA Cooperativa Agrícola de Juazeiro	Uva
Frutimag,	Uva
Frutivale	Uva
Frutivita	Uva
Jofra Agrícola	Uva
Logos Butiá	Uva
Metaexport	Uva
Special Fruit	Uva

⁶⁹ Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/polos-de-desenvolvimento-1/juazeiro-petrolina>>

Timbaúba Agrícola	Uva
Vale das Uvas	Uva
Nova Fronteira Agrícola	Uva
Frutinor	Uva
Lastro Agrícola	Uva
Ebras	Uva
Agrobrás	Uva
Futier	Uva
Sechi Agrícola	Uva
Pritam Fruit Exportação Ltda	Uva
Agropecuária Vale Das Uvas Ltda	Uva
Upa Agrícola	Uva
Fazenda Milano Vitis Agrícola, Fruit Fort, Minhoto, Agropecuária Labrunier e Fazenda Ouro Verde Ltda.	Uva, vinho e vinagre
Agrovale	Álcool, açúcar e manga: Agrovale;
Niagro Nishieri e Vita Polpas	Polpa de frutas
Vitivinícolas Santa Maria e Lagoa Grande, Vinícolas Vale do São Francisco, Miolo e Iovara/Benec, Adega Bianchetti & Tedesco e Chateaux Ducos; Agropecuária Labrunier, Fazenda Ouro Verde.	Vinho

Fonte: CODEVASF, (2017)⁷⁰.

De acordo com os dados da Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPOR), atualmente, a área de cultivo irrigado implantado no Polo Juazeiro-Petrolina, estende-se por 120 mil hectares, com predominância de frutas, cana de açúcar, tomate, cebola e demais hortaliças, correspondendo a uma produção de aproximadamente 1 milhão de toneladas, por ano.

Estima-se também, ainda segundo a Valexport, que esta atividade envolva cerca 240.000 empregos diretos e 960.000 empregos indiretos, seja no trabalho no campo de frutas e/ou na embalagem nos “packings houses” e câmaras frigoríficas, os quais representam, respectivamente, um investimento da ordem de US\$ 58,5 milhões e US\$ 65,4 milhões. Como veremos mais adiante, estes números, em muitos casos, omitem processos de precariedade instituída pelo modelo produtivo. Mesmo sem cair nessa armadilha dos números, precisamos expor alguns dados oficiais que nos ajudam a

⁷⁰ Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/polos-de-desenvolvimento-1/juazeiro-petrolina>, acesso em 01 de dezembro de 2017.

dimensionar a relevância estratégica desta região ao capital, evidenciada em sua articulação internacional. (Tabela 3, 4 e 5).

Tabela 3. Exportações de Uva e Manga do Vale do São Francisco

Ano	UVA (Toneladas)			MANGA (Toneladas)		
	Vale	Brasil	Partic.	Vale	Brasil	Partic.
1997	3.700	3.705	100%	21.500	23.370	92%
1998	4.300	4.405	98%	34.000	39.185	87%
1999	10.250	11.083	92%	44.000	53.765	82%
2000	13.300	14.000	95%	57.200	67.000	85%
2001	19.627	20.660	95%	81.155	94.291	86%
2002	25.087	26.357	95%	93.559	103.598	90%
2003	36.848	37.600	98%	124.620	133.330	93%
2004	25.927	26.456	96%	102.286	111.181	92%
2005	48.652	51.213	95%	104.657	113.758	92%
2006	59.138	62.251	95%	105.410	114.576	92%
2007	78.404	79.081	99%	107.812	116.047	93%
2008	81.595	82.242	99%	117.517	133.724	87%
2009	54.476	54.559	99%	92.628	110.202	84%
2010	60.774	60.805	99%	99.002	124.694	79%
2011	59.339	59.391	99%	105.856	126.430	83%
2012	51.965	51.995	99,90%	121.334	127.002	96%
2013	43.085	43.180	99,70%	115.044	122.009	94%
2014	28.338	28.348	99,96%	112.809	133.033	85%
2015	34.339	34.384	99,87%	131.538	156.337	84,14%
2016	30.648	30.827	99,47	131.088	154.211	85,01%

Fonte: Adaptado de Secex/ VALEXPOR.

Tabela 4. Exportação de Uvas Brasileiras - Por País de Destino – 2016

País	Valor (US\$ FOB)	Volume (Kg)
Países Baixos (Holanda)	32.374	16.136
Reino Unido	16.444	7.619
Alemanha	5.161	2.384
Emirados Árabes Unidos	4.118	1.648
Argentina	2.340	1.156
Noruega	1.603	661
Estados Unidos	1.321	425
Suécia	772	357
Irlanda	433	162
Canadá	287	110

Uruguai	203	86
Finlândia	65	24
Espanha	36	14
Chile	25	14
Dinamarca	29	12
Islândia	36	12
Total Geral	65.255	30.827

Fonte: Adaptado de Secex/ VALEXPOR.

Tabela 5. Exportações de Mangas Brasileiras - Por País de Destino – 2016

País	Valor (US\$ FOB)	Volume(Kg)
Países Baixos (Holanda)	70.761	69.612
Estados Unidos	29.036	28.190
Espanha	23.276	19.574
Reino Unido	23.870	12.022
Portugal	14.494	10.558
Canadá	6.073	5.292
Argentina	1.997	1.295
Gana	880	1.239
Chile	1.397	1.070
Bélgica	943	1.028
França	1.656	808
Alemanha	1.527	749
Rússia	761	627
Luxemburgo	753	471
Itália	470	455
Emirados Árabes Unidos	357	328
Arábia Saudita	324	292
Japão	849	262
Outros (Suíça, Áustria, Uruguai, Hong Kong, Áustria, Ucrânia, Cingapura, China, Cote de Marivã, Turquia e Guiné Equatorial)	497	331
Total Geral	179.932	154.211

Fonte: Adaptado de Secex/ VALEXPOR.

As ações de implementação dos PIs passaram por algumas modificações que merecem ser discutidas para que compreendamos as especificidades dos casos que estamos interessados em aprofundar nesta pesquisa. Como mencionamos, atrelados à lógica de exportação, os PIs converteram o Vale do São Francisco em um arranjo territorial, moldado à maneira da competitividade do mercado internacional. Deste modo, o desafio consiste em descortinar o ofuscado processo de desregulamentação que, ao permitir a territorialização empresarial nestas áreas, significou, simultaneamente, a desterritorialização e a espoliação dos trabalhadores e de populações tradicionais pela fruticultura capitalista, na medida em que o interesse privado se

sobressaiu em relação ao interesse comum, diante da reestruturação estabelecida nos PIs do Vale do São Francisco.

A partir do Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e no Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) houve um redirecionamento da política governamental de irrigação nos anos 1980, que passou a valorizar cada vez mais a irrigação como um negócio privado. Como mostra o relatório do Ministério da Integração Nacional (2014), no qual contêm uma síntese das principais ações do Estado: a partir de então a CODEVASF toma a dianteira na execução dos projetos de irrigação realizados durante o Governo Sarney que, através do PROINE, previa a ampliação da área irrigada nos perímetros públicos. Conforme os dados apresentados no documento citado, à época, tal meta consistia em irrigar 1 milhão de hectares até 1990, sendo 410 mil ha em Projetos Públicos de Irrigação (BRASIL, 2014)⁷¹.

Nos anos 1990, a hegemonia neoliberal na orientação das políticas econômicas provocou uma nova inserção dos países dependentes na divisão internacional do trabalho, desencadeando rebatimentos nos moldes assumidos pelas políticas de irrigação. No Nordeste brasileiro se fortaleceram os investimentos advindos do Banco Mundial (BM), que passaram a estabelecer a orientação político-econômico-ideológica dos investimentos neste setor. O resultado disso, foi a criação de prerrogativas jurídicas para viabilizar e fortalecer iniciativas privadas, através do estabelecimento dos processos de emancipação/privatização dos Perímetros Públicos criados nos anos anteriores. Surgem, assim, os chamados Distritos de Irrigação enquanto uma forma de gestão privada nos quais o empresariado fruticultor se tornou hegemônico, ditando os tipos de culturas e da destinação das terras.

Os Perímetros de Irrigação que antes eram administrados plenamente pelo Estado, seja no âmbito de atuação do DNOCS, da SUVALE ou da CODEVASF, com o advento do chamados Distritos de Irrigação – entidades de direito privado –, passaram gradativamente à gestão integral dos empresários⁷². Os donos do capital agora estavam no controle dos PIs, o que marcou a consolidação da fase empresarial, voltada para o mercado nacional e internacional de frutas, especialmente nos anos 1990. Com efeito, esse processo fez com que a terra e a água se tornassem cada vez mais apropriadas por

⁷¹ Ministério da Integração Nacional-MI. Desafios para a transferência da gestão dos Perímetros públicos de irrigação – proposta para efetiva emancipação. Brasília/out, 2014.

⁷² Ver BRASIL (2014).

interesses corporativos, à medida que os empresários poderiam deter *status* de proprietários da terra. Tal estratégia consistia também em entregar toda a infraestrutura construída com recursos públicos ao capital e, através da flexibilização da gestão, estabelecer uma reorientação do papel estatal ao torna-lo um mero facilitador dos investimentos privados.

Além dos mecanismos mencionados acima, vale destacar o surgimento de novas formas de concessão que foram criadas a partir do sistema de Parcerias Público-Privadas (PPP). Este modelo visa atender diretamente a grandes grupos de investidores e subordina os pequenos produtores aos grandes empreendimentos, como pode ser observado nos parâmetros estabelecidos pelo Edital de concessão do Perímetro Irrigado Pontal, em Petrolina-PE⁷³. Tal modelo está previsto na nova lei de irrigação de 2013⁷⁴, constituído a partir de um “modelo misto” de irrigação, pois envolve um contrato entre a esfera pública e o setor privado. Mais uma vez, neste exemplo, está claramente evidenciado os interesses estabelecidos pelo Banco Mundial, pois, como veremos a seguir, o que interessa é o uso privado das terras e das águas, garantido pela Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) a grandes empreendimentos.

Essas estratégias de apropriação territorial se dão em diferentes escalas, pois tais empreendimentos contam com a participação de múltiplos agentes nacionais e supranacionais, como o International Finance Corporation (IFC) e do Centro de Estudos do Agronegócios (PENSA), cuja responsabilidade consiste em estabelecer os parâmetros normativos, de concepção e de configuração dos projetos, como pode ser visto no enunciado a seguir:

A partir de 2005, a Codevasf iniciou estudos visando a alternativa de parcerias público-privadas para a implantação de novos Projetos e para a gestão dos existentes. Contratou o Banco Mundial e outras entidades internacionais e nacionais, como o IFC e o PENSA⁷⁵, para a elaboração de diversos estudos, dentre os quais, para a conclusão das obras e para a exploração agrícola dos Projetos Pontal, Salitre e Baixio de Irecê. As motivações para realização de estudos para a adoção do modelo de PPP nos PIs basearam-se na afirmação de que — [...] *a administração pública tem demonstrado relativa incapacidade de gerir esse tipo de projeto de irrigação para cultivos agrícolas importantes e segundo*

⁷³ Ver. Edital 60/2012: licitação da CDRU para a exploração agrícola do Projeto Pontal.

⁷⁴ Lei no 12.787/2013.

⁷⁵ A respeito do PENSA e sua relação com os setores estratégicos do agronegócio ver os estudos de Virgínia Fontes (2017) e Sônia Regina de Mendonça (2017).

preceitos do desenvolvimento regional sustentável (BANCO MUNDIAL, 2006 apud BRASIL, 2014).

As mudanças nas formas de concessão expressam que ao Banco Mundial já não interessava mais que os projetos fossem estabelecidos nos moldes dos Perímetros anteriores, como foi o Nilo Coelho-Pernambuco e Jaguaribe Apodi-Ceará, nos quais havia, ainda que de forma precária, possibilidade de aquisição de terras por pequenos produtores, via editais de concorrência. A saída, então, estabelecida pelos preceitos da entidade, ao adotar o modelo das PPP, com base na ideia da “ineficiência da gestão pública” – o velho discurso neoliberal quando se quer privatizar algo estratégico – visa não apenas uma facilitação ao controle territorial exclusivo pelo capital, como também preconiza uma cadeia produtiva através de um sistema de integração, concebendo um novo tipo de trabalhador flexível, atrelado ao modelo.

Assim, a partir da análise documental, percebemos que o direcionamento da terra-água e dos recursos territoriais previstos pelas concessões, não estão desvinculadas das formas precárias de trabalho que emergem de tal processo. Como está impresso nos próprios documentos oficiais ao descreverem os parâmetros e condições de concessão lemos o seguinte:

A terra será transferida ao vencedor da licitação sem nenhum custo e o concessionário terá duas principais responsabilidades: garantir que a terra esteja plenamente ocupada em até 6 anos a contar da assinatura do contrato e que no mínimo 25% das terras irrigáveis serão alocadas para pequenos agricultores que deverão ser integrados à cadeia produtiva da(s) empresa(s) agrícola(s) que venha(m) a ocupar o restante do projeto. O parceiro privado será remunerado pela venda de água (tarifas a serem pagas pelos usuários) e pelo pagamento da contraprestação pelo governo.

[...] a terra não pertence ao produtor, mas à União, dificultando o acesso ao crédito rural, pois os bancos, atualmente, não aceitam os contratos de CDRU como garantia para obtenção de financiamentos agrícolas. No modelo proposto, o foco da ocupação visa grandes empresas âncoras, relegando os pequenos e médios produtores ao regime de produção integrada, para ocupação de 25% da área do Projeto. A maioria dos riscos é inerente aos irrigantes, mas é apropriada pelo integrador. **As grandes empresas deverão ter o apoio da Política Nacional de Irrigação para a exploração de áreas privadas,** como acontece em Cristalina/GO, Mucugê-Ibicoara/BA e Sorriso/MT, que são grandes polos de desenvolvimento do agronegócio. (Ministério da Integração

Nacional, 2014 Grifo nosso).

Como observamos acima, o Banco Mundial se configura não apenas enquanto um agente financiador, mas, da mesma forma, exerce o papel de formatador das políticas desenvolvidas nos diversos países, os quais seguem os moldes e os imperativos das transformações inerentes ao sistema do capital (PEREIRA, 2009). Tal aspecto é visível na concepção do projeto de implantação do PI Pontal-PE, à medida que percebemos uma forma de funcionamento da política de irrigação, ancorada no sistema de PPP, que garante, por um lado, o acesso à terra por empresas privadas, bem como preconiza, por outro, o sistema de integração de pequenos produtores à cadeia produtiva dos grandes empreendimentos.

Deste modo, os estudos de viabilidade econômica que seguem os preceitos da política neoliberal, contribuem para consolidar a privatização do uso da terra e da água, enquanto condição de reprodução do capital, ao mesmo tempo, que estabelece e institucionaliza novas relações de trabalho precárias para a fruticultura⁷⁶. Neste momento não é possível aprofundar os desdobramentos deste modelo de elaboração do PI Pontal, sobretudo porque o modelo da PPP gerou um conjunto de críticas às oligarquias regionais, obrigando-os a recuar, já que se utilizam da terra-água enquanto fonte de barganha política e, portanto, a implementação deste PI voltando aos moldes tradicionais seria mais um elemento de retórica eleitoral⁷⁷. Entretanto, veremos que essa modificação não possui diferenças substanciais, à medida que o capital fruticultor consegue monopolizar tanto a pequena produção quanto precarizar os trabalhadores por outras vias. Logo o sistema de integração, por mais que seja negado na retórica, deverá se consolidar a partir do monopólio empresarial sobre os camponeses, sem contar que esta “nova” modalidade o negócio de terras, já facilita a conversão de concessão de uso em propriedade⁷⁸.

⁷⁶ Ver International Finance Corporation – IFC. Perímetro de Irrigação Pontal: estudo de viabilidade. Relatório para o Conselho Nacional de desestatização – CND. Disponível em: www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/.../ppp/.../pontal/5-relatorio_para_cnd.p... Acesso, agosto de 2016.

⁷⁷ Ver reportagem: <http://www.carlosbritto.com/presidente-da-codevasf-e-fernando-bezerra-anunciam-fim-da-ppp-do-pontal/> Acesso: em 3 de janeiro de 2017.

⁷⁸ Conforme pode ser visto no Edital n.º 34/2017, voltado a alienação de 37 lotes empresariais, que prevê o processo de emancipação imediatamente após a entrega das unidades parcelares. Isto facilitará aos empresários tanto abocanharem os pequenos lotes familiares quanto viabilizará a venda e/ou arrendamento de seus lotes quando indesejados.

Além disso, outro fato que chama atenção consiste nos processos de mercantilização da natureza promovidos pela implementação dos PIs, consiste na propaganda explícita que exalta as vantagens territoriais, ambientais-climáticas, de infraestrutura e locacionais, destinadas a atrair diversos empreendimentos privados, como podemos acompanhar nos documentos oficiais:

O projeto de irrigação Pontal está localizado no Município de Petrolina, na região semiárida do Estado de Pernambuco no nordeste do Brasil (Vale do rio São Francisco). A região de Petrolina atualmente exporta mais de US\$ 100 milhões em frutas/ano, em sua maior parte em terras irrigadas. A região do Pontal **possui uma infraestrutura logística estabelecida para exportação, incluindo três portos e estradas em boas condições.** Além disso, o aeroporto de Petrolina, a aproximadamente 40 km do Pontal, já está administrando aviões de carga que exportam frutas para outros continentes [...] é uma oportunidade atrativa para empresas de desenvolvimento de infraestrutura se envolverem em uma concessão de longo prazo para construção e operação de infraestrutura de irrigação no setor de agronegócio brasileiro, que se encontra em fase de rápido crescimento. É também uma oportunidade única para investidores do agronegócio se posicionarem em uma região **com vantajosas condições para produção de frutas, tanto em termos de clima e disponibilidade de água como de uma estabelecida cadeia logística para exportação à mercados internacionais**". (Grifo nosso)⁷⁹.

De maneira particular, observamos que a ofensiva do capital sobre às terras na região semiárida do Nordeste, representa um interesse crescente na grande disponibilidade hídrica, tanto ao longo da bacia do Rio São Francisco, como vimos, quanto na região da Chapada do Apodi, localizada na porção conhecida como Nordeste setentrional, entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, como discutiremos a seguir.

Nestas áreas, assim como no vale do São Francisco, implantou-se uma agricultura completamente guiada pelo mercado, estabelecida pela *modernização conservadora*, com destaque para as monoculturas, a quimificação dos solos e das plantas, o uso intenso de água, a padronização bio-genética de espécies vegetais etc. Estes aspectos acarretaram num conjunto de agravos aos trabalhadores, especialmente devido aos graves impactos socioambientais decorrentes dessas atividades (PONTES *et*

⁷⁹ Disponível em: <http://ppp-projetopontal.codevasf.gov.br/licitacoes/ppp-projetopontal>.

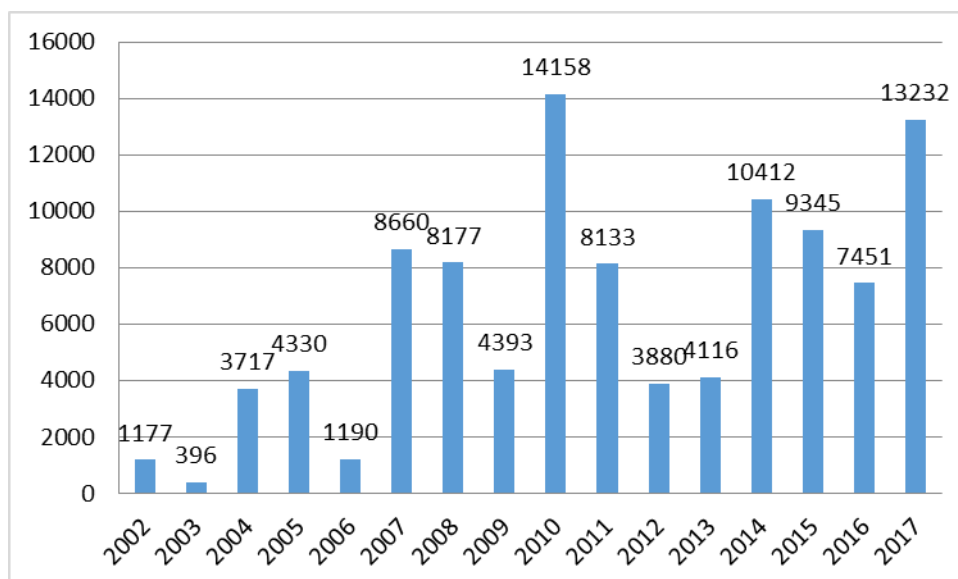
al, 2013, PEREIRA, 2013; RIGOTTO, 2003, 2011; FREITAS, 2010; BRAGA, 2010; BEZERRA, 2012; DOURADO, 2015, BEDOR, 2008).

A apropriação intensiva da natureza e dos recursos territoriais que tal modelo estabeleceu nessas regiões através dos PIs, provocou a racionalização instrumental desse território com a finalidade centrada na acumulação de capital, desconsiderando qualquer tipo de especificidade natural/climática, bem como dos modos de vida existentes no semiárido. Com efeito, inverteu-se a lógica da convivência, na qual o ser humano deveria reinventar formas criativas e sustentáveis de se relacionar com a natureza, por uma noção destrutiva do combate à seca, colocando os sujeitos em conflito com o ambiente natural.

Ora, tal racionalidade hegemônica ao invés de preconizar o uso sustentável da terra e da água para a produção de alimentos limpos e saudáveis, destinados a uma grande quantidade de pessoas, bem como atreladas a uma soberania do trabalho, como acontecia na Chapada do Apodi-RN/CE, antes da chegada de grandes empresas do agronegócio, contrariamente, buscou legitimar o financiamento de grandes obras de irrigação (canais, açudes, poços etc.), cujas consequências são uma série de violações de direitos e expropriações (FREITAS, 2010; BRAGA, 2010; PEREIRA, 2013; PONTES, 2012).

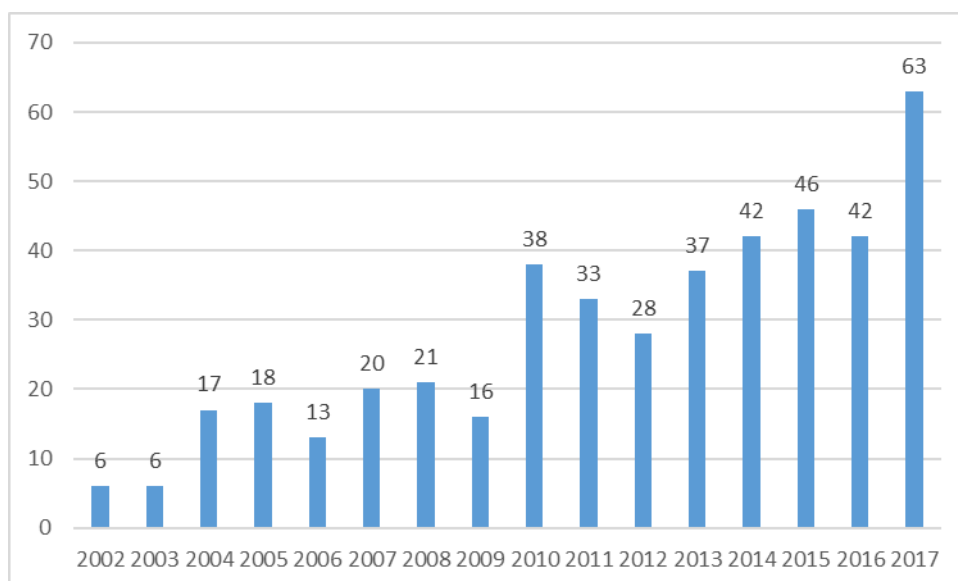
Além de financiados com dinheiro público, os megaempreendimentos favorecem a poucos grupos de empresários do agrohidronegócio e/ou de outros setores, bem como expropriam e privam milhares de pessoas de terem acesso aos bens do território. Isso faz com que o maior problema do semiárido permaneça sendo “as cercas e não a seca”, à medida em que o capital assume um caráter expropriador e intensificador dos conflitos territoriais, como mostram o crescimento dos conflitos pela água e pela terra no Nordeste, registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). (Gráficos 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

Gráfico 1. Número de famílias envolvidas em conflito por água no Nordeste - 2002 a 2017



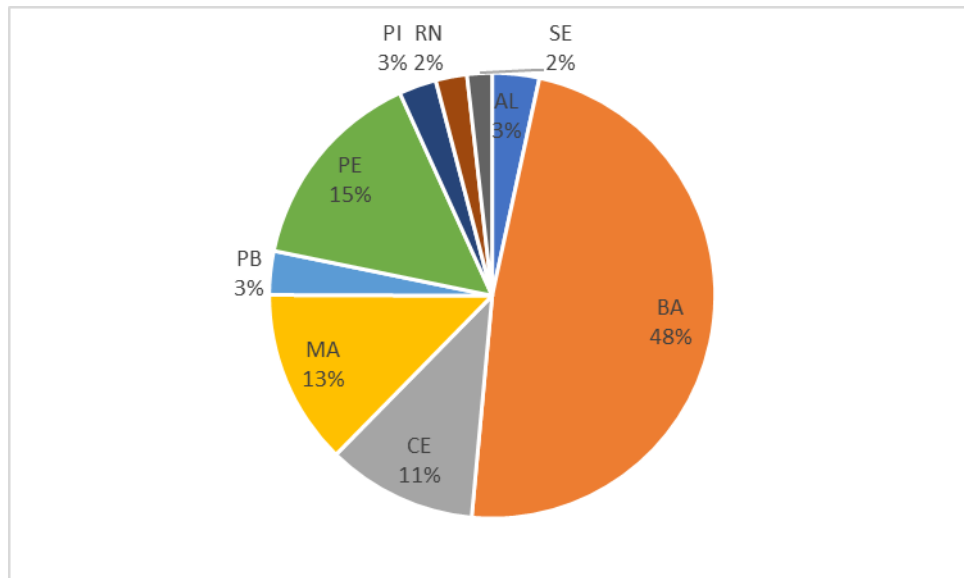
Fonte: CPT. Cadernos de conflitos no campo (2002-2017). Organizado pelo autor, 2018.

Gráfico 2. Número de conflitos pela água no Nordeste - 2002 a 2017



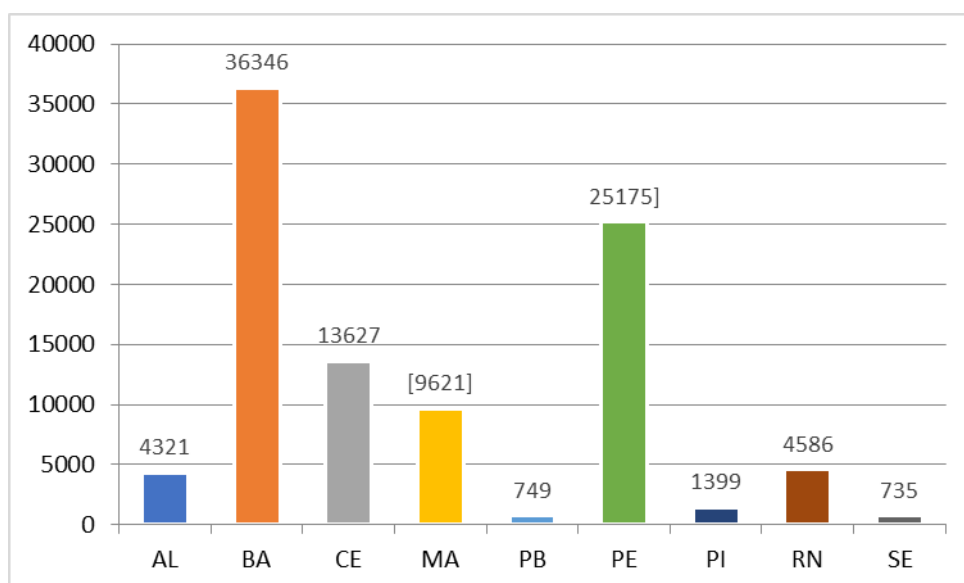
Fonte: CPT. Cadernos de conflitos no campo (2008-2017). Organizado pelo autor, 2018.

Gráfico 3. Conflitos por água no Nordeste por estado da federação - 2002 a 2017



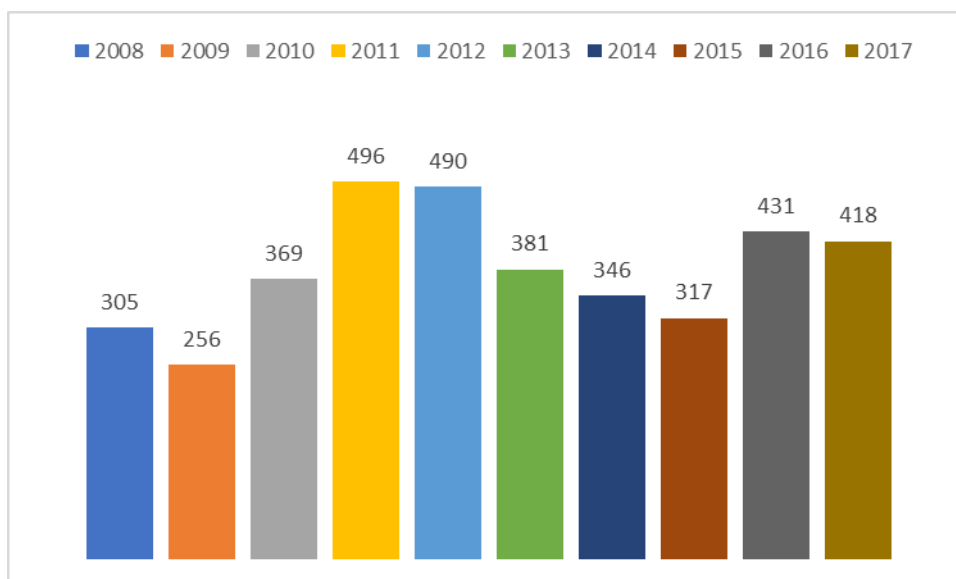
Fonte: CPT. Cadernos de conflitos no campo (2002-2017). Organizado pelo autor, 2018

Gráfico 4. N° de Famílias envolvidas em conflitos por água no Nordeste - 2002 a 2017



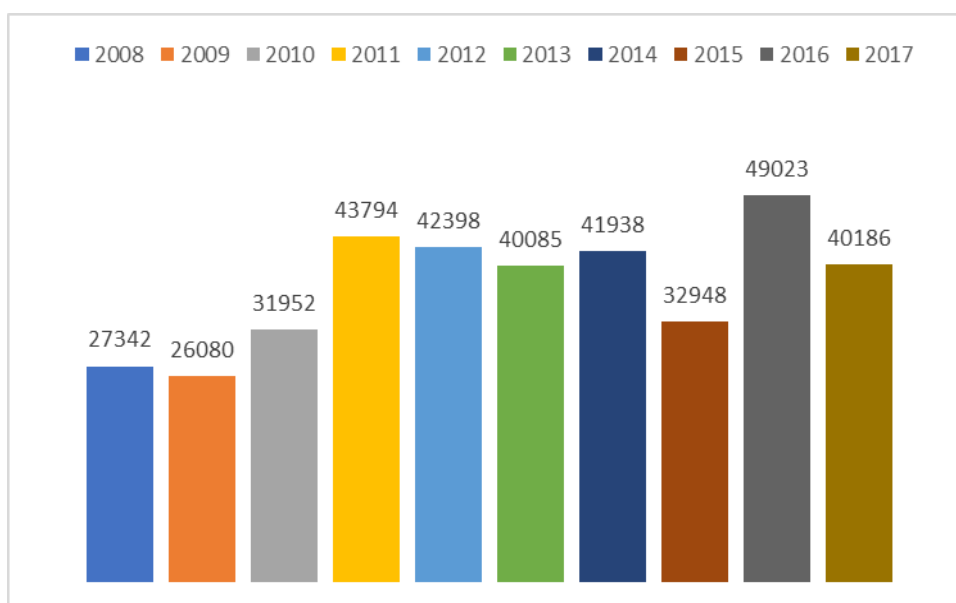
Fonte: CPT. Cadernos de conflitos no campo (2002-2017). Organizado pelo autor, 2018.

Gráfico 5. N° de conflitos pela terra no Nordeste - 2008 a 2017



Fonte: CPT. Cadernos de conflitos no campo (2008-2017). Organizado pelo autor, 2019.

Gráfico 6. Gráfico 6. N° de famílias envolvidas em conflitos por terra no Nordeste - 2008-2017



Fonte: CPT. Cadernos de conflitos no campo (2008-2017). Organizado pelo autor, 2019.

A categoria conflitos água começou a ser registrada pela CPT desde 2002, devido às demandas de registro das especificidades que passaram a ocorrer no campo. Apesar de sua diferença dos conflitos pela terra, sobretudo em termo numéricos,

devemos observar que os conflitos pela água não estão desvinculados da terra. Entretanto, quando os referimos ao semiárido nordestino, a questão da água torna-se um elemento indispensável a compreensão dos conflitos. Nessa virada para o século XXI, com a investida massiva do capital sobre a natureza ocorreu a intensificação de grandes obras de infraestruturas hídricas, a exemplo da retomada da transposição do rio São Francisco e da ampliação dos Perímetros Irrigados, marcando a conversão crescente da água em mercadoria.

Se no Vale do São Francisco, sobretudo na região do sub-médio, a ofensiva do capital se expressa com ênfase nas águas superficiais, que são disponibilizadas através dos canais de irrigação, na região da Chapada do Apodi, observamos que este processo de apropriação ganha novos contornos e se complexifica, tendo em vista a importância que a água subterrânea adquire. A consequência maior é que o direito de uso pelos povos constantemente está comprometido diante da apropriação intensiva do subsolo efetuada pelo capital.

Segundo Costa (2009), a formação natural da Chapada do Apodi é constituída de arenitos da formação Açú e calcários da formação Jandaíra. Este último, responsável pela cobertura da parte superior da chapada. A permoporosidade das rochas sedimentares permite a infiltração de água durante as chuvas, contribuindo para a alimentação do Aquífero Jandaíra. Possui uma vegetação de porte arbóreo que atualmente cede ao desmatamento ampliado. Tal formação, que abrange os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, representa uma grande reserva hídrica subterrânea, cujo uso garantiu a manutenção e reprodução por várias gerações do modo de vida camponês desenvolvido neste território (FREITAS, 2010).

O processo de territorialização do capital na chapada teve como porta de entrada o estado do Ceará, sobretudo após a criação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (em 1989), que seguiu os novos parâmetros estabelecidos pela imposição do mercado mundializado de frutas, para o qual a irrigação constituía-se, como vimos, enquanto um negócio privado e lucrativo para grandes empresas, a exemplo da vinda da empresa norte-americana Del Monte, instalada nesta localidade nos anos 1990 (FREITAS, 2010). Esta empresa multinacional, por mais que tenha reduzido significativamente as áreas que ocupava com plantações de frutas no Ceará, ainda permanece detentora de terras em áreas irrigadas constituindo-se, a nosso ver, como reserva de valor para investimentos futuros, ou até mesmo como ativos que facilitam negócios no mercado financeiro.

Se a chegada do agrohidronegócio provocou inicialmente a expropriação de comunidades camponesas e a consequente concentração da terra-água, atualmente os PIs dessa região se constituem em mais um dos mecanismos que, por meio do Estado são viabilizados para apropriação ilimitada dos bens territoriais. Assim sendo, além de deterem as águas superficiais do rio Jaguaribe, garantidas às empresas através dos canais de irrigação dos PIs, o capital conta com as outorgas de perfurações de poços, concedidas pelos órgãos públicos com a finalidade de irrigação de frutas. O caso da produção de melão exemplifica bem tal problemática, pois trata-se de uma fruta que demanda grandes quantidades de água. Desta forma, o paradoxo está no fato que em anos de seca, ao contrário do que deveria acontecer, ampliam-se a demanda de água para produzir melão, como em 2015, às custas da exaustão hídrica, comprometendo vários povos tradicionais que necessitam da água na Chapada do Apodi (RN/CE)⁸⁰.

O agrohidronegócio territorializado na Chapada do Apodi-CE/RN não respeita os limites físicos absolutos, estabelecidos pela natureza. Em sua tendência geral e contraditória de apropriação da natureza, notamos a voracidade da expansão do capital materializado na fruticultura, tendendo a relativizar aquilo que é absoluto, como os corpos hídricos e seus limites ambientais, e absolutizar o que é relativo (o próprio capital), a partir da conversão da natureza em mercadoria, em lucro, como lembra Mézáros (2007), aos explicitar as características gerais do capital⁸¹.

No que se refere ao aquífero Jandaíra, já tem sido divulgado pelos relatórios da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGEHR) e da Agência Nacional de Águas (ANA), que a saída de água tem sido maior que a entrada, nos últimos anos, embora a “ineficiência” “intencional” de fiscalização e a continuidade de novas outorgas para perfurações concedidas ininterruptamente às empresas, revele a inteira negligência dos órgãos públicos⁸². Em função das estiagens que temos presenciado nos

⁸⁰ Ver reportagem do Diário do Nordeste. Parece irônico ver o discurso que tenta legitimar a exaustão dos recursos hídricos, que compromete a situação de populações inteiras, com o parco argumento de geração de empregos precários, como normalmente encontramos na fruticultura. Matéria: “Exportação Crescente”: Ceará produz fruta para a Europa apesar da seca”. Maior produto agrícola de exportação do Ceará em 2015, o melão começou a ser colhido na 2ª quinzena de agosto, e os primeiros contêineres da fruta começam a ser embarcados para o exterior. Mesmo no quinto ano consecutivo de seca, a produção cresce, assim como a geração de empregos e o faturamento.

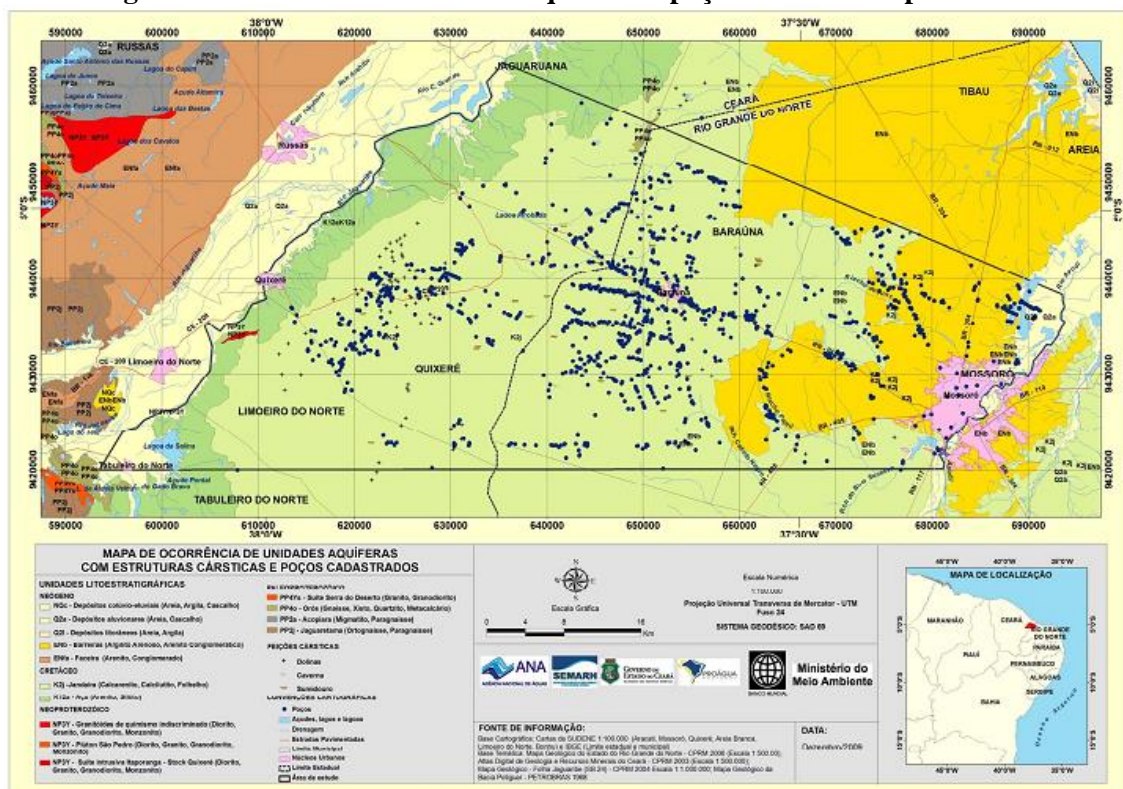
⁸¹ Ideia exposta na epígrafe deste capítulo.

⁸² Diante dos problemas enfrentados por diversos trabalhadores camponeses e camponesas que vivem na Chapada do Apodi, foi marcada uma audiência pública (20 de abril de 2016.), que foi agendada há vários meses de antecedência, no auditório da FAFIDAM, em Limoeiro do Norte-CE. A atividade propunha

últimos cinco anos na referida região, as empresas tendem a intensificar a captação das águas subterrâneas em questão (COGEHR, 2009; ANA, 2010)⁸³.

É o que mostrou o estudo de gestão integrada das águas subterrâneas do aquífero Jandaíra e Açú, localizados sobre a Chapada do Apodi, entre os dois estados federativos do Rio Grande do Norte e do Ceará. Realizado pela ANA, em cooperação com órgãos de planejamento estatais, o referido documento explicita espacialmente a grande quantidade de outorgas existente nesta delimitação, além de expressar uma síntese de estudos detalhados referente aos níveis das águas subterrâneas, com o intuito de estabelecer um novo marco regulatório de gestão desses mananciais. (Figura 1).

Figura 1. Ocorrência de unidades aquíferas e poços cadastrados pela ANA-2010



Os poços cadastrados visualizados na figura 2, em sua maioria estão relacionados ao uso privado das águas subterrâneas por grandes empreendimentos

discutir questão do déficit hídrico, registrado no próprio relatório da COGEHR.

⁸³ Conforme o relatório da COGERH (2009), há o registro de 10.767,58 hectares irrigados exclusivamente com água subterrânea na porção cearense da Chapada do Apodi. Além disso tal relatório atesta a presença de elementos químicos que sugerem uma contaminação ambiental na região. Disponível em: <https://www.cogerh.com.br/.../aguas-subterraneas/.../138-plano-de-gestao-participativ...> Acesso: 20 de abril de 2017.

ligados, em especial, ao agrohidronegócio fruticultor e a outros setores produtivos, como a carcinicultura. De acordo com os dados contidos no próprio relatório da ANA (2010), há uma concentração do setor privado empresarial sobre a maior quantidade de águas do aquífero. (Tabela 6).

Tabela 6. Relação dos vinte principais usuários na área da Chapada do Apodi - CE/RN 2010

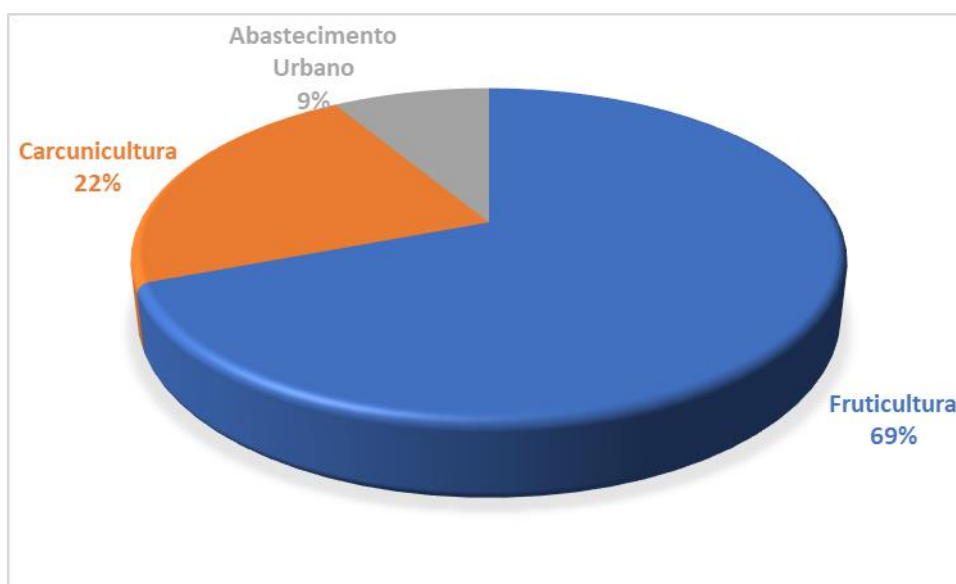
Ordem	Nome	UF	Aquífero	Vazão(m ³ /h)	Nº Poços	Média por poço (m ³ /h)	Uso
1	Del Monte	CE	Jandaíra	4720	44	107	Fruticultura Irrigada
2	CAERN	RN	Açú	1499	13	105	Abastecimento urbano
3	Faz. Mossoró	RN	Jandaíra	1440	24	60	Carcinicultura
4	Aquarium Aquicultura	RN	Jandaíra	910	10	91	Carcinicultura
5	Hidrotec Marine	RN	Jandaíra	790	13	61	Carcinicultura
6	Fruta Cor-João Teixeira	CE	Jandaíra	708	04	195	Fruticultura Irrigada
7	Wildemar Vieira	RN	Jandaíra	730	10	73	Carcinicultura
8	PH Prod. E Dist. de Frutas	RN	Jandaíra	690	13	53	Fruticultura irrigada
9	Ivanildo P. Figueiredo	RN	Jandaíra	685	12	57	Fruticultura Irrigada
10	JS Sallouti	CE	Jandaíra	614	16	38	Fruticultura Irrigada
11	Odilon Xavier Batista	CE	Jandaíra	580	8	73	Fruticultura Irrigada
12	Airlon G. Souza	CE	Jandaíra	540	5	108	Fruticultura Irrigada
13	Antônio Solon Nunes	RN	Jandaíra	480	6	80	Fruticultura Irrigada
14	Aldivan Isoares	RN	Jandaíra	470	13	36	Fruticultura Irrigada
15	Carlos Matsumoto	RN	Jandaíra	464	18	26	Fruticultura Irrigada
16	Alberto F. Farias	RN	Jandaíra	450	5	90	Fruticultura Irrigada
17	Evandro Mendes	RN	Jandaíra	440	5	88	Fruticultura Irrigada
18	Antonio Avelino de Morais	RN	Jandaíra	400	4	100	Fruticultura Irrigada

19	José Ricardo C. Medeiros	RN	Jandaíra	400	4	100	Fruticultura Irrigada
20	Faz. Agrícola Famosa	CE	Jandaíra	400	5	80	Fruticultura Irrigada
	TOTAL			17372	232	81	

Fonte: Adaptado ANA (2010).

Apesar deste cenário já apresentar modificações, especialmente pelo fato da principal empresa usuária de água ter desmontado várias fazendas na região de Limoeiro do Norte-CE e Quixeré-CE, os dados expressam o monopólio exercido pela fruticultura e pela carcinicultura em detrimento do uso humano. Conforme a Tabela 3, a lista dos maiores usuários das águas subterrâneas na Chapada do Apodi-CE/RN revela que uma vazão de cerca de 12.113 (m³/h) é utilizada pela fruticultura irrigada, bem como que 3.870 (m³/h) estão relacionados à carcinicultura e apenas 1.499 (m³/h) são destinados ao abastecimento urbano. (Ver Gráfico 7).

Gráfico 7. Percentual do uso da água subterrânea na região da Chapada do Apodi



Fonte: Adaptado ANA (2010).

Só com fruticultura, ainda segundo tabela 3, eram gastos mais de 87 milhões de metros cúbicos (por ano), montante este que se distribuído equitativamente seria equivalente a aproximadamente 5.450.850 (cinco milhões) de cisternas, cada qual com

capacidade de 16 metros cúbicos. Lembrando que cada cisterna pode garantir a soberania hídrica de uma família de seis pessoas durante o período de até oito meses⁸⁴, bem como que estes valores do gosto hídrico devem ter aumentado significativamente nos últimos anos.

No estado do Ceará, especificamente na região da Chapada do Apodi-CE, tal gasto excessivo da água possui uma relação direta com os PIs, não apenas por se situarem lá grande parte dos projetos existentes no Nordeste, mas também pela concepção, estruturação e implementação dos mesmos a partir dos moldes capitalistas, gerando as condições de intensiva apropriação privada do território, ao mesmo tempo, em que acirram um conjunto de novos conflitos.

Embora apareçam enquanto uma forma de substituição a sonhada reforma agrária, defendida pelo pensamento “desenvolvimentista” do início da SUDENE (1959) (ainda sob influenciada de Celso Furtado⁸⁵), os rumos que tal política tomou foi completamente diferente. Os PIs não apenas contribuíram para o processo de expropriação de muitos camponeses, quanto favoreceu a reconcentração de terras e de recursos internamente (e externos) à sua delimitação original. Tornaram-se, portanto, uma forma de facilitar ao capital a concentração dos meios para a exploração do trabalho nestas áreas.

As empresas que se instalaram nos PIs, como no caso do Jaguaribe-Apodi, situado entre Limoeiro do Norte-CE e Quixeré-CE, logo ampliaram seu domínio territorial através de vários mecanismos, sobretudo pautados na compra de terras, no arrendamento e/ou através de novas concessões em outros Perímetros de Irrigação, que estavam em processo de implementação, como veremos no caso o PI Santa Cruz do Apodi-RN (FREITAS, 2018).

Neste contexto, instaurou-se uma verdadeira “guerra pela água”, pois as empresas dos diversos setores do capital passam a disputar as águas superficiais do rio Jaguaribe, seja para uso nas termoelétricas da região de Fortaleza-CE, seja para a fruticultura empresarial, ou até mesmo para carcinicultura, isso intensificou, por consequência, a concorrência pelas águas do subsolo. Ou seja, tal processo evidencia as observações de Mészáros (2007), ao indicar que o capital não forma um todo homogêneo, livre de contradições, na medida que ocorre não apenas uma disputa entre

⁸⁴ Ver. <http://www.asabrazil.org.br/acoeps/p1mc> – Acesso em 21 julho de 2017.

⁸⁵ Furtado, C. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. *In*. Novos estudos CEBRAP. Nº 1., 1, São Paulo: Dez. 1981. p.12-19.

capital-trabalho, mas um concorrência intra-capital, neste caso, com alvo nos recursos territoriais.

O resultado é que as empresas do agronegócio fruticultor ampliaram as pressões sobre os territórios camponeses através das perfurações de novos poços, muitas vezes, sem a devida autorização dos órgãos responsáveis, que, na maioria dos casos, são omissos em relação a fiscalizações mais severas dessas empresas. Por outro lado, dos agricultores camponeses que habitam a Chapada há várias décadas, são exigidos racionamentos e instituídos decretos e leis que proíbem e/ou restringem o uso da água⁸⁶.

De acordo com a leitura realizada pelos movimentos sociais que atuam nesta região, a estratégia das empresas, diante da maior mobilidade territorial que dispõem, consiste em levar à exaustão os recursos hídricos, em determinadas localidades, e depois deslocar-se para outras terras com o intuito de se apropriar de novos mananciais. É o que pode ser observado atualmente com a mobilidade da empresa da Famosa Agrícola, que passa a comprar terras no município de Apodi-RN, localizado no lado potiguar da Chapada do Apodi. Segundo vários interlocutores com quem conversamos ao longo dos trabalhos de campo, este município consiste na mais recente fronteira da ofensiva do capital, o que é confirmado na pesquisa de Pontes *et. al* (2013). Nesta perspectiva, frisa nosso entrevistado:

As mesmas empresas que estavam no Ceará. As mesmas empresas que acabaram com as terras de Baraúnas (RN), porque as terras de Baraúnas nem tem água e nem tem terras, porque quando o agronegócio visa muito já fica destruído. Olhe, as empresas que tá lá, é a Famosa Agrícola, que é uma das maiores. Já comprou mais de cinco fazendas, já comprou só de uma vez quatro mil hectares e depois comprando as outras que fica em torno. A gente faz uma avaliação que já tem próximo de dez mil ha, só a Famosa Agrícola. Fora o Melão Bessa [...] (Entrevista realizada com sindicalista do STR de Apodi-RN. Abril de 2016- Trabalho de Campo).

O relato supracitado explicita a preocupação em relação a ameaça iminente que representa a chegada de grandes empreendimentos, ligados ao agrohidronegócio de

⁸⁶ De acordo com a Lei complementar 569 de 20 de abril de 2016, condiciona a retirada de poços a autorização do poder público, prevendo inclusive multas por violação das normas referentes à Política estadual dos recursos Hídricos. O problema da Lei não será, ela em sim, mas o uso seletivo que terá, sobretudo através da notificação de vários pequenos usuários que há gerações se utilizam sustentavelmente das águas.

frutas, sobretudo pelos impactos gerados para o modo de vida camponês e pela imposição dos danos socioambientais, bem como a instauração de condições laborais precarizadas, vistas à luz da racionalidade capitalista enquanto “inevitáveis” à manutenção deste modelo. Tais inquietações do nosso interlocutor, sustentam-se na própria historicidade contida no processo de desterritorialização, precarização do trabalho, degradação socioambiental e exaustão dos recursos naturais promovida pelo capital fruticultor no estado do Ceará-CE, onde tal modelo se instalou há mais de trinta anos.

Além dos processos de expropriação exercidas pela tirania do capital sobre os povos, as condições se tornaram mais complexas a partir da criação de mais um megaempreendimento que facilitará ao agrohidronegócio se expandir no lado potiguar da Chapada: o PI Santa Cruz do Apodi, criado em 2011 (PEREIRA, 2013). Como a formação geomorfológica das terras (planas e férteis) e as reservas de água do aquífero Jandaíra-Açú se estendem pelos dois estados, o capital visa apropriar-se dos lugares onde esses recursos ainda não foram exauridos, bem como por onde encontre novos redutos de comunidades que possam ser convertidas em força de trabalho a baixo custo.

Como os outros empreendimentos desta natureza, implementados ao longo do semiárido nordestino, o PI Santa Cruz do Apodi significa a continuidade do destrutivismo, ancorada ao modelo de desenvolvimento implementado pelo Estado e pelo capital. Por trás do discurso de desenvolvimento social e sustentável, que geralmente são utilizados enquanto recursos ideológicos para legitimar tais empreendimentos, esconde-se os mecanismos brutais de acumulação implementados para viabilizar a expansão do capital. Assim, as lutas de várias gerações para a constituição de um modo de vida singular, que se desenvolve, nas comunidades, nos assentamentos rurais encontram-se comprometidos, com a iminente expulsão dos sujeitos das suas terras.

Diante de um discurso centrado na ideologia que busca naturalizar os processos de acumulação, obscurece-se os efeitos sociais e ambientais de tal processo, à medida em que se impõe um ordenamento territorial desigual, cuja expropriação, a violência e os desrespeitos aos direitos constituem as principais características, como expressam a história dos vários Perímetros Irrigados.

Como vimos, a ofensiva do capital sobre o semiárido, desencadeada no contexto da era da financeirização neoliberal, intensificou os processos de mercantilização da

natureza a partir da apropriação territorial, revivendo e ampliando os processos brutais de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). Deste modo, os casos mencionados, até então, expressam continuidades, mas, ao mesmo tempo, especificidades de uma tendência geral da acumulação materializada no século XXI, que torna regra a precarização da totalidade do trabalho vivo, articulando-a à exaustão da natureza. A este aspecto da precarização e das reinvenções do controle sobre o trabalho pelo capital fruticultor, daremos maior ênfase a seguir.

2.3. A recriação de velhas/novas formas de acumulação e controle do trabalho na fruticultura?

Buscaremos discutir as diferentes formas que o capital recria para extração de valor e controle do trabalho na fruticultura, o que passa necessariamente pelo controle territorial. A partir de nossa imersão empírica e de reflexões teóricas a partir dos diversos conflitos territoriais, percebemos as distintas maneiras com que o capital de apropriação do trabalho não pago. Um aspecto que salta à vista é que não existe uma separação absoluta entre as distintas formas de apropriação de valor, pois o processo de acumulação combina relações tipicamente capitalistas às não capitalistas (LUXEMBURGO, 1970; OLIVEIRA, 2014).

Se a ampliação da precariedade da vida dos trabalhadores e da apropriação da natureza consistem na condição indispensável para garantir os processos de acumulação do capital em escala ampliada (MÉSZÁROS, 2007; CHESNAIS, 1996; ANTUNES, 2011, THOMAZ JUNIOR, 2009), as diferentes formas de mercantilização da natureza que presenciamos na fruticultura do semiárido, significam criar as condições objetivas para explorar a força de trabalho no mais baixo custo possível. Portanto, não interessa ao capital apropriar-se apenas da terra e da água, mas o fazê-lo com a finalidade de apropriar-se de trabalho não pago por diferentes vias.

As políticas de irrigação para o semiárido, como vimos, tiveram o papel de garantir a expansão do modelo hegemônico, da mesma forma que os diferentes segmentos dos trabalhadores, muitos dos quais foram expropriados pelos grandes empreendimentos e obrigados a migrar e/ou a se subordinarem a determinados tipos de

exploração laboral mais intensas.

Atualmente, atividade de fruticultura tende a recriar mecanismos de subordinação do trabalho, através do reordenamento territorial fundado numa perspectiva neoliberal, visto que a mercantilização da terra e da água, ao mesmo tempo, priva (subordina) os pequenos produtores do acesso a estes meios.

A territorilização da fruticultura não se dá de forma homogênea, pois existem diversos territórios de resistências que, ao mesmo tempo, em que contestam a hegemonia do capital, podem estar articulados de alguma maneira ao complexo agrohidroexportador, a partir da circulação e comercialização de frutas.

Os casos dos assentamentos de reforma agrária, derivados de intensos processos de luta pela terra/água consistem num exemplo emblemático do referido processo de subordinação da renda. Por várias razões, tais sujeitos são “integrados” aos processos de acumulação e passam a subordinar parcialmente seu território aos mecanismos de apropriação de trabalho pelo capital. Ao impor tipos de produtos, formas de produção e de finalidades aos camponeses, muitas vezes, contrárias aos preceitos de autonomia relativa existente na produção camponesa, o capital acaba exercendo influência significava sobre uma área cuja propriedade ele não detém.

Foi o que observamos em trabalhos de campo, em municípios como Santa Maria da Boa Vista-PE, um dos municípios situado no Polo fruticultor Petrolina-Juazeiro. Ao visitar assentamentos rurais, constatamos que uma parcela significativa da produção de manga (concebida sob relações familiares) é destinada as empresas exportadoras, situadas em Petrolina-PE. Nosso interlocutor observa o seguinte:

Toda a comercialização é feita por atravessadores. Mas agora nossa produtividade aumentou, dobrou, nós estamos pensando agora já tipo agroindústria, essas coisas, que nós não temos. E aí o agricultor está tendo muita perda com a produção dele porque é tudo atravessador[...] o atravessador que não teve nada fica com mais de 50% do lucro do agricultor. Então nós já estamos pensando na agroindústria, já tem alguns convênios para fazer aqui dentro [...] a produção não só do assentamento aqui, mas da região dos assentamentos das margens do rio São Francisco tá aumentando. De dois anos pra cá tá dobrando a produção todinha. Só nessa ribeirinha aqui, irrigada, são 10 assentamentos. Então nós temos quase mil famílias assentadas, todos produzindo umas 1500 a 1800 há produtivas [...]A manga nós aqui dentro nós estamos tirando a nossa manga mais de 50% toda para a exportação [...] Internacional. Só que aí já depende de atravessadores. Nós tiramos nossas mangas aqui de

exportação para a agrivale e a fruitivale lá de Petrolina. Então a gente já vende pra eles e eles exportam nossa [...] todas as mercadorias nossa aqui, de qualidade essas coisas é tudo atravessadores [...] mesmo assim nós tirando para exportação, que exporta pra outros países que exporta para os EUA e a China [...] por exemplo, nós não temos um rótulo daqui do assentamento do MST, então nossas mercadorias vão pra lá é caracterizado como essa mercadoria sendo toda de Petrolina. Eles embalam nas caixas dos rótulos de Petrolina e vai para o exterior tudo de Petrolina. (Entrevista com integrante do MST, assentamento Safra, Santa Maria da Boa Vista-PE, abril de 2016).

Neste caso descrito por nosso interlocutor, percebemos que o capital consegue monopolizar a renda da terra através da monopolização territorial (OLIVEIRA, 2014), ao mesmo tempo em que impõe um modelo produtivo que estende os riscos de contaminação aos trabalhadores camponeses “autônomos”, os quais sofrem consequências mesmo que desvinculados formalmente dos contratos trabalhistas firmados com capital fruticultor.

Daí decorre que, para decifrar os mecanismos de apropriação do valor pelo capital, a partir das diversas matizes, devemos considerar a dinâmica social e territorial do trabalho, evidenciada na permanência de sua centralidade ontológica enquanto produtor de riqueza. Da mesma forma, quando enfatizamos seu potencial emancipador, estamos retratando a vida de trabalhadore(a)s vinculado(a)s, de um lado, ao assalariamento precário ou à subordinação da renda e, de outro, aos processos de luta pela terra/água, como percebemos nos acampamentos, nos assentamentos, nas comunidades rurais.

A dinâmica expressa pela geograficidade concreta do trabalho enfatizada por Moreira (2001) permite-nos enxergar um conjunto amplo de relações que se manifesta territorialmente nas áreas de fruticultura, o que tem possibilitado apreender diferentes dimensões do mesmo processo que permeia os sujeitos.

Por exemplo, a feminização do trabalho nas fazendas de uva mostra que ao capital não interessa apenas um trabalhador qualquer, mas uma mão de obra feminina, por ser dotada de determinados conhecimentos, habilidades e costumes que são passados há gerações, como no exemplo da mãe que ensinava as filhas realizar atividades meticulosas e indispensáveis a este tipo de cultivo. Estes saberes, ao mesmo tempo indispensáveis a reprodução social dos sujeitos, são muitos funcionais ao capital

fruticultor, à medida em que busca se apropriar das suas capacidades físicas e cognitivas, seja através dos contratos por empreitada, dos assalariamentos temporários etc. Por isso, não podemos desvincular a questão de gênero enquanto um aspecto importante ao entendimento dos processos de acumulação, pois para que compreendamos a complexas formas de exploração e resistências da classe trabalhadora, temos que considerar a maior intensidade recaídas sobre o ser mulher-trabalhadora tanto na produção quanto na reprodução (GARCIA, 2004; ANTUNES, 2005, FEDERICI, 2017).

Em trabalho de campo, nas áreas de acampamento do MST, pudemos acompanhar a dinâmica diária de um casal que além de acampados constituíam-se em assalariados nas fazendas de uva do município de Petrolina-PE. Saímos do acampamento Dom Tomás Balduino, às cinco da manhã, percorremos 18 km até chegar ao povoado conhecido como Km 25, onde o trabalhador mora com sua esposa e dois filhos. Sua esposa, já às cinco e meia da manhã, estava com o almoço pronto para comerem quando regressassem do trabalho. Às seis e meia, saímos de moto em direção a fazenda, depois de deixar os dois filhos na escola.

Na fazenda, notamos nitidamente a divisão sexual do trabalho, tendo em vista que aos homens eram destinadas atividades de podar, enquanto às mulheres cabiam predominantemente os manejos com os cachos de uva. Desta maneira, elas desempenham atividades, como: *raleio*, *pinicado*, *gavinha*, *desbrota* etc., que constituem em denominações para as atividades de melhoramento dos cachos.. Além dos trabalhos domésticos, muitas destas trabalhadoras são induzidas a intensificar o ritmo laboral, pois existem metas a serem cumpridas durante o dia de trabalho. Estas, caso consigam realiza-las em tempo hábil, podem retornar um pouco mais cedo para suas casas, para cuidar dos filhos, e, muitas delas, das roças plantadas nos acampamentos de luta. (Figura 2).

Figura 2. Mosaico de imagens: diferentes funções dos trabalhador(a)s nas empresas de fruticultura no campo e no Packing house



Fonte: Trabalhos de campo, Petrolina-PE, 2016, 2017.

Embora saibamos que a compressão da jornada de trabalho pode significar a extração de mais-valor relativo, devido a maior intensidade da atividade laboral, é comum encontrarmos interlocutor(a)s que consideram um ganho a compressão da jornada, em comparação com o trabalho em empresas de grande porte, nas quais se impõem tanto uma jornada mais prolongada quanto um ritmo mais frenético, o que repercute no agravamento das condições de exploração, nos adoecimentos etc. Uma de nossas interlocutoras descreve da seguinte maneira, as diferenças entre o trabalho que desempenharia numa pequena empresa em relação a uma empresa de grande porte:

A gente levanta 4 e meia todo dia, quatro hora. As vezes a gente perde a hora. Fazer comida para comer boia fria, todo dia. Aqui não (na empresa de pequeno porte onde trabalha). Aqui onde nós estamos trabalhando é só traz merenda (lanche das nove horas). Mas nessas outras empresas aí é quatro hora (a saída de casa), porque seis hora o ônibus está passando e se você não estiver no ponto, fica. E é boia fria que come! Aqui não, para nós aqui estar numa boa. A gente trabalha só na produção, todo dia meio dia estamos em casa, a gente come comidinha, deixando quem faça, come quente. Quem tem filho...faz! Aí quando a gente chega lá está quentinha. (Entrevista com trabalhadora assalariada na fruticultura. Trabalho de campo, abril de 2016).

Se é verdade que sobre a mulher trabalhadora recai a maior exploração do trabalho, é também com elas que podemos perceber formas de resistências singulares. Por exemplo, as relações de amizade que se desenvolvem entre as mulheres nas fazenda-empresas, durante o trabalho nos parreirais de uva, evidenciam a resistência dos sujeitos a partir do desenvolvimento de sociabilidades humanizadas, mesmo se tratando de um lugar em que a lógica de controle social está voltada à exploração da força de trabalho.

A novidade está no fato de que mesmo se tratando de um lugar onde trabalham assalariadas, isto é, de um ambiente onde todos os fatores objetivos e subjetivos corroboram para exploração dos sujeitos, se reinventam formas de solidariedade e de resistências, muitas das quais podem culminar em greves. À medida que nos deparamos com pessoas “brincando” em meio às plantações, seja comendo ou “trocando ideia” com as colegas de trabalho ou relatando problemas de sua vida cotidiana, apreendemos que tais momentos de socialização permitem brotar elementos repletos de sentido humano e de rebeldia (como no exemplo das trabalhadoras-acampadas), mesmo de um *locus* onde estão submetidas a um ritmo de trabalho e a determinadas condições insalubres decorrente da exposição aos agrotóxicos.

Tal compreensão mencionada, não pretende atenuar analiticamente a exploração imposta às mulheres e aos homens, que são cada vez mais obrigado(a)s a intensificar seus ritmos laborais para comprimir as metas diárias na fruticultura capitalista. Entretanto, mostra a grandeza da práxis humana, ao se superar constantemente diante da adversa realidade calcada na sociabilidade da exploração assalariada, a qual é imposta aos trabalhadore(a)s enquanto insuperável. Ou seja, por mais que explore a força de

trabalho e se reinvente mecanismos de controle cada vez mais sofisticados, pensamos que o capital não consegue suprimir a potência rebelde intrínseca aos sujeitos, mesmo que estejam subsumidos momentaneamente pelos processos de acumulação.

Devemos considerar, neste sentido, que a maioria da força de trabalho explorada pela fruticultura, consiste em mulheres e homens migrantes que se deslocaram (ou são atraídos constantemente) para essas atividades, devido a inexistência de alternativas nos lugares de origem, como pode ser visto nos relatos a seguir.

Em uva eu faço tudo! Aprendi tudo, da raiz até a ponta do ramo em cima [...] A única coisa que eu não fiz foi aplicar veneno. Eu ensinei meus sobrinhos a trabaiá nas roças. (ela detalha o manuseio na uva). Eu começava de sete hora, parava de doze, pegava de uma e parava de cinco. Na colheita eu não tinha horário não. Porque eu sabia embalar e eu era dentro do PEC, embalando. Mas se tivesse poucas pessoas eu saia até uma hora das roças do povo pra casa. Aqui (Petrolina) foi em várias que eu trabalhei. Ai depois que eu me aposentei o povo tudo atrás aí eu disse: vou nada, agora eu tô aposentada (risos)! (o povo dizia a ela) Mas a senhora vai, dona Dolorosa, a gente não ficha a carteira da sra. [...] Tem uma firma ali que fiz cinco contrato, minha carteira tem. Agente não vai fichar a carteira da sra. O aposento não tem nada a ver com o trabalho, aí aqui e acolá eu dava uma diarinha de serviço. (ela detalha o meticuloso trato que faz na uva que requer um cuidado cotidiano). Quando surgiu essa ocupação aqui eu trabaiava na roça, diária, que já pra fazer contrato de fichar carteira eu num podia não. Aí quando surgiu essa ocupação aqui eu disse: oxente! Eu nunca entrei no Sem Terra não, mas agora eu vou! Eu atrás de um pedaço de terra. Mas eu já vim foi disposta mesmo [...] Peguei uma lona [...] trouxe machado, trouxe foice [...] marquei risquei lá [...] eu vim só com esse menino [...] quando foi mais tarde [...] ele disse: ei olha a muié lá! [...] botei a lona pra descer de cima pra baixo [...] Aí fiquei, meu menino veio. Fizemos barraco dele aí [...] entrei aqui e já tá com um ano e cinco mês [...] sem sair daqui de dentro [...] Primeiro eu tirei lenha de machado. Tirei a lenha e metrei [...] quase cinco metro de lenha. Aí peguei os garranchos ajuntei todim e toquei fogo [...] limpei um pedaço [...] Depois chegou uma máquina lá e fez terra até umas hora pra trabaiá lá [...] (Entrevista – Acampada Dom tomas, Petrolina-PE).

O trabalho por diária é muito comum nas áreas de fruticultura, sobretudo em pequenas empresas, onde a relação trabalhador-empregador se dá de forma similar às relações desenvolvidas nas fazendas dos antigos coronéis. Nestas jornadas, como vimos, geralmente são estabelecidas metas de produtividade, especialmente nas épocas de

colheitas, quando a fruticultura tende a empregar um número maior de pessoas, o que serve para enaltecer a ideologia do emprego e do desenvolvimento, mas que, por outro, amplia a exploração e a flexibilização dos vínculos.

Esse discurso hegemônico que vê na fruticultura empresarial um oásis e que é alimentado pelo ideal da alta produtividade e “desenvolvimento”, obscurece os riscos e as formas de precarização impostas aos homens e mulheres vinculados a tal setor produtivo. A contraditoriedade gestada no seio da reprodução do capital fruticultor expressa-se nos relatos de nossos interlocutores de maneira clara, na medida em que o(a)s mesmo(a)s assalariado(a)s das empresas, articulado(a)s a subsunção do trabalho, envolvem-se em processos de luta pela terra com a esperança de recriarem outras sociabilidades, que sejam possibilitadas por um trabalho relativamente autônomo.

É um trabalho bem interessante. As vezes cansativo. Mais é muito gostoso trabalhar com a natureza. A gente sabe que a gente se prejudica muito porque é muito produto químico, agrotóxico. A gente sabe que a gente se prejudica muito, mas mais na frente a gente sabe que a gente vai colher o que a gente tá plantando. Quando eu cheguei aqui em 2003. Eu era encantada, doida para aprender a trabalhar. Mas só fui ter oportunidade quatro anos depois. Ricardo (esposo), ele tá com 34 anos. Ricardo trabalha desde os quinze anos de idade com uva, com manga, goiaba, acerola, banana, inhame; já andou por essa região aí da Bahia, Mimoso, Barreiras, Luiz Eduardo (Magalhães), esse mundão aí ele já andou por um bocado de lugar. Eu não eu era mais... morava lá no interior. Eu sou natural de salgueiro-PE. Lá a gente trabalhava muito, botava água de cacimba, colocava lenha, para quando fosse a tarde ir pra escola. Pra mim [...] hoje em dia pra mim foi uma vitória. Tô estudando. Quero chegar lá. Quero sim fazer minha faculdade e trabalhar como figurinista; eu acho bonito. Se deus quiser vai dar certo[...] 3'50". (E se sair a terra lá?) Se sair [...] e eu tenho tanta fé que saia[...] se sair eu quero cuidar do que é meu, mas não vou parar de estudar. Assim eu não estou envolvida lá tanto porque não tenho tempo. Agente não tem nenhuma renda, por que você sabe se a gente for pra lá; se a gente ficar lá; eu vou ter de parar de trabalhar (assalariada), ele vai ter de parar de trabalhar e a gente vai ter de começar a tirar de lá. Então assim a gente tá com um plano de ele ficar lá e eu ficar trabalhando. Mas eu não quero desistir não, dos meus estudos, não. E nem quero desistir de lá. E assim, a gente só não desistiu ainda, porque a gente tem uma coluna, que se chama Dolorosa. Ela é um verdadeiro pilar. E assim, a gente só está lá por causa dela [...] Ela sempre está lá, batalhando, uma guerreira. Meu deus, é incrível a disposição daquela mulher. Ela é muito guerreira. Eu admiro muito ela. 12'[...] aprendi muito com ela. Essa arte aqui (da uva), aprendi com ela. A arte

do raleio, do pinicado, da desfolha, da gavinha, da desbrota, de embalar [...] sempre me levava [...] sempre dava um jeitinho [...] (o pessoal falava: ela não tem experiência com uva). Não, mas ela vai comigo, eu me responsabilizo (dizia Dolorosa). 13'40". Eu fui só uma das pessoas. Tem uma amiga minha que ela trabalha aqui. Tá lá embaixo, no finalzinho, é Fatima o nome dela, e ela (Fátima) também aprendeu com ela (com Dolorosa) (Entrevista com Trabalhadora na fruticultura assalariada e acampada no acampamento Dom Tomás Balduino, Petrolina-PE, abril de 2015).

Eu estava em outra [...] por que eu acho que só trabalho na uva por única opção de tá aqui [...] é melhor que na prefeitura [...] quando é contrato [...] quando é no fim do ano ele bota o povo para trabalhar dezembro e janeiro de graça, se quiser trabalhar no ano seguinte [...] (Entrevista acampada que trabalha na empresa de Uva – Petrolina, abril de 2015).

Os relatos acima, mostram as metamorfoses das formas de trabalho que nossos interlocutores desempenham antes de chegarem a região da fruticultura e as áreas rurais. Tratam-se de sujeitos que se mantêm atrelados a uma transitoriedade entre o trabalho realizado em territórios de luta pela terra/água e o assalariamento nas empresas (contratos temporários, diárias, informalidade etc.).

Tais fatos, só expressam as diferentes maneiras que os trabalhadores incorporam em suas lutas por melhores condições de vida, o que torna ainda mais complexo o entendimento teórico da relação entre a nova morfologia do trabalho e a emergência das estratégias de luta contra a exploração. Os acampamentos existentes nas áreas dos PIs já representam, em si, um *locus* de contestação do modelo agrohidroexportador, não obstante, expressarem também contradições que são imanentes ao próprio processo desigual da acumulação capitalista, do qual não estão totalmente separados. Por isso, as áreas de conflitos territoriais manifestam a essência contraditória do agrohidronegócio fruticultor na sua forma particular.

A história de vida de muitos sujeitos cujos relatos mencionamos, evidenciam uma grande mobilidade territorial e funcional, tanto no que se refere ao seu lugar de vida quanto concernente ao exercício laboral que muitos deles exercem nas fazendas de frutas. Tais deslocamentos territoriais, certamente provocaram modificações subjetivas/cognitivas e objetivas nesses sujeitos, à medida que foram arrancados dos lugares de origem através da imposição dos processos de acumulação para exercerem atividades diferentes.

Muitos dos nossos interlocutores são originários de Pernambuco, do Piauí, da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte, representam um conjunto heterogêneo de mulheres e homens que chegaram às áreas irrigadas, trazendo consigo a expressão da metamorfose dos seus modos de vida, o que requer deles uma constante auto-superação de habilidades e de conhecimentos para conseguirem sobreviver, como evidenciam os depoimentos das trabalhadoras que tiveram de aprender o ofício do manejo com a uva, ao experienciar o trabalho nas empresas e/ou das trabalhadoras rurais que passaram a trabalhar nas câmaras frias das empresas exportadoras de frutas.

Tal reinvenção constante da vida, do trabalho e das relações sociais de produção torna tais sujeitos protagonistas nos processos de luta pela terra e pela água nos acampamentos, situados nas áreas de PIs. Os acampamentos, ligados a movimentos sociais como o MST, expressam a contestação do processo de apropriação territorial exercido pelo capital fruticultor, bem como a resistência de sujeitos que, privados de acesso a território e relegados à precariedade, na fruticultura, encontram na luta pela terra/água, uma alternativa para conquista de relativa autonomia, diante condições desumanas de vida.

Do mesmo modo, expressam as resistências à precarização generalizada que se impõem ao conjunto do trabalho, nas mais diversas atividades precárias, insalubres, polivalentes e informais dos diferentes setores capitalistas. Como evidencia o depoimento seguinte, ao expressar a condição do sujeito que exerce muitas atividades para atender às exigências requeridas pelos empregadores:

Eu sou daqui mesmo de Pernambuco. De santa Maria da Boa Vista. Estudei até a quinta série. Depois eu fui para a Bahia. Fui trabalhar plantando tomate, logo no início. Depois chegou uma cooperativa lá eu me empreguei numa cooperativa de São Paulo. Era tipo uma estação experimental, plantava todo tipo de cultura. Juazeiro-BA. Era o primeiro emprego, eu tinha 18 anos já. Trabalhava de meeiro, plantava para outra pessoa. Para tirar o lucro depois. Dividia o lucro. Passei dois anos plantando. Fazia tudo. Botar veneno, adubar, colher. Tudo! Depois do primeiro emprego. Numa estação, era cultura variada. Era culturas variadas, eles plantavam melão, alho. Era uma cooperativa que ficava fazendo teste na terra. Era tudo Japonês. Era tudo associado a essa cooperativa agrícola, lá de Cotia-SP. Aí foi quando começou o plantio de uva e de lá pra cá, venho trabalhando na uva, até hoje, faz quase trinta anos. Depois de vários testes eles plantaram uva, nas áreas todas. Hoje eu trabalho num lote; fruticultura Nossa Senhora

de Fátima. É uva! (O Dono?) Henrique Ângelo, ele é de Santa Maria da Boa Vista mesmo. Para vender no mercado interno mesmo, porque uva com semente é só para o mercado interno mesmo. 3'30". Eu saio de casa às seis horas. Pego o ônibus de seis hora. Pego de sete as doze. Aí pega de doze e meia às três e meia. É careteira assinada. Desde outubro do ano passado. Minha atividade é poda e desbrota. E colheita, às vezes [...] (Entrevista com assalariado-acampado, Petrolina-PE, julho de 2016).

A luta contra a exploração se expressa na trajetória dos vários acampados com quem conversamos e estabelecemos vínculos afetivos e de identidade político-ideológica. Tratam-se de sujeitos *desterreados* (THOMAZ, JUNIOR, 2009) dos seus lugares de origem e forçados a migrar para as mais diversas atividades laborais no Brasil.

É de surpreender quando encontramos um(a) trabalhador(a) de pouco mais de trinta anos de idade e notamos, a partir de uma rápida olhada em sua carteira de trabalho, que tal sujeito já andou por quase todas as regiões do país, trabalhando nas fazendas de gado, nas usinas de cana, na construção civil etc., bem como percebemos que hoje esteja em acampamentos à reivindicar terra de morada, de trabalho, de vida. Tais fatos, corriqueiros no universo do agrohidronegócio fruticultor, reforçam a tese da luta pela terra enquanto luta contra a exploração, à medida que as experiências dos sujeitos revelam uma constante plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2015), como pode ser evidenciado pelo relato de outra trabalhadora, ao retratar as implicações da precarização sistêmica recaídas sobre suas condições de trabalho:

[...] no começo eu tinha oito anos que foi pra mim aprender, foi no tempo que meu pai foi embora, me deixou, aí não tinha quem me desse as coisas, aí fui na empresa, falei com o encarregado, disseram que eu era muito criança para trabalhar, mas como eu não tinha quem me desse nada "ele ia me dar aquela força". Eu comecei primeiro pela CICA Norte que plantava muito tomate, da Cica Norte eu passei para a Maniçoba Agrícola, quando eu comecei trabalhar com uva. O primeiro serviço que me ensinaram foi fazer desombramento de uva, depois veio raleio, desbrota, tirar gavinha, tirar ladrão. Então, daí quando eu comecei, eu não parei mais, trabalhei sempre em minha vida, direto. Numas empresas eu demorava mais, em outras eu trabalhava contrato. Assim de três meses, quatro meses, cinco meses, eu trabalhava. Aí quando eu saí, trabalhei três anos e pouco na empresa de Breno, sempre em contrato, não fichada direto: terminava a gente parava e depois retornava de novo. Aí

saí da roça de Breno passei para trabalhar na Guru Uvas, da Guru Uvas entrei nessa empresa de Paulo Cezar, que foi a que eu fiquei fichada agora por dois anos e sete meses (Entrevista com trabalhadora da uva, abril de 2017).

Em outro momento, nossa interlocutora retratou ainda a intensificação dos ritmos de trabalho, em que o cumprimento de metas cada vez mais severas, podem levar os sujeitos a processos de adoecimento e à exaustão física:

*[...] primeiramente era pesada as metas que ele dava. Porque para raleio é uma lateral completa, o pinicado tem de ser uma lateral completa, quando tá muito apertado aquele serviço ele quer que a gente tire uma lateral e meia por dia a gente tira à força, mas tira. E na parte de ele ser um patrão bom. Ele não é um patrão de estar diariamente com a gente na área, ele não é de reclamar a gente no campo [...] ele saía e dizia: olha dona Antonia, **estou indo para a rua, tá na mão de vocês!** Então ele ia, ele voltava e o trabalho dele tava todo feito, mas é porque de uns dias desses para cá puxou muito. Então a pessoa cansa, porque eles tem que ver que um funcionário ele quer trabalhar, porque é o nosso direito trabalhar para sobreviver, mas tem que ter a meta certa dele dar aquela meta. Ele puxou demais e quando puxa muito para a gente que já tá avançando a idade não tem como não, tem que parar pra descansar (Entrevista com trabalhadora da uva, abril de 2017).*

Como percebemos a partir dos relatos, as empresas incorporam a lógica de controle dos sujeitos por duas vias indissociáveis, agindo tanto no plano objetivo quanto subjetivo. Ao atribuir a responsabilidade da “eficiência do trabalho” para tais indivíduos, sugere que sucesso da empresa, e a consequente manutenção dos postos de empregos, depende do desempenho do(a)s trabalhadora(a)s assumirem, tanto pelo cumprimento das metas quanto pela moralidade positiva do trabalho, a postura de um sujeito dócil e eficaz sugestivamente evidenciada na expressão: “tá na mão de vocês”. Como sugeria Gramsci (2015), os trabalhadores eram coagidos a assumir a figura de uma “máquina”. Agora, com o advento do regime flexível, percebemos a tentativa de fazer os sujeitos tomarem como seus os objetivos empresariais, como sugere dos termos de funcionário “colaborador”, “versátil” e “polivalente”, enquanto tática empresarial de adestramento enfatizado por Alves (2017):

Na década de 2000, o discurso da pedagogia da competência que implica novas capacidades operativas advindas das novas rotinas do trabalho flexível. *Competência e resiliência*, tendo

em vista que as pessoas humanas-que-trabalham precisam se dispor *subjetivamente* a aceitar a colonização/redução do seu tempo de vida pelo tempo de trabalho [...] A *formação profissional* exigiu não apenas *habilidades técnico-operacionais*, mas também, *habilidades comportamentais (e morais)* do trabalho vivo, tornando-o adequado para o exercício do princípio toyotista da “autonomização” [...] (ALVES, 2017, 93)⁸⁷.

Em suma, é comum encontrarmos nas atividades de fruticultura diversos tipos de irregularidades envolvidas com mundo do trabalho. Além disso, a falta de vínculos formais exposto no trabalho avulso, nas complexas formas assumidas pelos sistemas de integração camponesa a grandes empresas, que monopolizam a produção de pequenos produtores, observamos a intensificação dos processos de precariedade do trabalho e do desrespeito à direitos do trabalho e às conquistas sociais.

O problema dos trabalhadores informais ou sem vínculos está no fato de que ele(a)s não existem para os sistemas de seguridade social. Por isso, em caso de acidentes de trabalho (como intoxicação) ficam impossibilitados de acesso aos parques benefícios previdenciários. Mesmo sabendo da ilegalidade de tais formas de trabalho, é recorrente encontrarmos nos relatos a existência de pessoas sem formalização dos vínculos de trabalho nas áreas de fruticultura.

Geralmente, a falta de fiscalização por parte do ministério do trabalho e por negligência dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (SRT) (que muitas vezes assumem a postura de “sindicato parceiro” da classe patronal), consistem nos principais motivos para a permanência destas relações “arcaicas”, que há muito tempo vem sendo mantidas pelo costume, já que na região Nordeste as formas de trabalho, por parcerias e meia, sempre foram muito comuns nas fazendas (ANDRADE, 1986). O que o novo regime de acumulação faz consiste em articular tais formas “arcaicas” aos processos mais recentes de subcontratação, de contratos por safra e dos contratos de experiência, que geralmente provocam maior efemeridade nos postos de trabalho, bem como acarretam perdas significativas dos direitos trabalhistas.

As questões relacionadas às mudanças na morfologia do trabalho, existentes nas

⁸⁷ ALVES, G. A nova precariedade salarial: elementos históricos-estruturais da nova condição salarial no século XXI. In: NAVARRO, V. L; LOURENÇO, E. A. S. **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras expressões, 2017. Pp59-87.

distintas formas de apropriação do valor, requerem que nos atentemos para a precarização generalizada que é instituída pelo modelo de desenvolvimento pelo capital fruticultor. Na medida em que a precarização não se limita apenas à redução dos vínculos formais de trabalho, da atualização de “antigas” relações que passam a incorporar a produção de frutas, mas consiste num processo totalizante que permeia diferentes dimensões da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Deste modo, torna-se necessário levar em conta que tal processo de degradação dos sujeitos que trabalham não se restringe apenas ao lugar da produção, onde o trabalhador se submete às condições insalubres, a salários reduzidos e a vínculos precários, mas repercute, do mesmo modo, nas condições de vida no lugar da reprodução da força de trabalho, pois para muitos as condições de moradia precárias podem estar situadas em acampamentos e/ou em periferias urbanas. Essa realidade também pode ser percebida nas demais áreas de fruticultura no Nordeste semiárido, conforme evidenciam os estudos de Rigotto (2015), Bezerra (2012), Dourado (2015), Freitas (2017).

Portanto, a experiência histórica da fruticultura irrigada certamente está contribuindo para a ampliação das condições degradantes de trabalho, que se caracterizam cada vez mais por sua polivalência, flexibilidade e precariedade das condições de vida. Além disso, a instauração dos projetos do capital fruticultor acarreta um conjunto diversificado de danos socioambientais que têm causando degradação das condições de vida (*lato sensu*) e destruído o meio ambiente por onde este modelo se expande.

Como iremos ver a seguir, a degradação sistêmica da natureza, impulsionada pelo afã de apropriação territorial do capital, configura-se em mais um elemento para entendermos a trama de relações que envolve a fruticultura irrigada no semiárido. A modificação constante da relação sociedade-natureza, em que esta última é vista como mercadoria, traz como plano de fundo a ampliação da ilegalidade sistêmica (MÉSZÁROS, 2015) e o desrespeito aos direitos territoriais, enquanto marca fundamental da marcha expansionista do capital no campo.

2.4. Ampliação da ilegalidade sistêmica e do desrespeito aos direitos territoriais pela ofensiva destrutiva do agrohidronegócio

fruticultor

Outra marca forte na expansão da fruticultura consiste exatamente no caráter destrutivo quanto aos direitos sociais e territoriais que este setor assume. Desta maneira, buscaremos enfatizar a perspectiva que vincula os desrespeitos aos direitos de camponeses, assalariados, precarizados, entre outros, ao modelo de desenvolvimento. A tais restrições de direitos se somam o conjunto dos agravos socioambientais, pois para atender o máximo de lucro o capital impõe a poluição e a precarização da vida como “único meio” de garantir sua existência.

O que entendemos quando pensamos nesta ilegalidade sistêmica, imposta enquanto tendência geral de reprodução capital e quais são os rebatimentos concretos na fruticultura? Trata-se, principalmente da instauração de um modelo destrutivo, tomado hegemonicamente como inexorável, mesmo sob pena da destruição socioambiental que derivada da marcha expansionista do sociometabolismo do capital. Tomaremos para essa reflexão as ideias de Mészáros (2015) ao tratar da tendência do capitalismo contemporâneo em desrespeitar cada vez mais um conjunto de direitos.

Deste modo, argumentaremos a partir da experiência do agrohidronegócio fruticultor, o princípio de ilegalidade ou a violação de direitos socioambientais tornou-se a regra de um capitalismo mundializado, que não consegue se reproduzir sem estabelecer a intensificação da precarização da vida e a destruição da natureza. Neste caso, enfatizamos alguns dos rebatimentos gerados, sobretudo os impactos expressos nas expropriações e na contaminação socioambiental.

Ao postular a *ilegalidade* enquanto regra recorrente dos períodos de grandes crises, Mészáros (2015) chama atenção para as características despóticas assumidas pelas formas de “tomada de decisão global”, que afetam cotidianamente um conjunto de populações no mundo todo apesar da forma desigual e combinada assumida. Além da atuação do conjunto de organismos supranacionais e das megacorporações, torna-se necessário compreender as características assumidas pelo Estado num âmbito mais geral.

De acordo com o pensamento de Mészáros (2015), o Estado enquanto integrante do sociometabolismo do capital – não se constitui apenas de “Lei e de Direito”, mas também de um elemento destrutivo de ilegalidade, devido ao fato de estar acima da “lei” para legitimar ações tirânicas, que podem se dar pelo uso da força direta (a *lei do*

mais forte), ou até pela modificação dos arranjos institucionais que buscam atender os imperativos de reprodução do capital. Tal processo, acontece no momento em que as ações do capital provocam a flexibilização de legislações, fazendo-as se confrontarem cada vez mais com o aparato institucional já constituído, a exemplo da reforma trabalhista, das leis de agrotóxicos e o novo código florestal, a quais negam elementos do direito formal estabelecido na Constituição.

A imposição instituída pelo sociometabolismo do capital se dá tanto através de uma “legislação injusta”, estabelecida para legitimar a precarização da classe trabalhadora, quanto a partir da “omissão intencional” diante de normativas que por ventura tenham a finalidade de beneficiar a grande parte dos povos e dos trabalhadore(a)s, a exemplo do que acontece com a violação dos direitos constitucionais (SOUTO MAIOR, 2017) ⁸⁸. Por exemplo, os povos tradicionais do campo, que em tese teriam prioridade do direito à terra e ao território, de fato, tais prerrogativas são negligenciadas em função de um modelo predatório e avassalador dos recursos territoriais.

É nesta perspectiva que consideramos os processos impulsionados pelo setor do agrohidronegócio fruticultor enquanto intensificador da *ilegalidade*, pois ao instituir “normas” que garantem a privatização e a concentração territorial, como o caso dos PIs, impossibilita a reprodução de modos de vida específicos aos povos, bem como restringe o direito de acesso à terra e à água, indispensáveis a manutenção e reprodução social.

Da mesma forma, quando envenena o meio ambiente, desconsidera-se as normativas constitucionais que garantem um ambiente preservado e saudável. Como as relações entre ambiente e saúde estão diretamente relacionadas às condições de vida e de trabalho, nas áreas de fruticultura os impactos sobre a natureza incidem constantemente em ampliar formas de trabalho ainda mais precarizadas, pois, agora não apenas os problemas contratuais dos direitos do trabalho são violados, mas os altos níveis de insalubridade ambiental das morarias afetam a saúde, tornam-se mais intensos os agravos aos sujeitos (THOMAZ JUNIOR; LEÃO; PIGNATI, 2017; RIGOTTO, 2011).

A pressão exercida pelas empresas do agrohidronegócio fruticultor sobre os

⁸⁸ A esse respeito temos muitos exemplos que poderiam ser mencionados, mas a aprovação do Novo Código Florestal, que “legalizou” o desmatamento, a reforma trabalhista e a terceirização total, que busca amparar legalmente a precarização do trabalho, bem como a EC 95, referente a redução dos gastos públicos, são exemplos concretos desta característica.

territórios são resultantes de sua barganha por melhores condições para sua territorialização, o que implica diretamente na exaustão dos recursos territoriais e na precarização do trabalho vivo, já que a modificação do ambiente onde muitos residem impede que disponham de autonomia laboral, de bens naturais suficientes e de qualidade para se reproduzirem. Em termos de princípios, tal processo é similar aquilo que Marx (2013) chamava atenção, quando descrevia as condições “infernais” às quais os trabalhadores ingleses eram submetidos nas fábricas, quando coagidos a aceitar trabalhar mais horas ou em qualquer atividade a ficar sem emprego.

Este fato mostra a tentativa constante de criar um “consenso” (GRAMSCI, 2016) de que não existiria saída alternativa a tal modo de desenvolvimento hegemônico. Assim, as modificações objetivas do mundo do trabalho (terceirização, trabalho insalubre, temporário, informalidade, baixa remuneração, redução dos vínculos etc.), que trazem consigo um conjunto de precariedades e degradação, estão articuladas ao pensamento hegemônico, que busca veladamente legitimar à condição de precariedade enquanto condição para manter a “competitividade” no mercado, mesmo diante dos rebatimentos negativos para os trabalhadores.

No caso descrito por Ascelard (2010) a partir da noção de “chantagem locacional” exercida por grandes empresas, impõe-se não apenas as condições de trabalho precárias, com a justificativa de gerar “empregos”, como também os mais diversos riscos socioambientais aos sujeitos em níveis inaceitáveis em qualquer lugar do mundo⁸⁹. Ou seja, estabelecem o destrutivismo da natureza enquanto necessário à manutenção do modelo produtivo.

Isso se dá, conforme Rigotto (2003), na medida em que o capital se aproveita das características locais, sejam elas ligadas a legislações trabalhistas e ambientais menos rigorosas, seja pela própria impossibilidade de fazer valer os direitos, em muitos casos devido à falta de mobilização social, tendo em vista a “deslocalização” empresarial do centro para as *greenfields*, onde há pouca ou inexistente tradição de organizações sociais (BRAGA, 2017). Neste sentido, a desigualdade ambiental, como tem denominado um conjunto de pesquisadores em todo o Brasil, é naturalizada e

⁸⁹ A esse respeito ver Carneiro, F. F. *et al* (org.). Dossiê Abrasco: um Alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na saúde. Esse documento apresenta a seriedade da questão na medida em que constata que das 50 substâncias mais utilizadas no Brasil, 22 sejam proibidas na União Europeia. Mostra também que desde 2008, 14 agrotóxicos estão em processo de revisão pela Anvisa, e que dos 4 já proibidos, dois (cixexatina e tricloform), foram retirados do mercado.

levada ideologicamente à aceitação daqueles que sofrem com os males do agrohidronegócio.

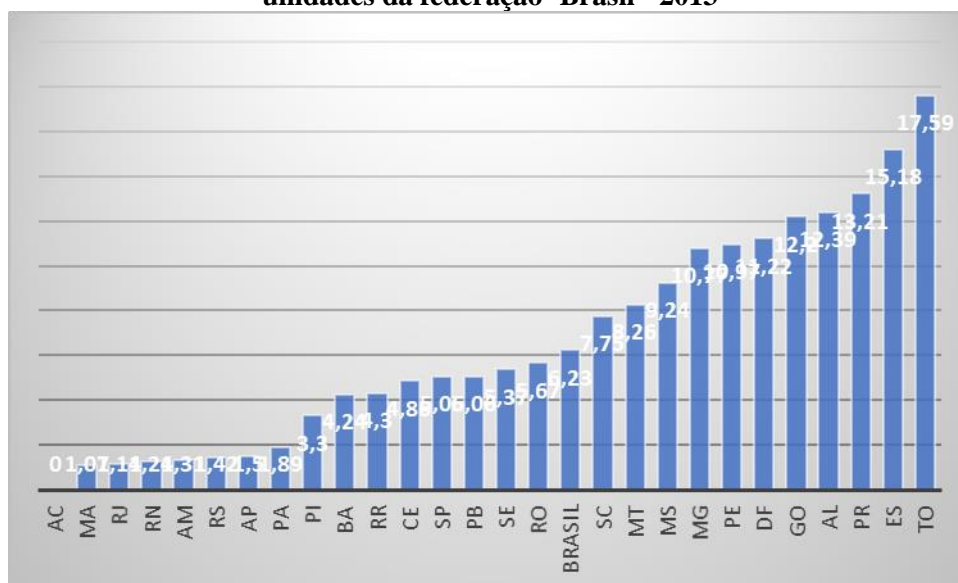
A natureza destrutiva dos processos de acumulação, que está ancorada na ideia de "desenvolvimento" e de "progresso", se expressa na intensificação das desigualdades sociais e na ampliação dos riscos ambientais às populações, especialmente do campo. Os verdadeiros resultados da (des)regulamentação neoliberal contribuem para a instalação, na periferia, de atividades produtivas, cujos impactos não mais eram aceitáveis no centro. Assim, *injustiça ambiental* cumpriu a função de externalizar os impactos socioambientais, ou seja, exportar os verdadeiros custos de produção à medida que centralizavam os lucros (RIGOTTO, 2003; ASCELRAD, 2010; RIGOTTO; AGUIAR; RIBEIRO, 2018). Mas, como lembra Antunes (2018):

Embora na (*nova?*) divisão internacional do trabalho a indústria considerada "limpa" esteja preferencialmente no Norte do mundo e a indústria "suja", poluidora e ainda mais destrutiva, se encontra centralmente no Sul, a globalização nos leva a constatar que. Assim como o Norte se esparrama pelo Sul, este também invade o centro do capitalismo tido como desenvolvido. Tudo fica muito combinado, ainda que de modo desigual. Apesar de defender a "responsabilidade social e ambiental", incontáveis corporações praticam mesmo a informalidade ampliada, a flexibilização desmedida, a precarização acentuada e a destruição cronometrada da natureza. A exceção vai se tornando regra geral (ANTUNES, 2018, p. 21-23).

Por exemplo, em relação aos agrotóxicos, observamos uma verdadeira permissividade das legislações implementadas pelos processos (des)regulamentadores. Assim, a própria legislação cria as condições para que a contaminação seja juridicamente legal, numa época em que se ampliam os casos de intoxicação humana, sobretudo através da poluição dos mananciais hídricos, da terra, do ar etc. (PIGNATI, 2014).

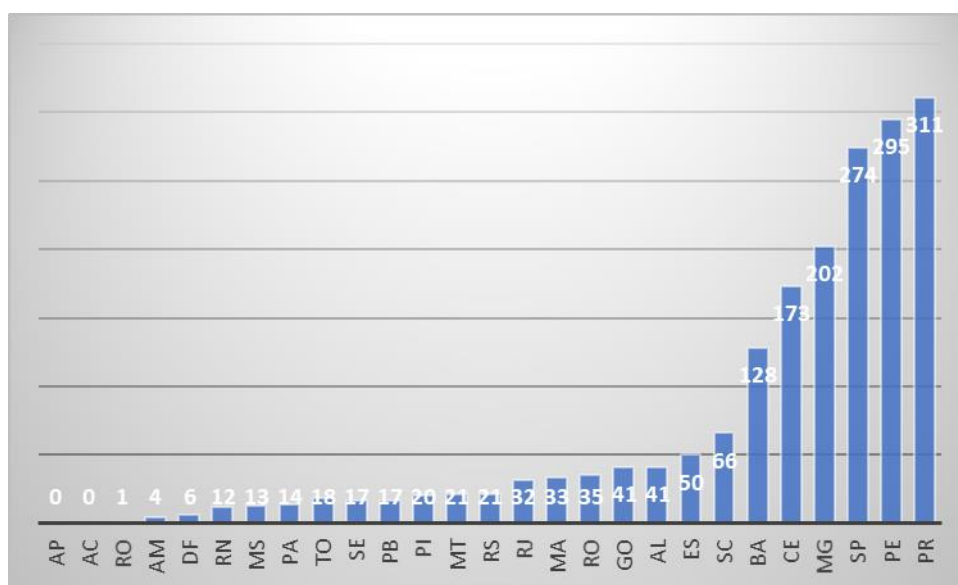
Esta imposição do risco aos trabalhadores, constitui-se na característica maior do capitalismo, materializado no campo brasileiro, em especial, nas regiões de fruticultura. Como pode ser constatado através dos altos índices de intoxicação que foram evidenciados pela pesquisa do Ministério da Saúde (SUS), ao atestar o crescimento de intoxicação entre o período de 2007 a 2014, caracterizando-se enquanto um problema de saúde pública (BRASIL, 2016). (Gráficos 8, 9, Tabela 7).

Gráfico 8. Estimativa de incidência de intoxicações por agrotóxico (por 100 hab.), por unidades da federação -Brasil - 2013



Fonte: Sinan (2014), IBGE, (2013). Adaptado de BRASIL (2016).

Gráfico 9. Notificações de óbitos por intoxicação por agrotóxicos em tentativa de suicídio - 2007-2013



Fonte: Sinan (2014), IBGE, (2013). Adaptado de BRASIL (2016).

Tabela 7. Notificações de intoxicação por agrotóxicos em tentativas de suicídio, segundo evolução, por unidade da Federação da Região Nordeste –Brasil, 2007 a 2013

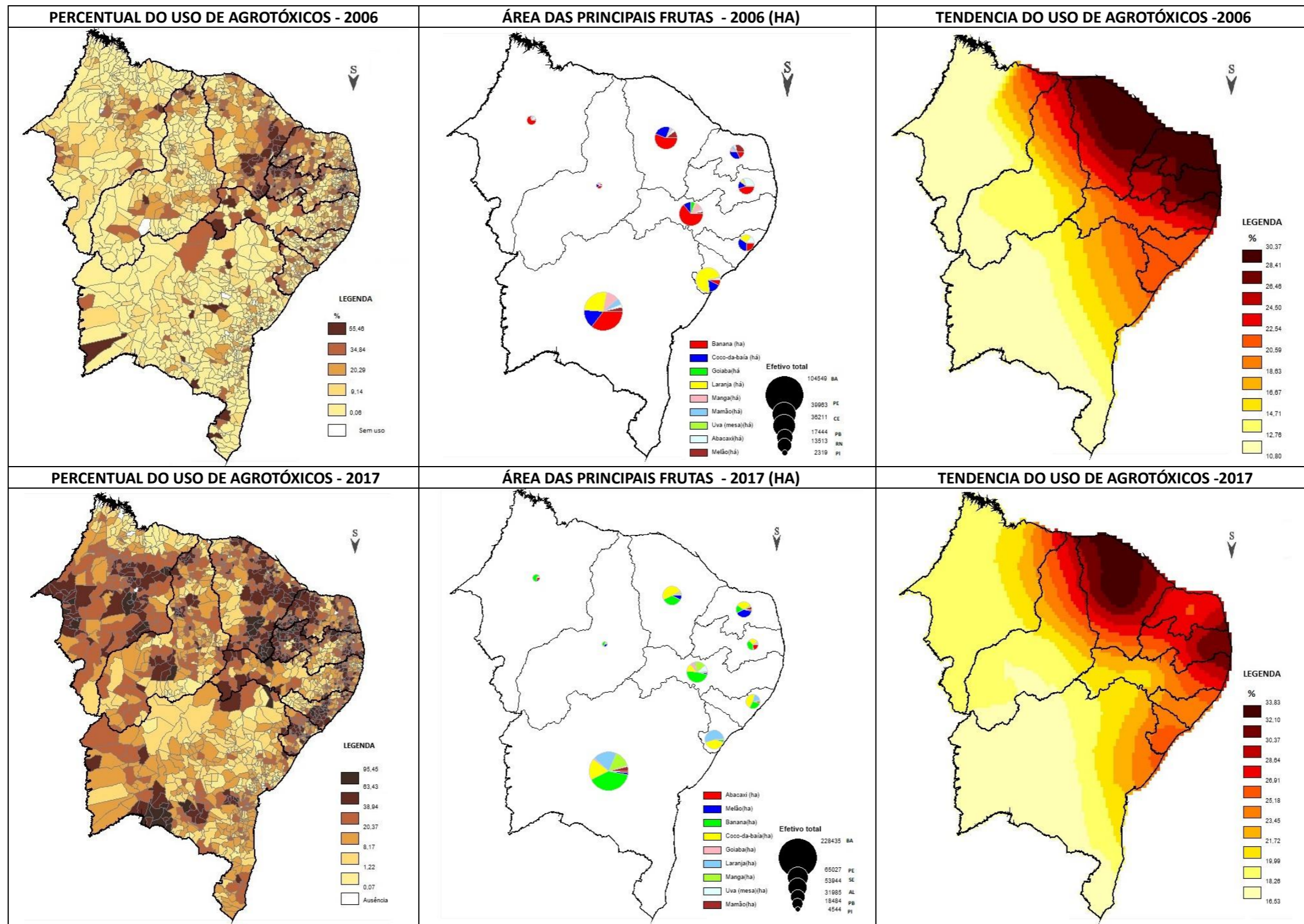
UF Notificação	Ignorado/ Branco	Cura sem sequelas	Cura com sequelas	Óbito Intoxicação exógena	Óbito por outra causa	Perda de seguimento	Total
PE	422	2350	43	295	10	106	3226
CE	701	1188	20	173	4	190	1746
BA	310	990	17	128	7	20	1472
AL	53	622	4	41	2	33	755
PB	87	168	3	17	2	4	281
SE	15	223	5	17	0	0	260
PI	64	159	11	20	0	5	259
MA	21	110	5	33	0	6	175
RN	17	40	3	12	0	0	72
Total	1160	5850	111	736	25	364	8246

FONTE: SINAN (2014) adaptado de BRASIL (2016).

As subnotificações são a marca desta problemática, estima-se que para cada caso notificado, cinquenta deixem de ser, podendo o número total chegar a patamares assustadores de 1 milhão e duzentas mil pessoas em todo o Brasil (BOMBARDI, 2017). Os dados acima revelam um verdadeiro problema de saúde pública em mira. Ao invés de haver uma gradativa redução dos venenos devido aos níveis alarmantes, percebemos uma ampliação no valor das vendas de agrotóxicos em 13%, em 2014, resultando num faturamento de R\$ 25 bilhões, no mesmo ano, bem como o aumento de 90, 43% da comercialização, e em 19,5% da área plantada com agrotóxico no Brasil (BRASIL, 2016).

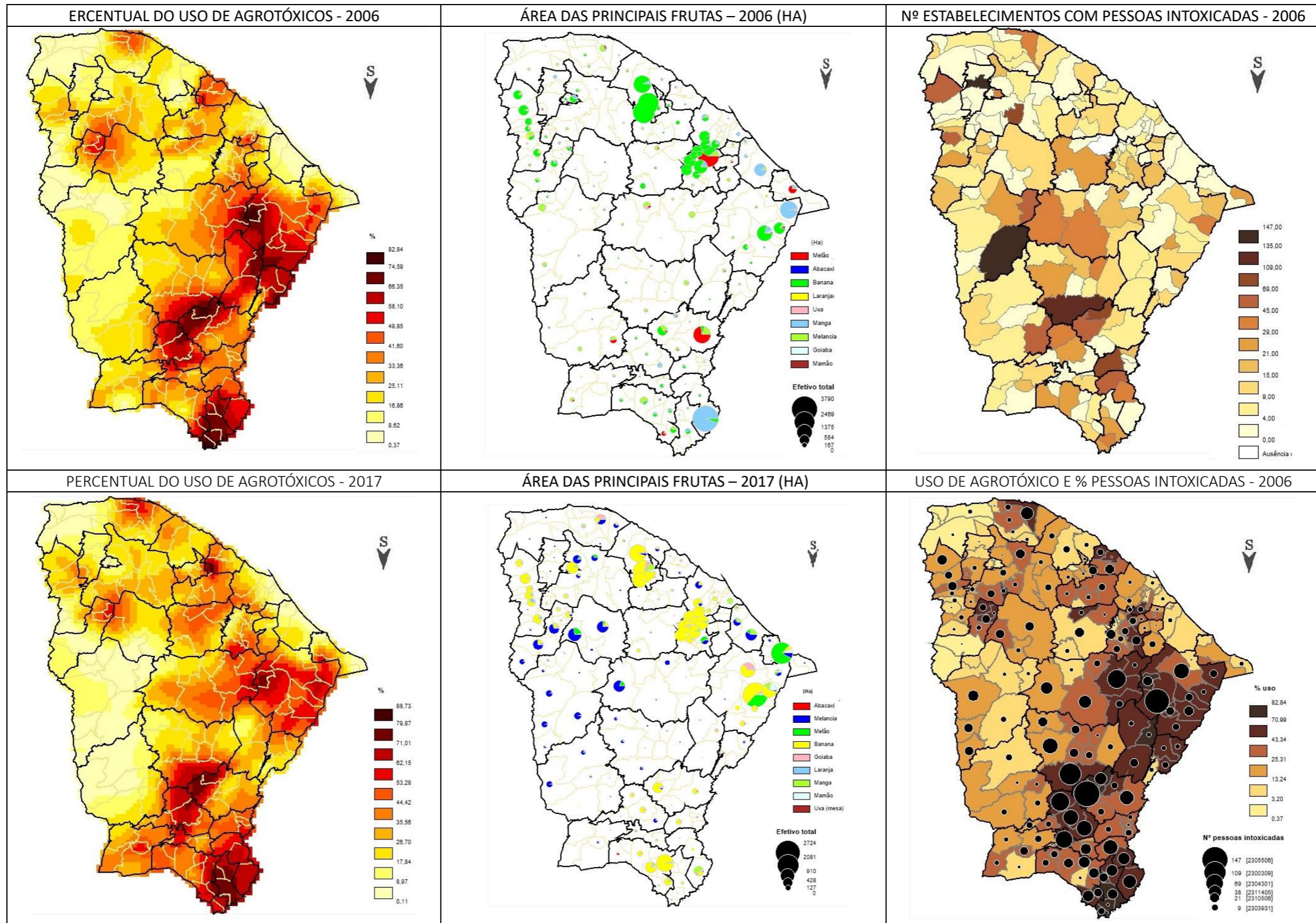
Conforme mostrou Bombardi (2017), esta é a tendência evidenciada mais recentemente a partir dos oligopólios financeirizados, quando apenas três (3) grandes empresas, como Syngenta (Suíça/China), Bayer (Alemã) e Basf (alemã), faturaram mais de US\$ 24 bilhões de dólares, em 2016, monopolizando aproximadamente 50% do mercado mundial (BOMBARDI, 2017). Estas, que contam com toda uma política de incentivo, nas desonerações fiscais e flexibilização das normativas, se expandem indiscriminadamente país a fora. (Mapas 1, 2, 3 e 4).

Mapa temático 1. Conjunto de mapas da região Nordeste



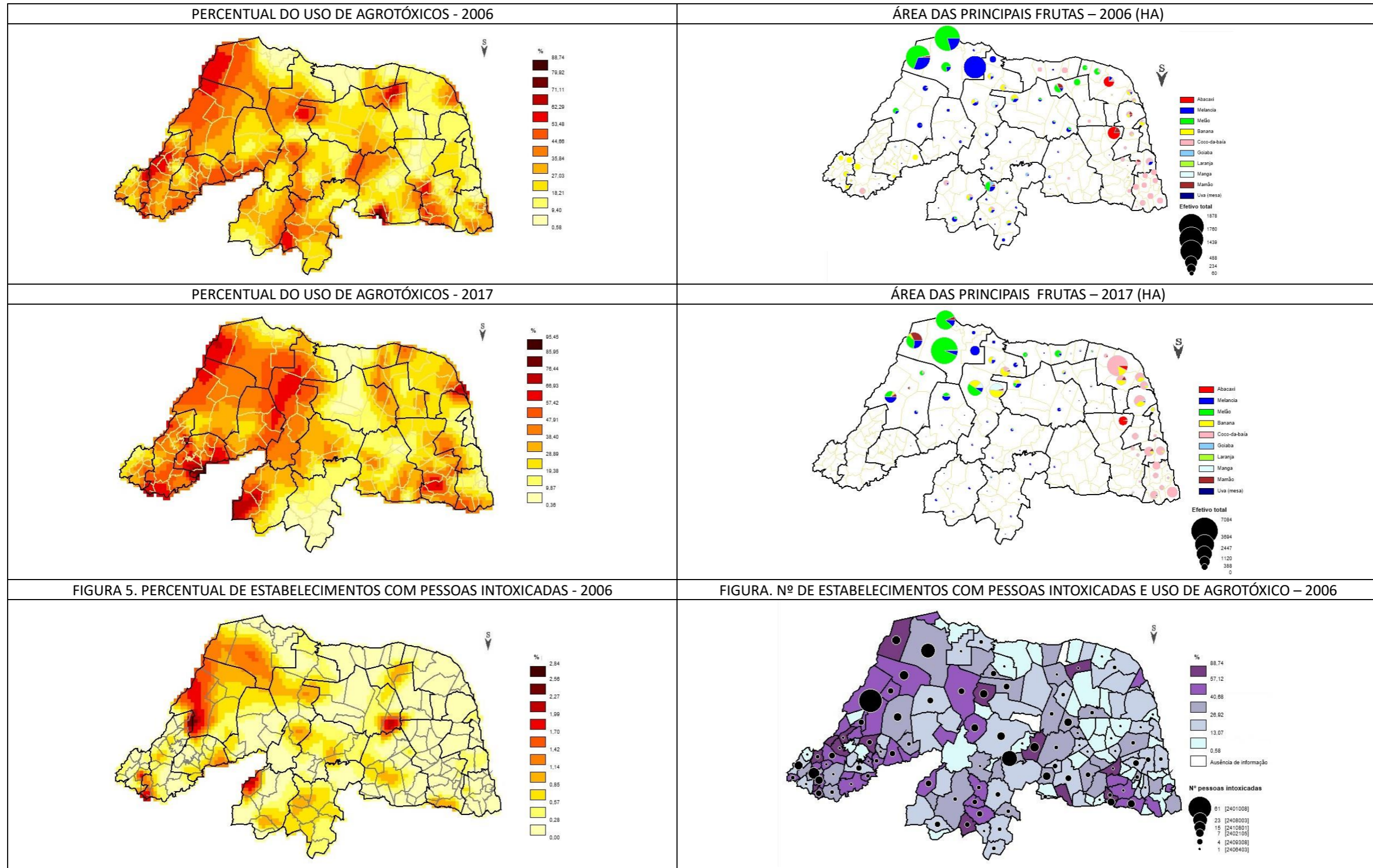
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006, 2017). Utilização do Philcarto versão 6.07 (2018).

Mapa temático 2. Conjunto de Mapas do Ceará



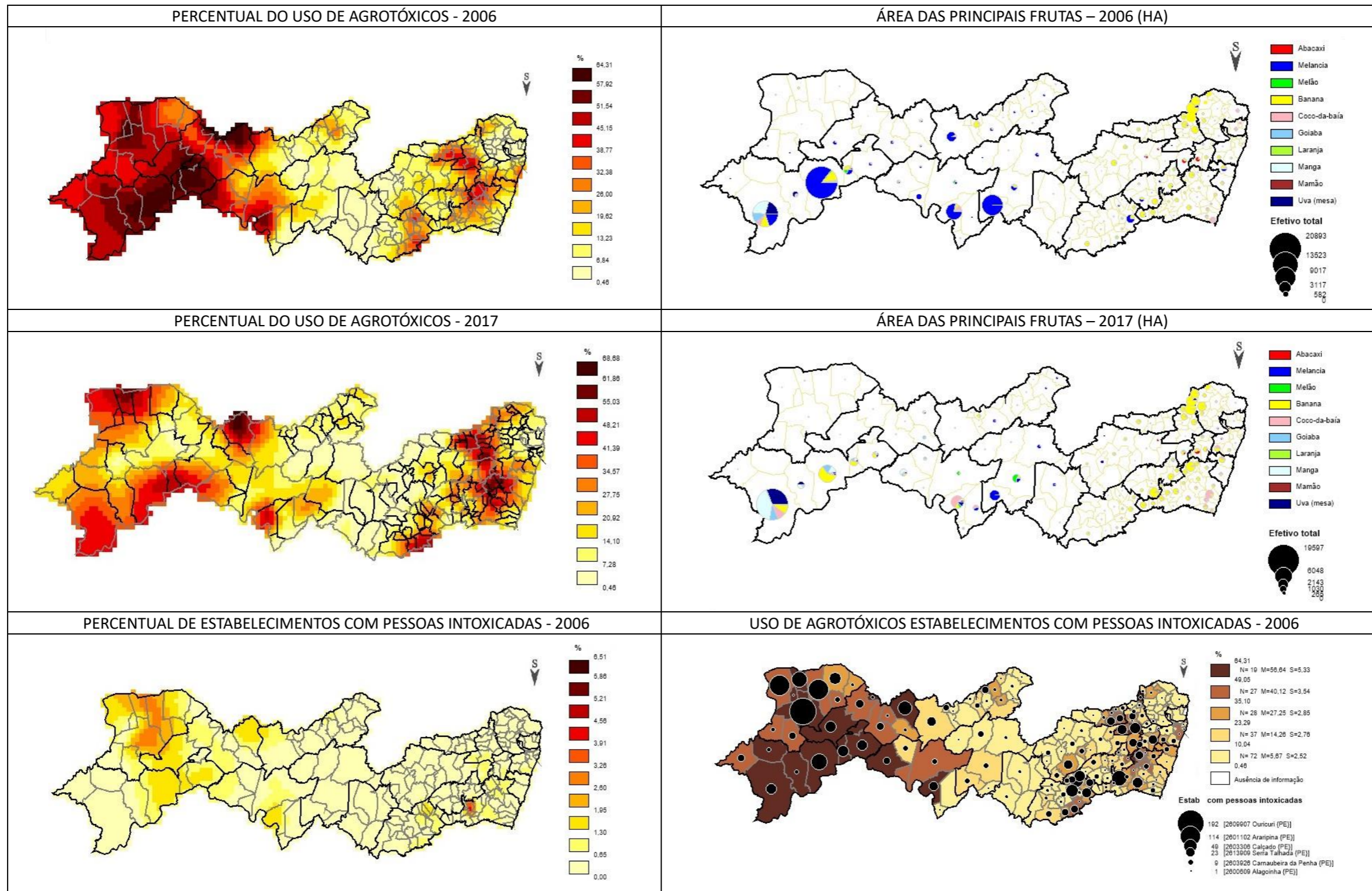
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006, 2017). Utilização do Philcarto versão 6.07 (2018).

Mapa temático 3. Conjunto de mapas do Rio Grande do Norte



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006, 2017). Utilização do Philcarto versão 6.07 (2018).

Mapa temático 4. Conjunto de mapas de Pernambuco



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006, 2017). Utilização do Philcarto, versão 6.07 (2018).

Deste modo, os processos de contaminação, conforme visto nos mapas acima, não decorrem simplesmente de um “uso” incorreto, como tentam sugerir através do discurso hegemônico, mas de questões estruturais que demarcam uma verdadeira avalanche de produtos químicos, que atingem os mais variados sujeitos, “inevitavelmente” expostos aos agrotóxicos, como podem ser vistos nos altos índices de contaminação, tentativas de suicídio e de óbitos apresentados nos estados nordestinos. Neste contexto, merece destaque os estados de Pernambuco e Ceará, cujo aumento de consumo de agrotóxicos certamente expressa uma relação direta com a expansão da fruticultura irrigada.

O estudo de Bedor (2008), realizado com um total de 283 trabalhadores, sendo 146 trabalhadores de pequenas propriedades; 73 de médias e 64 de grandes) abordou as vulnerabilidades de trabalhadores rurais, no sub-médio do Vale do São Francisco, os quais estiveram submetidos a várias situações de risco. Deste modo, tal pesquisa constatou que 69% são empregados e 31% são pequenos proprietários, em sua maioria do sexo masculino. Além disso, que escolaridade é baixa, com 12% de analfabetos e 64% com o ensino fundamental incompleto, bem como os níveis de renda da maioria dos trabalhadores (81%) é igual ou menor a 1 salário mínimo, o que junto com a sazonalidade dos contratos na fruticultura compromete na qualidade de vida, pois há repercussão direta nas condições de moradia, de nutrição, de escolaridade etc.

Dos 195 trabalhadores rurais considerados na pesquisa de Bedor (2008), 19% não utilizam o Equipamento de Proteção Individual (EPI) e 9% usam de forma incompleta. Cerca de 30% dos agricultores considerados na referida pesquisa queixaram-se de sintomas após a aplicação de agrotóxicos. Os trabalhadores rurais que relataram ter sofrido intoxicação por agrotóxicos foram 21 (7%). Além disso, o descumprimento das normas estabelecidas pelos órgãos de vigilância, tanto em relação a compra dos agrotóxicos através de receita (como prevê a legislação), quanto ao descarte dos vasilhames pode intensificar os casos de contaminação humana e do meio ambiente (BEDOR, 2008)⁹⁰. As imagens abaixo revelam um pouco do cotidiano do trabalho e de alguns potenciais riscos que podem estar submetidos os sujeitos da fruticultura

⁹⁰ Um aspecto relevante que merece destaque nesta pesquisa diz respeito a restrição sofrida pela pesquisadora quando buscava ter acesso à grandes empresas de frutas para a realização da pesquisa. Segundo a autora, quando as empresas conheciam os objetivos ou o título da pesquisa “não deixam que seus empregados fossem entrevistados. Essas empresas foram então substituídas por outra de menos porte” (BEDOR, 2008, p. 48).

empresarial (Figura 3, 4).

Figura 3. Plantação de Uva. Destaque para a presença de vasilhames de agrotóxicos descartados no meio dos parreirais



Fonte: Trabalho de campo, Petrolina-PE, junho de 2016.

Figura 4. Mulheres no trabalho da uva. Destaque para sua posição de trabalho, responsável por LERs



Fonte: Trabalho de campo, Petrolina-PE, abril de 2016.

Além das condições de trabalho, que certamente contribuem para um maior risco de contaminação, podemos observar que toda a estrutura dos PIs corrobora de maneira direta ou indireta para tornar os sujeitos mais vulneráveis. Através da concentração das terras, dos recursos financeiros e das águas, bem como a partir da aplicação de produtos químicos poluidores dos mananciais, os trabalhadores são conduzidos a uma situação crítica, tanto no que tange à insalubridade do ambiente de trabalho quanto pela ingestão de água contaminada em suas próprias residências (MARINHO, 2010; AGUIAR, 2017). Em suma, toda infraestrutura hídrica, que se propõe, no plano do discurso, a sanar o problema da “escassez” hídrica, devido ao modelo químico-dependente, promove outros problemas de vulnerabilidade e de crime ambiental, atingindo trabalhadores nas empresas fruticultura e nas comunidades. (Figuras 5, 6, 7, 8).

Figura 5. Trabalhador captando água do canal principal no acampamento Dom Tomás Balduino, PI-Pontal



Fonte: trabalho de campo, em Petrolina-PE, junho de 2015.

Figura 6. Tecnologia de redução de fluxo da água do canal, no PI Pontal



Fonte: trabalho de campo, em Petrolina-PE, junho de 2015.

Figura 7. Forma de pulverização nas plantações de uva, PI Maria Tereza



Fonte: Trabalho de campo, em Petrolina-PE, junho de 2016.

Figura 8. Estação elevatória do PI Pontal em Petrolina-PE



Fonte: Trabalho de campo, em Petrolina-PE, abril de 2016.

Esta condição de vulnerabilidade é demonstrada também pelas pesquisas voltadas à compreensão dos PIs na Chapada do Apodi (CE, RN), ao constatarem a relação entre territorialização da fruticultura e os desdobramentos para a saúde coletiva nas comunidades, devido à contaminação intensiva do meio ambiente e do trabalho. Além dos processos de expulsão dos camponeses de suas terras, os empreendimentos ligados a fruticultura submeteram as comunidades rurais que ainda (re)existentes às condições insalubres e adversas do ponto de vista da saúde ambiental, o que vincula diretamente as questões de saúde aos processos territoriais (FREITAS, 2010; BRAGA, 2010; PEREIRA, 2013).

Conforme os dados da pesquisa de Pontes *et al* (2013), realizada com 540 trabalhadores, dos quais 341 são vinculados ao agronegócio, 156 são agricultores familiares camponeses, 43 são trabalhadores dos assentamentos, constatou-se um grave problema de saúde pública, sobretudo nos dois primeiros grupos, dos quais 97% estavam expostos a agrotóxicos, 46% queixaram-se de problemas de saúde e os relacionaram aos agrotóxicos, bem como 43% se referiram a sintomas que podem ser de intoxicação aguda. Além disso, 78 casos (45% do total pesquisado) apresentam problemas neurológicos (PONTES *et al*, 2013).

Na mesma ressonância, articulando pesquisa participativa e técnicas avançadas na detecção de agrotóxico, o estudo de Marinho (2010) mostrou a gravidade dos riscos a que estão submetidas as comunidades do baixo-Jaguaribe, devido à contaminação das águas superficiais e subterrâneas. A partir de 24 coletas realizadas em diversos locais, como: nos canais que abastecem as comunidades, em torneiras das casas, nas caixas d'água públicas (e residenciais) e em poços profundos, detectou-se a presença de agrotóxicos em todas as amostras, destacando-se até 10 tipos de substâncias nas estações que canalizam água para as comunidades, bem como a ocorrência de Tepraloxidim e Carbaril, classificados, respectivamente, pela ANVISA enquanto Classe I (extremamente tóxico) e Classe II (altamente tóxico)⁹¹.

Mais recentemente outras pesquisas continuam evidenciando a ação criminosa do modelo produtivo instaurado na região semiárida. É o caso do estudo de Aguiar

⁹¹ É surpreendente, segundo o estudo citado, a existência de um galpão de reciclagem de rejeitos de agrotóxicos (embalagem de papelão e plásticos) na chapada do Apodi. O que mostra o descaso quanto as questões de legislação dos descartes. O empreendimento pertence a um empresário que, segundo Marinho (2010) se interessou pelo negócio devido ao grande descarte destes materiais na Chapada, descrevendo ainda as condições de trabalho desempenhada sobretudo por mulheres, sem nenhuma condição sanitária, o que agrava o risco de contaminação. (MARINHO, 2010, p. 200).

(2017): “*Más-formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a chapada do Apodi (CE)*”, que comprovou a exposição ambiental intensa de crianças e suas famílias aos agrotóxicos. Como lembra a autora citada, além de todos os genitores masculinos das crianças apresentam histórico de exposição ocupacional relevante aos agrotóxicos, as análises de organoclorados mostraram que, das 19 amostras coletadas, em 11 delas foram detectadas concentrações de organoclorados. Além disso, o estudo observa ainda a presença de contaminantes nos domicílios, sendo que das 7 coletas de água realizadas, em 6 delas detectou-se a presença de pelo menos 1 ingrediente ativo de agrotóxico.

Tais problemas socioambientais atingem, como vimos, as populações por diferentes maneiras: desde a contaminação direta de trabalhadores, ao lidarem diariamente com os agrotóxicos, até os pequenos produtos residentes nas comunidades do entorno das plantações, que são afetados pela contaminação da água, do ar, dos solos etc. Um exemplo significativo para que entendamos a gravidade de tal problemática, aconteceu com o mártir comunitário da Chapada do Apodi, conhecido como “Zé Maria do Tomé”, residente na comunidade do Tomé-Limoeiro do Norte-CE.

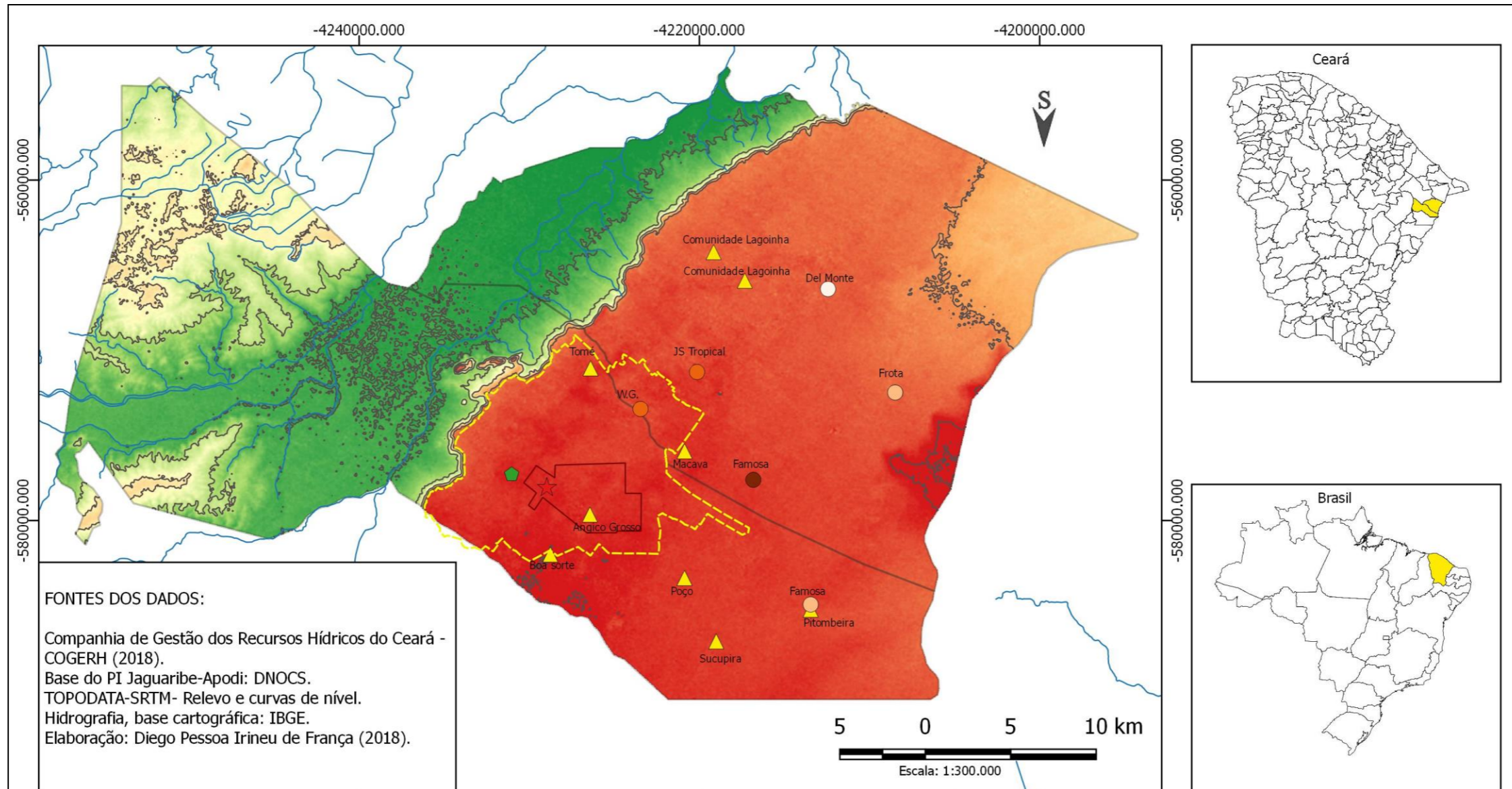
Essa liderança teve um papel significativo em dar visibilidades aos agravos à saúde ambiental, sobretudo pela articulação que mantinha com pesquisadores ligados à saúde coletiva. Como evidencia nosso interlocutor, integrante do M21, ao afirmar que “Zé Maria sentia na pele” os problemas da contaminação, impactos estes que tanto acarretavam perdas em relação a saúde de sua família quanto gerava diversos danos as produções agropecuárias dos camponeses:

Eu caracterizo o Zé Maria um homem do povo, um lutador no sentido de que ele começou, a luta dele começou individualmente do adoecimento da filha dele com problema de pele, tinha que comprar água mineral para tomar banho, porque a água estava contaminada. E começou destruir as comunidades no sentido que quando o avião passava a deriva do vento, soltava o veneno, não caia só na lavoura. Se você for na chapada, se você for na comunidade do Tomé, o que separa as casas das plantações é a cerca. Quando você pulveriza você não tem um limite, o vento não é aquela coisa perfeita que cai só em cima das plantações. Então cai em cima das casas, cai em cima dos animais. Começou morrer galinhas, começou morrer porcos, os peixes das comunidades morreram, a água das comunidades as pessoas começaram a beber com veneno, começou muita gente com câncer, crianças nascendo com má formação, sem perna, sem braço. Então o Zé Maria é esse cara

que a gente só veio entender a luta dele depois da morte. Porque uma coisa, ele se expôs porque era solitário, era sozinho, fazia essa luta sozinho. Depois que a gente veio sacar que o cara estava lutando em nome de todos nós, não era uma luta pessoal, porque ele queria proteger a família dele os bichos que ele criava e tal. Na verdade, ele estava protegendo toda a cidade. Como eu disse no início, a gente aqui faz essa denúncia toda, mas a gente é da cidade, Zé Maria é da Chapada, era a voz da chapada! Então incomodava muito mais. Eu tô sentindo na pele. Uma coisa de eu dizer o que os companheiros da chapada estão sentindo. Então foi necessário (para o capital) o assassinato do Zé Maria por causa disso, porque além dele ser a voz da chapada ele começou agregar. (Interlocutor da Conlutas Ceará-CE, entrevista realizada em abril de 2016. Grifo nosso).

A relação de proximidade com os empreendimentos ligados ao agrohidronegócio fruticultor, por um lado, constitui-se enquanto uma estratégia do próprio capital para dispor de um conjunto de mão de obra sempre disponível para apropriação de trabalho, por outro, significa que os sujeitos estão submetidos a intensa exposição dos produtos químicos que são utilizados nas grandes plantações. As imagens de satélite, vista mais adiante, revelam a padronização do território estabelecida pelas empresas, impulsionando um conjunto diversificado de conflitos. (Mapa 5. Figura 9 e 10).

Mapa temático 5. Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi-CE



FONTES DOS DADOS:
 Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH (2018).
 Base do PI Jaguaribe-Apodi: DNOCS.
 TOPODATA-SRTM- Relevo e curvas de nível.
 Hidrografia, base cartográfica: IBGE.
 Elaboração: Diego Pessoa Irineu de França (2018).

Legenda

- Acampamento Zé Maria
 - Hidrografia
 - Área de conflito
 - Perímetro Jaguaribe-Apodi
 - Comunidades camponesas
 - FAPIJA
- Empresas de fruticultura (Vazão L/s)**
- 0 - 0
 - 0 - 23
 - 23 - 75
 - 75 - 180

- Relevo (m)**
- 23
 - 53
 - 84
 - 115
 - 146



Figura 9. Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi-CE. Destaque para comunidades em torno das plantações, como o acampamento Zé Maria do Tomé

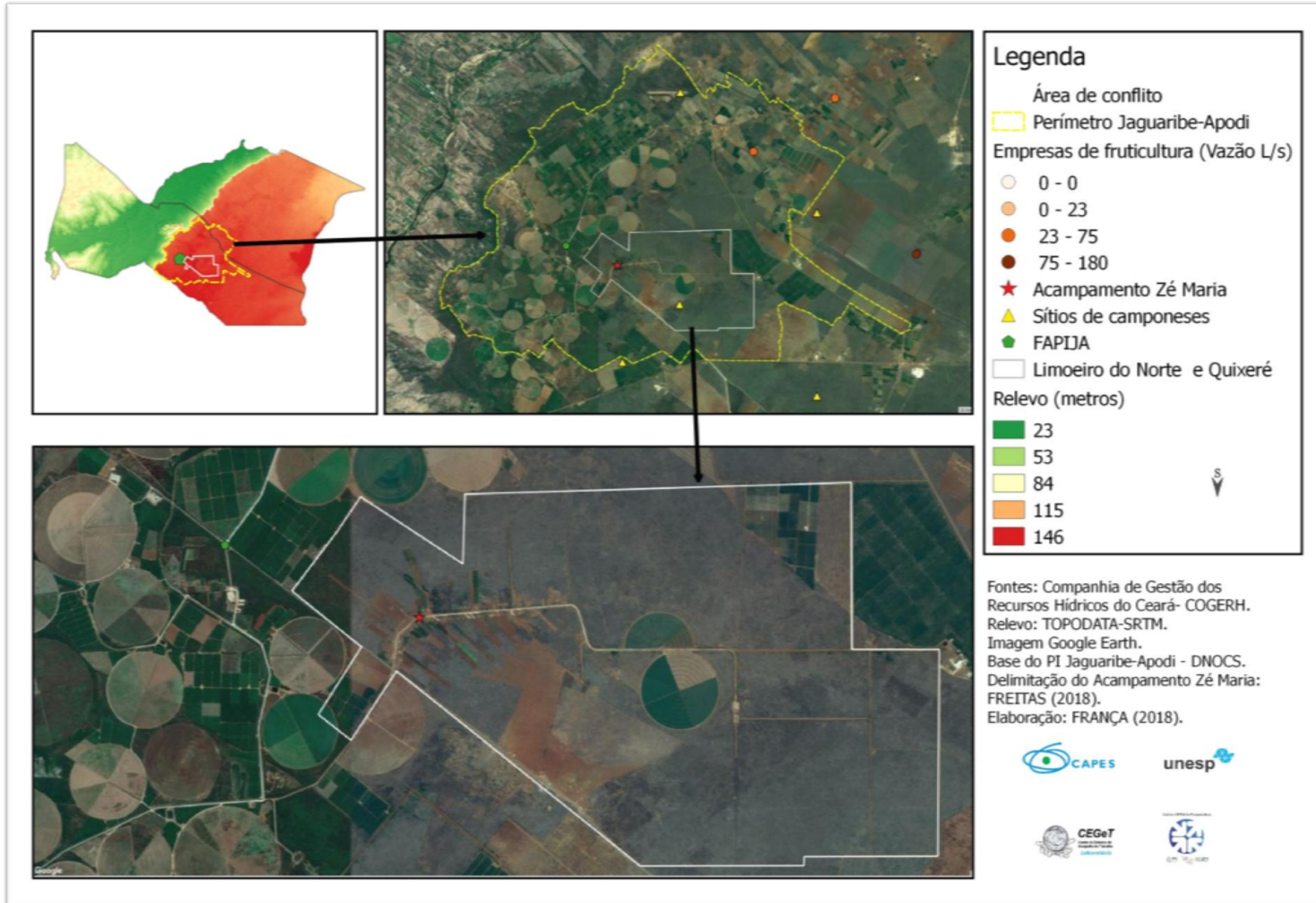


Figura 10. Sede do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi-CE



Fonte: Trabalho de campo, Limoeiro do Norte-CE, fevereiro de 2015.

Com base nos casos apresentados até o momento, o que fica evidente é que o destrutivismo inerente ao sociometabolismo do capital, materializado de na fruticultura, aglutina ao mesmo processo produtivo formas de elevado aprimoramento técnico-científico, estabelecidos pela produção capitalista, a formas brutais de extração de valor, de superexploração do trabalho e de destruição da natureza. Ou seja, o agrohidronegócio fruticultor articula no mesmo modelo aquilo que é de pior do "moderno" com aquilo que é o pior do atrasado⁹².

Ora, além de chamar atenção para a brutalidade de um modelo produtivo que une o “arcaico e o moderno” no processo dominação territorial, a morte do Zé Maria do Tomé representa a “voz em grito” contra o silêncio e o esquecimento dos graves crimes de contaminação socioambiental na região semiárida. A esse respeito é interessante lembrar um trecho do documentário *Sweet Venom*⁹³ para que entendamos o duplo

⁹² Menção a fala de Renato Roseno ao denunciar o crime cometido contra Zé Maria do Tomé em discurso proferido na Câmara dos deputados, em Fortaleza-CE.

⁹³ No link <<https://vimeo.com/146606311>> pode ser visto o trailer desse documentário que foi pré-lançado em 21 de abril de 2016, através de uma exibição na comunidade do Tomé-Limoeiro do Norte-CE, durante a semana Zé Maria do Tomé.

caráter de violência diante da contestação do modelo: “O Vanderlei⁹⁴ morreu porque trabalhava com agrotóxico, Zé Maria morreu porque lutava contra os agrotóxicos” (fala de um dos membros da RENAP, atuante no caso Zé Maria).

Nesta perspectiva, não era mais possível negar o conjunto de agravos à saúde ambiental e dos povos e do(a)s trabalhadore(a)s à medida que as pesquisas passaram a evidenciar-los de maneira bastante contundentes. Estes estudos, assim como nos propomos nesta tese, representam processos de contra hegemonia, ao partirem fundamentos concretos e serem gestados na articulação com vida desses sujeitos, através de uma simbiose entre conhecimento científico e luta social.

Assim, a relação saúde-trabalho-ambiente inerente ao território torna clara a questão da ilegalidade sistêmica através das ações do agrohidronegócio fruticultor, pois estas constituem-se enquanto violadoras de diversos direitos, como podem ser vistos no Dossiê dos Perímetros Irrigados⁹⁵ e no Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2015).

Tais problemas socioambientais são reconhecidos até mesmo por órgãos públicos que, embora nem sempre façam alusão às causas da contaminação, não podem disfarçar o alto grau de poluição gerado, como mostrou o relatório da Agência Nacional de Águas (ANA), ao atestar a contaminação por agrotóxicos das águas subterrâneas do aquífero Jandaíra-Açu. Segundo este documento, havia a presença de antecedentes de resíduos de agrotóxicos nos municípios de Tabuleiro do Norte-CE, Quixeré-CE e Alto Santo-CE, Limoeiro do Norte-CE, bem como a presença de Tolueno, no município de Baraúnas, e de etilbenzeno, em Limoeiro do Norte-CE (ANA, 2010).

De acordo, com Marinho (2010), o relatório da COGERH também evidencia a contaminação das águas em comunidades de Limoeiro do Norte-CE, onde foram encontradas, na comunidade do Tomé, a presença de Diazinona na água subterrânea, substância esta classificada pela ANVISA como altamente tóxica. Marinho (2010) ressalta ainda a dificuldade de retirar determinados contaminantes dos mananciais hídricos, devido ao alto custo com equipamentos e com sua manutenção. Isso tem ampliado os riscos e a vulnerabilidade das populações, inclusive devido à questão da flexibilização dos parâmetros ambientais que tratam dos tipos e dos níveis de agrotóxicos.

⁹⁴ Vanderlei Matos da Silva, trabalhou 3 anos na Del Monte e morreu vítima de um câncer aos 31 anos de idade (Fonte: <https://vimeo.com/146606311>).

⁹⁵ Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.net/>>. Acesso 23 de novembro de 2016.

A esse respeito, observamos que a legitimação forçada constitui a característica mais elementar do modelo químico-dependente brasileiro, expresso de forma específica na fruticultura. Como podemos perceber ao analisarmos as últimas modificações das Portarias que regulam os níveis de agrotóxicos permitidos na água, para que esta seja considerada potável, devemos reconhecer que representam definitivamente uma intransigente legitimação da contaminação socioambiental.

Na primeira Portaria existente no Brasil, nº 56/1977, era permitido a presença de 12 tipos de agrotóxicos, 10 produtos químicos inorgânicos (metais pesados), nenhum produto químico orgânico (solventes) e nenhum produto químico secundário da desinfecção domiciliar. Na segunda norma, a portaria MS 36/1990, já passou a ser permitida a presença de 13 tipos agrotóxicos, 11 tipos de produtos químicos inorgânicos, sete produtos químico orgânicos e dois químicos secundários da desinfecção domiciliar. Isso mudou radicalmente quando, na terceira (MS n. 518/2004), permitiu-se a presença de 22 tipos de agrotóxicos, 13 produtos químicos inorgânicos (metais pesados), 13 produtos químico orgânicos (solventes) e seis produtos químicos secundário da desinfecção domiciliar. Na quarta Portaria (n. 2.914/2011) passa a ser permitida a presença de 27 tipos de agrotóxicos, 15 produtos químicos orgânicos, sete produtos químicos secundários de desinfecção domiciliar (CARNEIRO *et al*, 2015).

Conforme a Carneiro *et al* (2015), o aumento de 125% da “permissividade” dos agrotóxicos na água, da primeira para a última portaria (1977 a 2011), contribui, a nosso ver, para uma verdadeira legalização da poluição em função de um mercado que movimenta bilhões de dólares todos os anos e que, da mesma forma, significa a degradação integral da vida dos homens e mulheres que trabalham e/ou que são afetados pelos excessivos usos de veneno.

Assim sendo, tanto os casos de violência direta contra os trabalhadores, pesquisadores, como também a violência e ilegalidade existente no campo, decorrentes de práticas que só visam lucro imediato, em detrimento da vida e da integridade socioambiental, configuram-se como um chamamento para os processos de luta no âmbito científico-ideológico, com o intuito de desconstruir as mistificações pseudocientíficas de legitimação dos agrotóxicos⁹⁶, bem como apresentar alternativas de

⁹⁶ Essa temática passa pela discussão sobre o papel da ciência na atualidade, quando assistimos um verdadeiro comprometimento da “autonomia científica” em função de interesses econômicos e políticos direcionados ao processo de acumulação do capital. Com isso, mesmo que sob o disfarce “neutralidade” observamos uma tendência à inclinação de vários pesquisadores de instituições importantes a esse fim. É

superação do modelo destrutivo através da práxis agroecológica (PERTERSEN, 2015)⁹⁷.

Aprofundaremos essa questão das alternativas em outra parte deste trabalho (no capítulo 4), onde mostraremos a agroecologia, as formas de vida na terra e no território como resistência que visa superar a sociabilidade do capital. Por ora, torna-se necessário mencionar a impossibilidade de discutir a questão dos PIs e do agrohidronegócio fruticultor sem considerar várias dimensões das lutas, já que em grande medida os processos destrutivos, os desrespeitos socioambientais, as expropriações etc., tornam o processo de subordinação exercido pelo capital numa questão iminentemente territorial e, conseqüentemente, a luta pelo território converte-se numa luta anticapitalista de interesse geral para diversos segmentos da classe trabalhadora. Onde há dominação haverá sempre contestação e resistências da totalidade do(a)s trabalhadore(a)s. Por isso que a compreensão dialética do trabalho não nos permite cair no fatalismo exclusivo da exploração, nos remetendo, apesar de tudo, a rebeldia e a utopia.

O próprio dossiê da Abrasco, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a implantação de Programa Nacional de Redução do de Agrotóxicos (PRONARA), enquanto resultado de pressões advindas dos movimentos sociais, representam uma ampla luta de contestação. Seja nas pesquisas, nas audiências públicas, nas ocupações, na implementação de políticas de Agroecologia (PNAPO-Decreto 7794/2012)⁹⁸, entre outras, o que observamos é uma ampla e diversificada forma assumida pelas resistências a um modelo que destrói a natureza e a sociedade.

Tratam-se, portanto, de questões complexas, relevantes e integradas ao mesmo processo de apropriação territorial exercido pelo capital, cujos rebatimentos sobre os sujeitos evidencia a multidimensionalidade e multiescalaridade dos processos, sobretudo quando observamos que decisões tomadas em outras esferas, nacionais e até supranacionais, desconsiderando os territórios, afetam negativamente a vida de milhares

ilustrativo de tal fato, o depoimento de Fernando Carneiro, coordenador do GT Saúde e Ambiente da Abrasco: “Muitos dos pesquisadores que representam a Associação Brasileira de Ciência - ABC e a SBPC na CTNBio têm as pesquisas financiadas pelas empresas que se beneficiam do agronegócio, e sabemos que na CTNBio não há espaço para discutir conflitos de interesse, mas temos que discutir isso. A ciência está para quem, para o mercado ou para a população brasileira?”

⁹⁷ Paulo Petersen. Coordenador executivo da AS-PTA-Agricultura Familiar e Agroecológica. Membro da Associação brasileira de Agroecologia – ABA. Um novo Grito contra o silêncio.

⁹⁸ De acordo com o a ANA (2010) esta lei constitui um avanço rumo a instituição de um plano nacional de Agroecologia e de produção orgânica, que viabilizou apesar dos limites na construção de um Plano Nacional de Produção Orgânica. (Ver ANA. Pronara Já: pela Implementação imediata do programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – 1 ed. – Rio de Janeiro: ASPTA, 2015).

desses povos do campo e da cidade, que veem, repentinamente, suas terras, seus alimentos e suas águas sendo privatizadas e/ou contaminadas.

Tal processo é marcado sobretudo pela ilegalidade, como buscamos apresentar, pois constantemente modos de vida são destroçados por “leis”⁹⁹ que viabilizam a espoliação de conhecimentos e territórios dos povos tradicionais, bem como garantias trabalhistas são violadas em função de interesses meramente econômicos de grupos empresariais que lucram com a exaustão da natureza e com a precarização do trabalho e da vida. Neste movimento, o próprio Estado de direito tende a desintegrar-se, a negar-se a si mesmo, quando guia suas ações contra mecanismos jurídicos já estabelecidos no seu próprio âmbito. Torna-se, portanto, muito mais um agente do capital que um garantidor de bem-estar social, isto é, o que supostamente seria o elemento que fundamentaria sua condição de ser.

A histórica marcha expansionista do capital, que se reproduz no semiárido, configura-se na criação de uma forma híbrida de controle territorial, pois ao mesmo tempo conservou mecanismos de dominação “arcaicos”, expressos na concentração fundiária, na precarização intensiva do trabalho, na degradação socioambiental, na destruição dos modos de vida tradicionais e na mercantilização exacerbada da natureza.

Em suma, tudo nos leva a crer que a história dos PIs, da maneira como foram concebidos, significa a repetição da história enquanto farsa, mencionada na crítica de Marx a Hegel. Tal processo, como acertadamente lembrou Marcuse, ao parafrasear o 18 de Brumário, tende a ser mais destrutivo que a própria tragédia, pois a mercantilização totalizante significa (a farsa), em última instância, a intensificação da exploração da totalidade do trabalho vivo articulada aos vários setores produtivos no semiárido.

⁹⁹ É digno nota o Projeto de Lei 3200/2015, de autoria do deputado Covatti Filho (PP/RS), que visa substituir a lei de agrotóxico (7802/1982), flexibilizando ainda mais o uso de veneno no país.

3. CAPÍTULO III - ESTADO CAPITALISTA, FORMA POLÍTICA E SUAS INTERVENÇÕES PARA EXPANSÃO DA FRUTICULTURA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência de sua administração, teria de acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe enquanto antítese dela. Mas nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio da sua vida, na essência da sua vida, mas, ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida. O suicídio é contra a natureza. Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode apenas descobrir defeitos formais, casuais, da mesma e tentar remediá-los. Se as modificações são infrutíferas, então o mal social é uma imperfeição natural, independente do homem, uma lei de Deus, ou então a vontade dos indivíduos particulares é por demais corruta para corresponder aos bons objetivos da administração". (Karl Marx - 1844., p.61)¹⁰⁰

As regiões irrigadas nordestinas, especialmente as situadas no semiárido, representam a especialização desse território na produção de fruticultura, articulando-o à economia mundo através de uma nova e desigual divisão territorial do trabalho. Constantemente as relações sociais de produção, de trabalho e com a natureza foram redefinidas em função da consolidação do capital agrohidroexportador.

A fruticultura empresarial desenvolvida na região semiárida configura-se, a nosso ver, em mais um momento particular do “desenvolvimento” histórico da produção do espaço agrário nordestino. Este arranjo complexo se formou a partir de conjunto de transformações que não podem ser compreendidas se desconsiderarmos a forte intervenção do Estado, ao impulsionar a reestruturação das bases territoriais e a implementação de um processo (des)regulamentador, nos moldes da “revolução verde” e da flexibilização neoliberal, que permitiu de sobremaneira a apropriação territorial por capitais nacionais e internacionais.

Por tal razão, buscamos realizar uma discussão que entenda a relação estrutural

¹⁰⁰ Karl, Marx. Glossas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. p. 61.

de classe que permeia a *forma* estatal, imbricada estruturalmente aos processos de acumulação do capital. Inicialmente, fizemos uma discussão de uma maneira mais abstrata, tomando a forma estatal em si, com o intuito de explicitar suas raízes estruturais para abordarmos, em seguida, as especificidades concretas contidas na lógica hegemônica das intervenções públicas dispendidas no campo brasileiro, em especial, os mecanismos que corroboram para a consolidação do agrohidronegócio fruticultor. Trata-se de uma reflexão crítica acerca da intervenção estatal, no que se refere aos projetos de “desenvolvimento” voltados ao campo, nos diferentes momentos históricos, para que entendamos como foi possível a estruturação do modelo do agrohidronegócio fruticultor que estão assentados sobre o Estado.

Como veremos, as atuais formas de concessões de terras que se realizam pela via das PPPs, ao seguir os preceitos neoliberais sob orientação de entidades “supranacionais”, como visto no capítulo anterior, constitui-se num reposicionamento da esfera estatal e não numa retirada da economia como querem os apologistas do “Estado mínimo”.

Tais modificações poderão ser notadas em decorrência das mudanças ocorridas na Política Nacional de Irrigação, articulada aos Perímetros Irrigados (PI) no Nordeste. Estes, enquanto exigência das transformações do mercado, tiveram sua própria estrutura de gestão alterada, sobretudo a partir dos anos 1980, com a consolidação da fruticultura mundializada.

Assim como pontuamos no capítulo 2, as mudanças na gestão dos PI marcaram um reposicionamento do setor “público”, na medida em que foi ampliado protagonismo do capital privado nas tomadas de decisão acerca das estratégias de apropriação da terra, da água e do território no âmbito dos PIs. Assim, instaura-se uma nova forma de regulamentação na qual o Estado, através dos órgãos de planejamento que o constituem, aparece cada vez mais explícito enquanto guardião dos investimentos privados. Como sugere Marx na epígrafe, longe de ser a exceção, esta constitui a característica genética da forma política do Estado.

Com esse intuito é que a esfera “pública” representa a principal responsável pelo reordenamento do território, marcado tanto por grandes obras como: canais hídricos, complexo hidroenergético (a exemplo da barragem de Sobradinho), criação de rodovias, ferrovias, construção de portos, concessão de incentivos fiscais etc., os quais são responsáveis por ampliar os fluxos espaciais das mercadorias, bem como por

intensificar processo espoliação/expropriação de populações. Desse modo, houve o estabelecimento de um padrão técnico-científico que visou racionalizar o território aos moldes da agricultura capitalista.

Visto pelo prisma da intervenção direta que exerce sobre a realidade, o Estado expressa, de fato, um componente necessário ao sociometabolismo do capital, ao guiar suas ações para o atendimento das necessidades de reprodução sempre crescente e incorrigíveis como pondera Mézáros (2015), relacionando diretamente a crise do capital com a crise da forma estatal. Diz ele:

[...] sob as condições do aprofundamento da crise estrutural do nosso sistema sociometabólico, os problemas que estão em jogo não poderiam ser maiores no atual processo de desdobramento da globalização antagônica do capital, ligados aos interesses dos Estados-nação necessariamente em conflito. Eles trazem à tona uma série de contradições diretamente relacionadas não com os defeitos operacionais remediáveis de algumas formações particulares de Estado, mas sim com *a realidade do Estado como tal*. Pois o próprio Estado, tal como constituído nos últimos cinco ou seis séculos, está fundamentado sobre o capital global em nosso próprio tempo, longe do desenvolvimento material historicamente sustentável, devido à atual modalidade perseguida de reprodução dos imperativos destrutivos inerentes ao sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2015, p.87).

Entretanto, por que suas ações sempre são conduzidas ideologicamente em nome de um suposto interesse “público”, de um aparente “interesse universal” de toda a sociedade, mesmo quando os desdobramentos de suas ações concretas evidenciam o contrário, à medida que a grande maioria dos investimentos estatais favorecem aos imperativos do grande capital mundializado, em detrimento de grande maioria das populações e trabalhadores do campo e da cidade? Esta consiste numa das questões centrais tratadas neste capítulo.

Os programas de financiamento da soja no cerrado (PRODECER) (MENDONÇA, 2004), os programas de incentivos à produção de cana de açúcar e álcool (PROÁLCOOL - 1975) (OLIVEIRA, 2009), o Programa Nacional de Irrigação o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), constituíram-se em diferentes maneiras de atuação do Estado em promover a expansão geográfica do capital por vários biomas no território brasileiro, onde as consequências maiores se expressam no desmatamento, na exaustão dos recursos hídricos, na expulsão dos povos tradicionais e na precarização intensiva do trabalho.

Essas consequências, constituem evidências de como o destrutivismo imanente do sistema do capital busca sua legitimidade na ideia fetichizada de “progresso”, de “desenvolvimento” e de um suposto “interesse nacional”, “universal”, conforme elucidado por Mészáros (2011).

Neste contexto, faz-se necessário discorrer sobre as características estruturais da forma estatal para que apreendamos seu vínculo direto com processo de reprodução do capital (HIRSCH, 2010). Assim sendo, por mais que haja formas de concessões parciais ao conjunto de trabalhadores no âmbito institucional do Estado, este possui um vínculo estrutural com o uso da propriedade privada, cuja finalidade consiste em garantir a previsibilidade do capital e criar as condições elementares à exploração do trabalho alheio.

Como sugere Mészáros (2015, p. 29), “a materialidade do Estado está profundamente enraizada na base sociometabólica antagônica sobre a qual todas as formações de Estado do capital são erguidas”. Só assim, como veremos, torna-se inteligível – embora não justificável – o dispêndio de recursos financeiros e as formas de intervenção estatal direcionadas ao agrohidronegócio.

3.1. Estado capitalista e intervenção no campo brasileiro

A questão do Estado capitalista levanta muitas discussões acerca dos interesses atendidos por ele. Em nome da “nação”, geralmente destina-se enormes quantidades de recursos públicos para atender a fins privados, entretanto tais investimentos sempre são propagados como se fossem de interesse geral da “nação” e não enquanto imperativos de empresários e/ou grupos corporativos que mantem inter-relação na esfera política.

Esta compreensão se configura enquanto expressão da ideologia hegemônica, pois adquire a função social de distorcer a real intencionalidade da ação estatal em casos diversos. Desta forma, agir pela via do Estado, em nome de uma suposta homogeneidade nacional – cristalizada na ideia de “Estado-Nação” –, que omite as desigualdades e os conflitos de classe, obscurece a finalidade real da intervenção do Estado que, em última instância, atende, por razões estruturais, à reprodução do capital.

Poderíamos então falar de um Estado capitalista ou “Estado-classe” como sugere Gramsci, para quem: “o Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular, busca criar preventivamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (GRAMSCI, 2016, p. 269), como alguns aparatos midiáticos. Deste modo, através da ideia de “consenso e da força” a classe hegemônica busca estabelecer a legitimidade que subsidiará os seus intentos estratégicos.

O fetiche de um suposto Estado que agiria em nome da do bem-comum, faz parecer que os diferentes Estados erguidos sob a égide do direito burguês atendem a interesses nacionais e não a reprodução do capital. Além disso, tais formações estatais concretas aparecem no cenário mundial como concorrentes entre si, o que favorece a perpetuação da lógica do capital, pois são responsáveis por garantir um mínimo de competitividade aos produtos advindos de seus domínios territoriais, impondo um conjunto de austeridades e penalizações aos trabalhadores, apesar destas estarem sempre amparadas na ideia de que se trata de “um mal necessário”, como forma de atrair investimentos, gerar empregos, de sair da crise etc. Basta mencionar a Emenda Constitucional (EC) (Nº 95 Dez/2016) do governo Temer, congelando os gastos públicos por vinte anos, para entender esta característica.

Assim, através dos ajustes estruturais, em grande parte do mundo subdesenvolvido, a política oficial assume enquanto prioridade para o interior do território nacional, interesses estrangeiros quase sempre incompatíveis com as condições reais destes países. Ou seja, em sua maior parte, se tratam de investimentos ligados a empreendimentos que intensificam a privatização, a redução de direitos sociais, potencializam os problemas socioambientais e ampliam a precarização do trabalho.

Nesta perspectiva, as ideias de Fran Fanon são muito atuais, quando ressaltava, no livro “*Os condenados da terra*”, o caráter retrógrado da burguesia nos países periféricos. Dizia ele:

A burguesia nacional descobre para si a missão histórica de servir de intermediária. Como vemos, não se trata de uma vocação de transformar a nação, mas prosaicamente de servir de correia de transmissão a um capitalismo encurralado na dissimulação e que ostenta hoje a máscara neocolonialista. Ainda uma vez convém ter diante dos olhos o espetáculo lamentável de certas repúblicas da América Latina. Com um simples bater de asas, os homens de negócios dos Estados Unidos, os grandes banqueiros, os tecnocratas desembarcam “nos trópicos” e

durante oito a dez dias afundam-se na doce depravação que lhes oferecem suas "reservas"(FANON, 1968, p.127-128).

Por apresentar tais características, herdadas do processo histórico, as formações concretas dos Estados no capitalismo dependente, estabelecidas na maioria dos países latino-americanos, os processos de acumulação tornaram-se bem mais intensos e predatórios, quanto à exploração dos “recursos territoriais” e a exploração do trabalho. Aqui, não se desenvolveu um tipo de modelo tal como se encontra nas economias centrais. Entretanto, como ressalta Marini (1972), ao invés das deformadas ideias de um “pré-capitalismo”, desenvolveu-se um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se observado na perspectiva desigual do sistema, tanto no âmbito nacional e, sobretudo, internacional.

Deste modo, quando abstraímos dos elementos históricos, os quais dão especificidade as formações periféricas, para pensarmos a questão do Estado em sua forma política estrutural, concordamos com as considerações de Hirsch (2010), quando evidencia que o Estado não pode escapar do processo capitalista de valorização do valor, e, por isso, representa a manifestação específica o controle territorial e do trabalho exercido pelo capital. Em suas palavras, observamos que:

O Estado é a instância sobre a qual os compromissos sociais podem ser formulados e ratificados. A independência do processo de valorização do capital resulta do próprio fato de que o Estado, Estado interventor, depende de um processo de acumulação relativamente livre de crises para garantir a própria existência material, e ele deve empenhar-se na concorrência com outros 'países', buscando oferecer condições de valorização relativamente melhores para o capital. (HIRSCH, 2010, p. 58).

Conforme observamos em Hirsch (2010), o Estado capitalista possui muito mais que a autonomização da força física em relação aos indivíduos, grupos e classes sociais, pois nele se expressa ao mesmo tempo a "comunidade política da sociedade capitalista", ou seja, uma objetivação social fetichizada, que aparentemente, mas só aparentemente, se o coloca acima da concorrência e das lutas existentes.

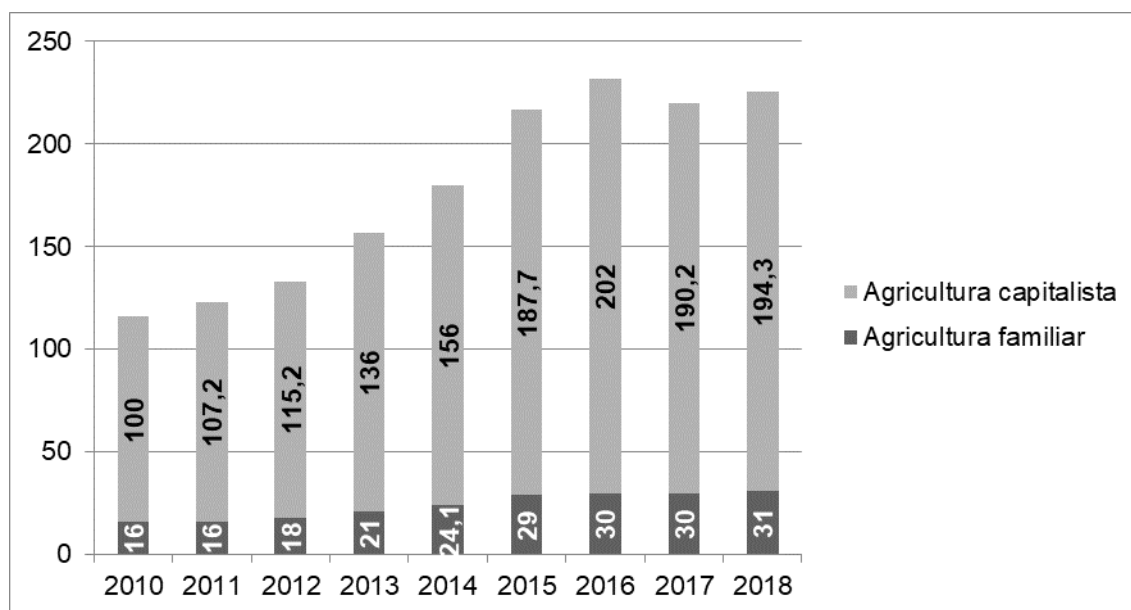
Daí a importância dada por Mészáros (2015) a essa condição privilegiada da estrutura estatal, pois, segundo este autor, a aparente ideia de estar “acima da lei”, quase sempre permite ao Estado impulsionar vultuosos interesses dos capitais privados, bem como se valer dos processos de flexibilização e repressão em detrimento do conjunto

dos trabalhadores, dos povos e da população em geral.

As ideias de Harvey (2016) sinalizam nesta mesma direção, quando observa que o Estado capitalista sempre se utiliza do monopólio adquirido sobre os meios de violência com o intuito de proteger e preservar o regime de direito de propriedade privada individualizada como um regime que se articula através do funcionamento do livre mercado. No entanto, ao contrário do ideário liberal, a própria extensão do estatuto de personalidade jurídica individual a empresas e instituições poderosas corrompe o sonho utópico burguês de um mundo perfeito de liberdades individuais para todos, baseado na distribuição equitativa da propriedade, já que a livre concorrência sucumbe aos oligopólios crescentes previstos por Marx (2013) na “*lei geral da acumulação*” e por Lênin (2012) em “*Imperialismo: fase superior do capitalismo*”.

Com efeito, a distorção dos princípios liberais observados por Harvey (2016) se dá devido à desproporção de poderes e recursos adquiridos pelos agentes hegemônicos em relação com os demais sujeitos. Como o Estado não se restringe ao caráter repressor e nem somente ao papel de garantir os princípios do direito de propriedade, mas é igualmente responsável por destinar, administrar e criar um conjunto de “bens públicos” – como infraestruturas –, notamos que em alguns setores um conjunto de recursos públicos é desviado de sua finalidade real para se converterem em meios de acumulação para grandes corporações.

Em relação a essa lógica da intervenção estatal, no caso brasileiro, o discurso da suposta produtividade do agronegócio deve ser relativizado quando verificamos o grau de investimento público dispendido. É o que evidencia o plano safra 2016/2017, no qual se destinou a quantia de R\$ 202 bilhões para a chamada agricultura empresarial, bem como na constatação do crescimento vertiginoso dos investimentos para a agropecuária, conforme os dados do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). (Gráfico 10).

Gráfico 10. Destinação dos recursos do plano safra para a agricultura (bilhões de reais R\$)

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Extraídos do estudo de SOUZA (2017). Dados Org. por Guilherme Marini Perpétua.

Não se trata, neste caso, apenas da diferença abissal sobre o valor destinado à agricultura familiar camponesa, mas da grande diferença em termos de investimentos, créditos, de infraestruturas, logísticas que o capital dispõe do Estado para garantir sua viabilidade, mesmo quando sabemos que a agricultura familiar corresponde a 84% dos estabelecimentos do país (embora ocupe área de 24%), ocupa 74,4% dos trabalhadores do campo (cerca de 12,3 milhões de pessoas), produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros (cerca 70%), sendo 89% mais produtiva que “a agricultura patronal” (cada hectare gera R\$ 667,00, contra R\$ 358,00 da empresarial) (IBGE, 2006)¹⁰¹. Tais fatos nos levam a questionar: é o agronegócio quem sustenta o Brasil, ou o Brasil que sustenta o agronegócio?

É digno de nota um exemplo que nos permite entender que interesses estão por trás de todo um modelo de desenvolvimento, que denominamos de agrohidroexportador (THOMAZ JUNIOR, 2011), o qual gera divisas para poucos e pobreza, doenças e desemprego para muitos.

¹⁰¹ Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/psafra_ag_familiar_2010_11.pdf. Acesso em 15/01/18.

No lançamento do plano safra 2015/2016, o discurso da ministra do MAPA mostrou claramente o cumprimento da função de Estado-classe (GRAMSCI, 2001), quando expressou a relação de dependência do agronegócio para com os recursos públicos, os quais garantem a permanência, ampliação e os grandes lucros do setor. Após cumprimentar parlamentares, ministros e, principalmente, membros do corpo diplomático, tais como: os presidentes de entidades do agronegócio (CNA, OCB, Sociedade Rural, ABRAPA, APROSOJA, ABRAMILHO), sua fala deixou clara a inviabilidade econômica do agronegócio sem a intervenção simbiótica do Estado. Acompanhemos o trecho:

As economias modernas e bem sucedidas são aquelas que conseguem combinar um setor privado vigoroso e autônomo e um Estado que assegura um ambiente institucional favorável à iniciativa privada. E, ao mesmo tempo, provê, direta ou indiretamente, a infraestrutura física e tecnológica necessária para os setores produtivos. O excesso de intervenção estatal atrofia, por vezes, as energias do empreendedor privado, tornando-o dependente da proteção do governo e incapaz de sobreviver a competição aberta. Mas em contrapartida a ausência ou omissão do Estado no desempenho nas funções, que lhe são próprias, pode inviabilizar o desenvolvimento das atividades privadas. O agronegócio brasileiro é um caso quase exemplar de uma articulação virtuosa entre Estado e iniciativa privada¹⁰².

Nesta mesma perspectiva, pudemos perceber a partir de um outro anúncio mais recente, da referida ministra, a ampliação de força que esse setor privado obteve nas determinações das prioridades referentes às políticas, as quais se destinam ao campo, sobretudo devido ao *boom* vivenciado pelas *commodities* (pós anos 2000). Diz o trecho:

eu não posso deixar de lembrar, pois tive o prazer e a honra de lembrar desde de 2012, no segundo ano da presidente Dilma na confecção do plano safra, através da presidência da CNA, com nossos técnicos da CNA, nós construímos ouvindo as federações de agricultura, [...] que nós ajudamos e colaboramos e mudamos uma prática, pois antes o plano safra era construído exclusivamente dentro do ministério da Fazenda, com a participação mínima do ministério da agricultura. Hoje, no governo da presidente Dilma, nós confeccionamos o plano safra no interior do Ministério da Agricultura, recebendo o ministro

¹⁰² Transcrição nossa. Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/pap>. Consulta 10 de setembro de 2015.

Levy na nossa casa. E essa semana para construir o novo plano safra nos tivemos a honra de receber o ministro Nelson Barbosa, da Fazenda, no ministério da agricultura [...] E isso demonstra que o Ministério da Agricultura [...] foi colocado definitivamente no primeiro escalão da esplanada dos ministérios, que era o grande sonho de todo o setor. Os números básicos, para que nós possamos guardar com mais simplicidade, diante da rotina turbulenta da nossa vida. Mas durante todo o seu período a frente da presidência da república os planos safras, inclusive este que anunciamos aqui hoje, a presidente Dilma disponibilizou aos produtores rurais 905 bilhões reais de crédito de custeio e investimento. Isso significou um aumento 102%, em seis anos à frente da presidência da república [...] para subvencionar esses novecentos bilhões de reais, a sociedade brasileira, investiu na agricultura brasileira, através dos recursos do tesouro, investiu 43.4 bilhões de reais em subvenção dos 905 bilhões emprestados ao produtor rural¹⁰³.

Os trechos acima evidenciam que as intervenções estatais não representam, de maneira igualitária, a garantia das condições necessárias para o conjunto da população ou de investidores, sem distinção de “classe”, pois, afinal, os interesses privados ligados à acumulação capitalista tendem a prevalecer enquanto finalidade das ações estatais. No entanto, os exorbitantes recursos públicos também evidenciam à luz da história recente de golpe, que estes setores da burguesia não se saciavam facilmente, bem como que os interesses estratégicos desse setor não se restringem a um período curto de um governo.

Não obstante, por mais que vejamos a clara aderência do Estado com os interesses do capital, onde este último está sempre empenhado na manutenção e lucratividade dos setores privados, porque o conjunto dos meios de comunicação hegemônicos insistem tanto em distorcer tal fato, criando insistentemente uma ideia de agricultura de “interesse nacional”, como sugere a propaganda “*Agro é Pop*” enquanto tentativa dissimulada de fundir o interesse público ao privado? A este respeito, é pertinente o questionamento do filósofo soviético do direito Evguiéni Pachukanis:

porque a dominação de classe não se apresenta como é, ou seja, a sujeição de uma parte da população à outra, mas assume uma forma de dominação estatal oficial ou, o que dá no mesmo, por que o aparelho de coerção estatal não se constitui como aparelho privado da classe dominante, mas se destaca deste, assumindo a forma de um aparelho de poder público impessoal, separado da sociedade? (PACHUKANIS, 2017, p.143).

¹⁰³ Transcrição nossa. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=grCavcovMUs> . Consulta em 22 de novembro de 2017.

Em sua obra prima, Teoria Geral do direito e marxismo, Pachukanis (2017) desenvolveu as bases de uma concepção inovadora da compreensão do Estado e da forma jurídica, seguindo o caminho deixado por Marx. Como o próprio autor expressa no prefácio desta obra, sua intenção consistia em apenas organizar um conjunto de conceitos e princípios, de uma teoria do direito – enquanto relação, mediação social – já existente em Marx, embora não desenvolvida. Deste modo, ele buscou estabelecer os vínculos genéticos entre a forma política do estado e do direito com a forma valor, evidenciando a coexistência indissociável entre hegemonia da mercadoria e forma política.

Certamente, tal constatação histórica significa que para garantir a dominação de classe no capitalismo, faz-se necessário uma fetichização da política (HIRSCH, 2010), através de uma relativa “autonomia” diante da economia e da sociedade (POULANTZAS, 1971). Ou seja, o Estado sempre aparecerá enquanto estrutura de dominação e coerção (aparentemente) externas às classes sociais, mesmo que, de fato, em suas ações concretas, exerça um papel predominante ao interesse burguês.

A aderência e a efetividade desta forma de poder aos interesses do grande capital se dá à medida em que cumpre a função de uma forma estranhada, fortalecendo o fetiche de uma estrutura de regulação política, denominada por Engels de “força pública” (LUKÁCS, 2013), que se coloca acima dos interesses das classes, isto é, numa relativa neutralidade para assim conseguir viabilizar interesses corporativos, como sugere a ideia de uma “agricultura nacional brasileira”, baseada no agronegócio, e não da agricultura camponesa que, como sabemos, expressa a soberania alimentar.

O vínculo genético do Estado moderno com surgimento do capitalismo permitiu, pela primeira vez na história, uma separação formal entre a economia e a política. Neste sentido, para entendermos a formação estatal é imprescindível atentar para o processo de divisão social do trabalho, que separou os produtores diretos dos consumidores de produtos, gestando um processo real de estranhamento entre os homens e os produtos do trabalho (HIRSCH, 2010). Ou seja, como observou Ivana Jinkings (2015, p. 10):

Sem examinar o Estado moderno, não se pode examinar o capitalismo. Ambos surgiram juntos, no fim da Idade Média, na Europa Ocidental. O Estado tornou-se a expressão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre classes sociais e um

intrincado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado. Expressão da centralização fiscal, das forças militares e do espaço da produção e circulação de mercadorias, as crises do capital são também suas crises.

Só assim podemos entender como a ampliação das relações de troca (hegemonia da mercadoria) exigiram da formação econômica capitalista uma nova estrutura política, aparentemente externa à sociedade e às classes, mas que se manteve sempre fiel na regulação e proteção, à ferro e fogo, do direito de propriedade, o qual é indispensável à circulação, exploração e acumulação do capital. Como menciona Hirsch (2010):

a partir do surgimento do capitalismo, essa relação se transformou de maneira decisiva. O aparelho de domínio político é formalmente separado das classes economicamente dominantes; dominação política e dominação econômica não são mais imediatamente idênticas (HIRSCH, 2010, p.23).

Ora, enquanto condensador de contradições irreformáveis no interior da sociedade capitalista, a eficácia da dominação que está atrelada às ações do Estado, não podem expressar-se meramente enquanto um instrumento de poder da burguesia, concepção criticada com razão por Poulantzas (1971), pois à própria burguesia é conveniente um aparato de controle social e territorial que se coloque como impessoal.

O Estado visto enquanto simples instrumento de dominação perderia sua eficácia no estabelecimento da dominação burguesa, pois esta classe hegemônica busca sempre estabelecer um “consenso” ao conjunto da população de que seus valores são universais e gerais. Isto é, como observaram Sonia Regina de Mendonça (2017)¹⁰⁴ e Virgínia Fontes (2017), alertando que interesses corporativos de setores patronais rotineiramente buscam confundir-se na ideia de uma “agricultura nacional”¹⁰⁵, como observamos anteriormente a partir dos discursos oficiais. Tal fato só evidencia a grande contribuição teórica legada pela noção de Estado ampliado de Gramsci, para a qual sociedade civil e Estado são inseparáveis. Dizia o pensador italiano:

¹⁰⁴ Em seu texto *Dominação Burguesa e reprodução de classe no Brasil (1990-2016)* a autora citada mostra a relação entre a Associação Brasileira de Agronegócio (Abag) e Centro de Estudos do Agronegócio (PENSA) enquanto um celeiro de formação de intelectuais orgânicos ao agronegócio, sendo que seus estudos têm a finalidade de criar consenso e legitimidade científica a tal modelo.

¹⁰⁵ "Este é o caso do ministério da agricultura, indústria e comércio no Brasil, formulado, implementado e operado em seus primeiros anos por uma entidade associativa de uma certa fração da burguesia agrária, aglutinada em torno de sua sociedade nacional de agricultura (SNA), em disputa com outra entidade agrupando outro setor da burguesia agrária, a SRB (sociedade rural brasileira). Nos dois casos, as entidades associativas apresentam-se como expressão "nacional", confundido seus próprios interesses com os da totalidade do país ou, no mínimo, como a expressão da "agricultura nacional". (FONTES, 2017, p.212.).

[...] o que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre consenso e força. O Estado quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública [...] (GRAMSCI, 2016, p. 268).¹⁰⁶”

Assim, o poder de hegemonia se consolida através da articulação entre o uso da “força e do consenso” (GRAMSCI, 2016). Ou, em outras palavras, a peculiaridade do Estado e do direito positivo, corrobora com a ideia de que a unidade social não pode ser alcançada meramente pela via da “força física”, necessitando de outros aspectos coercitivos (ideologia, cultura, meios de comunicação etc.) para manutenção do *status quo* (LUKÁCS, 2013). Em suma, mesmo quando uma medida impopular é tomada, há sempre uma tentativa ideológica de propagá-la enquanto necessária ao conjunto das pessoas, dos trabalhadores, seja enquanto um “*menos pior, diante dos fatalismos*”, seja com a falácia da “*falta de alternativas*”.

Embora tal compreensão supracitada não signifique aceitar a noção de que o Estado seria realização efetiva das leis, da justiça e da igualdade substantiva, nem que o uso da força não faz parte dos processos de dominação, devemos levar em consideração que há uma constante tentativa de impor uma visão hegemônica, destinada a gerar uma “aceitação” de medidas (como o ajuste fiscal no Brasil, reforma da trabalhista, liberalização dos agrotóxicos, grandes obras hídricas e, até mesmo, justificar o uso da força) que contrariam os interesses da maioria da população, isto é, dos trabalhadores, de camponeses e dos demais povos tradicionais.

Deste contexto, surgem jargões como: “*Quem tem sede tem pressa*”, destinados a legitimar obras de transposição, a exemplo do rio São Francisco e dos PIs, como se estas fossem beneficiar a maior parte da população existente no semiárido brasileiro, quando sabemos, por evidências empíricas, que beneficiam uma minoria de empresas e proprietários de terras. Basta ver a grande concentração fundiária e os monopólios sobre as outorgas hídricas para quebrar com a ilusão das águas favorecendo a todos.

Assim sendo, são acertadas as ponderações de Lukács (2013), a respeito do

¹⁰⁶ Cadernos do Cárcere Volume 3.

fetichismo do direito, pois para ele:

[...] seria impossível para uma sociedade com certo grau de desenvolvimento funcionar e se reproduzir normalmente se a maioria dos pores teleológicos de seus membros fosse direta ou indiretamente imposta simplesmente pela força. Com efeito, o direito, surgido em virtude da existência da sociedade de classes, é por sua essência necessariamente um direito de classe: sistema ordenador para a sociedade que corresponde aos interesses e ao poder da classe dominante. As imposições inescrupulosas dos interesses globais da classe dominante podem muito bem entrar em contradição com muitos interesses de integrantes da mesma classe (LUKÁCS, 2013, p.232-233).

A questão do Estado capitalista, levantada até o momento, num nível de abstração mais amplo, buscou elucidar a relação intrinsecamente estrutural entre tal forma política e o sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2015), bem como por revelar que no âmbito do “Estado-classe” (GRAMSCI, 2001) os ganhos da classe trabalhadora, mesmo quando são conquistados pela luta, não podem ser duradouros sem um rompimento “radical” com a forma burguesa de dominação, a qual está fundamentada na divisão hierárquica que visa à exploração do trabalho.

Marx (2011)¹⁰⁷, ao retratar a experiência da Comuna de Paris, enquanto embrião de uma forma política emancipada pelos trabalhadores associados, observava que à classe trabalhadora não bastaria apenas se apossar da máquina estatal e dela se servir aos seus próprios fins, pois tal estrutura possui uma funcionalidade intrínseca com a dominação de classe, já que seus órgãos e aparatos burocráticos conservam, em sentido dialético, os ranços das formas e instituições de um passado¹⁰⁸.

Em relação ao processo particular da formação do Estado nacional brasileiro, em sua obra “Formação política do Brasil e outros estudos”, Caio Prado Júnior evidencia que mesmo sob a influência do direito francês e das ideias que consolidaram o Estado clássico europeu, baseadas no Contrato social de Rousseau, tanto os sujeitos quanto o processo se deram de forma diferentes do caso francês analisado por Marx (2011). Pois, no Brasil, foram “os proprietários rurais que as adotaram contra a burguesia aqui do

¹⁰⁷ A guerra Civil na França.

¹⁰⁸ Marx (2011) se referia ao poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura, que seriam órgãos traçados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho, que tiveram, por sua vez, origem nos tempos da monarquia absolutista e que serviram à nascente sociedade da classe média enquanto uma arma poderosa de luta contra o feudalismo, mas, que, todavia, permaneceu imbuída por restos medievais, por direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais etc.

reino. O que houve foi apenas uma simples coincidência de meios a serem empregados para fins diversos” (PRADO JÚNIOR, 2012, p.52).

Tal conservadorismo se perpetua na história brasileira e em sua institucionalidade. Mesmo quando constatamos a importância dos ganhos sociais advindos de políticas públicas específicas, como houve na época dos governos ditos “progressistas” – medidas que não podem ser consideradas como dádivas do capital, pelo contrário, são conquistas dos trabalhadore(a)s – observamos que outras reformas fundamentais não são implementadas em formações estatais como a brasileira, que após históricas lutas, conserva uma estrutura fundiária arcaica, permeada por instituições caracteristicamente oligárquicas.

A esse respeito são emblemáticas as considerações de Fernandes (2015)¹⁰⁹ quando lembrava que as reformas de base (reforma agrária) nunca foram implementadas no Brasil devido à articulação entre atraso e dominação social. Ou seja, nos termos de Moreira (2013), a especificidade da formação social brasileira significa que nela encontramos “uma forma particular da universalidade do capitalismo mundializado e da singularidade de classes do agrarismo e industrialismo, que nele se fundem em uma só totalidade” (MOREIRA, 2013).

Assim, no Estado, evidenciam-se as inconciliáveis contradições de classe presentes na sociedade civil, pois enquanto instituição estranhada de controle político, tal estrutura política assume a função corretiva e de legitimação do capital, afirmando quase sempre a “lei do mais forte” (MÉSZÁROS, 2015, p.16). Tais contradições reais se expressam com maior intensidade em algumas formações estatais, bem como em setores produtivos específicos, nos quais o direito à propriedade quase sempre suplanta o direito à moradia, à terra, à água, em suma, à vida.

Tal aspecto, pode ser identificado no caráter expropriador das políticas estatais, conforme apresentado nos estudos que abordam experiência da territorialização dos Pis e das empresas no semiárido nordestino, que provocaram um intenso processo de expropriação camponesa e um conjunto de agravos ao meio ambiente e aos trabalhadores (BEZERRA, 2012; PONTES, *et al*, 2013; FREITAS, 2017; AGUIAR,

¹⁰⁹ O objetivo desta obra não consiste apenas em alimentar as esperanças históricas de emancipação da classe trabalhadora associada, mas um esforço analítico na direção de compreender porque o poder do atraso, no que tange a algumas reformas burguesas, constituiu o elemento da dominação. A fusão entre o moderno e o arcaico impediram a maturação necessária à ampliação das lutas sociais (FERNANDES, 2015).

2017). Nesta mesma linha de raciocínio o estudo de Dourado (2015) mostrou a intensificação dos processos de espoliação camponesa, enquanto marca da imposição desse tipo de desenvolvimento:

Os investimentos públicos em obras de infraestrutura hídrica viabilizaram a introdução da fruticultura irrigada no Semiárido nordestino, anteriormente ocupado com os currais e algodoads, transformando a realidade de muitos lugares, que passaram a conviver com uma agricultura moderna, relativamente tecnificada e altamente dependente do pacote tecnológico da revolução verde. Em decorrência desse avanço do capital sobre as terras do Nordeste seco, os camponeses e seus modos de vida tornaram-se obsoletos e passaram a representar um entrave para a produção de mercadorias. Assim, muitos camponeses vivenciaram a desterritorialização e o desterramento, processos coexistentes no cerne dos projetos desenvolvimentistas executados na região semiárida nordestina (DOURADO, 2015, p. 21).

Por tais razões, conforme Mendonça (2004) devemos relativizar a ideia construída acerca do processo que ficou conhecida “consensualmente” como “modernização da agricultura”, pois à medida que este processo acelerou as transformações na base técnica e redefiniu os padrões territoriais, para garantir a territorialização do capital, obscureceu as alterações nas relações sociais de trabalho, bem como a ação política dos camponeses e dos trabalhadores da terra. A racionalidade hegemônica, além de camuflar esses sujeitos sociais, como se eles não existissem, desconsidera que fazem parte da formação histórica dos territórios, como se o processo tivesse iniciado com a chegada do capital.

Seria o mesmo se desconsiderar a existência de um conjunto de povos tradicionais existentes no semiárido, como as comunidades de fundo de fecho de pasto, indígenas, quilombolas, que se reproduzem a partir de modos de vida específicos e seculares, através de uma outra relação com a terra/água, uma diferente maneira de convivência com os determinantes climáticos. Assim sendo, enfatizar simplesmente os poderosos imperativos macroeconômicos que definem as políticas estatais e as prioridades de alocação de recursos a serem investidos em atividades agrícolas de mercado, como a fruticultura, invisibiliza as resistências desses povos tradicionais aos projetos hegemônicos do capital viabilizados pelo Estado. Conforme pondera Mendonça (2004),

Não fosse o aparato técnico-científico e as linhas de crédito específicas [...] através das políticas públicas que disponibilizaram recursos especiais para incentivar a motomecanização e os investimentos em infraestrutura (vias de acesso e escoamento, armazéns, eletrificação, aquisição de implementos etc.) [...] os interesses do capital por essas áreas não teria sido o mesmo. As condições para a territorialização do capital estavam criadas, restava, agora, efetivar as condições para “acomodar” os *trabalhadores da terra* e os camponeses desterritorializados (MENDONÇA, 2004, p.202).

As experiências concretas no campo brasileiro expressam, a partir dos mais diversos conflitos pela terra/água e socioambientais, a aderência do Estado em sobrepor os direitos de diversos povos e trabalhadores do campo, seja através do favorecimento explícito do uso privado dos recursos territoriais, seja pela seletividade dos gastos públicos em setores estratégicos ou até mesmo pela concentração territorial realizada por conglomerados nacionais e transnacionais ligados ao agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Em síntese, pensamos que o Estado não pode ser compreendido em si mesmo, mas apenas em “complementaridade corretiva necessária para os defeitos estruturais de outras formas incontroláveis” inerentes à reprodução sociometabólica, assim como evidenciou Mészáros (2015). Se negligenciarmos os interesses corporativos que permeiam seu interior e que guiam as ações concretas desta estrutura, como ocorre com o financiamento do agronegócio brasileiro (THOMAZ, 2009), obscurecemos os interesses privados e os conflitos permeados nesta suposta esfera pública.

É neste contexto que buscamos compreender as complexas intervenções realizadas pelo Estado, objetivando criar, na região semiárida nordestina, um território dotado de infraestruturas físicas (hídricas, rodovias, portuárias, aérea etc.) institucionais e logísticas, que tornem compatíveis e funcionais os imperativos da reprodução do capital.

Os efeitos territoriais das políticas de irrigação, contribuem para apreensão crítica do papel desempenhado pelo setor público na reestruturação do capital em seus diversos setores produtivos. Assim como ocorreu em diversas regiões do país, no semiárido os financiamentos destinados a atender interesses corporativos continuam sendo realizados no âmbito do Estado e tem garantido a territorialização e a reprodução do capital.

Além dos órgãos de planejamento voltados a criar planos de “desenvolvimento”

que estejam atrelados à lógica da “indústria da seca”, foram redefinidos os aparatos institucionais atrelados à política de irrigação, que contribuem fortemente para a apropriação privada do território. Em consequência, tais modificações reforçaram os processos de precarização do trabalho, redefinindo sua divisão social, assim como ampliaram as expropriações camponesas e a degradação socioambiental.

3.2. Transformações no nordeste semiárido decorrente do intervencionismo estatal: para além da seca, as cercas sobre a terra e a água

O problema da seca no semiárido brasileiro e nordestino não consiste num fato novo em nossa história, de modo que há evidências de grandes estiagens desde o século XVI até século XX, a exemplo da grande seca de 1583 e tantas outras que se sucederam: no século XVIII tivemos em 1711, 1723, 1727, 1736, 1737, 1744, 1745, 1778, 1808, 1824-5, 1837, 1845, 1987. Isso serve para ilustrar o quanto não é recente o fenômeno climático por si próprio. Diante disso, ainda no Império, 1856, foi criada uma Comissão Científica que visava a instalação de estações meteorológicas, a construção de açudes e a abertura de um canal que integrasse o médio rio São Francisco (PE) ao Jaguaribe (CE). Aí surgiu a tão conhecida e polêmica obra de transposição do Velho Chico (CUNHA, 2003; ANDRADE, 1986)¹¹⁰.

Diante da ineficiência em resolver os problemas da baixa pluviosidade, bem como de buscar atenuar seus efeitos, foram criados órgãos com o objetivo de realizar estudos e executar planos de intervenção. Um destes, denominou-se Superintendência dos Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca, realizando ações nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Além deste, surgiu a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), convertendo-se, posteriormente, em IFOCS. Estes órgãos reuniram uma vasta quantidade de especialistas de diversas áreas do conhecimento (hidrólogos, geólogos, botânicos, meteorologistas, entre outros) para a realização de estudos e planejamentos que ainda hoje servem de base para a intervenção estatal (ANDRADE,

¹¹⁰ As informações referentes às secas históricas são com base no livro *Os Sertões de Euclides da Cunha e “A terra e o Homem no Nordeste”*, de Manuel Correia de Andrade.

1986).

Obviamente que as secas permaneceram e à medida que a população do semiárido tendeu a crescer, as consequências sociais foram se agravando. Basta lembrar a grande seca de 1915, retratada no romance *O Quinze*, no qual Raquel de Queiroz narra os males da seca que, articulados à concentração de terras, provocaram a expulsão muitos nordestinos de seus lugares de vida, como aconteceu com o personagem Chico Bento, o qual fugira com sua família para a cidade de Fortaleza-CE, onde novamente encontrou-se com a fome ao chegar num campo de refugiados que também haviam sido expulsos pela seca e pela falta de uma política de governo eficaz.

Mesmo com a criação do Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, e da criação da Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF), em 1974, em pleno o momento de intervencionismo estatal, tais iniciativas, como as anteriores, possuíam grandes limitações para sanar o problema da seca. Primeiro, porque se fundamentavam numa concepção retrógrada de se combater um fenômeno natural, que por mais que fosse atenuado jamais poderia ser extinto. Segundo, porque não resolvia o problema das desigualdades inerentes à propriedade, aos recursos financeiros, as terras e as águas. Embora tenham realizado intensos investimentos públicos na construção de açudes, muitas famílias permaneceram sem acesso a água. Tratava-se, portanto, não mais de um problema da seca, mas das “cercas” que limitavam o acesso.

Com a chegada dos denominados governos progressistas, amparados na ideia de neodesenvolvimentismo (SINGER, 2012) e contando com pesados investimentos financeiros através dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), como ocorrido nos anos do Partido do Trabalhadores (PT), muitos dos grandes empreendimentos ressurgiram, apesar de não abandonarem a velha ideia de combate à seca, como pôde ser visto no polêmico projeto de Transposição do rio São Francisco. Além das limitações técnicas e as fragilidades do rio, o qual não suportaria fornecer água para localidades tão distantes do nordeste setentrional, os impactos socioambientais são incalculáveis.

Por mais que hajam tentativas de compensar os impactos desta obra, em nosso entender, trata-se de mais um grande projeto, que como temos visto não resolve o problema do semiárido, pois concentra as águas em função da concentração da terra sob posse de grandes empresas e fazendeiros. Além disso, representa um grande gasto público (de 4,7 bilhões, inicialmente, já ultrapassam a ordem de 8,2 bilhões de reais) dispendido num projeto cuja lógica está historicamente fadada ao fracasso em resolver o

problema social e ambiental¹¹¹.

A esse respeito, Roberto Malvezzi (2015) corrobora com nossa argumentação, na medida em que observa os limites do rio São Francisco, em termos de vazão hídrica. Nos últimos anos, todo o complexo agrohidroenergético, que se forjou dependente das águas do rio mostra-se ameaçado, devido à ampliação das pressões exercidas pelo modelo predador e intensivo em recursos hídricos. Diz ele:

O óbvio se confirma. As principais atividades econômicas do rio São Francisco começam a entrar em decadência, em razão da diminuição do volume de água do Velho Chico. Hoje o ponto com mais água está aqui entre Juazeiro e Petrolina, com 1.000 m³/s. Vale lembrar que a vazão média do São Francisco até alguns anos atrás era de 2.800 m³/s. Sobradinho está com apenas 17% de sua capacidade ocupada por água (MALVEZZI, 2015, p. 2)¹¹².

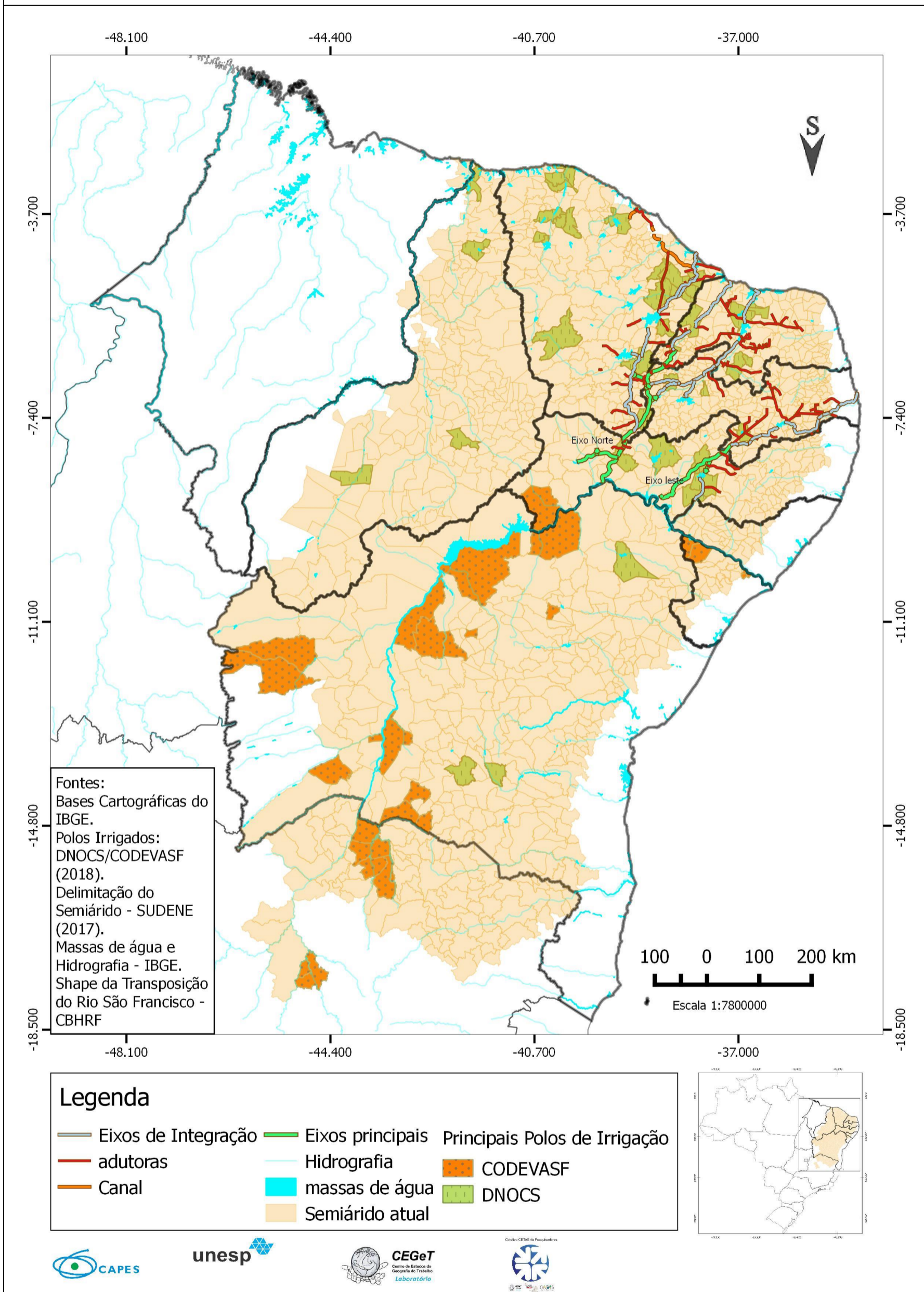
Além disso, atrelados à lógica dessas grandes obras surgem os programas que incentivam a irrigação, novas áreas de PIs, a ampliação das outorgas “preventivas” de uso da água (TORRES, 2015), enfim, uma série de mecanismos que incentivam e até facilitam a apropriação privada da terra e da água, em detrimento de diversos sujeitos sociais que habitam no semiárido, conforme mostram os estudos de Cunha (2015; 2017) e Castro (2011).

Vale ressaltar que, ao serem direcionadas para regiões do Nordeste setentrional, em seu eixo Norte, o canal de transposição do São Francisco percorrerá cerca de 400 quilômetros até ser integrado às bacias do Rio Jaguaribe e o Cinturão das águas, no Ceará, e a barragem de Santa Cruz do Apodi-RN, onde serão destinadas principalmente ao complexo industrial termoelétrico do Porto de Pecém (Fortaleza), as produções de camarão e ao agrohidronegócio fruticultor. Tais águas serão monopolizadas por grandes grupos que exercem atualmente o controle territorial e grande poder de barganha junto ao Estado em tais regiões. (Mapa 6).

¹¹¹ Projeto São Francisco (<http://www.mi.gov.br/web/guest/projeto-sao-francisco>) > Integração de Bacias (<http://www.mi.gov.br/web/guest/integracao-de-bacias>) > O que é o Projeto? (<http://www.mi.gov.br/web/guest/o-que-e-o-projeto>). Ver também: TCU alerta: País pode ficar sem transposição e mesmo sem o próprio São Francisco. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/riosaofrancisco/3054tcualertapaispodeficarsemtransposicaoemesmosemopropri>. Acesso: 25 de maio de 2016.

¹¹² **A decadência econômica do rio São Francisco.** Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/riosaofrancisco/2554adecadencia-economicadoriosaofrancisco>. Acesso em 29 de abril de 2015.

Mapa temático 6. Principais Polos de irrigação no Semiárido brasileiro e complexo da integração de bacias do Rio São Francisco



Esses programas de incentivo à irrigação representam mais um elemento, atrelados à estratégia estatal em promover um uso do território aos moldes capitalistas ou ainda, como lembrou Bezerra (2012), consistem em mecanismos de realizar uma partilha territorial por capitais que mantem suas sedes na Europa e nos EUA, mas coordena a funcionalidade territorial voltada aos seus interesses. Por tal razão, para entendermos de fato a intervenção estatal devemos apreender o significado das grandes obras hídricas, as quais estão atreladas ao papel dos órgãos de planejamento, que surgiram com o intuito de promoverem o reordenamento territorial no semiárido, visando atender, em primeiro plano, os interesses estratégicos do capital, mesmo que com um discurso distorcido de “interesse geral”. Suas proposições de combate à seca em detrimento de um convívio com as intempéries climáticas (paradigma da convivência), apenas expressam a perpetuação de um paradigma arcaico transfigurado em novo.

Para fazer frente a essa avalanche de desrespeito aos direitos territoriais, os sujeitos sociais se reinventam constantemente, como sugere a realização do IV Encontro Popular da Bacia do Rio São Francisco, realizado com o intuito de avaliar a trajetória dos dez anos da Articulação Popular do São Francisco Vivo (SFVIVO), contando a participação de cerca de 58 entidades, movimentos e organizações, do alto, médio e sub-médio e baixo São Francisco. Além de denunciar os projetos hegemônicos, tais agentes sociais advogam maior protagonismo e autonomia popular diante dos processos de decisão que afetam a vida de pescadores, camponeses, quilombolas, indígenas, trabalhadore(a)s, entre outras comunidades, negligenciadas pelas instituições oficiais. Acompanhemos um trecho da Carta base:

O agronegócio, privado e público (perímetros irrigados), a mineração e os projetos energéticos, como barragens, PCHs, e grandes usinas eólicas, nucleares e, agora, chegando as solares, prometem progresso, emprego e renda, mas não é o que acontece, são um comprovado falso desenvolvimento. Se é desenvolvimento, para quem é e a que custo? Impactam negativamente comunidades, com danos sociais e ambientais irreversíveis, desrespeitam as várias formas de vida, trabalho e a cultura popular. Afetam mais as populações vulneráveis, resultando em violência, desestruturação familiar, perda de renda, prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, como constatado nas obras da Transposição. Compensações e mitigações de impactados precisam urgentemente ser submetidas ao efetivo controle social. Novas e

absurdas transposições do São Francisco se anunciam (Eixos Oeste para o Piauí e Sul para a Bahia), com o único objetivo de expansão do agrohidronegócio. Nossas lutas reativas são fundamentais para garantir direitos e preservar territórios, mas para derrotar o modelo precisamos avançar para outro patamar de articulação e unidade das forças populares¹¹³.

Diante disso, a saída está certamente na inversão da lógica do combate à seca por uma que prese a convivência com a região semiárida, sem desconsiderar suas especificidades climático-ambientais e sociais. Mas por que se insiste tanto em dá continuidade a tais formas de intervenção, se a história desse modelo hegemônico se caracteriza por expropriar os territórios e extinguir seus direitos? A que reais interesses de classe atende a ação estatal, embora transfigurada como uma forma de desenvolvimento de interesse geral?

Neste sentido, as resistências que vêm ocorrendo com a experiência da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), baseadas na valorização do modo de vida dos sertanejos e sertanejas, bem como articuladas à construção de cisternas e das chamadas Tecnologias Sociais Hídricas (Bio-água Familiar – Projeto Dom Helder no Ceará), têm contribuído para apontar caminhos alternativos diante do aparente “beco sem saída” imposto pelo modelo do capital. Mesmo com seus limites, tais iniciativas têm garantido maior autonomia sobre as águas e boa disponibilidade hídrica para possibilitar a sobrevivência familiar e melhorar a qualidade de vida. Estas experiências custam muito pouco, se adequam melhor ao ambiente e, principalmente, melhoraram a vida da maioria do povo que habita no semiárido.

3.3. Da constituição da SUDENE ao desenvolvimento às avessas dos Perímetros Irrigados

Os principais elementos que nortearam a criação da Sudene tiveram muito a ver com as mudanças na estrutura estatal em determinado período histórico. Os fins dos

¹¹³Disponível em :

<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/riosaofrancisco/2602cartadebomjesusdalapaivencontropopulardabaciadoriosao...> Acesso: 22 de maio de 2017.

anos 1950, quando a Sudene foi criada, marcam uma posição altamente intervencionista da figura estatal que alimenta um novo ideal: o desenvolvimentismo industrial nascido enquanto única via possível ao Brasil se tornar uma industrializada. Deste modo, a doutrina liberal para a qual o Estado seria apenas o garantidor das regras do jogo logo daria lugar ao intervencionismo nas atividades econômicas (IANNI, 2004).

O processo de desenvolvimento industrial brasileiro constituiu-se tardiamente e o mais notável em tal processo foi a concentração de riqueza no Centro-Sul, especialmente nas áreas do café, ao mesmo tempo, em que era perceptível a ampliação da pobreza no Nordeste, onde os ranços do latifúndio e do atraso econômico agravavam ainda mais a situação de camponeses, trabalhadores assalariados, em suma, das classes desfavorecidas, o que acarretou no aumento expressivo no número a migração destinadas a ocupações precárias no Sudeste e/ou na Amazônia (SILVA, 2011).

Este colonialismo interno representava uma ameaça à burguesia crescente e poderia comprometer a unidade nacional, pois em regiões com níveis de subdesenvolvimento elevado, como era o Nordeste, o agravamento dos conflitos se configurava politicamente explosivos, como se mostraram as articulações criadas em torno dos diversos movimentos sociais do campo (IANNI, 2004), bem como através das organizações ligadas aos movimentos operários urbanos (MOREIRA, 2013).

Diante dos agravos das condições de vida no Nordeste e devido a iminência de conflitos sociais que poderiam desencadear processos de transformações estruturais, tendo em vista o fortalecimento de ideários de cunho “nacionalistas-reformistas”, como se desenhara nos anos 1960, como também de movimentos radicais que aglutinavam várias lutas dos trabalhadores do campo e da cidade. Este consistiu no contexto sócio histórico que envolveu a intervenção estatal no Nordeste. Nas palavras de IANNI (2004):

a criação da SUDENE correspondeu ao coroamento de uma complexa sequência de debates, estudos, medidas e órgãos governamentais, devido às frequentes crises ocorridas no Nordeste, nos anos e décadas anteriores. Depois da criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1909, criou-se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1936, que absolveu aquele órgão e passou a responsabilizar-se pelo que havia sido estabelecido pela constituição brasileira de 1934, quando a defesa dos efeitos das secas nos Estados do Norte (art. 177). A Companhia Hidro-elétrica do São Francisco (CHESF) foi estabelecida em 1945, com a finalidade de realizar

o aproveitamento industrial da energia hidráulica do rio São Francisco. Em seguida, no ano de 1952, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com a finalidade de prestar assistência financeira a empreendimentos de caráter reprodutivo (agropecuária, indústria, irrigação, energia elétrica etc.) na área do polígono das secas”. E em 1959, por fim, o governo federal criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). (IANNI, 2004 p. 208).

Neste contexto, a SUDENE significou a criação de um órgão mais centralizado, com o intuito de realizar pesquisa e indicar diretrizes de desenvolvimento, conforme mostra a lei nº 3692, de novembro de 1959, que criou a entidade e estabeleceu suas diretrizes. Embora não possamos negar que em seu surgimento esteve atrelada à preocupação com os baixos índices de renda, com a alta mortalidade infantil, com elevadas taxas de desemprego, com a concentração de renda, ineficiência das obras hídricas da açudagem, vale ressaltar, entretanto, que tal órgão surgiu enquanto forma de controle social, diante do acirramento das tensões na região e do momento histórico vivido pelo país, para os quais o Estado necessitava dar uma resposta, devido ao agravamento dos antagonismos de classe (IANNI, 2004). Este autor é categórico ao afirmar que:

Num momento em que se revelaram de modo particularmente aberto e intenso os antagonismos da sociedade do Nordeste. Ou melhor, ela foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário. No momento em que camponeses e operários rurais deixaram de acomodar-se às soluções e os estilos oligárquicos, [...] nesse momento os grupos dominantes no Nordeste e o governo federal [...] decidiram agir politicamente, no sentido de controlar ou dominar as tensões [...] a SUDENE não foi senão uma das soluções dadas ao agravamento das contradições políticas no Nordeste (IANNI, 2004, p. 211.).

Essas foram as condições histórico-políticas que emergiam da depreciação das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras nordestinas. Como lembrou IANNI (2004) um dos mais importantes eventos que mostra esse levante dos trabalhadores, foi instituição das Ligas Camponesas, organização que aglutinava em torno de si milhares de sócios para combater, inicialmente, o custo abusivo do foro e, posteriormente, ganharam maiores proporções, devido à articulação entre as diversas organizações: a

exemplo dos sindicatos, partidos políticos de esquerda, grupos católicos ligados à teologia da libertação, intelectuais, militantes, entre outros.

De acordo com Oliveira (2003), o período ora descrito se tratava de um momento único na história do Brasil, quando as tensões por todo o país se unificam numa contradição principal. Em suas palavras observamos que um traço unitário consistia na seguinte afirmação:

A luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as: os operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas agrícolas críticas. Tal situação alinha em polos opostos, pela primeira vez desde muito tempo, os contendores até então mesclados num pacto de classes (OLIVEIRA, 2003, p.91).

Estas articulações reivindicavam cada vez mais os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, colocando na ordem do dia questões estruturais (a exemplo da reforma agrária), o que fez da SUDENE não só um órgão neutro que deveria levar o desenvolvimento à região, mas uma tentativa de “intervenção planejada” do Estado para tentar resolver os conflitos de classes. Ou seja, uma ação idealizada através da esfera “pública” para intervir diretamente nos conflitos que poderiam ganhar proporções incontroláveis e, que, por esta razão, ameaçavam a manutenção do poder da burguesia em escala nacional. À medida que o Nordeste se constituía num ambiente fértil em contra hegemonias ameaçadoras ao próprio capitalismo, o Estado teria que assumir a função centralizada, buscando resolver os conflitos regionais. Tal solução, obviamente, significou garantir, através dos investimentos públicos, as condições de expansão do capital e garantir a manutenção do poder por meio de um sofisticado regime administrativo, conforme mostra Oliveira (1981):

O novo organismo combinando capitais da União detinha, entre suas funções, a capacidade de criar empresas mistas, combinando capitais da União, dos estados e até do Setor privado. Tal capacidade é inteiramente inédita no quadro político-administrativo do país; e objetivo era precisamente o de tornar o Estado também produtor no Nordeste [...] praticamente em qualquer ramo das atividades econômicas poderia a SUDENE implantar essas empresas estatais, como de fato implantou, desde empresas destinadas ao abastecimento d’água nas cidades até uma unidade de produção industrial [...] o estado nunca tinha sido *produtor* no Nordeste, salvo em poucos casos [...] (OLIVEIRA, 1981, p.116)

Sem dúvida um dos maiores gargalos para implementar um plano de desenvolvimento que efetivamente sanasse os problemas sociais do Nordeste estava na questão agrária. Para Andrade (1980), seria insuficiente apenas aprimorar os níveis de produtividade sem implementar medidas que protegessem o trabalhador do campo, dotando-o de condições para se reproduzir. Segundo este autor, a SUDENE apostava na ampliação da oferta de terras, na abertura de novas áreas irrigáveis, que contariam com os modernos processos técnicos em sua implementação.

Entretanto, cabe mencionar que esses recursos se destinaram a atender sobretudo aos interesses privados de fazendeiros e empresários, isto é, tratava-se de um “desenvolvimento” que “modernizava” o arcaico ou um “desenvolvimento às avessas”, que em muitos casos intensificou as desigualdades, tendo em vista as expropriações e a ampliação da concentração fundiária, potencializada através do encarecimento das terras.

A ampliação das áreas irrigáveis se deu, especialmente, aproveitando as águas do rio São Francisco, bem como dos açudes construídos pelo DNOCS. As terras beneficiadas distribuíam-se por áreas diversas, desde o sertão baiano, na bacia do Rio Grande, no baixo e médio São Francisco, aproveitando as áreas localizadas à jusante dos principais açudes, como no Vale do Acaraú, Curu e Jaguaribe, no Ceará, Apodi e Piranhas, no Rio Grande do Norte e Paraíba etc. A finalidade preconcebida era de que essas áreas fossem desapropriadas para garantir a produção de alimentos, sobretudo nos períodos das secas, e que, do mesmo modo, beneficiassem através das concessões de lotes, prioritariamente, a “meeiros”, “posseiros” e “terceiros que cultivavam terras alheias mediante altos custos em pagamento de foro, contra o cambão (ANDRANDE, 1980, p.207).

O caráter progressista da SUDENE, pelo menos se olhada de um ponto de vista reformista burguês, compreendido nos seus estudos e planos, está no fato de congregarem um conjunto de reformas que, se efetivadas, poderia enfraquecer a estrutura de dominação, ainda muito atrelada às oligarquias agrárias. É o que ressalta Oliveira (1981) em “Elegia para uma religião”, ao enfatizar os conflitos de classes que permeavam o período de sua implementação, identificando os interesses nacionais e internacionais envolvidos no auge do desenvolvimentismo brasileiro. Para ele:

a Sudene não foi uma farsa: precisamente porque foi um embate

de raras proporções na história nacional, travado pelo tipo de forças sociais que o travaram, a Sudene foi um empreendimento de uma audácia inédita na história nacional. Ela anunciava um dos dois novos: se os vencedores tivessem sido as forças populares, o Nordeste e o Brasil de hoje seriam muito diferentes; tendo sido vencedoras as forças do capitalismo monopolista, chamadas a socorrer combalidos latifundiários e barões do açúcar, essa vitória também mudou o curso da história (OLIVEIRA, 1981, p. 18).

Essas forças populares apontadas por Oliveira (1981) se colocavam como ameaça, configurando-se num agente autônomo na reivindicação de mudanças estruturais, o que obrigou o próprio Estado a criar uma forma de intervenção. Mesmo disfarçada das ideias de “combater as disparidades regionais” (“regular os desequilíbrios”), visava um meio de superar os conflitos de classe latentes – garantindo uma “segurança nacional” –, ao mesmo tempo de promover, por meio da coerção estatal, a expansão do capital nos moldes do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981).

Tal característica, de acordo com Ianni (2004) só evidencia que a perspectiva da industrialização, ao sinalizar um processo de mudanças estruturais não conseguiu ir muito a fundo para sanar estruturas agrárias predominantes. Ao mencionar o próprio idealizador desta nova estrutura de planejamento, o autor supracitado reitera que seria contraditório a coexistência entre uma economia industrial e economias de cunho primário (com demasiada concentração fundiária), sobre a qual se desenvolveram formas de exploração e sujeição do trabalho, ainda mais graves. Assim sendo, a SUDENE se configuraria tanto numa nova forma intervenção (SILVA, 2009), quanto reconfiguraria a estrutura administrativa em função de um único modelo de desenvolvimento (IANNI, 2004).

Nesta perspectiva, mesmo que concebida por um caráter progressista, na proposta inicial, influenciando grande parte dos projetos de desenvolvimento no semiárido, essa característica da SUDENE se distanciaria cada vez mais de sua efetivação prática, já que um dos grandes objetivos que preconizavam a ampliação da participação do trabalhador rural no “desenvolvimentismo”, através da capitalização e tecnificação, como previa o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (FURTADO, 1981), seria abandonado pelos desvios de finalidade desencadeados por interesses oligárquicos, atrelados aos grandes projetos.

A grande capacidade científica e de planejamento ligadas à estrutura da

SUDENE mostrava-se enquanto progressista em termos de desenvolvimento, sobretudo por colocar em confronto estruturas de poder que mesclava a hegemonia burguesa urbano industrial, embora não estivesse desvinculada do poder advindo do controle territorial (MOREIRA, 2013). Estas questões fundiárias constituíram-se no grande problema histórico para efetivar os planos preconizados pelo pensamento Cepalino, devido à representatividade que as oligarquias agrárias mantiveram no pacto de poder com as elites industriais.

Ora, para dar continuidade ao desenvolvimento capitalista no país e na região Nordeste necessitava-se reestruturar o poder regional, particularmente em relação às decisões e técnicas referentes ao funcionamento e expansão da economia. Em contraposição à ideologia conservadora e agrarista, com a qual se legitimava a dominação oligárquica, deveria se sobrepor uma posição reformista e industrialista, por meio da qual fosse legitimada a dominação propriamente burguesa (IANNI, 2004, p. 216).

Como mostraram autores como Florestan Fernandes (2015), Caio Prado Júnior (2012), José de Souza Martins (1999), não foi isso que aconteceu, o atraso sempre permaneceu entre nós, pois essas contradições entre burguesia industrial e proprietários de terra nunca foram levadas até as últimas consequências, de modo que permaneceu intocada a conciliação entre o atraso e o moderno, característica marcante da estrutura agrária e do poder de Estado até hoje no Brasil, basta lembrar a representatividade da bancada ruralista no congresso nacional.

Conforme lembrou Oliveira (2013), tratava-se naquele momento de uma questão mais ampla que uma mera questão exclusiva do Nordeste, na medida em que:

Um dos seus requisitos estruturais é o de manter as condições de reprodução das atividades agrícolas, não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem a estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema. Como contrapartida a legislação trabalhista não afetará as relações de produção agrária, preservando um modo de acumulação primitiva extremamente adequado para a expansão global [...] O pacto estrutural preservará modos de acumulação distintos entre setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino (OLIVEIRA, 2013, p. 65).

Para a concepção *cepalina*, modificar as arcaicas estruturas de concentração fundiária presente na região e viabilizar melhores condições ao homem do campo

significava enfrentar o desafio de incorporar às massas rurais do Nordeste o “esforço de desenvolvimento”, que somente poderia ser alcançado se esse processo beneficiasse uma parcela importante dos trabalhadores rurais. No quadro da SUDENE, à época de sua concepção, a combinação entre estrutura agrária e a penetração dos recursos financeiros, articulados a técnicas modernas tendeu a aumentar a distância entre uma ínfima minoria beneficiada e a imensa maioria esquecida” (FURTADO, 1981, p. 16)¹¹⁴.

Ainda segundo Furtado (1981), tais mudanças supracitadas deveriam libertar os pequenos produtores submetidos às relações de produção análogas à condição “servil”, fundadas na parceria ou no pagamento de renda da terra, para que a unidade familiar pudesse ampliar sua capacidade de trabalho, incorporando novas técnicas. Deveriam, assim, se associar em cooperativas para se tornarem mais competitivos ao mercado, eliminando simultaneamente o que o autor do GTDN chama de “latifúndio predatório” e “minifúndio asfixiante”.

O caso dos Perímetros de Irrigação, existentes região do semiárido expressam claramente esse processo de abandono dos preceitos iniciais da SUDENE, à medida que o caráter progressista, assentado na tecnificação, na descentralização fundiária e de beneficiamento dos pequenos produtores, foi abandonado em função de um modelo concentracionista das terras, das águas e dos recursos técnicos-científicos-financeiros.

Além disso, cabe mencionar que as obras de irrigação estiveram cada vez mais articuladas aos processos de reprodução do capital, como também ao favorecimento da manutenção de oligarquias regionais e nacionais, que se apossam dos órgãos de gestão e planejamento com intuito de exercerem grande influência no direcionamento dos recursos do Estado.

Conforme observou Sousa (2013), os investimentos aplicados pelo Governo Federal, preconizados nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) (1968 a 1979), tiveram como proposta central imprimir um novo rumo ao desenvolvimento brasileiro, ao priorizar o aumento da capacidade energética, da produção de insumos básicos e de bens de capital. Notadamente, dentro desse plano frisado por Sousa (2013),

¹¹⁴ Conforme observou Nabuco (2000, p.60), efetivar um verdadeiro desenvolvimento significava, para o pensamento contido na obra de Celso Furtado, garantir desenvolvimento econômico com equidade social. Em termos práticos, pressupunha a existência de “um projeto nacional de entendimentos entre as classes sociais, expresso em uma agenda de políticas estatais de desenvolvimento”. Todavia, as especificidades brasileira e da América Latina, em que a conformação do poder do Estado está atrelada fortemente a terra e ao território – e reforçada pela herança histórica agrohidroexportadora mantida – apresentam limites à construção de uma sociedade moderna, democrática e com equidade social defendida pelo *reformismo radical* de Celso Furtado pela via do Estado *keynesiano*.

a agricultura irrigada já despontou enquanto atividade viável para os interesses corporativos no Nordeste do Brasil, com a materialização do Projeto Piloto de irrigação Bebedouro¹¹⁵, inaugurado em 1968, em Petrolina-PE, configurando-se enquanto um experimento do que viriam a ser os megaprojetos de irrigação, nos quais se instalou uma fruticultura mundializada.

Entretanto, vale ressaltar que bem antes dos PNDs, do POLONORDESTE (1974)¹¹⁶, do PRONI e PROINE (1986), conforme atesta Andrade (1986)¹¹⁷, já era possível perceber o caráter estratégico da região semiárida, à medida que a Constituição Federal de 1946 previa a utilização de 1% da renda do país a ser empenhada na recuperação do Vale do São Francisco¹¹⁸. Tal determinação culminou no surgimento da Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE-1967), que logo se converteria em Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF-1974), a qual foi responsável por preparar o caminho e dar um caráter global aos empreendimentos instalados nesta região.

Nesta perspectiva, devemos ressaltar que as formas de atuação estatal no semiárido, integradas às ações relacionadas ao planejamento, ao conhecimento, a intervenção territorial, aos incentivos fiscais etc., proporcionaram todo o arcabouço político, econômico, institucional e ideológico que garantiu um processo avassalador de apropriação privada da terra, da água e dos recursos territoriais pelo capital. Assim, a nova política de Irrigação implementada na era da liberalização e desregulamentação econômica vivenciada nos anos 1990, não poderia ser compreendida desconsiderando cerca de quatro décadas de investimentos públicos, empenhados na criação das condições objetivas e subjetivas à reprodução do capital, através da incorporação do semiárido à lógica capitalista.

¹¹⁵ De acordo com Sousa (2013, p. 54) o Bebedouro contava com as seguintes características: área irrigável de 2.432,5 ha, dividido em lotes agrícolas entregues aos 106 colonos (6 a 8 ha) e 03 empresas (12 ha) dos grupos de origem belga, norte-americano e outro pernambucano, além de parte cedida à EMBRAPA para a realização de experimentos agrícolas.

¹¹⁶ De acordo com Andrade (1986) o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.) que previa desenvolver projetos de desenvolvimento regional, com o intuito de atender pequenos e médios produtores, não obteve nenhuma influência transformadora e inovadora, nem de cunho social, nem em termos de desenvolvimento social.

¹¹⁷ Manuel Correia de Andrade. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil**. In: Revista de economia Política, Vol. 6, nº 4, outubro-dezembro de 1986.

¹¹⁸ Vale ressaltar que em 15 de dezembro de 1948, no governo Dutra, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), através da lei nº 541, visando a apropriação do potencial hídrico-energético, de fomento à indústria, desenvolvimento da irrigação e modernização dos transportes (Ver documento do Ministério da Integração Nacional - 2014).

3.4. A Política de irrigação no semiárido, reordenamento e conflitos territoriais

A história das intervenções públicas voltadas para a irrigação no semiárido brasileiro passaram necessariamente pelas ações desenvolvidas por instituições de planejamento, que amparadas numa retórica do suposto “desenvolvimento”, implementaram de fato um modelo conservador. Neste ambiente, tal processo contribuiu para criar um conjunto de infraestruturas, como também redefiniu os marcos regulatórios que versam sobre a irrigação, as concessões de terras e das águas, convertendo-os em um negócio lucrativo a grupos privados. Uma rápida conferida nas modificações apresentadas nos marcos legais que tratam sobre a questão da irrigação no Brasil é suficiente para entendermos algumas transformações neste setor. (Tabela 8).

Tabela 8. Transformações dos marcos regulatórios que tratam da Irrigação no Brasil e no Nordeste

Nº	Instrumento legal	Ementa
1	Decreto n.º 7.619, de 21/10/1909	Cria a Inspetoria de Obras Contra as Secas–IOCS
2	Decreto n.º 13.687, de 09/07/1919	Transforma a Inspetoria de Obras Contra as Secas e Inspetoria Federal de Obras contra as Secas–IFOCS
3	Decreto-Lei n.º 8.486, de 28/12/45	Estrutura o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas–DNOCS
4	Lei n.º 541, de 15/12/1948	Cria a Comissão do Vale do São Francisco–CVSF
5	Decreto-Lei n.º 292, de 28/02/1967	Cria a Superintendência do Vale do São Francisco–SUVALE e extingue a Comissão do Vale do São Francisco
6	Decreto n.º 63.775, de 11/12/1968	Cria o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, no âmbito do Ministério do Interior
7	Lei n.º 6.088, de 16/07/1974	Cria a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco–CODEVASF para suceder a SUVALE.
8	Lei n.º 6.662, de 25/06/1979	Sancionada a Lei de Irrigação que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos

9	Decreto n.º 86.146, de 23/06/1981	Implementado o Programa de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis–PROVARZEAS NACIONAL, pelo Ministério da Agricultura
10	Decreto n.º 86.916, de 10/02/1982	Instituído o Programa de Financiamento para Equipamentos de Irrigação– PROFIR
11	Decreto-Lei n.º 2.032, de 29/06/1983	Dispõe sobre o ressarcimento de investimentos realizados em irrigação nas regiões semi-áridas do Nordeste
12	Decreto n.º 89.496, de 29/03/1984	Regulamenta a Lei nº 6.662/79, Lei de Irrigação
13	Portaria n.º 74 de 03/06/1986, do Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação	Dispõe sobre a destinação de lotes, em PIs, para profissionais de Ciências Agrárias.
14	Decreto n.º 92.344, de 29/01/1986	Instituído o Programa de Irrigação do Nordeste– PROINE
15	Decreto n.º 92.395, de 12/02/1986	Instituído o Programa Nacional de Irrigação– PRONI
16	Decreto n.º 94.314, de 07/05/1987	Aumenta o prazo para execução do PRONI
17	Lei n.º 8.657, de 21/05/1993	Altera a Lei n.º 6.662/79 – Lei de Irrigação
18	Lei n.º 9.433, de 08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Lei das Águas
19	Lei nº 12.787, de 11/01/2013	Dispõem sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nº 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências

Fonte: BRASIL (2014). Adaptado pelo autor.

A importância do Nordeste enquanto reduto das grandes obras hídricas, voltadas à irrigação pública, pode ser percebida a partir do complexo arranjo institucional e da reformulação dos marcos legais que citamos acima. Desta maneira, a implementação de estruturas institucionais que correspondam aos interesses e aos processos de acumulação, em cada momento histórico, quase sempre significou um conjunto de implicações e rebatimentos sobre o território, redefinindo as relações sociais e tornando mais complexa a divisão territorial do trabalho, sobretudo quando os projetos de desenvolvimento afetam populações tradicionais e trabalhadores.

Essas iniciativas já deixavam clara a articulação do Estado brasileiro com órgãos supranacionais, como pode ser visto, nas parcerias realizadas entre a SUVALE e o *Bureau of Reclamation*, órgão ligado ao Banco Mundial, com o intuito de intensificar as

obras hidroenergéticas como Usina de Sobradinho ¹¹⁹, concomitantemente, a ampliação das áreas irrigadas ao longo da bacia do rio São Francisco. Nesta perspectiva, o que eram apenas projetos de colonização, cujo alvo centrava-se nos pequenos colonos com lotes de até 8 (ha), passaram a permitir empresas (até 50 hectares) no interior dos perímetros públicos (BRASIL, 2014).

Essa fase empresarial nascente, à época da SUVALE, ganhou maior impulso após sua conversão em CODEVASF. Esta última tomou a dianteira na execução dos projetos de irrigação e passou a ser a principal responsável pela meta de ampliação da área irrigada, que previa até 1 milhão de hectares até 1990, sendo 410 mil ha em Projetos públicos de irrigação. Logo o Banco mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passaram a investir intensamente em projetos ligados a irrigação, financiando cerca de 142 mil hectares em Projetos Públicos de Irrigação (BRASIL, 2014).

A essa época, como vimos no capítulo 2, marcada por governos autoritários no Brasil e América Latina, reforçou-se não só a inserção subordinada dos países dependentes na divisão internacional do trabalho, como também se estabeleceram as bases para implementação da fase neoliberal que orientariam as políticas econômicas subsequentes, as quais tiveram rebatimentos diretos sobre o território, sobre a natureza e sobre o trabalho.

Conforme mencionou Harvey (2014), é a partir de então que FMI e o Banco Mundial se tornaram os centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi aí que inventaram o “ajuste estrutural” (HARVEY, 2014, p.38).

Em relação à irrigação no Nordeste semiárido, a expansão dos investimentos estrangeiros impulsionou uma nova orientação político-econômico-ideológica, atrelada cada vez mais aos investimentos relacionados ao setor agropecuário. Assim, reforçou-se a ideia da irrigação enquanto negócio privado e lucrativo que deveria ser garantido e subsidiado pelo Estado. O resultado disso foi a criação de diversos perímetros públicos

¹¹⁹ A usina hidrelétrica de Sobradinho foi concluída em 1978, entrou em operação no ano de 1981.

no semiárido, como lembrou Dourado (2015):

segundo levantamento feito pelo Banco Mundial (2004), entre os anos de 1970, 1980 e 1990, foram investidos mais de R\$2 bilhões de reais em obras de irrigação, abrangendo uma área aproximada de 600 mil hectares irrigados, divididos entre a iniciativa privada (400.00 ha) e o setor público (200.00 ha). Devido a esses investimentos, foram criados polos frutícolas de grande envergadura econômica, com destaque para o Polo Juazeiro/Petrolina (maior polo frutícola da América Latina) e o Polo Jaguaribe-Apodi (CE) (DOURADO, 2015, p. 26).

Todo esse processo que nasce arraigado à ideia de “desenvolvimento rural”, assumiu no seu decorrer um caráter espoliador, desterritorializador, expropriador, à medida que milhares pessoas foram desalojadas sem indenizações justas, sem ter acesso à terra/água no interior dos novos projetos. Desta maneira, muitos sujeitos ao se encontrarem sem alternativas tiveram de migrar ou desenvolver atividades precárias de trabalho, seja na fruticultura, seja nos canaviais existentes no semiárido ou em outras regiões. A experiência cearense ilustra bem esse desrespeito aos direitos dos territórios:

Desde 1988, o Banco Mundial financiou a construção de 26 açudes no Ceará – 10,6% dos 245 construídos no estado desde o início do século XX. Segundo dados dos planos de reassentamento das obras, fornecidos pela SRH, as construções financiadas pelo banco atingiram pelo menos 4.625 famílias. Desse total, 2.266 famílias viviam no local e perderam todas as suas terras ou parte delas.¹²⁰

Além das expropriações impulsionadas pelas grandes obras, os PIs ainda provocam um processo exclusão e reconcentração da terra em seu interior. Mesmo os pequenos produtores que obtiveram lotes nos PIs, foram submetidos posteriormente à lógica competitiva estabelecida pelo mercado mundializado de frutas, de modo que a maioria não sobreviveu aos grandes empreendimentos (FREITAS, 2010; SOUSA, 2013). Para os pequenos produtores, devido a desigualdade na distribuição dos recursos financeiros e técnicos, não houve alternativa: ou eles se integravam precariamente ou

¹²⁰ (Reportagem Carta Maior: **Obras do Banco Mundial deixam comunidades do sertão do Ceará sem água potável**) Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?Editoria/MeioAmbiente/ObrasdoBancoMundialdeixamcomunidadesdosertaodoCeara-semaguapotavel/3/33371>. Acesso em 22-05-2015.

eram expropriados das áreas dos PIs, como de fato ocorreu com muitos produtores com quem conversamos nas áreas de acampamento.

Outro aspecto, já pontuado no capítulo 2, diz respeito ao processo de privatização das áreas públicas de PIs, mesmo que ofuscada sob a ideologia da emancipação ou da concessão da titularidade que agora ganha impulso através da Lei 13.465/2017¹²¹. No período que compreende os anos 1970 ao fim dos anos 1980, houve um processo de redefinição da estrutura de gestão dos PIs, os quais passaram a ser administrados exclusivamente por organizações sociais de direito privado (os distritos de irrigação) (ORTEGRA; SOBEL, 2010). Essas novas formas não apenas deram um caráter empresarial, competitivo e privatizante aos Projetos Públicos, como também contribuíram significativamente para ampliar as expropriações dos pequenos colonos que ainda permaneciam no interior dos PIs.

Gradativamente os Projetos de Irrigação foram transfigurando o Vale do São Francisco e outras regiões do Nordeste Semiárido setentrional (como a Chapada do Apodi-CE/RN), em complexos empresariais especializados na produção e na exportação de frutas, subordinados aos moldes da globalização. Esse “novo” padrão, embora não rompa absolutamente com a questão do controle territorial e da precarização da força de trabalho permeada pelo coronelismo, introduz novos elementos, pois a figura de um oligarca típico do latifúndio tradicional dará lugar ao empresário cada vez mais sofisticado e articulado aos padrões do mercado internacional, mesmo sem perder a brutalidade do latifúndio e o monopólio territorial.

Nesta perspectiva, pensar a agricultura irrigada no Nordeste semiárido, na forma particular da fruticultura, significa apreender um processo contraditório de intervenção estatal, que expropriou milhares de sujeitos ao privá-los violentamente dos seus territórios, em função de uma forma produtiva trazida de fora e que se fundamenta em interesses privados. Por se tratar de um modelo que impõe o risco ambiental e as péssimas condições de trabalho como regra para o desenvolvimento deste processo produtivo, torna-se urgente refletir criticamente se este configura-se no caminho mais acertado para dar continuidade a implementação das políticas públicas no semiárido.

¹²¹ Se trata de uma lei que pode ter repercussões diferenciadas em todo o Brasil, especialmente sob áreas federais, como assentamentos, perímetros irrigados, áreas urbanas etc., à medida que antecipa processos de conversão de áreas apenas concedidas para consolidar um título de propriedade.

3.5. Os Perímetros irrigados e a redefinição dos mecanismos de apropriação territorial na fruticultura

O processo mais recente de implementação de novas áreas irrigadas no semiárido, nas quais estão incluídas: a nova parte do PI Jaguaribe-CE, o PI Pontal-PE, o PI Santa Cruz do Apodi-RN, dá continuidade a intervenção pública atrelada às grandes obras de irrigação. Entretanto, podemos perceber outros aspectos, que contornam esta nova maneira do intervencionismo estatal na criação e na gestão dos PIs.

No Brasil do século XXI, incorporou-se a concepção privatista construída nos anos 1990 para reforçar o histórico modelo dependente primário-exportador. Este submete-se ao capital financeirizado e aos interesses de empresas nacionais e internacionais ligadas ao mercado mundializado. Tais interesses corporativos tendem a submeter a estrutura estatal, bem como todos os recursos naturais e territoriais aos interesses de conglomerados agroalimentares. Se é não produção que se cria a riqueza social a partir do trabalho, não podemos negar que é na esfera financeira que se comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza nos últimos anos (CHESNAIS, 1996; THOMAZ JUNIOR, 2011).

Nesta perspectiva é que a agricultura irrigada do semiárido, particularmente o agrohidronegócio fruticultor, através dos mais variados processos e mecanismos preconizados pela Estado, estão submetidos aos imperativos e movimentos do processo de acumulação global.

Ao Estado cabe a função de flexibilizar os mecanismos institucionais, destinados a conceder incentivos fiscais, facilitar o acesso à terra e à água, e demais regalias, que garantam as condições estruturais à conversão da irrigação em um negócio privado. Seguindo essa lógica, os novos PIs de irrigação estão necessariamente vinculados ao processo amplo de reprodução do capital, pois configuram-se enquanto mecanismos diferenciados de apropriação territorial, tendo em vista a importância que estes bens da natureza passam a ter na era da financeirização.

Através dos Programas de Aceleração do Crescimento – PAC 1, 2, o governo brasileiro estabeleceu as condições ideais para que o capital sobreacumulado pudesse

ser convertido em expansão territorial e apropriação de recursos naturais. Embora haja especificidades regionais na implementação dos PIs, o ponto comum entre eles é que todos fazem parte da mesma estratégia pré-definida pelo Estado brasileiro, visando reestruturar áreas irrigáveis no semiárido do Nordeste.

Essa iniciativa fica mais clara quando, através do Ministério da Integração Nacional (MI) e da criação de secretarias especiais e programas especificamente voltados à irrigação, são destinadas elevadas somas de recursos públicos. Com efeito, criação da Secretária Nacional de Irrigação (SENIR), em 2011, e do lançamento do Programa “Mais Irrigação” (2012), bem como com a meta de criar 200 mil novos hectares de PIs na região semiárida do Nordeste¹²², assistimos o acirramento das disputas territoriais em torno do acesso à terra e à água, pois o crescimento do interesse do capital sobre o território trouxe consigo implicações diretas para as populações e para o conjunto dos trabalhadores.

Desde de 2012, o “Mais Irrigação” configurou-se enquanto um programa estratégico para expandir os investimentos, prevendo investimentos de R\$ 10 bilhões para ampliação das áreas irrigáveis (como o Canal do Sertão Pernambucano; Pontal-PE e Salitre/ Juazeiro-BA;), assim cumpriu o papel de estimular a reestruturação das técnicas de irrigação, através a implantação de métodos de microaspersão e gotejamento nos diversos PIs, sob a coordenação da CODEVASF e do DNOCS. Do valor total que estava previsto, cerca de R\$ 3 bilhões do PAC e outros R\$ 7 bilhões de parcerias com a iniciativa privada¹²³.

A instituição da Política Nacional de Irrigação (PNI) não se limita ao direcionamento dos recursos do governo federal à ampliação de áreas e a sofisticação técnica, garantindo assim um maior grau de previsibilidade aos investimentos empresariais pela maior racionalização do território, mas também visava reconfigurar os mecanismos institucionais de gestão nas áreas de PIs públicos, transferindo-os à

¹²² A SENIR que foi instituída através do Decreto 7.472, marca a reestruturação do ministério da Integração Nacional, sob a coordenação do Ministro Fernando Bezerra Coelho. Cabe mencionar aqui que neste conjunto de medidas, uma das primeiras medidas da nova secretaria, já em maio de 2011, consistiu em isentar cerca de 10 % nos impostos referentes ao PIS e o Confins, na compra de equipamentos de irrigação, estimulando a expansão com a pretensão de dobrar as áreas irrigadas em quatro anos. Ver matéria: **País reduz carga tributária para dobrar área de agricultura irrigada em quatro anos** — Portal Brasil <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/05/pais-reduz-carga-tributaria-para-dobrar-area-de-agricultura-irrigada-em-quatro-anos>>. Acesso 14-10-2014.

¹²³ Ver matéria. **Programa nacional de irrigação para o Semiárido será lançado em setembro** — Portal Brasil <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/07/programa-nacional-de-irrigacao-para-o-semiarido-sera-lancado-em-setembro>> Acesso em 04 do 10 de 2015.

administração privada a partir das novas formas de concessão.

Sem dúvida, a instituição da Lei 12.787/2013 coroou o processo de flexibilização voltado a redefinir o modelo da Política de irrigação (PNI). Ao estabelecer as diretrizes, tal normativa trouxe algumas novidades que nos ajudam a compreender a forma como a irrigação pública foi sendo implementada enquanto uma política de Estado, construída com o intento de tornar-se o depositário lucrativo para o capital.

A esse respeito, destacamos o estabelecimento de novas formas de gestão dos PIs enquanto elementos imprescindíveis à compreensão do novo papel do Estado frente aos imperativos dos organismos supranacionais, bem como por viabilizar a privatização dos Perímetros Públicos, apesar de tal processo esteja ofuscado pela falaciosa ideia de “emancipação” presente nas novas formas de gestão.

O fato do novo modelo de gestão adotado para os projetos públicos de irrigação está baseado nos “Distritos de Irrigação” tem sua razão de ser, na medida em que se constituíram numa condição para os empréstimos recebidos pelo governo brasileiro junto ao Banco Mundial, como pode ser notado no trecho do relatório intitulado “Desafio para a gestão dos Perímetros Públicos de irrigação”, do Ministério da Integração Nacional:

A modelagem do Distrito de Irrigação foi promovida pelo Governo Federal. Para isso, a Codevasf contratou a HECTA Consultoria e Administração S/C Ltda., com apoio do Banco Mundial, para concepção e implementação de um modelo institucional e gerencial para o Projeto Jaíba/MG. O modelo brasileiro de Distrito de Irrigação foi desenvolvido baseado na experiência americana (BRASIL, 2014, p. 62).

Ora, o estabelecimento do modelo supracitado tornou-se o parâmetro para a implementação dos PIs existentes no semiárido brasileiro, garantindo a supremacia empresarial no âmbito dos “Distritos de Irrigação”. Esse modelo, ao preconizar as diretrizes concernentes a operação, manutenção e gestão dos Projetos, deslocou o poder público para um papel de mero assegurador dos interesses privados na gestão dos PIs, como pode ser visto em outro trecho do relatório supracitado, que prevê: “limitar a participação governamental a um papel regulador, promotor e facilitador, gerando a informação necessária para investimento privado” (BRASIL, 2014, p. 68).

Os Perímetros Irrigados que eram integralmente geridos pelos órgãos públicos, passam a ser administrados por uma entidade jurídica de hegemonia empresarial. Seja no âmbito da CODEVASF, seja no âmbito do DNOCS, o Estado é reposicionado, potencializando ainda mais o interesse e o domínio dos grandes investidores. Com efeito, isso se dá sem uma retirada absoluta do poder público, já que a este coube, como vimos no relatório oficial, estabelecer novas regulamentações flexíveis e adequadas aos processos de acumulação da era neoliberal (HIRSCH, 2010).

Esse quadro institucional começou a ser redefinido à medida que as políticas de irrigação ganharam um caráter empresarial e financeirizado, voltadas ao mercado nacional e internacional (como exportação de frutas). Desta maneira, os imperativos do mercado mundializado, estabelecidos por estruturas supranacionais, impuseram novas maneiras de regulamentação da irrigação, tornando mais flexíveis os marcos legais que regulamentam os investimentos para este setor.

Neste contexto é que a nova lei de Irrigação assume um caráter estratégico para o capital, ao buscar conceder legitimidade à privatização das áreas irrigáveis. A partir do estabelecimento desta normativa, tornou-se possível a transferência (venda) e/ou o arrendamento das terras e das infraestruturas existentes nos Projetos públicos. Ou seja, o destaque do novo aparato jurídico consiste em garantir o processo de emancipação/privatização dos PIs que antes estavam sobre a tutela do Estado, conforme consta em alguns artigos da nova Lei de Irrigação:

Art. 27. Os Projetos Públicos de Irrigação poderão prever a transferência da propriedade ou a cessão das unidades parcelares e das infraestruturas de uso comum e de apoio à produção aos agricultores irrigantes. Art. 37. A emancipação de Projetos Públicos de Irrigação é instituto aplicável a empreendimentos com previsão de transferência, para os agricultores irrigantes, da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção e da unidade parcelar. Art. 43. É autorizada, na forma do regulamento, a transferência, para os agricultores irrigantes, da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção dos Projetos Públicos de Irrigação implantados até a data de publicação desta Lei. (Lei no 12.787/2013).

Como se vê, a característica do novo modelo, mesmo que assentado na iniciativa privada, exige um reposicionamento institucional do setor público, o qual deveria cumprir o papel de facilitador para o estabelecimento do capital. A figura do Estado

investidor que foi muito importante na criação de toda infraestrutura nos anos 1970 e 1980, mesmo que às custas do endividamento público, incorpora novas funções na contemporaneidade, buscando viabilizar as condições (político-econômico-institucionais) de apropriação privada da terra e da água no âmbito dos PIs.

Tais modificações só podem ser compreendidas através do movimento geral do sociometabolismo do capital, ao impor novos arranjos (institucionais, técnico-científicos, territoriais) enquanto necessários aos processos de acumulação (MÉSZÁROS, 2015). É o que observamos no âmbito dos PIs, que em pouco tempo, passam de uma gestão exclusivamente estatal para uma cogestão, através de cooperativas, até chegar numa gestão exclusivamente hegemônica por empresários sobre os projetos¹²⁴.

A estratégia do capital consiste em entregar toda a infraestrutura, construída com recursos públicos, aos agentes de capitais privados, amparando-se sempre na ideologia de um Estado “ineficiente” na gestão dos bens públicos. Como vimos o Estado não tem nada de “ineficiente” quando o objetivo é mobilizar recursos, desalojar populações, flexibilizar leis ambientais e trabalhistas etc., para viabilizar os grandes interesses. Portanto, a ideologia da “ineficiência” estatal consiste exatamente na maneira mais eficaz para garantir os processos de acumulação.

Como discutiremos a seguir, essa flexibilização promovida pela reorientação do papel estatal, tornou mais complexo o processo de disputas no âmbito dos PIs, à medida que a instituição das Parcerias Público-Privadas (PPP), destinadas à concessão de áreas públicas, além de reordenar a Política de Irrigação, estabeleceu diferentes meios de apropriação territorial, que tem potencializado a precarização dos sujeitos envolvidos no agrohidronegócio fruticultor.

3.6. As PPPs enquanto forma de flexibilização de apropriação da terra/água no semiárido

Como vimos nos itens anteriores o processo de territorialização do capital

¹²⁴ Ver relatório do Ministério da Integração Nacional (2014).

necessita constantemente de formas diferenciadas de intervenção estatal. De certa maneira, seja através dos investimentos diretos em infraestrutura, seja através da criação de órgãos planejadores ou da desoneração dos capitalistas, observamos que historicamente a região semiárida do Nordeste foi marcada por um conjunto complexo de grandes obras, através das quais foram erguidas as bases para a apropriação desempenhada por uma fruticultura capitalista nesse território.

Entretanto, cabe ressaltar que articulada às formas de investimentos diretos, torna-se imprescindível a compreensão dos meios de regulamentação que fazem parte dos mecanismos de apropriação territorial no semiárido. Nesta perspectiva, destaca-se o papel do Estado enquanto responsável pelo lançamento de editais de Parcerias Público-Privadas (PPPs), destinadas a conceder o uso da terra e da água¹²⁵ a empresas do setor agrohidroexportador. Ou seja, trata-se de normativas redefinidoras do aparato institucional nos moldes exigidos pela acumulação flexível contemporânea.

As experiências mais recentes têm provocado um conjunto massivo de conflitos territoriais, pois tais medidas hierarquicamente pensadas a partir dos gabinetes das instituições financeiras, atingem os territórios e os sujeitos, representando não apenas uma maneira de flexibilizar leis e, assim, facilitar a apropriação privada dos recursos, mas a recriação, atualização e legitimação de “velhas formas” de subordinação do trabalho, isto é, o trabalho por produção, os contratos temporários, assentados num regime de “integração” semelhantes aos antigos colonos das fazendas descritos por Otávio IANNI (2004) e Andrade (1980). Isso só evidencia que mesmo dotando o território de um aparato altamente avançado, desde o ponto de vista técnico-científico, o agrohidronegócio fruticultor mantém antigas relações típicas do Nordeste latifundista.

Ora, ao mencionar a base das relações existentes entre o grande capital e o mercado de terras, Delgado (2012) explicita a funcionalidade estatal a partir do que chama de uma “tecnoburocracia”, destinada a viabilizar os ganhos de capitalistas a partir da criação de condições favoráveis à determinadas empresas e grupos que contam com acesso a benefícios especiais. Tais vantagens se assemelham com as formas de concessão de terras e águas existentes na política implementadas no Vale do rio São Francisco, onde percebemos que:

[...] essas mesmas condições credenciadoras, elege[m] *a priori* um grupo determinado de empresas ‘hábeis’ a receber determinados favores (áreas públicas a colonizar, infraestruturas públicas em novas áreas etc.), tornando-as beneficiárias exclusivas de uma renda da terra capitalizada. Isso tudo implica, na prática, em patrocinar ganhos monopólicos àqueles capitais mais ágeis em integrar aos requisitos e as exigências institucionais. Este processo, que em última instância corresponde à transferência de funções do direito público para o domínio privado, engendra formas de uma virtual privatização do Estado (DELGADO, 2012, p.62.).

As PPPs consistem, neste contexto, numa maneira de promoção do capital a partir das concessões, estabelecendo mecanismos jurídicos diferenciados que permitem, dentro de uma “legalidade” jurídica, pré-estabelecida e imposta, transferir recursos públicos para empreendimentos de uso privado. Além de reduzir a responsabilidade público-estatal no que tange à melhoria das condições de vida e de trabalho em geral, provocam graves problemas de gestão, seja por dificultarem a fiscalização pública de recursos, seja preconizar legitimidade a flexibilização e precariedade.

No caso das PPPs aplicadas as concessões de terra em áreas irrigadas, tais mecanismos assumem algumas particularidades, sobretudo por potencializarem juridicamente a intensificação da exploração de trabalhadores e trabalhadoras da fruticultura. Tal processo se dá à medida que muitos trabalhadores são privados do acesso à terra e à água devido ao monopólio de grandes empresas sobre a renda capitalizada da terra. Tal fato, além de inviabilizar modos de vida pela expansão avassaladora dos grupos que se territorializam, não se deixa alternativa que não seja os processos precários de trabalho pela via da integração e da perda dos vínculos trabalhistas.

De acordo com Thomaz Junior (2009) os grandes grupos do agrohidronegócio, além de privatizarem os bens naturais, os quais passam a integrar os processos de acumulação, recriam massas de trabalhadore(a)s descartáveis e excedentes, que são constantemente deslocado(a)s de seus lugares de origem para serem superexplorados nos territórios hegemônicos pelo capital. Na fruticultura, tal processo provoca rebatimentos diretos sobre o território, expressando uma generalizada onda de privatização da natureza, em que se ampliam os conflitos territoriais e os impactos sociais.

O caso das concessões de terra e de água realizada pela CODEVASF, representa a faceta mais contemporânea dessa relação indissociável entre Estado e a reprodução do capital fruticultor. Em um dos trechos que consta no edital número 060 de 2012, que trata da questão de concessão patrocinada do PI Pontal, observamos claramente que a “atividade integrada” de camponeses enquanto critério necessário para que as empresas sejam beneficiadas. Em que consiste a atividade de “integração” de trabalhadores e pequenos produtores na fruticultura? Nos termos do próprio documento oficial mencionado, lemos o seguinte: “para a prestação do serviço público de irrigação será apurado por meio do número de hectares da Área Irrigável do Perímetro Pontal na qual a Licitante se compromete a promover a produção agrícola sob o regime de Integração” (CODEVASF, 2012).

Em síntese, o sistema mencionado se implementado funcionaria da seguinte maneira: as terras seriam concedidas à(s) empresa(s) vencedora(s) de um processo licitatório, denominadas de “empresa âncora”¹²⁶. Esta(s), por sua vez, seria(m) responsáveis pela conversão de no mínimo 25% de pequenos produtores articulados à sua cadeia produtiva. Deste modo, as empresas teriam à sua disposição a força de trabalho, mesmo inexistindo qualquer vínculo empregatício formal. Trata-se, portanto, de uma maneira de subordinar ainda mais a condição do trabalhador às condições de acumulação flexível, e até mesmo de recriar antigas formas de sujeição do trabalho, como constatamos através das conversas com trabalhadores que já participaram desse tipo de atividade nas áreas de fruticultura.

O modelo previsto para a concessão do PI Pontal e as principais características operacionais são descritas a seguir pelo CODEVASF, nos seguintes termos:

[...] projeto Pontal, em Petrolina (PE) [que] acaba de selecionar, via processo público, empresa agrícola que irá gerir cerca de 10,7 mil hectares num empreendimento que prevê criar 2,5 mil empregos diretos e vai integrar agricultores familiares em 25% da área irrigável. A empresa vencedora – Polo de Consultoria e Marketing Ltda que, entre as concorrentes, foi a que apresentou a maior oferta anual para a Tarifa de Serviços de Irrigação por hectare –, será responsável, durante 45 anos, pela gestão dos 10.680 hectares do projeto Pontal [...] Da área total, 7.811 hectares são irrigáveis, sendo 25% (1.975 hectares) destinados obrigatoriamente a agricultores familiares. Os agricultores

¹²⁶ <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2015/avancamobrasnoprojetoapontalparaampliacaodeareairrigavel>. Acesso em 21/11/2016.

integrados, entre outras obrigações, deverão promover o aproveitamento econômico de seu lote por meio da agricultura irrigada, produzindo conforme os padrões determinados pela empresa gestora do perímetro [...] ¹²⁷.

Podemos observar em outros documentos e meios de comunicação oficiais uma verdadeira propaganda com ênfase nas vantagens ambientais-climáticas, na disponibilidade de terras planas, reservas hídricas e infraestrutura pública, que vem sendo implementadas no Vale do São Francisco. É como se o Estado dissesse cinicamente: venha investidor, que essa porção do território possui “recursos naturais” a serem explorados ilimitadamente. Deste modo, à luz do discurso oficial de mercantilização da terra e da água,

O Pontal é [visto como] uma ótima oportunidade atrativa para investidores do agronegócio obterem, por meio de uma concessão de longo prazo, o direito de ocupar e desenvolver uma área produtiva com vantajosas condições para a agricultura irrigada, tanto em termo de clima e disponibilidade de água, quanto em termos de já contar com cadeia logística estruturada e consolidada para a exportação a mercados internacionais. O governo brasileiro decidiu transferir as áreas do Projeto Pontal para o setor privado por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) para fins do desenvolvimento da região com agricultura irrigada intensiva” ¹²⁸.

Por meio desses mecanismos apresentados nos textos oficiais, fica evidente que o significado da palavra “desenvolvimento”, atrelada aos projetos de irrigação, refere-se exclusivamente à potencialização das capacidades de competitividade e lucratividade do capital fruticultor, diante de um mercado cada vez mais mundializado. Desta forma, não apenas a terra e as relações de trabalho precárias (vista nas formas de integração) passam a ser a condição da reprodução desses capitais, quanto a mercantilização da água ganha um caráter preocupante pelas proporções que adquire, à medida que as empresas contempladas, nos processos licitatórios, podem cobrar pelo uso dos recursos hídricos, como mostra o texto abaixo:

¹²⁷ Disponível em <<http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoesatuais/novoempreendimentooprojetopontal-apostaemfrutassucosecastanhas>>. Acesso em 21-11-2016.

¹²⁸ Disponível em <<http://ppp-projetopontal.codevasf.gov.br/licitacoes/ppp-projetopontal>>. Acesso em 20/09/2014.

Pela prestação do serviço de irrigação, o concessionário receberá além da tarifa d'água a ser cobrada dos irrigantes (usuários agrícolas) uma contraprestação pecuniária do governo no valor máximo de R\$ 202 milhões em 25 anos. Neste novo paradigma, sai de cena o foco na licitação de obras públicas, com as atenções sendo dirigidas para a contratação de uma ocupação qualitativa, sob um modelo integrado e sustentável, visando replicar na região semiárida do nordeste brasileiro as experiências de sucesso das cooperativas e das cadeias integradas avícolas e suínas do centro-sul do país”¹²⁹.

Desta maneira, o reordenamento territorial provocado pela implementação desses projetos de irrigação, por mais que venham travestidos de um ideal de sustentabilidade, deve ser submetido a uma análise crítica sob condições concretas, que revele as contradições imanentes a tais formas de intervenção “público-privadas”, sobretudo pela imposição de um modelo incompatível com as condições ambientais e com a construção das relações sociais/territoriais autônomas¹³⁰.

No Ceará-CE, o modelo hegemônico representa, do mesmo modo, um celeiro histórico de obras hídricas implementadas pelo setor público, contribuindo para a consolidação da fruticultura mundializada. Seja através dos incentivos fiscais, a partir da criação dos canais de irrigação que integram as bacias (cinturão das águas) ou por meio da reestruturação portuária (como Pecém) voltada ao escoamento da produção, tal estado sempre possuiu bastante expressividade quando se trata de obras hídricas. É o que expressa o relato do nosso interlocutor, quando identificou a formação deste processo:

Ainda na ditadura, com o desenvolvimento industrial [...] que era para atração dos empreendimentos industriais que podia ser usado politicamente [...] Ou seja, o Ceará, ele saiu na frente, muito na utilização dos benefícios fiscais, e de insumos e infraestrutura, como por exemplo, o porto para o escoamento da produção pra exportação; os canais de irrigação. O

¹²⁹ Valor econômico. Aviso de Lançamento de Edital da Concessão Patrocinada do projeto público de irrigação “Pontal” Petrolina-PE.

¹³⁰ Com o lema “Viver no semiárido é aprender a conviver” o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA (entidade articulada à ASA) desenvolve, há 25 anos, projetos de convivência. Segundo a entidade o problema do semiárido não é a falta de chuvas, mas a irregularidade e a inadequação dos megaempreendimentos, que ainda hoje se fundamentam no combate à seca, na concentração de recursos e na instauração de um modelo monocultor (quimicamente dependente e socialmente injusto).

Ceará tem uma infraestrutura hídrica, via integração de bacias que outros estados do Nordeste não tem. Você vai pro seu estado (PB), você vai pro Rio Grande do Norte, você vai para o Piauí, você não tem a infraestrutura de interligação de bacias que se tem aqui hoje, no Ceará. Inclusive o Ceará foi o primeiro a ter a companhia destinada a gestão dos recursos hídricos; também neste patamar de permitir uma certa segurança hídrica à produção. Então você tem um arranjo institucional, investimento em infraestrutura e redução fiscal. Desde do final do governo do Júlio Tava, portanto, o último governo do regime militar. Depois vem o governo Tasso (Jereissati), mas o governo Ciro foi um governo que teve muita intensidade na redução fiscal; na sequência os outros governos Tasso com a secretaria de agricultura irrigada, o Ceará teve uma, isso é um detalhe importante, [...] o Ceará teve uma secretaria específica para a agricultura irrigada [...] (Entrevista com membro do M21, trabalho de campo 20 de abril de 2016).

Com efeito, o território cearense foi dotado por um complexo arranjo de infraestruturas, destinadas a garantir maior segurança, previsibilidade e fluidez aos investimentos aos capitais, que buscavam disponibilidade de recursos naturais. É nesta perspectiva que, como visto acima no caso do Pontal, podemos observar a semelhança destinada às características da natureza enquanto elemento utilizado pelas propagandas voltadas à atração de investidores para a Chapada do Apodi-CE. Como pode ser lido no texto da Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE):

A área apresenta grande uniformidade do ponto de vista topográfico, já que constitui apenas uma fração do vasto planalto da Chapada do Apodi. O relevo é plano com declividade dominante inferior a 2%, observando-se apenas pequenas áreas ligeiramente deprimidas como variação nas condições da morfologia geral da área. As condições do relevo são, assim, amplamente favoráveis para a mecanização agrícola. Para irrigação por gravidade, as necessidades de movimentação de terras para sistematização serão mínimas, haja vista a grande uniformidade do terreno e os declives pouco acentuados. A ocorrência de áreas com relevo sub-côncavo, características de terrenos desenvolvidos sobre materiais calcários, constitui condicionante em relação à drenagem, já que, na maioria dos casos, conformam depressões fechadas que acumulam água na estação chuvosa. Na área do perímetro irrigado são encontrados diversos tipos de solos, destacando-se o cambisol, o podzólico, e o litólico eutrófico. O suprimento hídrico

do perímetro irrigado é assegurado pelo Rio Jaguaribe, perenizado pelo Açude Público Federal Orós, com capacidade de 2.100.000.000 m³, com derivação através da barragem de Pedrinhas, localizada no braço do Jaguaribe, denominado Rio Quixeré (ADECE, 2011, p. 8-9).

O que fica claro nos exemplos mencionados acima, tanto nos casos de Petrolina-PE quanto nos casos na Chapada do Apodi-CE, é que tais situações de apropriação territorial expressam processos bem mais amplos, os quais são inerentes à própria lógica da acumulação capitalista na era da financeirização. Por isso, assistimos essa intensificação desenfreada dos processos de privatização e mercantilização da natureza, muitas vezes incompreensíveis para quem se situa apenas na esfera local onde os efeitos mais desastrosos se materializam.

Assim, não é possível desvincular a onda crescente degradação que incide sobre a natureza da precarização das condições de vida e de trabalho existentes nos setores produtivos concretizados nos territórios, bem como não podemos desconsiderar os diversos usos e finalidades dos PI instituídos pelo Estado através das PPPs. Neste caso, a fruticultura e outras atividades existentes no semiárido nordestino, assumem especificidades, já que neste ambiente o processo de precarização dos seres humanos que trabalham tende a ser ainda mais cruel, intenso, degradante e violador de direitos.

Os casos de precariedade mencionados se expressam a partir das experiências de diversos sujeitos que veem suas jornadas de trabalho intensificadas, bem como a redução e/ou extinção dos vínculos formais, o que articula tais processos específicos presentes nas áreas dos PIs às tendências gerais impostas pelo modelo flexível de acumulação, pois como vimos no capítulo I a universalidade também se relaciona com a singularidade de forma particular nos territórios.

Assim sendo, flexibilização das leis ambientais, das leis de concessões, das leis do trabalho representam, em seu conjunto, um complexo movimento do sociometabolismo do capital em seu afã por exploração dos recursos territoriais e de subsunção do trabalho. O que se coloca em questão é que a privação dos direitos aos trabalhadores do campo de ter acesso à terra, à água, autonomia de suas vidas, a soberania alimentar, a integridade ambiental etc., significa um problema amplo a ser superado através das lutas, à medida que as ações do Estado tendem a expandir tal desenvolvimento destrutivo.

Portanto, longe de se tratar de uma mera problemática jurídica, as concessões mencionadas sinalizam um amplo processo de controle territorial, de reordenamento e refuncionalização do território em favor de interesses estratégicos do capital, pois a superexploração incidente sobre as riquezas territoriais, se constitui cada vez mais numa condição que garante a acumulação, diante das constantes crises produzidas pelo capital, com as quais ele lucro bastante.

O regime de acumulação flexível se configura, por estabelecer uma nova maneira de acumulação capitalista em diversos setores. Ou seja, inicia-se um conjunto de modificações que buscam valorizar a ideologia da “redução estatal”, que quase sempre significou um estímulo processos de flexibilizações, tanto de leis quanto das formas de trabalho existentes (HARVEY, 2004).

Vimos também que tal orientação do Estado, gradativamente tendeu a abandonar qualquer preocupação com o bem-estar social e passou a implementar os processos de acumulação de capital. Seguindo os preceitos de entidades como FMI e o Banco Mundial, como visto na experiência dos Perímetros Irrigados, o Estado muda rapidamente seus parâmetros de política, de modo que, em pouco tempo, a doutrina neoliberal passa predominar, ativando os mais violentos processos de espoliação, à medida que um conjunto de bens públicos e ativos foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse se valorizar e especular (HARVEY, 2014).

Como vimos ao longo deste capítulo, a compreensão neoliberal acerca do Estado obscurece o processo real que marca sua reconfiguração, à medida que disfarça a funcionalidade público-estatal destinada a criar as condições ideais para o capital. Esta articulação contraditória entre Estado e setor privado se expressa tanto nos financiamentos públicos do setor empresarial do agronegócio, quanto nas concessões de terras, outorgas de água, bem como através da desregulamentação das leis do trabalho e ambientais, atendendo aos imperativos de grandes oligopólios.

Como lembrou Hirsch (2010), a retórica da privatização e da desregulamentação, expressa nas PPPs, não representaria senão uma nova entrada do Estado na sociedade, pois, em último caso, desregulamentação significa novas formas de regulamentação mais flexíveis. Não poderíamos falar de retirada estatal, mesmo que se modifiquem as formas de intervenção, pois para este autor,

uma importante função do Estado no quadro do regime

de acumulação pós-fordista é a criação das precondições jurídicas e de infraestrutura para a penetração capitalista em novas áreas sociais, especialmente da mercantilização dos recursos naturais e do saber (HIRSCH, 2010, p.188).

Neste contexto, ainda segundo Hirsch (2010) estas novas formas de regulamentação tornam a relação entre Estado e sociedade civil ainda mais intensas e complexas, na medida em que tanto os processos decisórios se tornam menos transparentes e incontrolados, quanto a responsabilidade política torna-se mais volátil e difusa. Como diz Harvey (2004):

O Estado constitui a entidade política [...] mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham neste setor (HARVEY, 2004, p.111).

Portanto, é por mecanismos pensados e executados no âmbito institucional que se busca (des)regulamentar e legitimar os processos de espoliação, de degradação da natureza e de precarização do trabalho. O Estado, através do monopólio territorial, tem poder de converter um conjunto de recursos naturais e transferi-los para empresas privadas que, por sua vez, os concebem enquanto elementos a serem incorporados à lógica do lucro. Há, portanto, uma relação intrínseca entre as transformações das formas de propriedade prescritas pelo capital, viabilizadas pelo Estado, e as formas de exploração da força de trabalho nos territórios, que estão sob a hegemonia do agrohídronegócio fruticultor.

4. CAPÍTULO IV - CONFLITOS TERRITORIAIS E RESISTÊNCIA DO TRABALHO AO AGROHÍDRONEGÓCIO FRUTICULTOR NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS

Nós não somos sem terra, nós somos sem água. E se nós não quisermos morrer de sede, nós temos que tá aqui na beira do canal, porque outra alternativa não tem. Nós não tem o feijão, ninguém pode criar mais o cabrito, ninguém pode criar mais nada na roça, porque não tem de que a gente sobreviver, então a alternativa é aqui, na beira do canal no Pontal, não tem outra alternativa para nós. A luta nossa é essa, por água. Então, eu acho que é o objetivo de nós todos aqui, é correr atrás de um trabalho, para sobreviver, porque do jeito que a crise está se a gente não, os homens não liberar, um pedaço de terra aqui na beira d'água para nós trabalhar, é porque eles estão querendo ver guerra e quer começar por Petrolina. (Relato de Acampado do PI PONTAL-Petrolina-PE, abril de 2017).

As resistências e as diversas formas de enfrentamento que iremos analisar nesta seção sinalizam não apenas o questionamento das formas de desenvolvimento impostas pelo capitalismo, como também denotam a necessidade e a possibilidade de caminhos alternativos ao destrutivismo imanente do capital. Por mais que haja uma tentativa generalizada por parte da “racionalidade” do capital em estabelecer a produção de valor abstrato enquanto a finalidade da vida dos que vivem no semiárido nordestino, diversos sujeitos sociais, seja engajados na luta por melhores condições de vida, na luta pela permanência no território, na luta pela terra-água – em suma, a luta pela dignidade – buscam negar-se à tal dominação, com lutas que sinalizam novas sociabilidades e formas (re)produtivas de vida, com relativa autonomia diante da sociedade do capital.

Em outras palavras, quando a produção de valor de troca, expresso na produção mundializada de frutas (banana, abacaxi, uva, manga, melão), tende a suplantá-la e a se confrontar com a possibilidade real de diversos sujeitos de garantir a (re)produção de suas vidas, tal modo de desenvolvimento passa a ser questionado através de variadas ações de resistências, fundamentalmente voltadas à oposição anticapitalista. Deste modo, pensamos que as greves de trabalhadores rurais, os acampamentos de luta pela terra-água, as lutas pela saúde ambiental, a luta pelo trabalho digno, constituem questões vitais, sem as quais não é possível a construção de uma outra sociabilidade, configurando-se, portanto, na expressão cotidiana das contradições do capital.

Nos casos que iremos analisar neste capítulo, veremos como as lutas permitem estabelecer relações sociais mais solidárias e repletas de sentido, ressignificando, assim, a própria noção de trabalho e do território. Como vimos nos capítulos II e III, a existência do ordenamento territorial implementado em todo o semiárido, sobretudo onde se dispunha das maiores reservas de água e terras planas e férteis, de maneira

geral, guiaram-se pelas chamadas políticas de desenvolvimento da irrigação, quase sempre destinadas a estabelecer um padrão territorial voltado para atender a lógica de produção de várias monoculturas, que se destinam ao mercado nacional e internacional.

Deste modo, a apropriação da natureza pela investida intensiva do capital no território provocou desdobramentos significativos nas relações de trabalho nestas localidades, pois o processo de expropriação converteu grande parte de camponeses produtores de alimentos, em trabalhadores precarizados, configurando-se atualmente numa forma complexa de apropriação de valor, que articula simultaneamente à acumulação de renda da terra e mais-valor extraídos do assalariamento temporários e permanentes.

Entretanto, esta não compreende toda a história, pois à medida que se desencadeava tais processos de dominação, inerente a eles, emergiam formas de luta dos trabalhadores e trabalhadoras na busca por melhores condições de trabalho, por melhores salários, redução da jornada de trabalho, pela preservação ambiental e, do mesmo modo, formas de resistências, desenvolvidas por sujeitos coletivos e individuais situados territorialmente, que, de alguma maneira, lutam contra o modelo do capital a partir da afirmação de uma outra sociabilidade.

Esse processo configura-se numa complexidade, já que a resistência dos sujeitos a submeterem suas vidas à exploração imposta pelo capital, impele tais sujeitos na articulação com organizações sociais, que alimentam neles a esperança de se apropriarem dos meios que permitem a reprodução da vida, de um lado, mas também, de outro, possibilitam para muitos atenuar a exploração que estiveram/estejam submetidos por boa parte do tempo de suas vidas.

Se está na produção de valor abstrato a manutenção de relações sociais fundadas na exploração humana, pensamos estar na luta por (re)produzir a vida com dignidade a possibilidade de negação real da sociabilidade do capital, que, a nosso ver, passa necessariamente por uma nova inter-relação com a natureza e o estabelecimento de outra forma de apropriação territorial. Estas resistências, que constituem o movimento real para superar o estado atual da sociabilidade do capital, como sugere Holloway (2009), não necessariamente advém do interior da fábrica tradicional,

también viene desde afuera del trabajo asalariado en la lucha para no someter nuestro hacer al capital, para oponer al capital un hacer opuesto a la enajenación. Lo que ambas expresiones tienen en común es la desobediencia, el rechazo, el NO (*sic*):

‘no, no vamos a modelar nuestras vidas según los requerimientos del capital. Y en los mejores casos agrega ‘vamos a hacer lo que nosotros consideramos o deseable. Em este caso, la desobediência es al mismo tempo dignidad (HOLLOWAY, 2009, p. 95).

Tais lutas só evidenciam que as transformações sociais passam necessariamente pela luta de classes materializada territorialmente, como observa Thomaz Junior (2012). Para ele faz-se necessário observarmos a nova semântica do conteúdo inerente aos conflitos, pois diante da fragmentação do tecido social do trabalho, enquanto resultado da reestruturação do capital, alteram-se não somente os processos produtivos, bem como reinventam-se as formas de resistência tradicionais, colocando para nós uma trama de lutas muito complexas, quando consideramos

[...] as diferentes formas que expressam a resistência ao capital, todavia não mais restrita aos parâmetros do assalariado tradicional, ou do operário taylorista/fordista, mas extensiva às demais formas de explicitação do trabalho, e também não restrito ao chão da ‘fábrica’, que, em conjunto, crescem em todas as escalas geográficas e em magnitude. A respeito das sociabilidades que não se restringem ao circuito da relação essencialmente capitalista, podemos tomar os exemplos das práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou seja, a terra vista não como mercadoria, mas sim como território de vida, da própria existência, o que significa, então ao perde-se também a possibilidade da existência (THOMAZ JUNIOR, 2012, p.32).

Com efeito, o papel da experiência cotidiana ganha força para apreensão dos processos sociais concretos nos territórios em conflito. Há, portanto, a necessidade de considerar o cotidiano da vida dos sujeitos comuns enquanto elemento metodológico importante em nosso fazer científico, pois esta perspectiva marca um novo posicionamento em relação aos sujeitos e aos seus conhecimentos (RIGOTTO; AGUIAR; RIBEIRO, 2018), pressupondo um diálogo de saberes entre academia, povos e demais trabalhadores, com vistas à construção de uma nova sociedade sob assentada nos princípios do bem comum.

O conhecimento proporcionado pela experiência empírica possibilitou-nos o estabelecimento de uma outra relação na produção dos dados, como também permitiu estarmos atentos aos distintos meios de tornar inteligíveis os processos histórico-

geográficos que se expressam cotidianamente. Assim, tornou muito mais fértil e criativa a relação entre reflexão teórica e empiria. Ou seja, consistiu no duplo desafio de encarar, por um lado, as lutas concretas sem cair no empirismo, ao mesmo tempo de valorizar o fazer teórico sem que isso implicasse, por outro, em nos perder no formalismo abstrato, conforme observou Thompson (1981) em sua crítica ao pensamento *authusseriano*.

A importância da categoria experiência tornada forma de captação da realidade cotidiana de sujeitos singulares ou de grupos específicos, que habitam ou vivenciam determinados territórios, constitui, para Thompson (1981) um elemento imprescindível, já que a ideia de exclusão da empiria e dos sujeitos simples do processo de conhecimento científico só interessaria a um intelectualismo que acredita que os sujeitos comuns são “estúpidos”.

Em contraposição a tal visão hegemônica, reconhecendo os limites e potencialidades da experiência, o autor de “*Miséria da Teoria*” contribui no entendimento da relação entre cotidiano e formação do processo científico. Deste modo, considera que o conhecer e a formação da consciência permeia um fazer descontínuo, que sofre influência dos enfrentamentos vividos pelos sujeitos. Em suas palavras:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque os homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e seu mundo. O que queremos dizer é que ocorre mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e a experiência é determinante, no sentido que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência constitui, ao que se supõe, uma parte da matéria prima aos processos de discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências. (THOMPSON, 1981, p.16).

As ideias apresentadas por Thompson (2011), em “*A formação da classe operária Inglesa*”, sintetizam bem sua compreensão do processo histórico de formação da classe, a partir da dialética da ação humana condicionada pelas circunstâncias objetivas. A formação da classe consiste, por assim dizer,

[...] um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos [...]. Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da

experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’ [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente de opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são travadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência parece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 2011, p.10).

Na mesma perspectiva, Lukács (2012) evidencia a maneira que emerge a ciência a partir do pensamento e da práxis da cotidianidade, em primeiro lugar do trabalho, e sempre a este retorna, fecundando-o. Entretanto, este autor ressalta ainda que o fato de a origem de nossas representações ontológicas estar na vida cotidiana não significa que devem ser aceitas isentas de crítica, pois, a seu ver, tais representações estão repletas não apenas de preconceitos ingênuos, mas também de falsas ideias, muitas vezes provenientes da ciência hegemônica, dos meios de comunicação à serviço do capital ou dos fundamentalismos religiosos etc. Em suas palavras, no entanto,

[...] a crítica necessária não autoriza descurar desse fundamento cotidiano. O prosaico e terreno senso do cotidiano, alimentado pela práxis diária, pode de quando em quando constituir um saudável contrapeso aos modos de ver estranhados da realidade das esferas ‘superiores’ (LUKÁCS, 2012, p.30).

Através de tal compreensão que se expressa a partir dos conflitos territoriais, observamos não somente a natureza predatória do capital e seu caráter destrutivo, quanto o enxergamos, desde a perspectiva dos sujeitos afetados, como eles vivenciam tais processos. Nas áreas de fruticultura irrigada do Nordeste Semiárido, a territorialização do capital estabeleceu tendências gerais do seu modo de desenvolvimento desigual, à medida que intensificou a mercantilização da natureza e viabilizou a reconfiguração do processo de precarização das relações de trabalho e a destruição de modos de vida, materializados de forma particular. Deste modo, não apenas os processos de trabalho formais foram alterados (modificando os ritmos, as atividades, os vínculos trabalhistas etc.), como também recriaram-se formas diversas de

inserção laboral perversa, de controle social e de resistências ao capital.

Nesta perspectiva é que as resistências assumem um papel central, pois estão vinculadas diretamente ao questionamento da implementação do modelo hegemônico, bem como sinalizam possíveis rupturas na forma e na finalidade do uso da terra, da água, da (re)produção do trabalho e da vida no campo. Tais resistências se dão por várias dimensões e vias, se estendendo desde as práticas cotidianas de diversos sujeitos sociais, até a organização/articulação em movimentos sociais que lutam contra os imperativos do capital.

Embora, multifacetadas e multidimensionais, enfatizaremos os processos de luta pela terra/água enquanto centralidade das resistências da totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo porque tais dimensões da natureza e do território constituem elementos imprescindíveis à reprodução da vida nestas localidades estudadas, ao mesmo tempo, em que se encontram umbilicalmente ligadas à acumulação do agrohidronegócio fruticultor.

A ideia deste capítulo consiste, deste modo, em discutir as resistências da totalidade do trabalho vivo, as quais implicam considerar, diante da polissemia dos trabalhadores e trabalhadoras no século XXI (MÉSZÁROS, 2002, 2007; ANTUNES, 2005, 2009, 2018; THOMAZ, 2009, 2016), as várias maneiras de resistências assumidas pela nova morfologia da classe trabalhadora.

Entretanto, por mais que acreditemos que o mundo do trabalho seja muito distinto daquele fabril tradicional, sobretudo quando consideramos o “mundo rural” e as relações que nele se estabelecem, não podemos descartar a importância e a reincidência das greves, que compõem o processo plural de resistência à exploração, bem como observar as complementaridades entre as lutas operárias e camponesas que se travam nos territórios hegemonzados pelo capital fruticultor.

4.1. A multiplicidade das lutas: o papel das greves enquanto resistência à precarização da vida na Chapada do Apodi-Ceará

Nos casos das greves realizadas na região da Chapada do Apodi-CE, ocorridas em 2008 e 2012, numa multinacional de fruticultura (Del Monte), empresa que se

apropriada combinadamente da mais-valia operária e da renda da terra, observamos que há uma exploração da força de trabalho, seja impondo condições laborais insalubres, seja através de trabalhos temporários. Tais experiências de greve só revelaram que o processo de precarização exercido pelas empresas é questionado em seu *modus operandi* pelos sujeitos. Como ressalta nosso interlocutor, participante ativo no referido processo grevista:

Nós não tínhamos essa experiência, quando foi em 2008, começou a primeira greve da Del Monte. Uma greve da Del Monte muito forte, parou toda a Del Monte. Como a gente tinha o contato com os trabalhadores, a gente co-dirigimos essa greve com os companheiros da Cáritas, com os companheiros dos outros movimentos, e foi aí que começou a unificar. Aí começou a segunda greve da Del Monte, que foi aí que nós incorporamos no movimento por conta dessa relação com os trabalhadores, que a gente tem mais relação com os trabalhadores das empresas. Então, daí que realmente não tem histórico de greves em empresas do agronegócio, em empresas da agricultura, né? Essas duas greves foi que começaram a polemizar, porquê? Por que o discurso do emprego, que era forte, começou a se fragilizar (Entrevista com membro da CSP-CONLUTAS, Limoeiro do Norte, abril de 2016).

A respeito das pautas que fundamentavam às referidas greves, torna-se interessante observar a presença não meramente da questão salarial, apesar de está como plano de fundo, mas voltavam-se ao conjunto das condições de trabalho, que, de maneira direta ou indireta, estavam afetando a integralidade da vida do(a)s trabalhadores(as) empregados(as). Acompanhemos mais um trecho proferido por nosso interlocutor, no qual explicita as principais motivações dos sujeitos:

Porque, veja só, a primeira greve, foi por alimento. Os caras não pediram um centavo de aumento. O que mexe com os trabalhadores é remuneração, né? Pois eles fizeram uma greve, de mais de quinze dias por alimentos, que a cesta de alimentos fosse ampliada, porque o dinheiro que eles ganham mal dá pra botar comida em casa. Só dá pra comprar remédio por conta de adoecimento. A segunda greve, a pauta, que foi outra greve forte, que está no ministério do trabalho [...] Era alimento novamente, hora de descanso, um lugar para eles comer que não fosse no campo, porque o vento, eles estavam comento, de repente vinha o avião e pulverizava eles comendo. E as mulheres por não assédio. As mulheres que trabalham na empacotação são assediadas pelos caras. Eles tinham uma meta, por exemplo, se um jovem de vinte anos, que são jovens

os que trabalham lá, a maioria jovem, carregar um cacho de banana, eles tinham uma meta de quase quatrocentos quilos por dia. Um jovem de vinte anos tendo uma meta dessa, cinco anos ele está com a coluna estourada. Ninguém aguenta isso. É por isso que esse alto índice de adoecimento, as pessoas aqui, nós temos jovens na comunidade da cidade alta (Bairro de Limoeiro do Norte-CE) com a coluna estourada. Mutilado já! E o INSS não reconhece esses trabalhadores adoecidos. Então, a empresa usa, enquanto eles são jovens fortes, quando eles adoecem a empresa bota pra fora. Então, as pessoas começaram a observar isso, que esse discurso do emprego é uma farsa. Emprego que é escravidão que deixa o cara mutilado, que sentido faz você só viver cinco anos? (Entrevista com membro da CSP-CONLUTAS, Limoeiro do Norte, abril de 2016).

A nosso ver, mais que os resultados e os ganhos advindos das greves, o processo de luta foi importante, principalmente, porque trouxe à tona várias questões relacionadas à precarização do trabalho, que estão presentes nas empresas dos agrohidronegócio fruticultor. Assim, além de contribuir para desmistificar a ideia de desenvolvimento atrelada ao emprego, as greves também permitiram a articulação de vários segmentos de trabalhadore(as)s do campo-cidade e das organizações sociais envolvidas nos processos de luta na região do Baixo Jaguaribe.

A partir de uma reconstrução detalhada sobre os acontecimentos da greve de 2008, o estudo de Teixeira (2011) mostrou que tal processo significou o estopim de uma classe que há muito tempo vinha sofrendo (o)pressão, à medida que pôde lançar todas as vozes, enunciar todas as dores e servir como o grande momento de denúncia, através da ocupação dos espaços públicos pelas discussões que os trabalhadores fomentavam a partir de seus exemplos, suas falas e sua mobilização. Conforme a autora descreve, o levante grevista envolveu 1700 trabalhadores, organizados de forma autônoma, representando a primeira ação paredista da região, em empresas de fruticultura, que colocou em pauta elementos básicos, como cestas básicas, pagamento das horas *in itinere*, melhoria nos refeitórios, bebedouros (expostos aos venenos), higienização, casos de reutilização de EPIs etc.

Um detalhe importante, narrado no estudo de Teixeira (2011), refere-se ao fato de alguns trabalhadores serem perseguidos e assediados (sobretudo os mais engajados), tendo em vista que o processo grevista, após dez dias, trouxe conquistas e sinalizou a força dos sujeitos organizados. As retaliações por parte da empresa se materializaram na demissão de 150 trabalhadores. Embora a empresa obviamente não admitisse, estava

evidente que se tratava de perseguição, conforme mostrou o parecer do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) ao reconhecer a ação de abuso da empresa, acatando a reivindicação dos trabalhadores, que após saírem em procissão até o TRT de Limoeiro do Norte-CE, foram readmitidos ao trabalho por decisão inédita (TEIXEIRA, 2011).

Em muitos casos, a deficiência da representação sindical na cobrança dos direitos dos trabalhadores rurais, decorrentes da figura do “sindicato amigo” da classe patronal, resultante da reestruturação dos sistemas de controle social advinda da era pós-fordista, fez com que os precarizados das empresas de fruticultura encontrassem em outras organizações o caminho para fortalecer suas lutas, na tentativa de garantir melhores condições de vida e de trabalho. É o que sinaliza o relato seguinte, a respeito do cooptação sindical pelos grupos empresariais:

Eles tentaram se organizar via sindicato. Só que o sindicato defendia muito mais as empresas do que próprio eles. Foi aí que eles começaram a perceber que não eram representados pelo sindicato rural, o sindicato quando ia lá eles rejeitaram o sindicato. Se você pegar o documentário do Cabrine, o doce veneno no campo do senhor, o Cabrine tentou várias vezes entrevistar o sindicato. Quando ele conseguiu, os caras marcaram com ele para a reunião. Quando chega lá sindicato fechado [...] uma relação de promiscuidade entre sindicato pelego e empresa. Então, nós entramos por conta disso, os trabalhadores não se sentiram representados, chamaram a gente. Eu era do sindicato, na época, presidente do sindicato dos servidores municipais. Eu sou servidor público municipal e sou professor terceirizado do estado. (Entrevista com membro – CSP-CONLUTAS, Limoeiro do Norte, abril de 2016).

Se, por um lado, tal perspectiva conciliadora e assistencialista do Sindicato Rural implicasse, à primeira vista, num enfraquecimento dos sujeitos, não podemos dizer que tal característica conduziu os trabalhadores à passividade diante do agravamento das condições laborais. Além de ter uma certa espontaneidade, o marcante em tais greves correspondeu a independência com que os sujeitos conduziram os rumos e as ações do processo, destacando-se o ineditismo de suas estratégias ao bloquear os portões para impedir que os contêineres passassem com as frutas. Mesmo quando solicitaram ajuda de outras entidades (Caritas, MST, Via campesina, CONLUTAS, outros sindicatos, eles próprios deliberavam conjuntamente (TEIXEIRA, 2011), conforme confirma nosso interlocutor:

E aí eles foram para o nosso sindicato pedir ajuda para ajudar a greve; para dar um aparato de estrutura. Aí nós chamamos a Caritas, as outras entidades, a Igreja, a Fafidam (Universidade Estadual do CE), aí fomos lá ajudar a greve. Aí sustentamos a greve, fazendo campanhas de doação na Fafidam, nos colégios, passando cestas, alimentos, o pessoal, a cidade começou a doar alimento para sustentar a greve; a gente montou um barracão em frente a Del Monte. E tinha alimentação, as pessoas dormiam. Para segurar a greve para não ter furo. Não permitir os ônibus entrarem na empresa; não permitir os contêineres sair, porque foi aí que pressionou eles negociar rápido. (Entrevista com membro da CSP-CONLUTAS, Limoeiro do Norte, abril de 2016.)

O processo mencionado pelo relato acima, refere-se ao segundo momento grevista na referida empresa de fruticultura. De acordo com documentos judiciais, a segunda greve iniciou-se no dia 25 de julho de 2012, estendendo-se até o dia 5 do mesmo mês. Na pauta, novamente apareciam reivindicações como pagamento dos deslocamentos ao trabalho (previsto no art. 58 da “antiga” CLT), combate ao assédio moral, imposição abusiva de horas extras, problemas com atestados médicos, não pagamento de questões de insalubridade, entre outros, que sinalizam a recorrência dos desrespeitos às leis do trabalho, bem como o não cumprimento dos acordos firmados junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT)¹³¹. Estes litígios sugerem a importância das articulações entre as diversas entidades na cobrança de melhores condições de trabalho, que, por sua vez, não estão restritas ao ambiente da empresa, mas engloba o território de vida desses sujeitos.

Com efeito, por mais que seja indispensável refletir sobre os processos grevistas como aludimos acima, é preciso entender que quando se referem ao complexo agrohidronegócio fruticultor, existe uma interdependência entre as lutas; seja as lutas que se voltam à defesa de um modo de vida camponês, existente antes da chegada das empresas, seja na luta contra os adoecimentos humanos e degradação da natureza. Isso evidencia que se trata de uma totalidade que permeia tanto o modelo hegemônico quanto a vida dos sujeitos. Além disso, o fato de muitos trabalhadores ainda manterem

¹³¹ Ver documento. Trabalhadores e trabalhadoras da Del Monte em Greve. Ver também Reportagem: Tensão marca a greve de trabalhadores rurais – Diário do Nordeste. Ofício nº47/2012 do Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Limoeiro do Norte-CE. Ambos em Anexo.

uma relação muito forte com a terra, reforça a ideia da luta pela terra-água enquanto alternativa viável na atenuação da exploração do trabalho.

Nesta perspectiva, quando atentamos para a plasticidade do trabalho em que ser camponês e/ou ser operário significa travar lutas em diferentes frentes e níveis escalares, podemos perceber a indissocialidade entre distintos segmentos da classe trabalhadora, o que torna a unidade entre questão agrária e a luta de classes um diálogo necessário (THOMAZ JUNIOR, 2015). Tal perspectiva nos leva ao conceito de classe trabalhadora ampliada, pois o movimento social, funcional e territorial do trabalho não nos permite mais compreender a classe trabalhadora, sem considerar a fragmentação trazidas pela nova morfologia, bem como desconsiderando as inter-relações que dão unidade aos diferentes segmentos de classe (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Os conflitos territoriais e as distintas formas de resistências, expressas principalmente na luta pela terra/água, constituem um ponto de partida privilegiado no que se refere ao conhecimento geográfico. A nosso ver, tal característica se deve principalmente por evidenciar as contradições imanentes ao sociometabolismo do capital, bem como por sinalizar possíveis caminhos de superação, sobretudo no que tange a luta pelos meios de existência, a luta pelo território, em suma, na luta por dignidade.

Lutar pela vida, pela dignidade e pelo território, constituiu o lema teórico-político em toda a América Latina, no início dos anos 1990, frente à ofensiva neoliberal, o que impulsionou um conjunto de teóricos e sujeitos a perceber na defesa da natureza um elo de unidade emancipatória (ALIMONDA, 2011; ESCOBAR, 2011). De acordo com Porto-Gonçalves (2017)¹³², esta perspectiva contribuiu para politização da natureza através do conceito de território. Ou seja, os movimentos sociais promoveram a desnaturalização do território, avançando de uma noção estritamente relacionada ao Estado-nação para pensá-lo de maneira relacional a partir das lutas em defesa dos territórios de vida. Assim, surgem o levante zapatista, as marchas indígenas realizadas no Equador e na Bolívia, cujo tema – pela terra, território, dignidade – sintetiza o teor dos conflitos que se desencadeariam posteriormente, como a “Guerra da Água” boliviana, a luta pela terra no Brasil, a luta pela água no Nordeste, a Marcha Nacional por emprego, Justiça e Reforma Agrária realizada pelo MST, um ano após a chacina de

¹³² Conferência proferida no Encontro Latino Americano de Geografia - EGAL – 2017.

Eldorado do Carajás.

Embora enfatizemos, neste estudo, a questão da luta pela terra/água, não podemos desconsiderar que existe um complexo-multidimensional de resistências que se articulam nas regiões de fruticultura irrigada. As resistências dos movimentos sociais guiam-se por várias questões, de acordo com as particularidades territoriais e as características da natureza encontradas em cada lugar.

As lutas se contrapõem, portanto, a questão do desrespeito à saúde ambiental e dos trabalhadores, aos agravados gerados pela omissão do Estado em garantir o cumprimento (*ipsis litteris*) das leis que favoreçam aos trabalhadores; aos desrespeitos ao marco legal que prevê um ambiente saudável e sustentável às comunidades vizinhas das grandes plantações; a violação dos direitos trabalhistas, concernentes à saúde físico-mental e a exposição aos agrotóxicos; aos processos de grilagem de terras; a facilitação, via incentivos fiscais e a redefinição/flexibilização de leis ambientais¹³³, que favorecem o capital de se apropriar da terra e da água, expropriando as comunidades etc. (ABRASCO, 2015).

Todos os aspectos que citamos movem a articulação contra hegemônica dos movimentos sociais a estrutura de dominação destrutiva, estabelecida pelo agrohidronegócio mundializado. As ações de ocupação de terra, os fechamentos de canais de irrigação de empresas, os atos públicos, as romarias, correspondem a algumas das ações de resistências que pudemos participar diretamente no processo de pesquisa. Além destas, destacamos as pesquisas científicas, a produção de materiais didáticos por grupos de pesquisa (a exemplo do Almanaque do Baixo Jaguaribe e Jogo da memória do Baixo Jaguaribe)¹³⁴, a produção de documentários, eventos científicos, peças teatrais, publicações, debates públicos etc., que têm fundamentado as denúncias junto aos órgãos de vigilância, dado maior visibilidade aos conflitos e articulado nacional e internacional os sujeitos em luta. Assim, pensamos que tais iniciativas contribuem significativamente

¹³³ Em estudo recente sobre a questão dos cinco anos de vigência do novo Código Florestal, atesta que 41 milhões de hectares de agropecuária que deveriam ser reflorestadas, diz Luis Fernando Pinto, pesquisador do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/568257-codigo-florestal-anistiu-41-milhoes-de-hectares-entrevista-especial-com-luis-fernando-pinto> >. Acesso em 06-06-2017.

¹³⁴ O Almanaque do Baixo Jaguaribe e o Jogo da Memória consistem num poderoso material, que resultou de uma pesquisa realizada entre 2007 e 2010, denominada Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos. O diferencial destes materiais consiste na maneira com que os dados científicos, construídos e refletidos em conjunto com os movimentos sociais e as comunidades afetadas, são expostos de maneira clara e compreensível à crianças, jovens, adultos e idosos.

para o processo de desnaturalização do modelo de desenvolvimento, imposto enquanto único caminho possível¹³⁵. (FIGURAS 11 e 12).

Figura 11. Personagens representando trabalhadores do agronegócio, que perderam suas vidas na atividade laboral ou pelo ar e/ou da água. Grupo de teatro de Russas-CE



Fonte: Trabalho de Campo – Semana Zé Maria do Tomé, abril de 2017.

¹³⁵ Ver dossiê da ABRASCO (2015).

Figura 12. Personagem do mártir Zé Maria do Tomé, sendo interpretado para moradores da comunidade do Tomé-CE e estudantes da FAFIDAM(UECE)



Fonte: Trabalho de Campo – Semana Zé Maria do Tomé, abril de 2017.

O processo de realização de uma “pesquisa pé no chão” nos remeteu à perspectiva teórico-metodológica de mais escutar os sujeitos sociais envolvidos nos conflitos, do que propriamente buscar indicar a eles as diretrizes de como devem guiar suas lutas diárias. Um princípio básico para percebermos o caráter contestatório contido nas formas de viver dos sujeitos comuns, a partir da maneira singular como resistem no dia-a-dia dos enfrentamentos, consiste em reconhecer que tais modos de vida (em si) potencializam (reciprocamente) formas organizativas dos movimentos sociais, à medida que tais formas de vida, desenvolvidas historicamente na terra, podem vislumbrar germes de alternativas concretas ao agrohíbrido.

Ora, quando um modo de vida camponês valoriza a relação equilibrada entre sociedade e natureza, a partir da produção de alimentos limpos e manutenção dos mananciais hídricos e da terra, bem como permite o estabelecimento de novas relações de trabalho, este representa uma oposição real aos processos de acumulação do capital, já que a sociabilidade do capital não pode escapar da reificação da vida, que reduz os

bens comuns a meros recursos para obtenção de lucro. Assim sendo, fortalecer tais processos de luta que concebem a terra/água enquanto bens comuns significa, do mesmo modo, desviar das mistificações teóricas para vislumbrarmos, na práxis dos sujeitos, os referenciais para reinventarmos criativamente as lutas.

Como vimos nas experiências das greves e veremos nos exemplos dos acampamentos de luta pela terra, enxergar os sujeitos comuns enquanto portadores de saberes e de fazeres importantes para incrementar as lutas sociais, isto é, percebê-los como esperança de um devir, significa redescobrir que a rebeldia da “gente simples”, sugerida por Holloway (2009), não está necessariamente alheia a si, como algo advindo de fora, imputado por alguém ou por “uma consciência externa”, que venha ensinar-lhes a ser revolucionários. Retomando Thompson (2011), percebemos que a classe e a consciência brotam do seu próprio fazer-se, unificando um conjunto de acontecimentos e enfrentamentos, que geralmente podem levar os sujeitos a revoltas comuns. Deste modo, o próprio movimento de precariedade generalizada, instaurado pelo capital no mundo, pode contribuir para formação de possíveis unidades e lutas comuns indispensáveis à sua superação.

À sua maneira, os processos de resistências se constroem e são redefinidos a partir de situações nem sempre escolhidas pelos sujeitos singulares e pelos movimentos sociais envolvidos. Assim como lembrava Marx (2011)¹³⁶, ao mencionar que a humanidade faz a história, embora não em circunstâncias escolhidas previamente, a geograficidade dos conflitos territoriais também é constituída por sujeitos sociais que buscam negar os processos de acumulação, que suplantam e degradam suas vidas. Esse questionamento dos sujeitos se dá tanto pela afirmação cotidiana do seu modo de vida, quanto pela articulação em movimentos sociais em lutas mais amplas por emancipação.

O princípio da filosofia da práxis enfatizado por Gramsci (2014), constitui num elemento importante para entendermos a emergência das lutas a partir de determinadas situações de exploração. Experiência esta que influi sobre os processos de consciência dos sujeitos, à medida em que os mesmos encontram-se envolvidos numa trama

¹³⁶ Ver a Obra 18 Brumário. De acordo com Löwy (1978) a concepção marxiana da história representa ao mesmo tempo uma ruptura com o materialismo mecanicista e o idealismo voluntarista, pois compreende a relação dialética entre sujeito e objeto, entre o ser social e as circunstâncias herdadas do processo histórico e da natureza. Contrariamente a um visão anti-humanista que reduz o sujeito da história a um mero suporte das relações de produção, Marx afirma a concepção de história enquanto processo e produto da práxis (p.76-77). Esta última seria o “elo entre o passado e o futuro, entre as possibilidades abertas pelo processo histórico e sua realização” (LOWY, 1978, p. 102).

complexa de relações sociais, as quais se estendem desde os lugares de trabalho até outros espaços de socialização, podendo contribuir na unidade de sujeitos interligados através de relações concretas.

É o que sugere a interpretação de Thompson (1998) acerca do princípio gramsciano supracitado. Para este autor, da mesma realidade podem surgir dois aspectos na mesma consciência: um de conformidade com o *status quo*, necessário à sobrevivência dos trabalhadores, necessitados de respeitar os imperativos do capital; outro, derivado de uma experiência de exploração compartilhada tanto por companheiros de trabalho quanto por vizinhos, pode criar um potencial de rebeldia, uma espécie de “*autoconsciência*”¹³⁷, como pensamos ter ocorrido nas greves que descrevemos. Assim, acreditamos que existe um processo entre a instauração da dominação e a quebra da passividade expressa na deflagração de revoltas dos(as) trabalhadores(as).

A seguir, realizaremos uma breve discussão dos conflitos territoriais acompanhados em cada PI, para entendermos as particularidades das resistências que se forjam, tanto em relação aos mecanismos de apropriação da terra/água quanto no que tange as modificações das relações de trabalho, decorrentes do agrohidronegócio. Assim, pensamos que a emergência destas lutas guarda, em sua essência, a retomada da autonomia do trabalho. Adentraremos nas experiências concretas com o intuito de mostrar como os mais diversos conflitos por terra/água se constituem enquanto questionamentos a um ordenamento territorial injusto e deflagrador de desigualdades. Deste modo, perceberemos como sujeitos deixam de ser apenas “vítimas” passivas do processo destrutivo e passam à condição de contestadores da superexploração territorial e do trabalho nestas localidades.

4.2. De sem-terra à sem água: os conflitos territoriais e as resistências dos sujeitos acampados dos Perímetros Irrigados

¹³⁷ Escrito a partir da obra de Thompson (2008 p.20), “*Costumes em Comum*”, onde o autor faz uma releitura da contribuição gramsciana para o entendimento da relação entre a experiência e os processos de consciência dos sujeitos.

Retomando os elementos mencionados por nosso interlocutor, na epígrafe, quando enfatiza ser “*sem água*”, observamos em seu relato tanto uma particularidade estabelecida pelo ambiente aos que vivem no semiárido nordestino quanto uma luta destes sujeitos contra a escassez, que também é produzida politicamente através dos megaprojetos ligados à indústria da seca e, mais recentemente, devido a intensificação apropriada das águas pelo capital em toda América Latina. Mais que resolução dos problemas da seca, os conflitos evidenciam a ressignificação do controle e da dominação sobre os meios de garantir a vida nesta região semiárida, bem como sinalizam o caráter protagonista das várias gerações de trabalhadores e trabalhadoras, que (embora não passivamente) permanecem sob o julgo do poder de um coronelismo mesclado com um capitalismo predatório.

Diante dos enfrentamentos cotidianos e da intensificação da precarização de suas vidas, tais sujeitos buscam resistir aos processos de subjugação com ações e com palavras, como sugere o trecho da entrevista abaixo, de um trabalhador acampado, que vive às margens dos canais do PI Pontal, em Petrolina:

Eu venho de Alagoinha Rajada, sofrido por todo canto, aonde eu acho uma melhora, um jeito de sobreviver no trabalho, é a aonde eu tô. E aqui, principalmente aqui, no Democracia (acampamento), eu estou aqui através da água da beira do canal, num é porque sou sem terra, aqui ninguém é sem terra, não existe sem terra, porque pelo menos sete palmo o cara é garantido que tem. Agora dizer assim, nós estamos aqui, a briga é feia, por água, porque no nosso lugar não tem do que a gente sobreviver. Tem que fazer é guerra mesmo! Aí para que isso não aconteça eles têm que liberar é terra para nós trabalhar, quem quer trabalhar, é ou não é?

Eu digo isso [...] e pode me processar, eu não tenho com que pagar um processo mesmo pago na cadeia [...] (risos). Agora a verdade tem que ser dita. Os homens grandes não querem ver a gente trabalhar, aqui se não fosse ainda o mandato de lula e de Dilma, que toda a vida trabalhou pela pobreza, nós tava uns homens morto. Do jeito que o povo estão querendo botar o povo no poder, que eles já tão, se nós não caçar um meio de tirar eles, nós estamos fudido e mal pago! Eu digo assim, pode gravar pro mode ir para a televisão! (risos). É porque no rumo que nós vamos, se nós não tivermos um trabalho desse, rapaz, um meio de arrumar umas hectares de terra para trabalhar, nós vamos ensinar o quê a um filho da gente, a um neto da gente. Cadê os empregos, cadê as indústrias, então a indústria que tem para nós da roça é essa, o objetivo. É eles liberar a água e a gente paga a água, e a energia deles[...] eu mesmo não quero de graça não, se eles quiser eu pago toda hora, agora eu quero trabalhar [...] (Entrevista com trabalhador no acampamento

Democracia, abril de 2017).

O relato supracitado mostra-nos a falta de alternativa que impele vários sujeitos, que já lutavam para sobreviver da agricultura de sequeiro, a não enxergarem sentido nas grandes obras hídricas, pois estas apesar de levarem água pelo sertão seco, através dos canais de irrigação, não permitem a democratização do acesso à água. É isso pensamos ser uma “escassez na abundância”, pois apesar dos históricos investimentos em irrigação no Nordeste semiárido, constatamos que há grande restrição na apropriação dos bens naturais pelos trabalhadores.

Por tal razão, os acampamentos situados às margens dos canais, sejam os ligados ao MST, às associações rurais, a sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) etc., representam esse mecanismo de mobilização social para democratizar o acesso à terra com disponibilidade hídrica. Assim, os imperativos das circunstâncias fazem com que os sujeitos rompam com a passividade e com a moralidade assentada no pensamento hegemônico, o qual busca difundir a ideologia da criminalização das ocupações terras em áreas públicas.

Os acampamentos simbolizam, a nosso ver, a ação de sujeitos sociais, que buscam restabelecer o direito à vida e ao trabalho digno acima dos processos de acumulação de riqueza, como ocorre com a apropriação territorial encabeçada por grandes empresas que se articulam ao poder do coronelismo, ainda arraigado na estrutura dos órgãos estatais (a exemplo da CODEVASF e do DNOCS)¹³⁸.

Tais ações de ocupações de terras em áreas destinadas aos PIs, vem ganhando mais força nos últimos anos, sobretudo quando os movimentos sociais de luta pela terra no semiárido perceberam que, no interior do processo de expansão das áreas “irrigadas”, implementados com recursos públicos do PAC (como vimos no capítulo II), a oportunidade de disputar espaço nestas áreas com as empresas do agrohidronegócio.

Além disso, o fato de haver terras de sequeiro, que em época de escassez severa

¹³⁸ Por exemplo, a perpetuação de famílias oligárquicas no poder público e sua influência nas políticas de irrigação torna-se muito clara quando observamos a permanência dos “Coelhos”, família que se mantém no poder desde os anos 1950 na região do Sertão pernambucano, e que também tiveram uma representação no Ministério da Integração Nacional, através da figura de Fernando Bezerra Coelho, no governo Dilma. Como tal ministério é o principal responsável pelos investimentos que garantiram a expansão dos Perímetros irrigados no Nordeste, Petrolina recebera altos investimentos neste setor.

não asseguraria a reprodução da vida em muitas localidades, tal tática ganhou força tanto no vale do São Francisco: em Petrolina (PI Pontal), Juazeiro (PI Salitre) (DOURADO, 2015), quanto na região da Chapada do Apodi/Ceará (PI Jaguaribe Apodi) (FREITAS, 2017) e no Rio Grande do Norte (Santa Cruz do Apodi). Estas áreas aglutinam trabalhadore(a)s rurais das fazendas, camponeses, trabalhadoras domésticas de municípios vizinhos, precarizados e informais das regiões metropolitanas, entre outros. (Figura 13 e 14).

Figura 13. Ocupação do acampamento Democracia do MST no PI Pontal, segunda ocupação realizada neste PI Pontal



Fonte: Trabalho de Campo, Petrolina-PE, abril 2016.

Figura 14. Acampamento “Democracia”, atualmente estão ocupando cerca de 200 famílias



Fonte: Trabalho de Campo, Petrolina-PE, abril 2016.

As vilas rurais vão se formando à medida que os acampamentos se instalam às margens dos canais, forçando o surgimento de novas vias de transportes, destinadas a atender as populações que necessitam se deslocar diariamente para as áreas urbanas dos projetos de irrigação e/ou para a cidades. A conversa com um acampado da Associação Rural Sítio Riacho¹³⁹, realizada durante o traslado da cidade de Petrolina-PE para a zona rural, revelou a mobilidade territorial vivenciada pelos sujeitos, isto é, a plasticidade laboral (THOMAZ JUNIOR, 2009) a que estiveram submetidos antes de serem acampados. Tal trabalhador já havia passado pelo Mato Grosso, por Brasília e São Paulo (sobretudo para trabalhar no corte da cana de açúcar, em 1985), onde participara, à época, das greves canavieiras da região de Piracicaba-SP. Além disso, nosso interlocutor pontua sua participação em outras áreas de ocupações coordenadas

¹³⁹ Esta associação rural estabeleceu-se nas áreas destinadas à implementação do Projeto de Irrigação Pontal. Realiza uma ocupação de terra com 60 famílias advindas de várias regiões do Vale do São Francisco. Faz parte dessa tendência às ocupações de terras, que nestas áreas de Perímetros Irrigados não são realizados apenas pelo MST, se não por outras entidades representativas, como os sindicatos rurais e as associações.

pelo MST, situadas nas proximidades do município de Alagoa Grande-PE, pouco tempo antes de vir a ser acampado no PI Pontal, em Petrolina-PE.

Em suma, os acampamentos correspondem a conflitos territoriais que, além de expressarem as contradições do capital, no que tange às relações de trabalho precarizadas inerentes à fruticultura capitalista, significam as resistências pela reprodução dos modos de vida, a esperança para o estabelecimento de uma maior autonomia do trabalho e uma “fuga” momentânea da exploração, do alto custo nas cidades, como nos indicam os vários relatos de trabalhadores e trabalhadoras que vivem uma mobilidade entre o assalariamento (temporários/permanentes), nas empresas de frutas, e a condição de acampado da luta pela terra. Vejamos o que diz a trabalhadora sobre como é ser, ao mesmo tempo, assalariada e acampada:

Lá é assim¹⁴⁰. Você tem que caçar meio fora também porque se não morre de fome. Agora quando estiver saindo os legumes aí é bom. O marido dela (da amiga) começou ontem lá na Sun Vale (empresa de fruticultura), porque tava difícil as coisas para ele. Nem que seja uma diária, já serve, né? Aí quem vai leva dois quilos de feijão, de arroz; um ajudando o outro. Para quem quer ganhar suas terrinhas tem sofrer mesmo. Ninguém ganha nada fácil, né? Hoje em dia num tem mais não. É só os que pode; só os ricão! Tanta terra aí e eles não doam pra quem não tem. Porque que eles têm medo de faltar gente para trabalhar para eles, eu acho. Ninguém pode não, pegar terra de ninguém mais não. Tanta terra lá, precisando de plantar e eles não querem ceder. Deus queira que ali saia (se refere ao Pontal); todo dia eu rezo; nem que seja só um pedacinho. Para eu poder trabalhar pra mim [...] (Entrevista com trabalhadora assalariada e acampada do Dom Tomás Balduino, abril de 2016).

O capital fruticultor apresenta, por assim dizer, esse caráter de criar as condições favoráveis para que não haja alternativa aos sujeitos que trabalham. É o que fica claro no caso do controle exercido sobre as terras-águas das áreas irrigadas, pois, como bem observou nossa interlocutora acima, a reapropriação de terras – dotadas das condições técnicas e a disponibilidade equitativa das águas – poderiam gerar uma certa autonomia nas formas de produção, indesejada apenas para um sistema de fruticultura capitalista que se alimenta da apropriação do trabalho não pago, da concentração fundiária, dos recursos da natureza, bem como necessita cada vez mais de gente despojada dos meios

¹⁴⁰ No acampamento Dom Tomás Balduino, localizado no PI Pontal.

de produção, da terra, da água, formando um exército de reversa sempre disponível a matar e a morrer por um emprego cada vez mais degradante.

Ter terra de trabalho e água, nestes casos, representaria para um conjunto de sujeitos a necessidade de realizar trabalho concreto, isto é, de recuperar o controle do seu tempo de trabalho, da liberdade relativa sobre os tipos de culturas a serem produzidas, assim como do estabelecimento de novas sociabilidades, permeadas por uma outra relação com a natureza. Esse desejo de autonomia, mesclado nas resistências, aparece com frequência nos relatos, como percebemos através de outra trabalhadora da uva, cujo marido também trabalha no acampamento Dom Tomás Balduino:

[...] se sair eu quero cuidar do que é meu, mas não vou parar de estudar. Assim eu não estou envolvida lá tanto porque não tenho tempo. Agente não tem nenhuma renda, por que você sabe se a gente for pra lá (acampamento); se a gente ficar lá; eu vou ter de parar de trabalhar, ele vai ter de parar de trabalhar e a gente vai ter de começar a tirar de lá. Então assim a gente tá com um plano de ele ficar lá e eu ficar trabalhando (na empresa). Mas eu não quero desistir não, dos meus estudos, não. E nem quero desistir de lá. E se a gente conseguir, eu vou pra lá. Eu vou trabalhar na minha terra, eu vou trabalhar no que é meu. É meu sonho. Produzir pra mim. Para os meus filhos. Você já imaginou? Minha mãe chegar na minha roça e ela poder levar a macaxeira, acerola, banana; coisa que lá (Salgueiro-PE) tem que ralar para comprar porque, não se tem com tanta fartura. Quando eu conseguir eu quero que ela esteja com vida para ela ver que eu não vim para aqui em vão (Entrevista com trabalhadora assalariada e acampada no Dom Tomás Balduino, abril de 2016).

As diversas histórias de vida dos trabalhadores e trabalhadoras com quem convivemos expressam uma trajetória bastante plural, sobretudo em relação aos muitos encontros e dificuldades que tiveram para garantir a sobrevivência. Os lugares de origem são variados, bem como as atividades laborais que realizavam. Entretanto, existem também muitos desejos em comuns entre sujeitos tão distintos, como o de conquistar terra/água para estabelecer um outro modo de vida a partir da produção agroecológica. Os diversos sujeitos, cujas vidas são marcadas por múltiplas experiências (tanto rurais quanto urbanos), veem nos acampamentos a oportunidade de vida digna e trabalho não precário, algo cada vez mais difícil nos grandes centros urbanos brasileiros. Como evidente no relato da trabalhadora do acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte-CE:

Tá sendo uma experiência de vida muito boa pra mim, muito boa mesmo. E assim, eu não abro mão disso daqui, mas ainda venho sofrendo, assim, críticas de minha família lá de Fortaleza(CE). Mas eu não me imagino fora daqui não, porque é um projeto assim de vida saudável, que foi o que me convenceram a ter para mim e pros meus filhos, pro meu irmão, pra minha família [...] eu era caixa de uma faculdade, Fanor. De um restaurante dentro de uma faculdade, em Fortaleza, nas dunas, já ouviu falar? Pronto, eu era caixa de um restaurante com o nome de dunas café que era dentro dessa faculdade. Passei quatro anos, trabalhando neste setor [...] e assim, depois fui trabalhar na escola sete de setembro, e nunca com atividade no campo; Mas só que assim eu achei que não ia ter capacidade de plantar, de criar aquilo, de assim, se eu fosse plantar um pé de goiaba desse, eu não sei, vai morrer [...] aí quando eu vim morar no Tomé, meu marido entende bem disso, de agricultura, meu marido, ex-marido, não sei mais (risos e pausa) [...] aí ele começou a plantar essa sementinha em mim, em ter amor em plantar, aí a gente fez uma hortinha de cheiro verde. Aí plantamos lá na nossa casa lá. Plantamos goiaba, graviola, mamão, sapoti, tamarindo, aí eu fui criando amor, amor [...] aí quando veio o movimento, me laçou e “quebrou minhas pernas” e eu estou aqui, apaixonada (risos). E foi isso, mais ou menos assim. Um pouco bagunçado, tumultuado, com luta, com sofrimento, com perdas, com vitórias, com tristezas, com muitas coisas ruins, mas muito mais boas ainda. (Entrevista com acampada no Zé Maria do Tomé, Limoeiro do Norte-CE, abril de 2017).

Em geral, por trás das propagandas midiáticas da fruticultura capitalista, que seria a fomentadora dos empregos e de desenvolvimento para estas regiões, percebemos, a partir da convivência nestas áreas, que as relações de trabalho predominantes são os contratos temporários, trabalhos informais, atividades insalubres, processos de adoecimento etc. Diante disso, muito(a)s dele(a)s buscam alternativas de reprodução da vida por outros meios, como tem sido o caso dos acampamentos. É o que sugere o relato de uma trabalhadora, que vivenciou a exploração nas principais empresas de fruticultura de Petrolina-PE, depois se envolvendo na luta pela terra:

[...] em 2006 quando nós viemos pra cá. Aí a gente fumo para um lote catar goiaba. Aí as meninas só falando, falando que trabalhava na uva, e eu era

curiosa para aprender a trabalhar na uva. Aí esse mesmo patrão da gente tinha um lote de uva e tinha um lote de goiaba. Aí eu vi as meninas, trabalhando, trabalhando, e eu doida para ir colher uva. Doida, doida, doida! E a gente trabalhando na goiaba. Aí foi surgiu uma vaga para trabalhar fichado lá na Fenix, [...] ele falou com o encarregado e eu fui pra lá. Quando eu cheguei lá eu aprendi a fazer tudo bem ligeirinho. Aí trabalhei dois anos nessa fazenda [...] Aí saí de lá com dois anos [...] Aí trabalhei na Agrivale. Trabalhei três contratos de seis meses lá. Aí depois que saí da Agrivale trabalhei na São Francisco. Aí fui pro Japonês, aí depois do Japonês fui para a Liberdade [...] Aí depois quando eu saí da Liberdade, vim pra cá (acampamento). Aí chegemos aqui começamos a plantar, plantemos o maracujá, não plantemos feijão logo, num tinha condições de botar a planta para frente [...] (Entrevista com acampada no Dom Tomás Balduino-Petrolina-PE, abril de 2016).

Em outro trecho do seu relato, nossa interlocutora supracitada revela as principais motivações que lhe fez procurar o acampamento de luta por terra-água. Geralmente, o conjunto dos interlocutores entrevistados enfatizaram a questão de terra de trabalho, embora neste caso apareça também o anseio por uma transição de um modo de vida urbano (com custos mais elevados) para um modo de vida rural que, no entender deles, traria mais qualidade de vida à sua família, como vimos no relato da trabalhadora cearense: “*porque é um projeto assim de vida saudável*”¹⁴¹. Assim sendo, tais sujeitos enfrentam os riscos (esta interlocutora quase perdeu o filho eletrocutado), os medos e ressaltam os benefícios de se inserirem nas áreas de conflitos:

Era por que a gente sempre quis um pedacinho de terra para a gente plantar. Nos nem pensamos no perigo, que tinha dono de terra, porque toda terra tem um dono, mas nós não pensava em nisso. Nós pensava é de chegar aqui, fazer os barraco e trabaiá. Porque é perigo nós ocupar um terra alheia que não é da gente (risos e pausa). Nós não pensamos nisso. Depois que a gente foi pensar [...] A gente via o pessoal comentando que já tinha vindo aqui dar o nome e marcado o terreno para plantar, ou para fazer o barraco. Aí eu ficava doidinha querendo vim. Até, a prova é tão grande que desde de quando a gente veio pra cá, eu tenho minha casa na Vila. Eu acho que eu andei lá tá com uns dois meses, num fui nem mais lá olhar como era que tava. Tá fechada. Quando o meu menino levou o choque, a

¹⁴¹ Entrevista com acampada, Acampamento Zé Maria do Tomé, Limoeiro do Norte-CE, abril de 2017.

gente foi pra casa. (Entrevista com acampada no Dom Tomás Balduino).

A intenção de evidenciar, neste momento, alguns trechos das histórias de vida de alguns sujeitos sociais, de realidades tão distintas, não requer esgotar a diversidade dessas experiências presente nos territórios em conflitos, mas apenas evidenciar, a partir dos relatos, essa metamorfose territorial do ser que trabalha. Ou seja, os relatos expressam o processo social que faz os sujeitos transitarem das periferias urbanas aos acampamentos de luta pela terra/água (estabelecendo uma outra relação cidade-campo), da condição de assalariados à trabalhadores relativamente autônomos, bem como perceber que as transformações no mundo do trabalho, que tem a fruticultura como especificidade, reconfigura não somente as formas de atividade laboral e a sua subjetividade, mas também a práxis dos sujeitos nas formas de luta contra o capital.

4.3. A experiência de luta no Acampamento Zé Maria do Tomé

Ao chegar no pequeno município de Limoeiro do Norte-CE, situado na região do Baixo Jaguaribe, o que salta à vista são os elementos que explicam o grande interesse das empresas em relação às terras nesta porção da Chapada, que como o próprio nome já indica, constitui numa grande extensão de terras férteis e planas, com disponibilidade de água subterrânea (COSTA, 2009), onde se encontram empresas como Del monte, Banesa, Frutacor, Agrícola Famosa, cercando várias comunidades que habitam a região.

Logo percebemos que a questão hídrica se torna importante, pois o controle territorial exercido pelas empresas objetiva monopolizar tanto as águas superficiais quanto as águas subterrâneas. Em épocas de estiagens prolongadas e da consequente redução de vazão do rio Jaguaribe e reservas dos mananciais subterrâneos, principais alimentadores do Perímetro Irrigado, ampliam-se a concorrência pela água entre os diversos segmentos do capital. A saída para sustentar tal modelo é encontrada pelos grandes agentes na intensificação do uso sobre o aquífero Jandaíra, através de mais perfurações de poços, muitas vezes sem as autorizações legais dos órgãos de gestão. Essa maior pressão vem acarretando em déficit hídrico, que excedeu em cerca de 4

milhões (m³) sua capacidade de recarga anual (FERREIRA et al, 2016).

A intensificação da escassez provocada combinadamente pela ofensiva do capital fruticultor e pelas estiagens, que já se estendem há mais de seis anos, expressa-se tanto nos rebaixamentos dos níveis do aquífero quanto na redução dos mananciais de superfície, o que tem significado para os pequenos produtores ameaça ou a perda de autonomia, pois não dispõem de recursos e ficam à mercê dos imperativos dos diferentes segmentos do capital.

Atualmente, na região da Chapada do Apodi-CE/RN existe uma ampla discussão acerca da incompatibilidade entre o destrutivismo do capital fruticultor e a possibilidade de socialização da vida e do estabelecimento de relações de trabalho que sejam baseadas na saúde ambiental, no direito soberano à terra-água, na preservação da natureza etc. Neste sentido, é que emergem as formas de resistências direcionadas à contestação de um modelo danoso e incompatível tanto do ponto de vista socioambiental quanto do estabelecimento de relações de trabalho dotadas de sentido e autônoma.

Pensar o processo histórico de constituição do acampamento Zé Maria do Tomé significa discutir a própria essência do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi a partir do viés da luta de classes, que se expressa nos conflitos territoriais. Como iremos perceber, a ocupação marcou o levante de um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras em relação às várias injustiças instituídas com a política estatal de irrigação, arraigada, como vimos, à concentração fundiária, à expropriação de populações tradicionais, à degradação da natureza e socioambiental (FREITAS, 2018; PONTES *et al*, 2013; PEREIRA, 2012).

Do mesmo modo, observamos também que a mencionada ocupação correspondeu, tanto a uma necessidade prática de trabalhadores e trabalhadoras quanto numa ação integrada entre diversos movimentos e sujeitos sociais, que há anos atuam na região da Chapada do Apodi-CE. Tal experiência parece trazer um rico aprendizado para as lutas contemporâneas, pois a unidade entre as diversas lutas em torno de questões vitais: como a terra, a água e o trabalho, se confrontam com a própria constituição do capital na era da financeirização. A nosso ver, tratou-se de um processo histórico que mostrou muitas lições de como variadas lutas podem convergir para uma mesma finalidade.

Assim, observamos também como determinadas situações de exploração e de dominação são questionadas pelos sujeitos sociais afetados direta ou indiretamente pelo

modelo de “desenvolvimento”. Seja na recusa a contaminação socioambiental, seja por negar as condições injustas de trabalho, as lutas dos sujeitos revelam uma situação que se tornou insuportável. Após mais 30 anos de implementação, o PI Jaguaribe-Apodi deixou seu legado nefasto de expropriação em massa dos camponeses habitantes da Chapada (FREITAS, 2017), assim como outros problemas vieram à tona, especialmente a questão da contaminação do ar, da água e dos sujeitos situados nas proximidades das plantações (RIGOTTO, 2003; PONTES *et al*, 2013; RIGOTTO; AGUIAR, 2015; AGUIAR, 2017).

Afetados por intoxicações, até então, que eram percebidas apenas por alguns moradores residentes nas comunidades da Chapada do Apodi, iniciou-se um processo de publicização dos problemas de saúde das populações residentes nesta região, especialmente com divulgação de algumas pesquisas que atestavam, através de estudos epidemiológicos e acompanhamentos comunitários, os fatos denunciados por ambientalistas como Zé Maria do Tomé, liderança que expressava a gravidade da contaminação das águas, do ar e da terra, cujos efeitos eram sentidos em graves problemas de saúde para os trabalhadores(as) (MARINHO, 2010; NÚCLEO TRAMAS, 2012; RIGOTTO; AGUIAR; RIBEIRO, 2018).

Mesmo com um final trágico, expresso no assassinato brutal do líder ambientalista, ocorrido em 21 de abril de 2010, muitos avaliam que as lutas não haviam sido em vão, já que conquistas podiam simbolizar alguns avanços – a exemplo da proibição da pulverização aérea¹⁴² –, embora não restituísse a dor das famílias que perderam seus entes para o caráter violento da pistolagem e/ou dos agrotóxicos.

Mais que símbolo de morte, a memória do mártir Zé Maria do Tomé contribuiu para consolidação de uma unidade inédita entre diversificados movimentos sociais, que se aglutinaram em torno do Movimento 21, do qual fazem parte atualmente: Caritas Diocesana de Limoeiro do Norte; CSP-Conlutas; Sindicato de Trabalhadores Rurais de Apodi-RN; FAFIDAM-UECE e NÚCLEO TRAMAS-UFC, Associações de Trabalhadores Rurais. Todos estes herdeiros dos variados processos de resistência realizadas conjuntamente na chapada.

¹⁴² Em relação a pulverização aérea houve um avanço seguido de Retrocesso, à medida que as lutas da chapada, promovidas por essa virtuosa articulação de sujeitos sociais conseguira instituir uma Lei municipal que proibia essa forma de pulverização. Após pouco tempo da morte da liderança Zé Maria, a lei foi revogada pelos mesmos vereadores que aprovaram, numa votação acirrada decidida pelo voto de Minerva (**para mais detalhes ver o Almanaque do Vale do Jaguaribe**).

Assim como os processos de resistência desencadeados pelas greves de 2008 e de 2012, as lutas contra a pulverização aérea, contra a naturalização dos agrotóxicos, a luta contra a impunidade dos assassinatos no campo, o acampamento Zé Maria do Tomé torna-se símbolo desse processo de reapropriação social dos bens comuns, realizado por várias famílias de trabalhadores que haviam sido expulsas da terra.

Tal território contribui tanto para alimentar a esperança de retorno à terra dos trabalhadores expropriados do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi-CE, quanto tem reforçado a possibilidade concreta de uma agricultura de base agroecológica nas fissuras do agrohídronegócio fruticultor. Trata-se, portanto, de reforçar uma *práxis* alternativa que conceba a terra, a água, a natureza e o território enquanto bens comuns, em detrimento de sua instrumentalização mercantil estabelecida pelo capital.

Ora, influenciados pelos princípios de uma outra relação com a natureza e de trabalho, ocorreu a ocupação das áreas públicas referentes a segunda etapa do PI Jaguaribe Apodi-CE, em 5 de maio de 2014. Tal ato atendeu aos anseios dos trabalhadores pela retomada de um território de vida, representando uma resposta à invasão da área por empresas do agrohídronegócio, que expandiram suas produções por perímetros ainda não regularizados¹⁴³. Ou seja, quando o capital invade terras públicas sem regularização, com o intuito de grilar, tornou-se mais que urgente realizar uma ocupação.

Conforme o documento do DNOCS (2009), analisado por Freitas (2017), havia cerca de 4 mil hectares (ha) invadidos por empresas nacionais e multinacionais, dos quais mais cerca de 50% estavam esbulhados por apenas quatro empresas, a saber: Fruta Cor (284,29), Banesa - Bananas do Nordeste S/A (356,74 ha), W. G. (174,46 ha) e Del Monte (1.223,27 ha). Ainda de acordo o referido estudo, muitas destas terras não estavam nem sequer sendo usadas, mas arrendadas ou ociosas, o que evidencia o alto grau de especulação fundiária, para a qual se destina a propriedade da terra, configurando em meio de apropriação de renda (FREITAS, 2017; OLIVEIRA, 2014).

Desta maneira, as ocupações de terra cumprem um papel social importante, ao exercerem uma pressão sobre o Estado para cumprimento de direitos historicamente relegados, como o direito à terra, a água, a vida, a saúde ambiental etc. Neste caso, o acampamento Zé Maria do Tomé é emblemático porque expressa a articulação dos

¹⁴³ DNOCS. Ver anexo: ofício nº 1325/2012/PRM/LN-CE, nos quais tratam-se das áreas pertencentes ao DNCS e invadidas.

movimentos sociais por várias frentes de resistência, tornando a luta pela terra e pela água o elemento catalizador das comunidades e do(a)s trabalhadores(as), em luta pelo direito de decidir o que fazer com a água (subterrânea e superficial), isto é, os sujeitos reclamam o direito de serem ouvidos a respeito das prioridades dos usos hídricos, já que continuam sendo apropriadas indiscriminadamente pelo capital.

Após a realização da ocupação, ocorrida em maio 2014, contando com mais 800 famílias da região, os movimentos e as famílias envolvidas vêm sofrendo um conjunto de ameaças judiciais de despejos da referida área pública¹⁴⁴, a qual poderiam ser destinadas aos pequenos produtores, mas que não ocorre em função de grandes interesses de empresas que influenciam (se não determinam) as decisões de instâncias importantes do Estado. Detalharemos a seguir os principais acontecimentos, envolvendo este conflito territorial, para que tenhamos uma ideia da articulação entre Capital-Estado com o intuito de enfraquecer as resistências dos trabalhadores e trabalhadoras, garantido a manutenção do *status quo*, ancorado na concentração da propriedade.

As famílias que permanecem há quase 4 anos na resistência, estão ameaçadas por uma reintegração de posse, em nome do DNOCS¹⁴⁵, solicitando a retirada delas de uma área que havia sido objeto de acordo, homologado em 2010, entre a referida autarquia federal e o Ministério Público Federal¹⁴⁶. Tal negociação previa a destinação de mais de mil hectares aos pequenos produtores (em lotes de 8 ha, referentes a 2ª etapa do Perímetro). Conforme observa o relato a Defensoria Pública da União (DPU), sintetizando a questão judicial que envolve o acampamento Zé Maria do Tomé, lemos:

Já em 2014, houve uma reunião das famílias com o DNOCS para desobstrução da área do canal. Nessa reunião as famílias se comprometeram em desobstruir o canal e o DNOCS se comprometera, à época, a suspender o processo e o pedido de liminar¹⁴⁷. As famílias desobstruíram o canal, mas o processo continuou a correr, à despeito de estarem sendo feitas negociações na esfera administrativa, que culminaram tanto

¹⁴⁴ Ver documento da CNBB. Pedido de reconsideração do Processo 08000053-25.2014.4.05.8101. Limoeiro do Norte, 13 de maio de 2014.

¹⁴⁵ Ver documento de reintegração de posse de 9 de março de 2017, solicitada pela FAPIJA e “outro” (Omite-se o DNOCS).

¹⁴⁶ Refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 06 de julho de 2010. Anexo.

¹⁴⁷ Ver Ata da reunião realizada em Fortaleza, na sede do DNOCS, no dia 09 de maio de 2014, quando se reuniram representantes do DNOCS, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, do MPF, escritório Frei Tito, integrantes do M21 (MST, Caritas, FAFIDAM, UFC-TRAMAS), decidindo-se pelo cancelamento da reintegração de posse DNOCS/FAPIJA (nº08000532520144058101), em função do avanço das negociações.

com a edição da portaria 1 de 2015, interministerial, entre o Ministério da Integração Nacional, ao qual é vinculado o DNOCS, e o ministério do Desenvolvimento Agrário, à época, para garantir o cumprimento desse termo de acordo, ampliando inclusive a área original de mil para mil e setecentos hectares, e também constituindo um grupo técnico com a participação de diversas instituições como o INCRA o DNOCS, os próprios acampados, uma representação da Caritas, entre outras instituições, para que discutissem a viabilidade de uma solução que regularizasse [...] e que adequasse a permanência das famílias à lógica de um perímetro irrigado. Essas reuniões foram acontecendo, em 2016 houve a emissão de um laudo de avaliação, em que o próprio DNOCS mencionava a destinação da área para as famílias acampadas. Não obstante, no decorrer do ano de 2016 tenham cessado unilateralmente, apenas por um dos lados essa negociação. O DNOCS parou de discutir com as famílias, de chamar as famílias para as reuniões. Ao passo que em 2017, as famílias foram surpreendidas com o retorno desse processo: com o pedido de cumprimento da ordem de reintegração. A defensoria pública foi comunicada desse pedido de cumprimento, se manifestou no processo, colocando essas situações, que a defensoria entendia que essa situação do poder público era contraditória. Como é que uma mesma instituição se senta para dialogar com as famílias, se posicionando no sentido de que vai fazer a destinação de áreas, de que vai regularizar, e, em outro momento, essa mesma instituição pede que a polícia cumpra uma ordem de reintegração da justiça, retirando à força todas essas famílias do local. (Defensoria pública da União, realizada em Fortaleza, em 06 de junho de 2017, durante a coletiva da CNBB regional NE 1, sobre a situação do acampamento Zé Maria, na Chapada do Apodi. Transcrição nossa).

Diante dos fatos supracitados, a Defensoria Pública da União (DPU) solicitou uma reconsideração da decisão emitida pela 15ª Vara de Justiça de Limoeiro do Norte, a qual que expulsava as famílias. O papel contraditório na conduta do órgão federal se explicita quando o mesmo firma um acordo (TAC), com as famílias acampadas, rompendo unilateralmente com o cumprimento de tais convenções. A solicitação da DPU de revogação da decisão contraditória só foi atendida na instância do Tribunal Regional Federal da 5ª região, em Fortaleza-CE, instituição que a cancelou (em caráter provisório), sobretudo após uma onda de mobilizações sociais contrárias à retirada das famílias¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Escrito com base nas informações e argumentos proferidos pela Fala da Dra. Lídia, Defensoria Pública da União, sobre o caso do Acampamento Zé Maria do Tomé. Fortaleza, 06 de junho de 2017, durante a coletiva da CNBB regional NE 1 e caritas Ceará sobre a situação do acampamento Zé Maria, na Chapada do Apodi).

Outro elemento importante mencionado também no recurso da DPU versa sobre o caráter dúbio do DNOCS em relação às famílias, pois à medida que o órgão solicitava insistentemente o cumprimento da reintegração de posse, inclusive com uso da força, solicitava uma audiência de conciliação com as famílias acampadas, as mesmas que seriam alvo da retirada violenta. É digno de nota o cinismo contido no trecho da reintegração de posse, em que o poder público admite o risco da reintegração, embora busque culpabilizar os sujeitos pela violência estatal, como fica claro num trecho do documento de reintegração: “a responsabilidade por uma eventual tragédia só pode ser imputada aos próprios invasores [...] é o próprio MST que obrigada a polícia a utilizar a força”¹⁴⁹. Esses fatos desnudam a ação destrutiva do Estado que busca transferir a culpa dos pauperismos sócias para os próprios sujeitos vitimados pela escassez (MARX, 2010).

Atualmente, este território continua ameaçado de reintegração, pois imbuído em sua missão de garantir a apropriação privada do território, o Estado não hesitará, em sua tendência de *ilegalidade sistêmica* contemporânea, em descumprir quantos acordos sejam necessários para resguardar o capital, absolutizando a propriedade e relativizando o direito à vida (MÉSZAROS, 2015).

Tal questão mostra como o aparato estatal permeado do interesse do capital, entra em contradição consigo mesmo, à medida que suas ações negam princípios jurídicos garantidos em seu próprio âmbito institucional, como o direito à terra e de sua função social. Conforme pode ser encontrado detalhadamente em Freitas (2017), mesmo depois de muitas lutas, atos públicos, negociações, elaboração de propostas populares, denúncias, entre outros, os(as) camponeses(as) continuam resistentes à ameaça de nova reintegração de posse¹⁵⁰.

Assim, em épocas de crises e de agravamento dos conflitos sociais e territoriais temos percebido nos diversos âmbitos escalares, uma explicitação do caráter de dominação classe do Estado, a partir do qual grandes corporações buscam estender seus interesses particulares enquanto universais. Por tal razão, tornam-se cada vez mais necessárias as pressões sociais para que a defesa oligopolizada da propriedade, nos moldes requeridos pela acumulação, não se sobreponha à vida dos trabalhadores, dos povos e dos bens comuns.

¹⁴⁹ Ver Documento de Reintegração de posse. Nº 0800053-25.2014.4.05.8101.

¹⁵⁰ Como a reintegração de posse datada de 5 de abril de 2017, expedida pelo Juiz Bernardo Lima de Vasconcelos Carneiro, da 15ª Vara de Limoeiro do Norte.

O território do Acampamento Zé Maria do Tomé configura-se numa concretização das ações de vários movimentos sociais, que mantêm vivo os processos de resistências do(a)s trabalhadore(a)s e povos da Chapada do Apodi. Nesta perspectiva, a realização da Semana Zé Maria do Tomé, em sua oitava edição, em 2018, constituiu-se em outro rico espaço de (re)articulação da memória das lutas do passado com as do presente, com vistas à construção de um futuro que garanta aos trabalhadores e trabalhadoras a retomada dos bens da natureza e do território.

Como pontuamos mais acima, ao mencionarmos a peça teatral “As viúvas do Veneno”¹⁵¹, a realização de atividades conjuntas com as comunidades afetadas, bem como a desconstrução da ideologia do agrohidronegócio, que se mostra enquanto provedor de “desenvolvimento”, consiste numa arma importante no fortalecimento das resistências da classe trabalhadora. A esse respeito, destacamos também as romarias da terra e das águas, as audiências públicas¹⁵² e os atos de rua que se voltam à defesa do território. (Figuras 15, 16, 17).

Figura 15. À direita, ato realizado por trabalhadora(a)s rurais ligado(a)s no Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: Trabalho de Campo, Limoeiro do Norte-CE – abril de 2017

¹⁵¹ O texto desta peça é baseado na novela escrita pelo Jornalista Melquíades Júnior, que tem exercido um papel importante na denúncia dos crimes do agrohidronegócio na região do Ceará.

¹⁵² Diante dos problemas enfrentados por diversos trabalhadores camponeses e camponesas que vivem na Chapada do Apodi, foi marcada uma audiência pública, que estava agendada há vários meses de antecedência, no auditório da FAFIDAM, em Limoeiro do Norte-CE. Além disso, tratava-se de discutir a própria questão do déficit hídrico do Jandaíra, registrado no próprio relatório da COGEHR. A grande lição disso tudo foi a confirmação prática do descaso de tais instituições para com a opinião pública que compareceu em massa em uma audiência pública no dia 20 de abril de 2016. Diante do não comparecimento injustificado de todos os órgãos convidados o sentimento que resultou na massa de trabalhadores, estudantes, professores e movimentos foi a de uma acertada formação de um conselho popular de gestão das águas subterrâneas.

Figura 16. À esquerda. Monumento em memória à liderança Zé Maria do Tomé. À direita. Realização da 6ª Romaria da Chapada. Memória viva das lideranças que deram a vida pela saúde ambiental, pela terra, pela água, pelo território



Fonte: Trabalho de Campo, Limoeiro do Norte-CE – abril de 2017

Figura 17. Exibição comunitária do documentário-denúncia Sweet Venon (doce veneno), na praça. À Direita. Intercâmbio entre camponeses da Chapada do Apodi-CE/RN



Fonte: Trabalho de Campo, comunidade rural do Tomé, Limoeiro do Norte-CE – abril de 2017.

Como pode ser observado nas imagens acima, não se trata apenas de uma ocupação de terra, mas de um conjunto complexo e articulado de lutas que orbitam em torno dela. Talvez essa seja a grande riqueza dessa experiência, ao evidenciar a necessidade de articulação dos mais variados sujeitos sociais e movimentos frente ao inimigo comum, identificado no capital mundializado. O Movimento 21 expressa a

possibilidade e a necessidade de consolidar uma unidade na diversidade (das lutas e dos sujeitos), mesmo em meio à expressiva fragmentação do mundo trabalho. Esta pulverização, longe de ser meramente uma questão de sectarismo individuais ou coletivos, consiste numa tendência imposta pelo capital que, ao combinar diversas relações laborais precárias a complexos mecanismos de apropriação de renda capitalizada da terra. Reforça a heterogeneidade dos sujeitos (THOMAZ JUNIOR, 2009; OLIVEIRA, 2014).

Entretanto, a importância desta articulação é reforçada por envolver diversificados movimentos e trabalhadores(as), situados em toda a região da Chapada do Apodi-CE/RN. Como sabemos, a formação geológica e geomorfológica de chapada, que constitui a base natural e que permite a constituição da reserva de água subterrânea, tanto no Ceará quanto Rio Grande do Norte, gera grandes interesses corporativos por estas áreas.

Nesta perspectiva, o capital em seu afã de recursos territoriais expande seus tentáculos em direção ao controle das terras e das águas (com a perfuração de poços) sem limites de fronteiras estaduais e/ou naturais. Já o trabalho, costumeiramente, estava relegado aos limites territoriais (quase sempre aprisionado à ação territorial dos sindicatos), restringindo-se, por assim dizer, a possibilidade de exercer processos de resistências mais contundentes (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Ora, enquanto as empresas do agrohidronegócio possuem grande mobilidade territorial, com a compra e/ou o arrendamento de terras, ou até recebendo concessões através dos PIs, os trabalhadores mantinham-se isolados nas localidades e mais vulneráveis aos processos decisórios impostos de cima para baixo, desconsiderando os modos de vida da região.

A experiência das organizações sociais que culminaram com unificação no M21, possui esse mérito inédito de retirar os sujeitos sociais desse isolamento territorial, ao perceberem que seus problemas são comuns, que seus inimigos são os mesmos e, principalmente, que suas lutas poderiam se unificar sem desprezar as diversidades, que são fundamentais ao enfrentamento com capital, no século XXI.

A luta pela terra-água, enquanto elemento unificador da estratégia do Movimento 21 e das diversas entidades da Chapada do Apodi-CE/RN, torna-se imprescindível diante da iminente problemática territorial de destruição da natureza, impulsionada através da mercantilização generalizada. Em contraposição a tal processo,

surge constantemente a necessidade de um movimento de massa permanente, com caráter ativo, com atos públicos e denúncias, bem como de caráter formativo que trabalhe no âmbito das contra hegemonias à longo prazo (GRAMSCI, 2001).

Como observa nosso interlocutor a respeito da formação do Movimento 21, a respeito da necessidade de unificação exigida pelas circunstâncias das lutas:

A gente até 2005, [...] fazia movimentos isolados. Cada entidade, a Caritas, o MST, a CSP-CONLUTAS, a gente tinha atividades na região, mas eram atividades isoladas. O que é que aconteceu? Nós tínhamos um companheiro, líder ambiental, Zé Maria do Tomé. Esse companheiro que era a voz da Chapada. Ele conseguia agregar muitas pessoas em torno dessa pauta contra os agrotóxicos e a pulverização aérea na Chapada. Então, por força própria, junto com a comunidade, criou uma lei que foi aprovada na Câmara (de vereadores). A lei que proibia a pulverização aérea na chapada, na região de Limoeiro. Mas aí o que foi que aconteceu? Mataram o Zé Maria, em 21 de Abril de 2010. Com 25 tiros, pelas costas, três horas da tarde. Com a morte do Zé Maria do Tomé, um mês depois revogaram a lei. Nós entendemos bem o recado. Então nós fizemos uma reunião, depois da morte do Zé Maria e da revogação que a gente foi pra lá pra ser contra. Mobilizamos as comunidades, mas mesmo assim os vereadores revogaram. Nós percebemos isso, e dissemos assim: olhe gente tem muitas diferenças aqui. Cada entidade tem extrema diferença, mas o seguinte: a luta é maior do que as nossas diferenças. Nos temos que unificar, porque isso vai acarretar que vai matar mais gente. Ou a gente unifica, se nós dividir nós vamos ficar mais fragilizado, e vai vim mais forte, isso aí foi só um recado. (Entrevista com membro do M21, trabalho de campo, abril de 2016).

A imposição do momento histórico tornou questão da unidade entre os distintos sujeitos sociais uma necessidade objetiva, à medida que o destrutivismo do capital não se restringia aos processos de contaminação socioambiental, mas também aglutinava os ranços do atraso vistos no latifúndio, nas monoculturas, nos venenos, na violência, entre outros, como evidencia o vínculo entre uma grande empresa de fruticultura e o assassinato da liderança Zé Maria do Tomé. Como acrescenta nosso interlocutor supracitado:

[...] todo mês nós fazia atividade de rua. Juntou os movimentos, formamos o Movimento 21, em homenagem ao Zé Maria do Tomé que foi morto no dia 21 de abril. A UFC [...], a CSP-Conlutas, a Caritas Diocesana, o MST e a FAFIDAM. Juntou esses movimentos depois vieram outros. As comunidades, as paróquias [...]. Se você for no memorial lá no Tomé, hoje à

noite, você pode visitar, lá tem a história. Todo mês a gente fazia uma atividade de rua na Câmara (de vereadores), nas praças, ocupamos [...] até que o crime fosse desvendado. E foi desvendado! Então foi acusado o João Teixeira, que é o dono de uma das maiores empresas aqui, que é irmão do ministro que agora é secretário de estado. Entrevista com membro do M21, Trabalho de Campo, abril de 2016.).

A nosso ver, o processo de resistência tem sido travado tanto no âmbito objetivo, visto nas ocupações, quanto no aspecto subjetivo, isto é, no campo contestatório à ideologia hegemônica (como o documentário *Sweet Venon*), contribuindo para articulação dessas lutas em outras escalas, nacional e internacional. Isso faz com que resistências, como o Acampamento Zé Maria do Tomé, sejam depositárias de solidariedades mútuas de pessoas e militantes de outras regiões e outros países. Nossa pesquisa engajada, conseguiu estabelecer laços de solidariedade com lideranças e pesquisadores internacionais, a exemplo da principal liderança na Guerra da água boliviana, Oscar Oliveira (Fundação Abril- Cochabamba), e do ecossocialista Michael Löwy. Formam-se, portanto, articulações e redes de resistências contrárias às aberrações socioambientais, que se consolidam através de uma divisão internacional do trabalho e da natureza, desigual e injusta (RIGOTTO, 2003; ACSELRAD, 2010; BREILH, 2011, PONTES *et al*, 2013).

Tais resistências, contestam a combinação entre monopólio territorial e modelo desenvolvimento predatório, contribuindo para a formação crítica de uma opinião pública que se contraponha à tentativa de naturalização dos venenos e a mercantilização da natureza pelo agrohidronegocio fruticultor. Trata-se de denunciar os perigos que toda população corre ao levar a cabo esse tipo de desenvolvimento predatório, como retratou Raquel Carson (2010), parafraseando Jean Rostand: “a obrigação de suportar nos dá o direito de saber”. É o que, de forma análoga, buscam fazer as pesquisas do Núcleo Tramas (UFC), em relação aos PIs; as pesquisas do CEGeT-CETAS, em relação ao agrohidronegócio canavieiro; e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), em vista da defesa de uma saúde socioambiental no Brasil.

A experiência evidenciada pelo acampamento Zé Maria do Tomé representa uma problemática comum a várias regiões do país, como a escassez de terra e água, a precariedade das condições de vida e a degradação do trabalho, agravadas pelo modelo

químico-dependente, característico do agrohidronegócio. Existe, pois, uma articulação de temáticas que são necessárias ao entendimento geral do processo de acumulação de capital, à medida em que a lógica centralizadora suplanta necessidades humanas reais, substituindo-as por “necessidades” artificiais, que desconsideram os limites absolutos da natureza e do trabalho vivo, como frisado por Mészáros (2002):

Hoje, a situação é radicalmente diferente, pois num momento em que a expansão do capital é inseparável da reprodução e da autopreservação destrutivas do sistema, é cruel levar adiante, com maior intensidade praticável, um tipo deformado de produção. Desta forma, a disciplina externa do capital não só não faz mais sentido com ainda representa o triunfo devastador da *não-razão*, da mesma maneira que a insensata expansão do valor de troca, à custa de necessidades humanas vitais, representa um triunfo do *antivalor* (MÉSZÁROS, 2002, p. 977).

Deste modo, discutir a questão dos conflitos pela terra-água significa considerar que tais bens da natureza possuem relação com duas possibilidades, a saber: podem servir para garantir reprodução da vida, de autonomia de trabalho, de alimentação limpa e saudável; ou, quando submetidos ao monopólio territorial das grandes empresas provoca dependência e consequentes processos de precarização da vida e do trabalho, já que não é comprometida apenas a autonomia, mas as próprias condições de vida do(a)s trabalhador(a)es.

Há, portanto, a necessidade de reforçar um debate público sobre questões vitais interdependentes, como terra-água-ambiente, em articulação com pesquisas científicas, que busquem desmistificar a ideia de progresso e de desenvolvimento atreladas à ideologia do agrohidronegócio e de outros ramos do capital. Os conflitos territoriais envolvendo a fruticultura empresarial, camponeses e vários segmentos de trabalhadores(as), contribuem para evidenciar outras facetas do mesmo processo, à medida que expressam a necessidade da desconcentração fundiária e o estabelecimento de novas sociabilidades.

Assim, tanto as articulações dos diferentes segmentos de movimentos sociais, quanto das diferentes temáticas inerentes ao território, tornaram-se mais que necessárias para ampliar os espaços de discussão sobre a problemática territorial que envolve os povos da Chapada, que possuem uma relação direta e indireta com os trabalhadores das cidades, os quais são afetados por um modelo insustentável, incidente sobre as questões

socioambientais. O caso do trabalhador Wanderlei¹⁵³ (Del Monte), residente no bairro “Cidade Alta”, em Limoeiro Norte-CE, que teve sua vida ceifada pelo trabalho com os agrotóxicos, evidencia essa relação cidade-campo imbricada no processo destrutivo do capital fruticultor.

Diante de tais fatos, vários habitantes das cidades, que estão permeadas pelos impactos do modelo hegemônico de fruticultura, acabam enxergando com desconfiança as promessas de “progresso” que são veiculadas pelo agrohidronegócio fruticultor. Mesmo diante da tentativa de camuflar os conflitos e de naturalizar formas de degradação socioambientais, são tecidas cotidianamente solidariedades entre pessoas que habitam as cidades com as lutas desenvolvidas no campo, como ocorrido na região Chapada-CE, tendo vista a repercussão da brutalidade da ação do capital.

Nesta perspectiva, acreditamos que as lutas expressas no Acampamentos Zé Maria do Tomé sinalizam a necessidade de ruptura com o destrutivismo imposto pela fruticultura capitalista. Em outras palavras, consiste no questionamento da estrutura de poder instituído pelo capital e pelo Estado, através dos PIs.

Ao modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado na grande propriedade, na monocultura, na contaminação socioambiental, na precarização do trabalho, na concentração territorial e dos recursos financeiros, emergem formas de produção, baseadas em princípios agroecológicos, em soberania alimentar, em tecnologias sociais de baixo custo, em sociabilidades mais humanas, que sejam dotadas de autonomia e sustentabilidade. Essas resistências revelam a convivência com a natureza no semiárido, bem como desvela aspectos que sinalizam uma maior autonomia no modo de vida e nas relações de trabalho.

Se os problemas sociais surgem onde já existem as condições necessárias à sua superação, para lembrar Gramsci (2005), então as formas de produção diversificadas presente nos quintais produtivos, ancoradas em princípios da agroecologia, parecem sinalizar uma alternativa concreta ao modelo hegemônico de fruticultura do capital instaurada na Chapada do Apodi. (Figuras 18, 19, 20).

¹⁵³ Este caso contribui para fortalecer um argumento contrário ao agrohidronegócio fruticultor. De acordo com a médica Raquel Rigotto, em sua fala no documentário Sweet Venom, tal caso foi um dos poucos em que se pôde estudar o nexo causal entre a intoxicação por agrotóxico e o óbito. Além disso, alerta ela, que certamente poderão ocorrer muitos casos devido ao intensivo processo de contaminação socioambiental.

Figura 18. Produção de mamão consorciado com outras culturas alimentares



Fonte: Trabalho de campo no Acampamento Zé Maria, Limoeiro do Norte-CE, abril de 2016.

Figura 19. Quintais produtivos expressando a (re)existência de um outro modo de vida



Fonte: Trabalho de campo no Acampamento Zé Maria, Limoeiro do Norte-CE, abril de 2017.

Figura 20. Mosaico: Reprodução da vida, produção e comercialização de policulturas



Fonte: Trabalho de campo no acampamento Zé Maria do Tomé, abril de 2018.

A realidade se expressa em sua natureza contraditória quando percebemos que no seio de um território hegemônico pelo capital fruticultor (re)existem sociabilidades não capitalistas, bem como espaços de encontros, que sinalizam uma necessária reconfiguração no uso da terra-água. Como expressam os indicadores elaborados por Freitas (2018), referindo-se ao acampamento Zé Maria do Tomé, esta experiência evidencia que 84,14 % das famílias que ali vivem desejam produzir sem agrotóxicos, priorizando sobretudo culturas alimentares que repercutem diretamente nos mercados locais de alimentos ao garantir qualidade de quantidade de produtos¹⁵⁴.

Embora ilhados por atividades monocultoras, que impõe o uso dos agrotóxicos

¹⁵⁴ Vale destacar que este estudo, metodologicamente caracterizado enquanto pesquisa-ação e participante, permite a autora um alto grau de detalhamento sobre os modos de vida desenvolvidos no acampamento Zé Maria do Tomé, assim como da existência de uma complexa trama de articulação política entre várias entidades que compõe o M21.

e comprometem a preservação ambiental, a produção limpa e a saúde dos povos da Chapada do Apodi, no acampamento Zé Maria podemos notar a esperança concreta que emerge das plantações dos “Josés” e das “Marias” que ali se mantem firmes, enfrentando as adversidades impostas. Em última instância, a luta pelo território constitui-se na luta pela retomada da autonomia sobre a vida e sobre o trabalho, que implica reconfigura a relação coma natureza.

4.4. As resistências dos sujeitos no acampamento Dom Tomas Balduino Petrolina-PE

Como já mencionamos, a região do sub-médio do rio São Francisco constitui-se numa porção do território de grande expressão na da produção mundializada de frutas em toda América Latina. Petrolina, principal município que compreende o Polo Petrolina-Juazeiro, conta com conjunto de infraestruturas (rodovias, portos, aeroportos etc.) destinadas a permitir o escoamento das frutas para o mercado interno e para o exterior.

Através de grandes investimentos públicos foram viabilizadas a expansão dos projetos de irrigação, de modo que houve um avassalador processo de dominação territorial por grandes empresas que buscaram padronizar o território, com base em monoculturas, por meio da manipulação biogenética¹⁵⁵, e do uso intensivo da terra e das águas etc. (BEZERRA, 2012; SOUSA, 2013; DOURADO, 2015). Tal processo acarretou profundas transformações nas formas de vida dos trabalhadore(a)s, nos seus tempos de trabalho e nas formas assumidas pelas lutas, como veremos no caso das resistências desenvolvidas no Acampamento Dom Tomás Balduino.

Entretanto, faz-se necessário contextualizarmos historicamente a região fruticultora, do ponto de vista da luta pela terra/água, para que entendamos como se configurou não somente o aparato territorial que deu base à fruticultura irrigada, mas identifiquemos a persistência de históricas lutas da classe trabalhadora. Em geral, é comum conhecermos o processo histórico a partir do estabelecimento do capital e

¹⁵⁵ A simples presença de uma filial da multinacional Monsanto em Petrolina, com seus projetos de transgenia, é emblemática do aparato que o capital fruticultor adquire nesta região.

esquecermos (intencionalmente ou não) o papel das organizações sociais que convivem *pari passu* com os conflitos.

Estamos cientes da multiplicidade de organizações existentes na região que compreende nosso interesse de estudo, a exemplo do Instituto Rural da Pequena Agricultura Apropriada (IRPAA), da CPT, dos Sindicatos Rurais, de Organizações comunitárias rurais, etc., que há muito tempo vem desenvolvendo diversas lutas cuja ênfase se dá a partir do princípio da convivência com o semiárido. Entretanto, como trataremos especificamente da luta pela terra (sobretudo das ocupações existentes no PI PONTAL), torna-se imprescindível contextualizar como se deu o processo de luta encabeçado pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Petrolina. De acordo com um dos dirigentes do MST, que atua na região, essa história iniciou da seguinte maneira:

[...] a gente inicia nossas ocupações lá pelo litoral e se avalia que dentro do estado de Pernambuco, também haveria uma grande região, que era a região dos sertões aqui, que tá caracterizado como sertão de Pernambuco que tinha um grande contingente de família que trabalhava no mesmo processo do pessoal da Zona da Mata, mas um processo diferente na fruticultura irrigada. [...] E que haveria aqui um grande latifúndio [...] Nós fincamos nossa bandeira de luta aqui no ano de 1995. Foi a primeira ocupação que nós fizemos, aqui nesta terra, aqui nesta beira de rio. Então, foram duas mil duzentos e quatro famílias nesse assentamento. (Entrevista com dirigente do MST da região de Petrolina, trabalho de campo, abril de 2016).

Nosso interlocutor se refere ao município de Santa Maria da Boa Vista-PE¹⁵⁶, que nos anos 1990 foi palco de grandes conflitos fundiários. Tal processo de resistência resultou na desapropriação e na criação de 18 áreas de assentamentos rurais, comportando mais de 2 mil famílias. Além destas, existem 2 áreas de acampamentos, ainda hoje persistente na luta¹⁵⁷, o que faz de tal município o mais significativo do ponto de vista de áreas de reforma agrária, onde atualmente há uma “estrada da reforma agrária”, com diversas áreas de assentamentos de reforma agrária. Este fato pode ser

¹⁵⁶ Um dos municípios que compreendem o Polo Fruticultor Juazeiro-Petrolina.

¹⁵⁷ Em relação a essas áreas de acampamentos, destacamos o acampamento filhos da Luta, com cerca de 800 famílias, advindas principalmente dos filhos das áreas de assentamento da região. E o acampamento Hugo Chaves, com o total de 150 famílias, entre acampamentos e assentamentos, vinculados ao MST.

observado na paisagem quando se percorre a rodovia PE-428 para chegar até o referido município. Ainda conforme nosso interlocutor supracitado, se referindo ao sucessivo processo sucessivo de redefinição territorial:

[...] essa terra que hoje foram devolvidas aos trabalhadores eram terras pertencentes a famílias descendentes de quilombolas. Então com essa questão onde [...] os pais vão morrendo, vão passando para os filhos, os herdeiros vão herdando a terra [...] eles acabaram vendendo essa terra para as multinacionais. Por exemplo, esse assentamento aqui¹⁵⁸ pertencia ao grupo ETE, que produzia tomate, muito tomate nesse assentamento. Então nós chegamos aqui com a estratégia de ocupar. Desse assentamento nós fizemos três assentamentos. Essas duas mil duzentos e quatro famílias acampadas nós distribuimos em seis assentamentos. Que foi o assentamento Vitória que chega logo aqui perto, o assentamento Boqueirão, Catalunha, São Francisco no município de Petrolina, mais dois assentamentos no município de Cabrobró e um em Petrolândia. (Entrevista com dirigente do MST da região de Petrolina, trabalho de campo, de abril de 2016).

O que percebemos a partir dos relatos é que a estratégia do MST em ocupar as áreas de PIs, na região do Vale do São Francisco, além de configurar-se enquanto contestação da forma desigual como tem sido desenvolvida as políticas de irrigação, tem como objetivo fortalecer outras áreas de luta que pairam na região semiárida do Vale do São Francisco, onde a constante especialização na produção de algodão, tomate, cebola e frutas, etc., também significou um intenso processo expropriatório e concentrador do território e dos mananciais hídricos (SOUSA, 2013; DOURADO, 2015, TORRES, 2016). Neste contexto é que pode ser compreendido o relato de outro interlocutor a respeito da ocupação no PI irrigado Pontal:

Na verdade, os conflitos que estão havendo nas áreas de PI são por parte basicamente do governo federal que não entendeu ainda a lógica do PI. Aqui no Pontal Sul, a lógica que eles têm do PI do Pontal Sul não contempla, nem tampouco a ideologia que nós defendemos e o padrão da região. A empresa que ganhou a licitação para coordenar o PI do Pontal Sul, pela experiência nossa do movimento sem-terra, ela delegou 100% para reforma agrária. No qual nós aceitamos, né? A gente tinha 30%, e pular para 100% de assentados é uma vantagem muito

¹⁵⁸ Refere-se ao assentamento denominado Safra, que consiste num PA pioneiro do que se refere a projetos de irrigação para pequenos irrigantes de áreas de reforma agrária.

grande. Mas quando nós fomos avaliar a empresa que ganhou tinha uma outra concepção de reforma agrária, que era um retrocesso na questão da reforma agrária. Ele queria assentar o pessoal da reforma agrária, queria dar casa para o pessoal, dar terra para o pessoal trabalhar e coordenar todo o processo via empresa. Então, logo de pronto, nós não aceitamos o Pontal Sul, que até então não estava ocupado e revertemos o processo. Ocupamos o Pontal Sul para dizer que o nosso projeto de reforma agrária vai para além daquilo que está proposto na questão dos PI. Então o Pontal Sul para nós hoje, significa uma estratégia tanto do ponto de vista da luta pela terra quanto do ponto da luta ideológica, porque não se pode conceber que em vários anos em luta pela terra o movimento vá ceder, falando numa concepção maior, a um projeto tão pequeno que é essa questão dos PI. (Entrevista com dirigente do MST da região de Petrolina, trabalho de campo, abril de 2016).

Nesta mesma perspectiva, outro integrante do MST acrescenta que participou das ocupações sucessivas no Pontal-PE, bem como do conflituoso e similar processo de ocupação do Perímetro Salitre-BA, em Juazeiro-BA, caso estudado em detalhes por Dourado (2015) e cujo desfecho não foi favorável aos trabalhadores. Retomando a questão do Pontal o dirigente do MST nos retrata um panorâmica geral de como o movimento compreende essa problemática estratégica dos Perímetros Irrigados para os trabalhadores que vivem no semiárido:

[...] nessa região também tem muitas famílias que são Sem Terra e que o governo nos últimos anos (não) tem desenvolvido a reforma agrária. Por isso que o MST tem incentivado [...] tem avançado por essas áreas onde o governo tem investido bilhões de reais, de recursos públicos, para poder repassar para o agronegócio [...] então nós queremos retomar essas áreas, esses grandes projetos como a transposição do rio São Francisco, como o salitre na Bahia, como o Pontal Sul [...] que possam ser transformados em grandes projetos de reforma agrária, porque vai assentar muitas famílias e vai produzir o que o povo brasileiro precisa, que é alimento. E que nós defendemos ainda um alimento sadio dentro de uma perspectiva da agroecologia, sem usar grandes quantidade de veneno. Então o Pontal sul entra dentro deste histórico, em 2007, a gente fez uma das maiores ocupações [...], tirando o Safra que foi mais de 2000 famílias [...], no Pontal sul a gente fez um trabalho de formação com a sociedade de Petrolina, de Alagoa Grande[...] essa região toda de Juazeiro da Bahia[...] e a gente fez um trabalho de base e conseguimos levar mais de 2 mil famílias. Foi uma luta histórica. É uma

área federal e a gente teve muita repressão por parte da polícia militar, por parte da polícia federal [...] vários processos. Na época eu era dirigente. Tenho vários históricos de desobediência por não desocupar a área. Por exemplo, a polícia dava despejo hoje, e amanhã a gente reocupava. (Entrevista com dirigente do MST, abril de 2016).

Mesmo identificando os altos e baixos enfrentados pelas lutas, paradoxalmente na era dos governos progressistas, nosso interlocutor supracitado deixa evidente que, por se tratar de áreas de grande interesse para o capital e para grupos oligárquicos, os PIs poderiam servir enquanto meios de fortalecer outras lutas, sobretudo por potencializarem as reivindicações dos sujeitos junto aos órgãos de planejamento e gestão em escala nacional. Tal fato nos remete a pensar que as lutas ali materializadas na escala local, não necessariamente estariam voltadas a obtenção daquela área de terra específica, mas corresponde a estratégia de maximizar as lutas em outros níveis. Acompanhemos outro trecho narrado por nosso interlocutor:

Então foi enfraquecendo a luta, porque em 2010, 2011, 2012, o governo, cada vez mais que a gente negociava não dava nenhuma perspectiva as famílias. O resultado disso tudo é que a gente conseguiu a partir do Pontal Sul, a gente fez vários acampamentos na região de Petrolina [...] a gente fez vários outros assentamentos que já é fruto dessa luta desde 2007 [...] e a partir de 2013 a gente traçou uma nova estratégia, e a gente acabou retomando essa perspectiva de ocupação no pontal sul. E a gente ocupar o máximo de áreas que tem, que já são das empresas [...], para poder pressionar o governo, para poder fazer projetos de reforma agrária para assentar as famílias que a gente tem acampadas na região de Petrolina. Tem uma família histórica na política de Petrolina, os coelhos, é muito arrogante e não aceita [...] que aquela área possa ser um projeto de reforma agrária. É muita luta, ainda não tem uma perspectiva concreta que aquelas famílias vá conquistar a área, mas nós estamos em negociação com o governo federal. (Entrevista com Reginaldo dirigente do MST, abril de 2016).

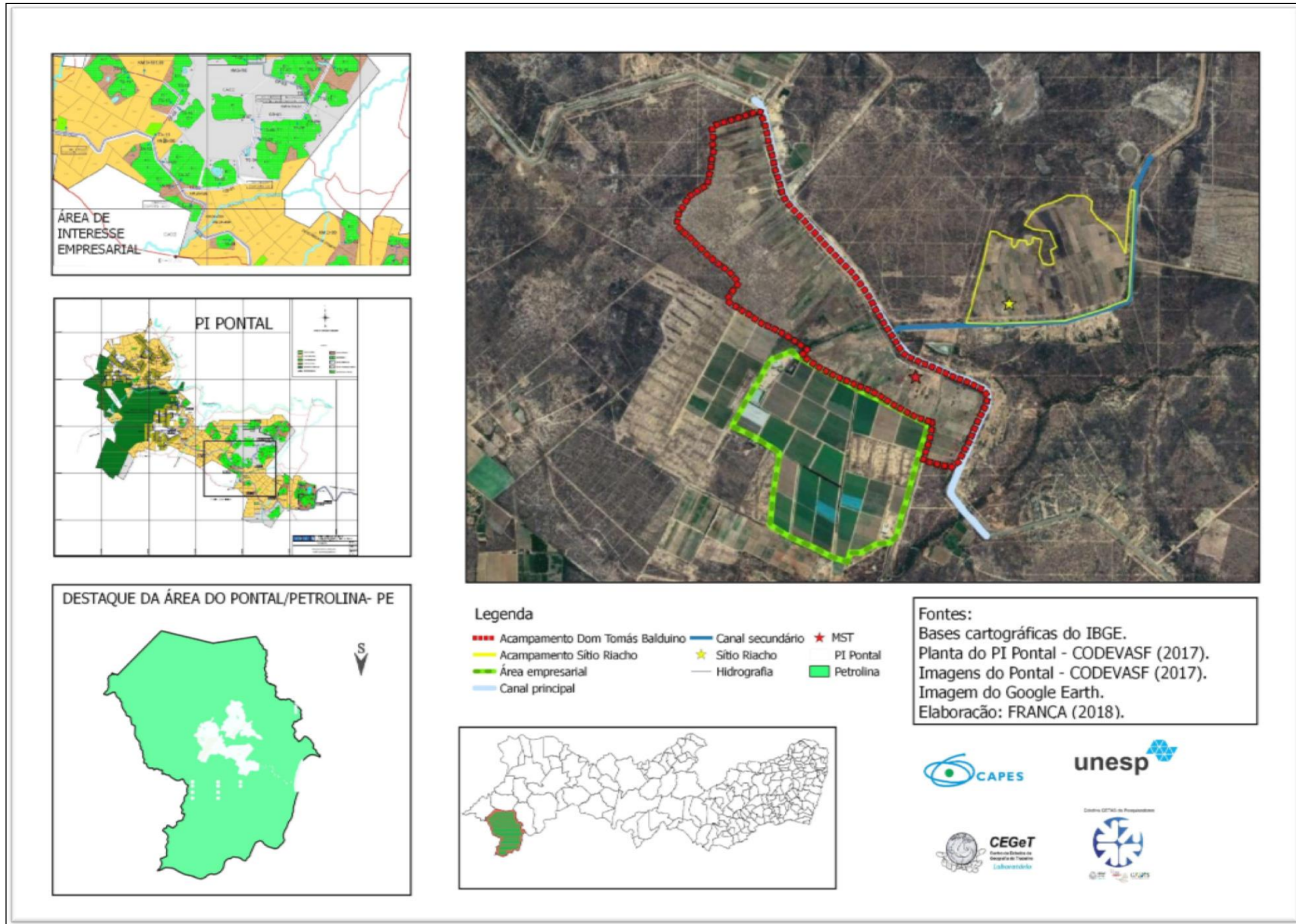
Mesmo que não representem nenhuma garantia de que estas áreas possam se converter em assentamentos rurais, pois, em muitos casos, os megaprojetos atendem aos interesses de políticos e oligarquias que hegemonomizam o poder nas instituições públicas, não podemos negar que os acampamentos representam, apesar das contradições, um

valioso processo de resistência contra a subordinação do trabalho ao capital. Nesta perspectiva é que a leitura realizada a partir dos conflitos territoriais, com ênfase no trabalho, permite-nos compreender uma trama de relações sociais articuladas às diversas dimensões e escalas que permeiam tais áreas.

Assim, enxergamos que no mesmo território constituído hegemonicamente pela dominação do capital fruticultor, desenvolvido na região de Petrolina-PE, florescem processos de resistências bastante contundentes, estabelecidos tanto pelas ações dos movimentos sociais quanto a partir de práticas socioculturais e relações sociais de produção. Estas, por sua vez, são encabeçadas por homens e mulheres simples cujas experiências de luta cotidiana expressam forte predisposição à insubordinação.

Portanto, o acampamento Dom Tomás Balduino surge neste contexto: a partir da necessidade de ocupação dos Perímetros Irrigados, pois não apenas tornou-se necessário garantir o direito aos meios de reprodução da vida, por parte dos sujeitos oprimidos quanto fugir das formas de precarização e subordinação, as quais o trabalho estava submetido pelo processo histórico fundado no agrohidronegócio. Além da conquista de acesso à terra/água, as lutas têm significado uma possibilidade de resistência para vários segmentos de trabalhadores e trabalhadoras, ligado(a)s de alguma maneira à fruticultura, mas que, ao mesmo tempo, angariam outro modo de vida, dotado de uma maior autonomia.

Figura 21. Acampamento Dom Tomás Balduino, situado no interior do PI Pontal em Petrolina-PE



Adiante, veremos com maior ênfase que os processos de mobilidade do trabalho, expressos nos relatos, quase sempre se referem à resistência dos sujeitos ao tempo de trabalho determinado pelas empresas, com suas normas e seus ritmos, típicos de um modelo agrícola racionalizado. Desta maneira, os mesmos sujeitos que se subordinam parcialmente ao tempo cronometrado para atender uma necessidade prática de sobrevivência, também buscam diversos meios de atenuar os efeitos do sistema de controle social, instituído pela fruticultura empresarial, como se vê no relato a seguir:

Quando eu tava na empresa, a gente pegava o ônibus de seis horas da manhã, e chegava cinco horas, porque largava de quatro horas e quando chegava em casa já era cinco horas. E aqui a gente não tem hora marcada. A gente acorda, toma café e vamos pra o trabalho. Termina o trabalho, também não tem hora marcada. Terminou vem pra casa. Tem muita diferença. Na empresa você não pode nem se sentar. Por exemplo, se eu tiver cansada, estou raleando [...] se eu sentir uma dor alguma coisa assim, eu tenho que ficar me segurando. Eu não posso sentar. E aí pra você dizer assim, ah! Eu estou sentindo uma dor e eu tenho de parar. Não para! Só se for uma coisa que desmaie e aí eles pegam e lhe levam. Nós passava o cartão, sete hora, ia pra roça. Doze hora, quando voltava passava o cartão de novo. Aí uma hora que voltasse para a roça, passava o cartão de novo. Quatro horas, passava pra ir pra casa. (Entrevista com acampada-(ex)assalariada da fruticultura. Acampamento Dom Tomás Balduino).

O interessante dos relatos expresso pelos sujeitos que estão nessa transição entre o assalariamento e a vida na terra é que suas experiências permitem compreender, o quão distintos são os processos de trabalho realizados no âmbito empresarial e no âmbito da terra, ao mesmo tempo, ajudam a perceber o estabelecimento de outras sociabilidades propiciadas pelos territórios de luta. Tais relações contemplam uma trama complexa que permite aos sujeitos desenvolver uma maior humanização do trabalho, se comparada à sujeição formal a que estão submetidos nas fazendas. Mesmo não constituindo numa emancipação completa, por estarem ainda subordinados pela apropriação da renda, podem atenuar as condições de vida cujo histórico esteve, como vimos, quase sempre marcado pela exploração.

O fato de não terem “mando” sobre a totalidade de seu tempo, para usar uma palavra repetida pelos acampados, permite que muitos deles não tenham problemas em regular suas atividades pelas tarefas diárias, tal como sugere Thompson (1998) ao

descrever as resistências de sujeitos sociais, cuja orientação do tempo era guiada pelos elementos da natureza que os envolviam. Para o autor inglês, mesmo quando se tratavam de sujeitos que tiveram suas vidas afetadas pelas transformações estabelecidas no advento do mundo fabril, na Inglaterra (Século XIX):

A notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. É possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre ‘trabalho’ e ‘vida’. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e passar o dia. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência (THOMPSON, 1998, p. 272).

As características enfatizadas por Thompson (1998), mostram claramente os aspectos que tornam o tempo de trabalho submisso aos imperativos de um empregador (empresa de fruticultura), distinto daquele em que os sujeitos dispõem de autonomia relativa sobre seu próprio tempo. Este tempo, quando relacionado à produção de valor abstrato deverá ser usado de forma “racionalizada” e intensa para que não haja desperdício (como mostramos nos casos das fazendas de Uva). Ao passo que empregador fará de tudo para que sua força de trabalho realize o máximo de atividades, já que sob à lógica do mais valor – em que tempo é sinônimo de dinheiro – “ninguém passa o tempo, e sim o gasta”. “Na sociedade capitalista madura [...] é uma ofensa que a força de trabalho passe o tempo” (THOMPSON, 1998, p.298).

Mesmo que consideremos a especificidade (históricas e geográficas) do processo sob nossa preocupação, em relação ao fenômeno analisado por Thompson (1998), é possível perceber similaridades relacionadas aos seguintes princípios: o controle do tempo de vida e trabalho “autônomo” que encontramos nos territórios de luta, contrasta com o do capital, conforme vimos no relato de nossa interlocutora anteriormente. Ou, como revela outro sujeito acerca da vida no acampamento: *o meu motivo de tá aqui é o*

sossego e conseguir uma terra para trabalhar [...] aí você vai fazer o que você sabe [...] o que você aprendeu durante esse tempo todo, vai usar para você [...] (Trabalhador acampado-assalariado no Dom Tomás Balduino, trabalho de campo, 24 de julho de 2015).

Vale ressaltar que a autonomia do trabalho existente nos territórios hegemonicamente dominado pelo capital, só pode se expressar relativamente, mesmo que consideremos uma distinção substancial entre o trabalho que reduz os sujeitos meramente em mercadoria (como nas empresas) das características do trabalho voltado à realização de valores de uso. Entretanto, o processo de acumulação no agrohidronegócio fruticultor busca subordinar de diversas maneiras as formas de reprodução da vida ao se apropriar de bens naturais e de outros elementos produzidos pelos sujeitos, usurpando diferentes formas de renda (OLIVEIRA, 2001).

Há um grande mérito dos estudos que, sob influência dos *narodunistas russos*, enfatizaram a importância do trabalho autônomo do campesinato, cujo modo de vida está centrado especialmente nas necessidades da família, na divisão de trabalho singular, nas relações com natureza, bem como em seus saberes perpassados pela memória, há várias gerações, etc. (SHANIN, 2005; CHAYANOV, 1981; 1986). Todavia, seria equivocado pensar através de categorias rígidas a experiência dos conflitos na fruticultura capitalista, bem como a complexa trama de relações envolvendo os sujeitos nos territórios de hegemonia do capital fruticultor. Neste sentido, considerar a plasticidade do trabalho nos termos de Thomaz Junior (2005), significa entender que os mesmos sujeitos que podem ser concomitantemente “camponês” e “operário”, do mesmo modo encabeçam lutas em várias frentes: desde as greves, até a luta pela terra/água.

A respeito das questões que envolvem a interconexão entre processos contraditórios (mas articulados), aquilo que Marx (2015)¹⁵⁹ chamava de unidade dialética, torna-se pertinente as observações de Thompson (1998) sobre conversão do tempo de trabalho em dinheiro e da reprodução de relações de exploração – mesmo que em menor escala e numa etapa embrionária –, permitindo relativizar a ideia de autonomia total do trabalho, na sociedade do capital, independente do setor produtivo a que esteja se referindo. Como ele sinaliza, mesmo que numa escala micro:

¹⁵⁹ Manuscritos Econômicos e Filosóficos.

[... a questão de orientação pelas tarefas se torna muito mais complexa na situação em que se emprega mão de obra. Toda economia familiar de pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver divisão de trabalho, alocação de papéis, e a disciplina de uma relação de empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos. Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim que se contrata mão de obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado. (THOMPSON, 1998, p. 272)

Tais ideias supracitadas contribuem para que entendamos como a lógica hegemônica pode penetrar e ser questionada em vários interstícios e escalas da reprodução social, pois como lembra Mészáros (2007), além de coisas materiais, o capital consiste numa relação social repleta de valores, cultura, ideologia, símbolos, entre outras, os quais estão atrelados ao estabelecimento do controle aos diversos sujeitos e territórios.

Não obstante, não estamos sugerindo retomar as mistificações das teorias que previam inexoravelmente a proletarização camponesa, como se vê em Kautsky (1980), mas enfatizando o fato de que o simples acesso à terra não garante que os sujeitos a ela ligados estejam completamente imunes de serem subordinados à lógica destrutiva do capital, daí a importância de lutas constantes para além do imediato.

Se é certo que o capital fruticultor não pode determinar integralmente o trabalho camponês: o que deve plantar, nem que tipo de sociabilidades devem desenvolver, não podemos negar a influência externa que exerce, quando os sujeitos são induzidos a produzir determinadas culturas para atender ao mercado, já que não produzem tudo que necessitam (como sugerem as produções de goiaba, banana, manga nos acampamentos e assentamentos, seguindo os padrões exigidos pelo mercado). Ou até mesmo quando tais trabalhadores(as) se submetem ao assalariamento para atender uma necessidade prática de reprodução social, como temos visto nos vários relatos dos acampados-assalariados e dos assalariados-acampados.

Se a experiência concreta dos conflitos territoriais na fruticultura permite-nos relativizar a ideia de que existe um território totalmente autônomo, em relação ao tempo de trabalho, ao mesmo tempo, nos possibilita descartar a possibilidade de um controle absoluto exercido pelo capital, à medida que o processo histórico concreto revela a

existência contraditória tanto mecanismos de resistências, no *locus* da exploração¹⁶⁰, quanto reprodução de formas de dominação embrionárias, no âmbito dos territórios de luta.

Quando na convivência com determinados sujeitos acampados identificamos que alguns possam reproduzir práticas não correspondentes à sua condição real, como o uso de venenos por alguns camponeses, notamos que se tratam de práticas (ou valores) que foram impostas de fora e assimiladas acriticamente (GRAMSCI, 2014)¹⁶¹. Como entender, portanto, estes atos sem cair no risco da culpabilização moral dos indivíduos singulares?

A nosso ver, tais fatos podem ter relação com circunstâncias materiais ou até mesmo estarem relacionados à imposição ideológica hegemônica¹⁶², que faz com que tais sujeitos simples internalizem um discurso ou prática alheios a si (GRAMSCI, 2014). Isso explicaria os casos de trabalhadore(a)s que são induzido(a)s a assumirem o discurso empresarial, quando se entendem como colaboradores, bem como nos casos de pequenos produtores que ainda fazem uso de agrotóxico, embora em menor proporção, comprometendo seu próprio modo de vida e colocando em risco sua saúde. Não podemos esquecer que a padronização imposta pela modernização conservadora da agricultura, condicionando os financiamentos da produção ao pacote tecnológico, bem como a própria alteração do ambiente natural e a consequente perda da biodiversidade, criou um cenário adverso aos produtores camponeses.

Em ambos os casos, essa assimilação ingênua tende a obscurecer a dominação exercida pelo capital sobre os (as) trabalhadore(a)s. Nestes casos, acontece algo semelhante ao que Gramsci observou a respeito da “consciência contraditória” dos sujeitos:

Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com seu agir. É quase possível dizer que tem duas consciências teóricas [...]: uma, implícita na

¹⁶⁰ Como sugerem o cotidiano das mulheres nas fazendas de Uva, que mesmo sob o julgo da exploração mantem relações sociais humanizadas mesmo que o capital tenda a reduzi-las a uma mera força de trabalho. Assim como, muitas encontram a luta pela terra enquanto meio de fuga à exploração e a precarização do trabalho.

¹⁶¹ Cadernos do Cárcere Vol. 1.

¹⁶² Gramsci, ao tratar sobre o poder das ideologias, se reporta a afirmação de Marx de que uma persuasão popular tem com frequência, a mesma energia de uma força material, ou algo semelhante [...] e complementa: [...] “as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (2014, p. 238).

sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica (GRAMSCI, 2014, p.102).

Mesmo que tal distorção na consciência possa gerar uma certa tendência à passividade diante dos processos de exploração, quase sempre a práxis traz à tona, através da experiência, a real condição dos sujeitos coletivos, que compartilham condições semelhantes de trabalho precarizado na fruticultura capitalista. Nesta perspectiva, os espaços de socialização, que podem ser os parreirais de uva ou os acampamentos, podem contribuir para o surgimento de ações contestatórias, à medida que a autoconsciência “não é um dado mecânico, mas um devir histórico” (GRAMSCI, 2014), fazendo com que determinados sujeitos se reconheçam enquanto classe em oposição a outros cujos interesses divergem, como sugeriu Thompson (2011).

Ora, é nesse sentido que não se pode negar a constante reinvenção das resistências ao assumirem as mais diferentes formas e dimensões nos conflitos territoriais, diante dos processos de acumulação no agrohidronegócio fruticultor. Ou seja, os sujeitos singulares, como mostra experiência do acampamento Dom Tomás, cujas histórias de vida foram marcadas pela exploração de suas capacidades físicas e mentais, buscam de alguma maneira, na luta pela terra/água, conquistar uma autonomia relativa do trabalho e de negar a sociabilidade fundada na exploração.

As resistências também podem ser percebidas quando alguns trabalhadores(as) simplesmente se recusam a se sujeitar novamente à condição de assalariamento precário, em função de disporem de outras fontes de renda (derivadas das plantações nos acampamentos), que os permitam dedicar-se ao trabalho autônomo na terra. É o que sugere o relato de uma ex-trabalhadora das fazendas de uva e acampada no Dom Tomás Balduino:

Aqui foi em várias [empresas] que eu trabalhei. Ai depois que eu me aposentei o povo tudo atrás aí eu disse: vou nada agora eu tô aposentada (risos). (os empregadores diziam) Mas a senhora vai dona dolorosa agente não fixa a carteira da sra [...] Tem uma firma ali que fiz cinco contrato, minha carteira tem. (os empregadores insistiam) A gente não vai fichar a carteira da sra. O aposento não tem nada a ver com o trabalho'. Aí, aqui e acolá eu dava uma diarinha de serviço (Ex-trabalhadora da Uva, trabalho de campo acampamento

Dom Tomás, Julho de 2015).

Tais experiências que vivenciamos no acampamento Dom Tomás Balduino, consistem em estratégias de reprodução da vida para muitos trabalhadores e trabalhadoras, que por diferentes razões estiveram durante muito tempo submetidos à exploração do trabalho. É o que sugere o cotidiano dos vários sujeitos com quem convivemos, os quais experienciaram relações de trabalho como: meeiros, foreiros, assalariados etc., e, posteriormente, se inseriram na luta pela com a intensão de ter um pedaço de chão próprio.

É o que evidencia outro interlocutor que esteve atrelado ao processo de construção do canal principal do Perímetro Irrigado Pontal-PE e que foi um dos tantos expropriados no PI Nilo Coelho. Quando perguntado se aceitaria à condição de trabalhador atrelado ao “regime de integração”¹⁶³, sua resposta foi da seguinte maneira:

Rapaz, eu acho o seguinte: porque pra você viver encabrestado fica meio ruim. Se for uma coisa assim liberado. Que seja 6 ha de terra e que você planta 3 pra você e 3 para a empresa. Que a empresa seja uma empresa que não queira só sugar as pessoas. Eu sou de acordo também. O que eu quero é que a gente consiga nosso objetivo, terra para trabalhar, porque a gente não sabe fazer outra coisa [...] na minha idade mesmo, eu falo de mim, qual é a firma que vai pegar uma pessoa com 60 anos?¹⁶⁴ [...] E eu vou viver de que? Tem que viver assim [...] pedir a Deus que dê certo [...] desde os 8 anos de idade que eu trabalho, eu nunca peguei um serviço mole na minha vida [...] todos os empregos que eu pegava era em construção civil [...] esses canal aqui [...] eu comecei do começo dessa canal aqui [...] perto em nova descoberta, na beira do rio. Só nesse canal aqui eu trabalhei fichado 4 anos (Entrevista com acampamento Dom Tomás Balduino, abril de 2016).

Durante a experiência nesta localidade, convivendo com a rotina das pessoas que

¹⁶³ Como discutimos no capítulo II, tal modelo instituído pela PPP, seguiria os moldes da avicultura existente no centro-sul, que articulava vários produtores à cadeia produtiva subordinada (quanto ao tipo da produção e a venda) ao grande empreendimento. Apesar de abandonado parcialmente tal modelo, veremos que o processo de integração já ocorre na região através da monopolização dos territórios dos pequenos produtores exercidos pelas empresas. Por esta razão, o que se desenha no PI Pontal é que novamente os empresários tomarão o controle da produção.

¹⁶⁴ Um aspecto interessante é que nosso interlocutor foi um dos tantos pequenos produtores expropriados pelo processo competitivo instituído pela fruticultura empresarial mundializada.

se deslocavam do trabalho até as escolas, dos povoados próximos até as cidades, foi possível perceber que o acampamento também constitui uma localização estratégica para os que trabalhavam nas empresas. Para muitos, morar no Dom Tomás Balduino pode representar uma redução significativa nos custos de vida que teriam de arcar se morassem nos vilarejos ou na cidade de Petrolina-PE (como água, luz, aluguel, deslocamentos etc.), o que reforça a questão do interesse crescente dos sujeitos ao buscarem morar no lugar.

Tal fator locacional esteve muito presente nas várias entrevistas que realizamos e pode ser exemplificado a partir da experiência de uma trabalhadora, de 37 anos, natural de Dormente-PE, município de economia rural de sequeiro, com cerca de 19 mil habitantes. Nossa interlocutora contou um pouco de sua vida: antes, trabalhava no município de origem na condição de empregada doméstica. Veio para o acampamento, inicialmente, apenas nos fins de semana, com a intensão de trabalhar e depois ficou definitivamente. Trabalhou por algum tempo em colheitas de goiabas das fazendas da região, até fixar-se com carteira assinada na fazenda Ibatuba (exportadora de uvas), onde trabalha há mais de um ano.

Neste sentido, a luta pela terra/água ganha novos contornos para estes sujeitos, confundem-se enquanto luta pela moradia. Isso ajuda entender alguns fatores que motivam grande quantidade de pessoas vindas dos municípios para trabalhar nas produções de frutas vizinhas ao acampamento. Por um lado, mostra o estado de precariedade do(a) trabalhador(a) da fruticultura, que para se reproduzir se vê obrigado a reduzir os custos com sua própria moradia. Por outro, revela diferentes mecanismos de resistência dos sujeitos para não se submeterem completamente.

A relação entre o acampamento e as empresas, através do que poderíamos denominar de assalariados-acampados, revelam as particularidades da era flexível do capitalismo estabelecidas pelo agrohidronegócio fruticultor no século XXI, bem como expressa uma nova configuração tanto do lugar da produção quanto da reprodução da força de trabalho.

Os sujeitos, longe de possuírem garantidas as condições básicas, que permitam sua reprodução social, se veem obrigados a pauperizar suas próprias condições de existência para dar conta de manter sua família com o salário que ganham nas fazendas. É assim que o acampamento em questão também representa um lugar de luta por moradia, luta por terra/água e luta pela autonomia relativa do trabalho. Os que não

trabalham fora, vivem de plantações, aposentadorias, bolsa família e outras rendas advindas de trabalhos temporários. É o que relata nossa interlocutora:

Eu comecei trabalhar tem sete anos, dentro de empresas de uva. Por que aqui é assim. Você tem sua casa. Você trabalhada dá pra comer, dá para vestir, dá pagar energia. Mas é o máximo que dá. Para você ajuntar dinheiro de empresa, você só junta quando trabalha um ano, dois ano, que ali você pega o FGTS seu e o seguro. Você pega cinco parcela do seguro. Aí com aquele seguro você compra um transporte, um terreno. E ali você vai trabalhando e o que sobra da feira você vai ajuntando e empregando em bloco e em saco de cimento, até quando você consegue ter uma casinha pra você. Mas se você for levar a vida só pagando aluguel [...] é caríssimo pagar aluguel aqui. O mais barato que você encontra é 180 reais [...] Já é melhorzinha as casa é lá onde eu moro na 25 (Projeto M^a Tereza), mas é caro. Tem uma casa assim, pintada, rebocada é 250, 300, 400. (Perguntei se a água, nas casas do vilarejo são tratadas). É nada. A gente faz é tratar. Os agentes saúde passam, aí deixam assim com o vidro de cloro. (Entrevista com trabalhadora assalariada na fruticultura de Uva. Trabalho de campo, abril de 2016)¹⁶⁵.

Como podemos perceber, existe um conjunto de condições objetivas que proporcionam a manutenção da vida e que são atenuadas pelo modo de vida no Dom Tomás Balduino, à medida que morar em acampamentos geram uma certa “vantagem”¹⁶⁶ econômica em relação as cidades e/ou as vilas existentes nos Perímetros Irrigados.

Entretanto, incorreríamos num equívoco reduzirmos a luta pela terra/água meramente a fatores de ordem imediata, desconsiderando as complexas relações sociais, culturais, os costumes e a maneira dos sertanejos(as) de pensar o trabalho na terra. Além disso, tais sujeitos imersos nos conflitos territoriais estudados se articulam a um amplo

¹⁶⁵ Uma observação importante acerca de nossa interlocutora consiste no seguinte: trabalhava na fazenda de Uva e quando soube da notícia da ocupação de terra, teve vontade de ir para a ocupação. Entretanto não foi devido a recusa do marido, assalariado em outras empresas de fruta, e se recusa em se inserir em processos de luta. Como relata: “Eu pensei, quando as meninas entrou [...], mas meu marido não liga muito para essas coisas não. O negócio dele é trabalhar só assim fichado mesmo. Mas se ele fosse uma pessoa que desse mais ligança (*sic*) eu também tinha ido pegar terra lá. Assim que começou pegar terra lá, eu trabalhava bem pertinho numa empresa lá. Nessa época a gente não tinha transporte ainda, aí depois a gente comprou uma motinha. Pra as pessoas ter as coisas hoje em dia é preciso ter paciência. Olha aí, as meninas aí (se refere as colegas de trabalho que estão no acampamento). (Entrevista realizada em trabalho de campo, abril de 2016).

¹⁶⁶ Vale ressaltar que muitos são os riscos por que passam os sujeitos ao se inserirem nos processos de conflitos, como vimos em vários momentos em nossa experiência de campo, quando os relatos apontam alegrias, tristezas e esperança na luta pela terra. Como aconteceu com o filho de uma acampada, que quase morreu eletrocutado no Dom Tomás e, que, ao se recuperar, pediu à mãe que não desistisse da luta.

processo de resistências, protagonizado pelos movimentos sociais pela (re)apropriação social dos bens comuns e por outras formas de reprodução social.

Nos acampamentos desenvolvem-se diferentes tipos de produção agrícola, bem como diversas formas de sociabilidades cotidianas, a exemplo do pertencimento e das relações de solidariedade (como os mutirões nas lavouras, na construção de casas, nas vigílias etc.). Para muitos observadores desavisados, os acampamentos se limitariam a um lugar onde reina a precariedade da vida, já que não conseguem perceber além da aparência das casas de taipa e do estigma construído de movimentos sociais como MST no Brasil.

Nosso esforço constitui, contrariamente, em pensá-los enquanto expressão das contradições existentes no mundo do capital, à medida que sinalizam mecanismos germinais de luta por autonomia do trabalho. Em outros termos, significam um nascedouro de outra perspectiva produtiva e de convivência a natureza no semiárido, que foi negada pelo modelo hegemônico da irrigação capitalista. Trata-se da possibilidade de realização de trabalho “concreto” no qual os sujeitos se reconhecem no seu produto objetivado.

Se é verdade que os trabalhadores(as) rurais não estão livres completamente do modelo hegemônico, sobretudo em relação ao assalariamento precário, a subordinação da renda da terra e ao uso de agrotóxicos, não há dúvida que os modos de vida desenvolvidos em tais territórios de luta evidenciam sinalizações de outras relações de trabalho, de outros modos de conceber a vida, que se distinguem substancialmente da sociabilidade do capital, sobretudo através de outra relação com a natureza. (Figura 22).

Figura 22. Mosaico de imagens: formas de produção e de uso da terra no acampamento Dom Tomás Balduino



Fonte: Trabalho de campo: março/junho de 2017.

Tais relações que se expressam nas imagens são recriadas e reforçadas a partir dos processos de luta contínua contra a sujeição ao capital, bem como contrastam com relações de exploração, fundadas no lucro, no valor de troca, na redução da humanidade ao fim estabelecido pela forma dinheiro. A construção de novas sociabilidades que se baseiam na generosidade e nos princípios agroecológicos, visando não reduzir os alimentos, a vida e o trabalho à mercadoria. Nos frutos da terra e na convivência com a

natureza no semiárido, está o meio que deve servir ao homem e à mulher coletivo(a)s enquanto forma de combater relações destrutivas, que se estabelecem com a fruticultura capitalista, as quais estão assentadas na privatização dos bens da natureza, na precarização do trabalho e na recriação exponencial da miséria.

O estabelecimento de sociabilidades humanizadas pode ser percebido, de maneira particular, nas práticas que se materializam em várias frentes de produção e relações socioculturais no acampamento. Desde as atividades de fazer comida, conversar com as vizinhas, em baixo das árvores, aconselhar os colegas, cuidar dos netos, mostram como tempo tende a passar conforme as necessidades, mesclando tempo de vida e de trabalho (THOMPSON, 1998). Isso ficou claro quando, em nossa experiência, a frase “*eu quero é terra*”¹⁶⁷, não apenas expressou corriqueiramente uma necessidade objetiva, mas também o sentimento de pessoas orgulhosas com o produto de suas mãos: a diversificada produção de jerimum, maracujás, milho, fava, pimenta, cana caiana etc., como sugere nossa interlocutora:

Aí ontem veio uma muié aqui atrás de uma macaxeira. Aí eu disse: muié tem um feijão aqui, mas só que ele é todo manchadinho, você olhando assim você vê. Ele manchado aqui você vê. Aí ela disse: o gosto é mesmo. Quer levar, leve! Aí dei a ela pra levar. (risos). Porque eu gosto de dar quando é uma coisa boa, mas assim desse jeito aqui, furadinho, né não? Só que esse aqui é puro não tem veneno não! É orgânico, né, que chama? Aí oh! Eu fui para Caruaru (No Centro de Formação do MST). Em Caruaru eu aprendi que a gente planta coentro com esse torinho de bananeiras, olha! Tora da largura do canteiro e pega aquelas torinhas e vai botando em cima entre uma carreira de coentro em outra. Da largura do canteiro. Aí protege para não molhar, não ficar seco, não sentir sede. Essa coisa que eu aprendi. Aprendi que aquele Nim, a gente tira a folha dele e passa ela, aí é inseticida [...] aprendi também de dá nas plantas: diminuir a compra de veneno, né não? (Entrevista com Dolorosa, acampamento Dom Tomás Balduino, abril de 2017).

Através dos muitos relatos, percebemos diversos tipos de solidariedade, que variam desde as formas de acolhimento a outras pessoas em estado de maior vulnerabilidade social, até compartilhamentos de alguns alimentos entre vizinhos. Além destas, os mutirões no preparo da terra, as ajudas mútuas na construção das casas e a

¹⁶⁷ Proferida por trabalhadora acampada e registrado no caderno de campo, em abril de 2017.

troca de saberes, consistem em relações muito presentes na experiência do acampamento em questão. Tais relações só expressam a resistência de vários modos de reprodução social e sociabilidades que foram desenvolvidas historicamente por sertanejos e sertanejas, que não foram completamente apagadas pela história do modelo hegemônico, apesar de terem sido fortemente transfiguradas.

A história territorial do vale do São Francisco (sub-médio) desenvolveu-se sob a sombra da “violência do saque e do roubo” (MARX, 2013), processo este, existente nos diferentes momentos em que o desenvolvimento do modelo de irrigação significou expropriação em massa de comunidades tradicionais (fundo de pastos, ribeirinhos, pescadores, entre outros), impactadas pelos megaprojetos de infraestrutura, que mesmo travestidos de “modernos” e amparados no ideais de “desenvolvimento”, combinaram formas oligárquicas arcaicas (de regimes de trabalho, de grilagem de terras e concentração fundiária) ao processo de reprodução do capital do capital mundializado.

Em tal contexto, pensar os PIs e a fruticultura capitalista, sob o prisma dos conflitos territoriais significa, antes de tudo, apreender que sua dinâmica encontra-se atrelada ao complexo processo destrutivo-expropriatório, inerente à lógica que estrutura o capital. Tal fato pode ser percebido à medida que tal modelo se expandiu por áreas diversas, redefinindo formas de vida, de organização sociais, de culturas e de relações de trabalho, as quais ainda (re)existem em meio às contradições.

Neste sentido, pensamos que os acampamentos de luta trazem consigo a memória dos desterrados pela irrigação (THOMAZ JUNIOR, 2013), bem como expressam as resistências de diversos homens e mulheres precarizada(o)s pelo processo de dominação territorial. A privação do território continua criando as condições à precarização generalizada da vida, tornando atuais as palavras de Euclides da Cunha para entendermos algumas formas de vida reincidentes nos “*Sertões*”: “O martírio do homem [...] é reflexo da tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida. Nasce do martírio secular da terra” [...].

Assim, podemos dizer que os conflitos territoriais simbolizam a síntese do processo de luta de classes emergente do seio da totalidade contraditória da reprodução do capital. Há, portanto, uma interdependência entre os sujeitos sociais e os movimentos imersos no mesmo processo. Em suma, dominação territorial e as resistências, a realização de trabalho concreto *versos* a subordinação da renda da terra, o

assalariamento e a coexistência dos acampamentos, constituem o complexo processo que permeia os conflitos territoriais impulsionados pelo agrohidronegócio fruticultor.

Necessitamos de uma reflexão acerca das experiências concretas do(a)s trabalhadore(a)s vinculada(os) à terra, os(as) quais lutam para manter uma relativa autonomia em relação ao capital, sobretudo a partir da preservação dos modos de vida, para os quais a defesa da natureza torna-se indispensável. A agroecologia que se expressa nas práticas de vários camponese(a)s da região de Apodi-RN consistiria na materialização de uma práxis alternativa à sociabilidade do capital fruticultor, à medida que permite o estabelecimento de relações sociais mais humanizadas entre sociedade e natureza? O que está em questão com a iminente expansão do agrohidronegócio fruticultor para a Chapada Potiguar?

4.5. A agroecologia enquanto resistência viva ao projeto da “morte” Santa Cruz do Apodi-RN

A conformação territorial da porção potiguar da chapada do Apodi-RN, que se baseia atualmente na pequena produção, não pode ser entendida sem considerarmos um processo significativo de resistências encabeçadas pelos diversos sujeitos do campo, os quais além propiciarem o desenvolvimento de formas de produção diferenciadas das convencionais, contribuíram para consolidar um conjunto de relações sociais, culturais, socioambientais específicas, a partir do estabelecimento de outra relação sociedade-natureza.

As lutas contrárias aos projetos hegemônicos de irrigação capitalista, como se expressa na implementação do PI Santa Cruz do Apodi (PISCA), há muito tempo estão sendo protagonizadas por um conjunto de sujeitos que buscam afirmar uma sociabilidade alternativa. Ou seja, não se trata somente de dizer: não queremos esse modelo destrutivo da fruticultura, cuja experiência em outros lugares foi responsável por tantas mazelas socioambientais, mas de defender: temos algo mais efetivo em termos de manejo da caatinga e de reprodução social concebida em consonância com o semiárido, isto é, práticas que têm garantido qualidade de vida, de trabalho e a

preservação socioambiental.

Assim, como veremos, as diversas organizações sociais envolvidas na luta por uma chapada do Apodi soberana têm, enquanto respaldo concreto, uma práxis agroecológica, consolidada historicamente no município de Apodi-RN. Tais iniciativas não somente consistem numa alternativa de reprodução dos sujeitos na terra, mas também visam se contrapor às formas de “desenvolvimento” destrutivo impostas através das políticas de irrigação, tanto pelo grande capital e quanto pelo Estado.

Neste contexto, tal modelo hegemônico que vem se expandindo no semiárido, ao assumir um caráter violador de vários direitos, expressa sua incompatibilidade com o modo de vida dos povos e trabalhadores do campo, assim como seu caráter antidemocrático expresso na espoliação em massa e no desrespeito aos direitos socioambientais. Como então se configurou essa rica experiência das lutas na Chapada potiguar? Que sujeitos são importantes nesse processo e o que está em jogo atualmente com a implementação do PISCA? Tais questões possibilitam enxergar uma articulação das lutas do passado com o atual processo em defesa do território, do trabalho digno e da vida, aspectos que se encontram sob iminente ameaça pelo “projeto da morte”, para usar uma denominação atribuída pelos movimentos sociais.

A formação comunitária de base agroecológica é, em grande medida, fruto do processo histórico de luta pela água e pela terra na região. Num primeiro momento, essas lutas que visavam garantir o suprimento de água para o consumo humano, diante da escassez hídrica enfrentada nos anos 1980, se converteram numa luta pela reforma agrária, à medida que o município de Apodi-RN possuía grande parte da área rural dominada pelo latifúndio algodoeiro, que mantinha a exploração dos trabalhadores sob regime de meia e parceria, subordinando a maior parte do que era produzido pelo trabalhador (PONTES, 2012). Conforme observa uma liderança sindical, participante ativo neste processo percebemos:

No primeiro momento era a água. Depois a gente viu todos nós: a associação tinha cem famílias cadastradas, mas só 30 tinha terra. A gente viu que era necessidade da gente lutar por terra. E foi aí que a gente procurou a CPT, aí procurou a igreja também e começamos a discutir as ocupações, já que todos nós, a gente trabalhava de meia para o patrão. Ou seja, a produção era rachada ao meio. O que era mais grave ainda, era que além de ser de meia que é a região aqui da chapada o pessoal tinha uns armazéns que forneciam, aí quando ia se fornecendo pra

trabalhar no inverno, mas na verdade ia anotando[...] tinha deles quando era no final do inverno num ficava com nada. Entregava toda a produção do patrão e o resto pagava a bodega. Ficava no armazém também. Aí a gente iniciou essa luta por terra, e nessa época tinha quinze fazendas, eu lembro que iniciamos a primeira luta: ocupamos a fazenda aurora da serra, que é uma fazenda aqui de lado, aí os trabalhadores tomaram consciência, foi uma luta muito grande, depois de quatro anos foram desapropriados. (Entrevista com membro do Sindicato Trabalhadores Rurais de Apodi, julho de 2017).

Como expressa o relato acima, essa luta contra o latifúndio contou com a ação conjunta de diversas organizações do meio popular, como: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desempenharam um trabalho de formação, organização e de mobilização das associações rurais na luta pelo acesso à água, assim como fortaleceram a luta sindical enquanto componente imprescindível ao enfrentamento com os latifúndios. Num momento em que os sindicatos ainda permaneciam atrelados ao jogo de interesses patronais, praticamente dominados por interventores com visões oligárquicas, tornara-se urgente fortalecer os(as) trabalhadore(a)s na luta por um sindicato combativo e comprometido com os direitos dos povos do campo, como ocorreu na Paraíba à época de Margarida Maria Alves¹⁶⁸.

Conforme pode ser visto em Pontes (2012), tal trabalho de base, desempenhado, sobretudo por sujeitos inspirados nos princípios da Teologia da Libertação, a partir dos quais os trabalhadores passavam a serem vistos enquanto sujeitos de sua própria história e não apenas como alvo da “caridade”, contribuiu para estabelecer a conquista da terra, constituindo-se como elemento imprescindível para evitar a exploração do trabalho nas fazendas e/ou as migrações para os centros urbanos, fatos muito recorrentes, especialmente, em épocas de secas prolongadas.

Diante disso, o fortalecimento das organizações sociais voltadas à reivindicação de direitos básicos, combinou-se com o próprio processo de declínio da atividade algodoeira, resultando na desapropriação de várias fazendas para criação de assentamentos rurais, contribuindo, assim, com a fragmentação territorial e o fortalecimento da pequena produção camponesa (PONTES, 2012; PEREIRA, 2013). (Tabela 9).

¹⁶⁸ Com Base na entrevista do STR de Apodi-RN

Tabela 9. Variação da estrutura fundiária de Apodi-RN (1995-2006)

Grupos de área (ha)	1995				2006				Tx. de cresc. % 1995-2006	
	Nº Est.	Nº est.(%)	Área (ha)	Área (%)	Nº Est.	Nº est.(%)	Área (ha)	Área (%)	Nº Est.	Área
0-10	925	52,05	3655,214	3,97	1852	60,72	4774	5,11	100,22	30,61
10-20	238	13,39	3195,974	3,47	425	13,93	6016	6,44	78,57	88,24
20-50	302	16,99	9096,266	9,88	468	15,34	12417	13,29	54,97	36,51
50-100	144	8,10	9742,668	10,58	139	4,56	9341	10,00	-3,47	-4,12
100-200	73	4,11	9641,5	10,47	71	2,33	9470	10,14	-2,74	-1,78
200-500	54	3,04	15743,7	17,10	58	1,90	17228	18,44	7,41	9,43
500-1000	29	1,63	20524	22,30	28	0,92	19786	21,18	-3,45	-3,60
1000-2500	10	0,56	12698	13,80	8	0,26	11303	12,10	-20,00	-10,99
2500-5000	2	0,11	7750	8,42	1	0,03	3075	3,29	-50,00	-60,32
Totais	1777	100,00	92047,322	100,00	3050	100,00	93410	100,00		

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995, 2006. Elaboração própria.

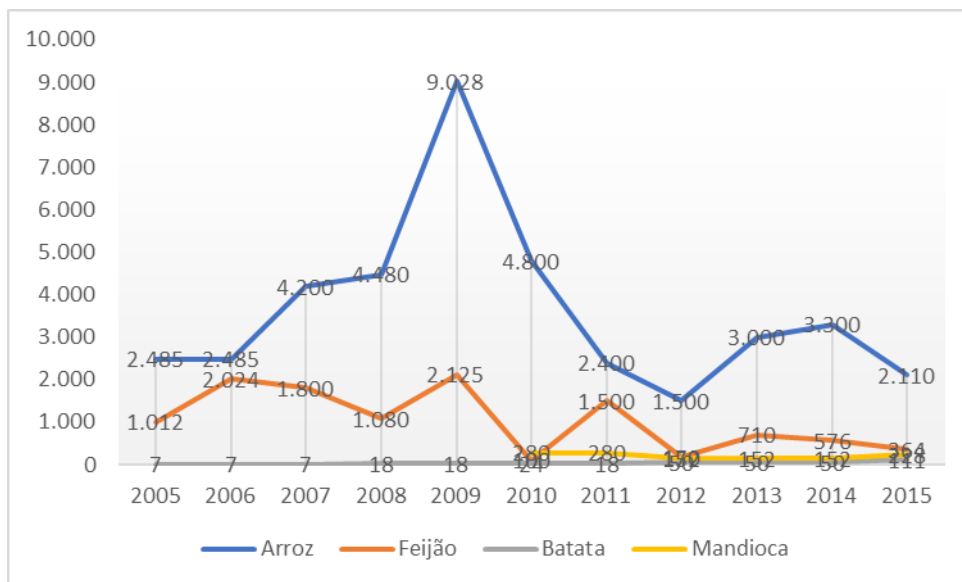
Atualmente, o município de Apodi-RN possui cerca de 15 assentamentos do INCRA, vários do banco da terra e aproximadamente 60 comunidades rurais, onde tem sido realizado um processo de convivência com o semiárido¹⁶⁹: seja através das formas de captação da água, pelos bancos de sementes e pelos manejos produtivos de cunho agroecológico. Destaca-se ainda a produção de arroz vermelho, de mel de abelha e de outras culturas alimentares, que tornam Apodi-RN uma referência nacional na produção camponesa, com repercussões visíveis nas feiras locais e na soberania alimentar¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Informações a partir de entrevistas com Edilson do STR de Apodi-RN.

¹⁷⁰ Nossa experiência de campo nas comunidades rurais de Apodi evidenciam a seguridade permitida pela agricultura familiar camponesa e a própria questão de um modo de vida singular que valoriza a saúde ambiental e um bem-viver no semiárido.

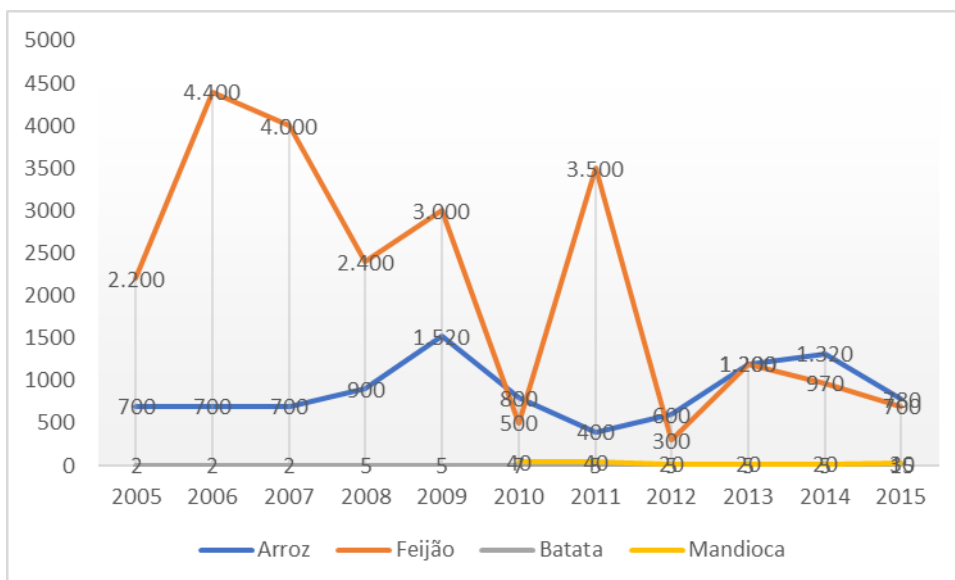
(Gráficos 11 e 12).

Gráfico 11. Quantidade Produzida das principais culturas alimentares em APODI-RN



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2005-2015). Elaborado pelo autor.

Gráfico 12. Área colhida das principais culturas alimentares em APODI-RN



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM (2005-2015). Elaborado pelo autor.

O processo de luta para ter acesso à terra não somente permitiu transformar a estrutura da propriedade fundiária, como também contribuiu para o fortalecimento de

relações sociais e de produção ancoradas no trabalho familiar, com maior autonomia e permeadas por outra relação com a natureza: característico de um modo de vida singular, distinto das formas de exploração a que se submetiam os meeiros e os moradores de condição das fazendas algodozeiras, bem como do trabalho precarizado na fruticultura. Tratam-se de pequenos estabelecimentos com grande diversidade produtiva que garante o abastecimento das feiras locais, bem como tem possibilitado maior autonomia do trabalho. (Figuras 23, 24).

Figura 23. Armazenamento de forragem para os períodos de maior escassez. Horta agroecológica. Plantio de arroz vermelho, comunidade Baixa fechada. Caprinocultura na Comunidade Carpina, Apodi-RN



Fonte: Trabalho de Campo, Comunidade rural Santa Rosa, Baixa Fechada e Carpina – agosto de 2017.

Figura 24. Mosaico: modo de vida agroecológico, bancos de sementes, produção e poesia, nas comunidades de Apodi-RN



Fonte: Trabalho de Campo – agosto de 2017

Em face da desapropriação de 13.855,13 hectares de terra, na região da Chapada do Apodi-RN para a criação do PI Santa Cruz¹⁷¹, impulsionam-se vários processos de

¹⁷¹ Decreto nº (0-001 de 10 de junho de 2011).

luta contra a implementação de mais um projeto, cuja consolidação compromete as formas de organizações do trabalho familiar que mencionamos anteriormente. Além disso, tal projeto tem potencial de gerar imensuráveis danos ambientais e significativos impactos diretos às famílias que lutaram pelo acesso à terra, conforme observa o membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

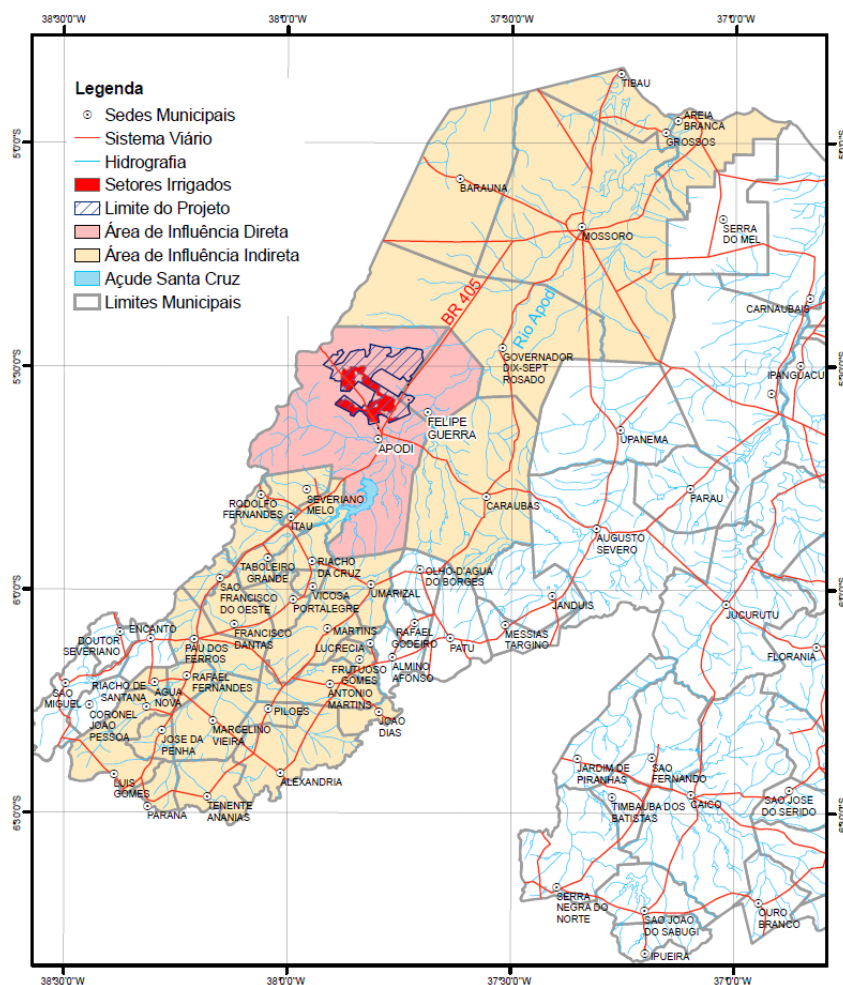
Esse projeto do perímetro irrigado da Chapada do Apodi é um contrassenso a tudo o que hoje se constrói na chapada e se discute no mundo. É um projeto que prevê entregar as terras da chapada do Apodi e a água da barragem de Santa Cruz, que tem capacidade de armazenar 600 milhões de metros cúbicos, a cinco grandes empresas da fruticultura irrigada. É um projeto que não deu certo em lugar algum. O próprio governo reconhece que os perímetros irrigados do Nordeste não foram viáveis. Dados do próprio governo mostra que há no Nordeste mais de 140 mil hectares de terras em perímetro irrigados ociosos, sem funcionar. Esse projeto está propondo irrigar cinco mil hectares de terra em sua primeira fase para produzir cacau – que é totalmente desconhecido na região –, uva, goiaba, com base na utilização em grande escala de agrotóxicos e sob o domínio de cinco grandes empresas. Querem transformar um território camponês produtor de alimentos saudáveis em uma zona de produção de frutas para exportação com base na utilização em grande escala de agrotóxicos. E, com isso, transformar uma pequena parcela da população local em mão de obra barata e em condições sub-humanas, características do agronegócio brasileiro (Membro da CPT, 2012)¹⁷².

Tal projeto descrito acima, encontra-se em maior parte no município de Apodi-RN e Filipe Guerra-RN, contando com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na ordem de R\$ 280 milhões, que foram destinados aos estudos de licenciamento ambiental, às desapropriações de terra, a construção dos canais e estações elevatórias, obras estas que irão transpor as águas do rio Apodi para o alto da Chapada¹⁷³. (Figura 25).

¹⁷²<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514801-projeto-do-perimetro-irrigado-um-contrassenso-na-chapada-do-apodi-entrevista-especial-com-anto...> (Antonio Nilton Bezerra – Membro da CPT Mossoró em entrevista publicada em 23 de outubro de 2012).

¹⁷³ Dados do DNOCS presente nos Slides de apresentação do Projeto Santa Cruz.

Figura 25. Localização do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi-RN



Fonte: DNOCS

Quanto a execução das obras, estavam previstas para serem concluídas em 2015, porém encontram-se inacabadas e em estado de verdadeiro abandono, reforçando a ideia que vincula as grandes obras aos processos de corrupção, de superfaturamento e de financeirização, como temos visto nos casos da Ferrovia Transnordestina e na transposição do São Francisco. O que fica evidente, além dos vultuosos recursos públicos despendidos, são os impactos socioambientais, seja devido aos barramentos destinados a desviar o curso do rio, seja pelos desmatamentos que acarretam na quebra da biodiversidade, bem como pela perda do território por várias famílias que ali habitam há gerações. (Figuras 26, 27).

Figura 26. À esquerda, Estação elevatória para levar água do rio Apodi para a Chapada. À direita, Barramento do Rio Apodi



Fonte: Trabalho de Campo – agosto de 2017.

Figura 27. À esquerda, canais de irrigação abandonados. À direita, dados da obra de irrigação do PI Santa Cruz do Apodi



Fonte: Trabalho de Campo – agosto de 2017.

Nesta perspectiva, as lutas dos movimentos sociais em oposição a essa verdadeira contrarreforma agrária, expressa pela implementação do PISCA, passam a ter um caráter preventivo, pois com base na experiência destrutiva dos PIs implementados no semiárido, como evidencia a história do PI Jaguaribe Apodi, no Ceará, as organizações sociais e os(a) trabalhadore(a)s enxergam com desconfiança a consolidação de um modelo concentrador de terra e de água, baseado em monoculturas e com intensivo uso de agrotóxicos, que têm representando um grave problema de saúde ambiental, como atestam as pesquisas do Núcleo Tramas-UFC e o Dossiê dos

Perímetros Irrigados¹⁷⁴.

Em conformidade com as observações de Pontes (2015), a resistência dos sujeitos constitui tanto na prevenção aos agravos decorrentes do trabalho compulsório nas empresas quanto aos derivados da contaminação socioambiental por agrotóxicos. Através da defesa dos princípios agroecológicos, busca-se tanto proteger a saúde, o trabalho e ao meio ambiente, como também promover a saúde ambiental integral dos povos. Em suma, ao explicitar as contradições do Estado ao viabilizar os processos de acumulação, com a política de PI, “as resistências realizam ações de competência do SUS, já que é deste o dever de garantir o direito integral à saúde” (PONTES, 2015)¹⁷⁵.

Desde o início da implementação do PI Santa Cruz, criou-se uma verdadeira rede de solidariedade entre os movimentos sociais e os(as) agricultore(a)s do município de Apodi. A realização de seminários, de atos públicos, as campanhas contra os projetos hegemônicos, as marchas pelas ruas, a realização estudos que resultaram em dossiês-denúncia etc., constituem alguns dos elementos que têm fortalecido as resistências pela permanência na terra, pela soberania hídrica, pela diversidade e soberania sobre as sementes, enfim, pela garantia da reprodução integral da vida nos moldes como vinha ocorrendo até então.

O “Dossiê da morte”, de outubro de 2012, como intitulam os movimentos desta localidade, ao denunciar as iminentes mazelas, representa um passo importante na direção assumida pelas lutas em defesa da agroecologia, do território e na denúncia dos megaprojetos, pois marca a articulação de vários movimentos sociais¹⁷⁶ e pesquisadores como o intuito de questionar as diversas irregularidades e impactos causados às famílias e aos trabalhadores ligados à terra na área de influência do PISCA.

Dentre os principais questionamentos apontados pelo referido documento destacam-se: a) questão socioambiental, presente na iminente destruição de uma cadeia produtiva das comunidades, compreendendo também assentamentos advindos da luta pela Reforma Agrária; b) os danos ao patrimônio Histórico-cultural, como os que serão causados ao Lajedo Soledade¹⁷⁷; os limites técnicos concernentes a parca

¹⁷⁴ Ver: <https://dossiedosperimetrosirrigados.wordepres.com> .

¹⁷⁵ . Dossiê Abrasco 2015.

¹⁷⁶ STR-Apodi, MST, CPT, RENAP-RN-CE, VIA Campesina, GEDIC, Projeto Ser-tão, Associação PPAP, escritório popular, CRDH-UFRN, Centro Terra Viva, Rede Pardal, ASA-RN, Pastoral Operária-RN, Mire, Grito dos Excluídos

¹⁷⁷ O ‘Lajedo de Soledade’, um dos sítios arqueológicos mais importantes do Brasil, onde pode ser encontrado fósseis de animais pré-históricos, bem como pinturas rupestres datadas de 3 a 10 mil anos,

disponibilidade hídrica da Barragem Santa Cruz que, no dizer do relatório: “ somente podem atender a um terço da área a ser irrigada, ou seja, 3.000 ha”¹⁷⁸; c) a falta de transparência na implementação do projeto, devido à ausência de dados quantitativos, inviabilizando, por assim dizer, o conhecimento aprofundado dos reais impactos etc.

Tomados pelos ideais de defesa do território potiguar da Chapada, como sugere o lema “Fora DNOCS e pela vida em Apodi”, tais sujeitos fortalecem diversos espaços de debate sobre alternativas aos caminhos sugeridos pela política de irrigação estatal. É o que sinaliza o ressurgimento do FOCAMPO¹⁷⁹, enquanto aglutinador das organizações e movimentos sociais em nível estadual (RN), com o intuito de construir uma proposta de convivência com o semiárido, que possibilite a efetividade de políticas públicas: descentralizadas e realmente democráticas, como sugerem as tecnologias sociais hídricas da Articulação do Semiárido Brasileiro e o projeto Bioágua Familiar - Dom Helder Câmara (VIANA, 2015).

Tais iniciativas propiciaram a ampliação do debate acerca dos megaprojetos e seu caráter destrutivo, como mostram os acontecimentos a seguir. Em 19 de julho de 2011, após o decreto de desapropriação, os movimentos sociais ligados ao FOCAMPO, conseguiram uma audiência pública com o ministro da Integração Nacional, na qual fizeram uma proposta sobre alternativas ao projeto concebido pelo DNOCS, bem como defenderam o uso da água pela agricultura familiar enquanto único meio de garantir soberania e a sustentabilidade.

Em 25 de julho de 2011, cerca de 2000 agricultore(a)s tomaram as ruas de Apodi-RN em protesto à implementação do PISCA. Em 18 de novembro foram endereçadas à Presidenta Dilma cerca de duas mil cartas, escritas à mão, com apoio da comissão de mulheres do STR de Apodi, solicitando a revogação do decreto de

está localizado na área de influência do Projeto de Irrigação. (Dossiê da morte).

¹⁷⁸ Segundo o dossiê-denúncia, o EIA-RIMA apresenta incoerência inclusive com relação a quantidade de água necessária à realização do empreendimento: em um momento alega necessitar de outras fontes (como a transposição do São Francisco) devido à pouca água e, em outros afirma que a barragem Santa Cruz possui água o suficiente, mesmo quando são nítidas as reservas hídricas: “O volume útil do seu reservatório permite atender às demandas a ele atribuídas somente até o ano 2020 respeitando as garantias estabelecidas, ou seja, haverá falhas após 2020 se novas fontes hídricas não forem contempladas”.

¹⁷⁹ ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO – ASA POTIGUAR | ASSEMBLÉIA POPULAR (RN) | COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT | FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FETARN | FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR – FETRAF | MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST | MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA – MLST | REDE NACIONAL DE ADVOGADOS E ADVOGADAS POPULARES – RENAP | SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE APODI.

desapropriação na Chapada. Em 25 de julho de 2012, 3 mil trabalhadoras e trabalhadores realizam marcha nas ruas, cujo lema: “A nossa Luta é Todo Dia! Nossa Chapada Não é Mercadoria!”, reforça a agroecologia e soberania alimentar enquanto meio de desenvolvimento pleno para o campo brasileiro e latino-americano. (Figura 28).

Figura 28. Manifestação dos movimentos do campo em Apodi-RN contra o “projeto da morte”



Fonte: Dossiê-denúncia – STR/Apodi-RN.

A importância da realização das ações supracitadas está no fato de retirarem do isolamento uma problemática de tamanho conteúdo social para todo o semiárido, pois colocam em questão a própria estrutura do agrohidronegócio. Como vimos, o processo de degradação socioambiental, embora já apresente vários impactos, ainda não se consolidou totalmente em Apodi-RN, em comparação aos municípios do Ceará, onde o problema de saúde das populações do Baixo-Jaguaribe, a precarização do trabalho e a exaustão dos recursos hídricos expressam o caráter destrutivo da fruticultura empresarial, de modo que qualquer promessa de desenvolvimento só poderá ser vista pelos sujeitos como falácia de quem deseja se apropriar de mais esse filão do território da Chapada (PONTES *et al*, 2013).

Uma outra questão interessante, do ponto de vista das lutas, é que além de suas organizações locais, estabelecidas há décadas, os trabalhadores e trabalhadoras realizam intercâmbios de experiência em rede, participam de atos públicos e se reconhecem nos semelhantes problemas enfrentados por sujeitos de outras localidades. Como ocorreu na VI Semana Zé Maria do Tomé, em que camponeses do lado potiguar participaram

ativamente das atividades em defesa do território comum da Chapada do Apodi-RN-CE¹⁸⁰, diante do iminente destrutivismo anunciado pelos PIs. (Figura 29, 30).

Figura 29. À esquerda, intercâmbio entre camponeses da Chapada do Apodi potiguar e cearense. À direita, discussões realizadas durante a Semana Zé Maria do Tomé



Fonte: trabalho de campo, Limoeiro do Norte-CE, abril de 2016.

Figura 30. Visitas à Comunidade Lagoinha. Alerta dos camponeses cearenses aos potiguares sobre os impactos causados pelos “projetos de morte”



Fonte: trabalho de campo, Limoeiro do Norte-CE, abril de 2016.

Conforme enfatizou o dirigente do STR de Apodi-RN, no Encontro Nacional de

¹⁸⁰ Escrito com base na participação da Semana Zé Maria do Tomé, realizada em Limoeiro do Norte-CE, em abril de 2016.

Agroecologia (ENA): “É muito interessante que a gente junte esses conflitos. O problema é de todo mundo, não só de Apodi-RN. Nós estamos perdendo os territórios. Se a gente não lutar, não vamos ter mais nenhum camponês no próximo ENA”¹⁸¹. Tal relato, longe de representar um caso isolado, refere-se à unidade necessária entre os diferentes sujeitos que, em diferentes escalas e realidades (bolivianos, venezuelanos, africanos, equatorianos, argentinos), sofrem dos mesmos males. Consiste na única maneira de resistir aos processos avassaladores encabeçados pelo afã expansionista do capital. Assim como a dominação se constrói a partir de diversas escalas, a resistências têm demonstrado o caminho de construção de uma ampla articulação que não despreze o conteúdo societal da vida concreta dos sujeitos.

Mesmo com tantos questionamentos e resistência, existe a tentativa intransigente de levar a frente os megaprojetos. A implementação do PI Santa Cruz evidencia, como se vê, diversos impactos sociais, na medida em que muitos estão sendo espoliados pelo processo de desapropriação, pela implantação de infraestruturas, pela destinação privada da terra/água, bem como por desmatamentos repentinos que provocam a redução nos níveis dos aquíferos. Segundo denúncia realizada pelos agricultore(a)s através do STTR-Apodi-RN, os problemas mais urgentes correspondem ao rebaixamento dos níveis dos poços nas várias comunidades da Chapada, que têm prejudicado o que deveria ser prioritário: o abastecimento humano. As seguintes declarações contidas na denúncia ao Ministério Público (MP), do Rio Grande do Norte, evidenciam tal processo litigioso¹⁸². Acompanhem os relatos de três agricultore(a)s que já sofrem os efeitos da falta de água em suas comunidades. Afirmam ele(a)s:

Que na sua comunidade existem dois poços de água; que os dois secaram; que o primeiro poço que secou forneceu água até meados de 2014; que o segundo poço forneceu água até final do mês de maio de 2016; que acredita que os poços secaram em razão da seca e também pelo fato de empresas da fruticultura estarem se instalando na região, perfurando poços indiscriminadamente; que próximo a sua comunidade existem duas empresas de fruticultura, a ANGEL e a Agrícola Famosa; QUE as empresas perfuram poços profundos. (Agricultor do assentamento Moacir Lucena, Apodi-RN).

¹⁸¹ Membro do STTR Apodi durante o ENA – Juazeiro do Norte-CE. Disponível em: http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=8408.

¹⁸² Declarações contidas no Inquérito Civil nº 06.2017.000001521, do Ministério Público do Rio Grande do Norte, de 17 de janeiro de 2017, destinado a averiguar os possíveis danos causados por empresas agrícolas decorrentes da extração de águas freáticas.

Que veio ao Ministério Público em defesa da água, pois as empresas agrícolas ANGELO AGRÍCOLA e AGRÍCOLA FAMOSA estão instalados para a fruticultura e cavam diversos poços de água, aproximadamente 50 poços; Que a ASSOCIAÇÃO ASSENTAMENTO MILAGRE pretende obter a administração/controlar dos poços ao IGARN, mas até agora não foi obtida; Que o IGARN concede a autorização, por exemplo, de 05 (cinco) poços, mas as empresas furam além do permitido; Que alguns poços já secaram; Que outros já estão em quantidade baixa, fazendo com que a conta de energia aumente, pois gasta-se mais energia para “subir” a água.

Que possui três poços em sua comunidade ASSENTAMENTO FREI DAMIÃO; Que um poço já secou e dois já estão secando; Que em virtude da seca e também das empresas ANGELO AGRÍCOLA E AGRÍCOLA FAMOSA que furam muitos poços, a água está mais escassa ainda; que deseja que se fosse possível, as empresas parassem de furar os poços, pois furam poços profundos que estão prejudicando a água para consumo humano, que está cada vez mais parca. (Agricultor residente no assentamento Frei Damião)¹⁸³.

Além disso, percebemos que o referido processo de apropriação territorial não é exclusivo das áreas de chapada, pois atinge diversas comunidades situadas nas várzeas do rio Apodi-RN, tanto em relação à redução de vazão dos córregos quanto devido às pressões e penalizações voltadas a pequenos produtores por utilizarem água sem “licença”. Desta maneira, habitantes das comunidades que se utilizam de forma consuetudinária dos mananciais do rio, riachos e/ou pequenos poços, destinados à produção alimentar, são “fiscalizados” pelo Estado como infratores da “lei”. Só em 2015, cerca de cinquenta pequenos produtores foram autuados por não disporem de outorgas. Coincidentemente, tais ações restritivas se dão no momento em que são concedidas novas permissões às empresas de fruticultura, já instaladas na Chapada, evidenciando a finalidade da atuação estatal em garantir preventivamente o máximo de água para o capital¹⁸⁴. (TABELA 10).

¹⁸³ Ver Inquérito Civil nº 06.2017.000001521.

¹⁸⁴ Ver. Tabela de autuação dos usuários fiscalizados contido no Inquérito Civil nº 06.2017.000001521, do Ministério Público do Rio Grande do Norte, destinado a averiguar os possíveis danos causados pelas empresas agrícolas em função da Extração de águas freáticas. Além disso, ver a lei 569 de 19 de abril de 2016, publicada no diário oficial do Rio Grande do Norte, que define as infrações e a aplicação de penalidades para a captação e uso irregular das águas no território do Estado. Tal lei prever punição a quem utilizar água sem autorização, bem como quem declarar volumes inferiores ao que retiram e/ou dificultar a ação fiscalizadora de autoridades. (Disponível em <http://redenews360.com.br/rn/lei-que-pune-captao-e-uso-indevido-de-agua-em-vigor-no-rn/>).

Agricola Famosa LTDA	0420/16	04/11/2016	“	“	“	“	“
Agricola Famosa LTDA	0420/16	04/11/2016	“	“	“	“	“
Agricola Famosa LTDA	0420/16	04/11/2016	“	“	“	“	“
Agricola Famosa LTDA	0420/16	04/11/2016	“	“	“	“	“
Agricola Famosa LTDA	0027/17	10/01/2017	10/01/2021	6	JANDAÍRA	150	9.160
Agricola Famosa LTDA	0027/17	“	“	“	“	“	“
Agricola Famosa LTDA	0027/17	“	“	“	“	“	“
Agricola Famosa LTDA	0027/17	“	“	“	“	“	“
Agricola Famosa LTDA	0027/17	“	“	“	“	“	“

FONTE: IGARN. 2017. Disponíveis no Inquérito Civil nº 06.2017.00000152-1. Elaboração do autor.

Para que tenhamos uma ideia mais aproximada do significado dos dados referentes ao gasto hídrico, apresentados na Tabela 6, basta observar que quando somados os gastos das empresas representam mais de 11 bilhões de litros por ano, correspondendo a um consumo superior ao das mais de 600 mil cisternas construídas no P1MC da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)¹⁸⁵, que estão espalhadas por todo o semiárido brasileiro até o momento. Este programa permitiu, além de descentralizar a gestão hídrica, favoreceu ao fortalecimento do processo de convivência e formas de (auto)gestão democráticas, ao garantir água prioritariamente para consumo de quem realmente necessitava.

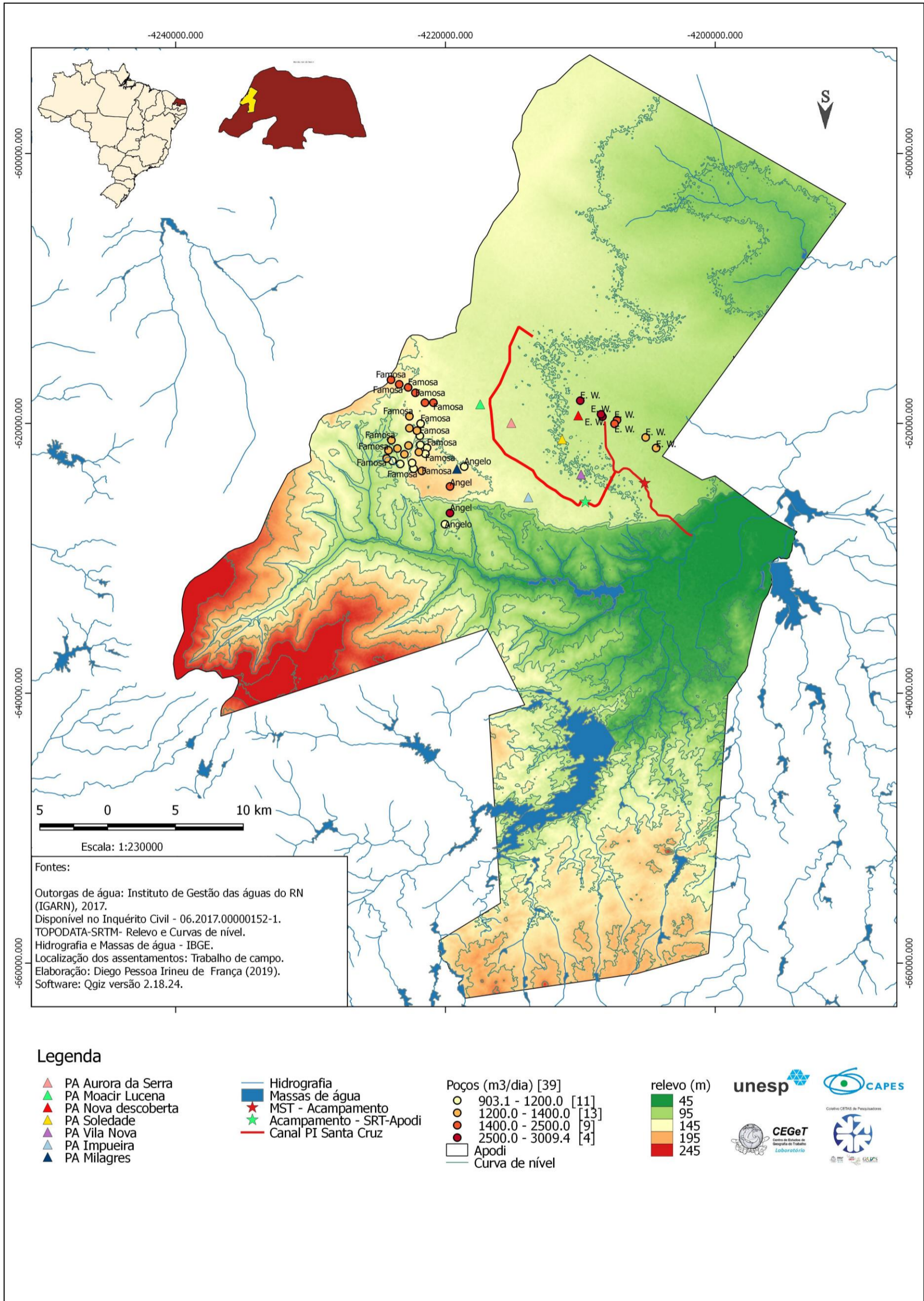
Ao contrário da soberania, a forma estatal de gerenciar os recursos hídricos, baseada no sistema desigual e seletivo de outorgas a partir de grandes obras, assume um caráter concentrador e autocrático, quando consideramos que a água utilizada apenas com fruticultura de exportação, em Apodi-RN, poderia abastecer mais de meio milhão de famílias que vivem no semiárido, sem causar os impactos socioambientais que o destrutivismo do agrohidronegócio fruticultor vem gerando.

Como podemos perceber, tal processo é avassalador em relação à apropriação territorial. Os mecanismos variam desde as concessões estatais de água, compra de terras, arrendamentos de áreas de pequenos produtores, até o monopólio sobre a produção dos assentamentos rurais. Estes últimos, como ainda não poderiam ser comprados (até ser obtido o título) o capital buscava subordinar a força de trabalho e a renda da terra, bem como enfraquecer a reforma agrária, seja descredibilizando estas ricas experiências de convivência, através da difusão ideológica que as veem como “atrasadas”, seja formando contratos de integração com assentados para produzir frutas para as empresas, nas áreas da reforma agrária.

A relação de proximidade dos empreendimentos fruticultores com as comunidades rurais mostra o caráter estratégico da localização para o capital, buscando não só a apropriação das águas, como também dispor de força de trabalho em abundância e de baixo custo. (Mapa 7).

¹⁸⁵ Até o presente momento existem 604.637 cisternas espalhadas pelo Semiárido Brasileiro, decorrentes do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), cada cisterna tem a capacidade de armazenar 16 mil litros que permite o uso de uma família durante oito meses. (disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>).

Mapa temático 7. Territorialização do agrohidronegócio em Apodi-RN



Como podemos perceber, o interesse do agrohidronegócio pela Chapada do Apodi (CE-RN) mostra claramente não apenas a importância da água subterrânea existente no aquífero Jandaíra-Açú para a produção de frutas, mas também uma trama complexa de facilidades institucionais e territoriais articuladas à lógica mundializada do capital, que atua tanto na exploração do trabalho quanto se apropria da renda capitalizada da terra. As evidências expressas em Apodi-RN, enquanto fronteira de expansão, evidencia que o capital estende seus tentáculos por várias áreas à procura de natureza e trabalho para explorar e subordinar, tornando a apropriação territorial imprescindível tanto para garantir a acumulação capitalista quanto, por consequência, o elo catalizador da trama de relações envolvidas nas ações de resistências pela totalidade do(a)s trabalhadore(a)s.

Sem respeitar as fronteiras municipais, estaduais e nacionais, as empresas praticam diversas formas de chantagens locais, ameaçando deslocar-se a qualquer momento que não encontrem as condições favoráveis e a lucratividade desejada (ACSELRAD; BEZERRA, 2010). A contradição maior desta característica está no fato de que garantir as exigências do capital tem sido cada vez mais sinônimo de instaurar a precarização generalizada, tanto em relação à expropriação gerada quanto no que tange aos potenciais riscos socioambientais, decorrentes da vizinhança indesejada ao agrohidronegócio fruticultor (THOMAZ, 2009).

Em contrapartida, os movimentos dos povos e trabalhadores do campo buscam dar visibilidade e articular suas lutas cotidianas, como constatamos nas (re)ocupações, pelo MST, das terras desapropriadas pelo DNOCS, ou através da participação nos seminários, nas marchas de rua, nas audiências públicas etc., que têm colocado em debate os modelos de desenvolvimento alternativos para o campo. Todas essas medidas trazem consigo essencialmente a necessidade do(a)s trabalhadore(a)s se apropriarem dos mecanismos decisórios e protagonizarem lutas anticapitalistas efetivas, que consigam barrar o estado de precarização generalizada imposta de cima.

A realização do conselho popular de gestão do aquífero Jandaíra-Açú por trabalhador(e)as do Ceará e do Rio Grande do Norte, sinaliza um caminho importante em termos de princípios e projeção de uma outra maneira de organização social, à medida que preconiza uma maior horizontalidade e soberania popular nas decisões acerca do uso da água subterrânea, já que praticamente todos os conselhos de gestão das águas estão tomados por agentes do capital e de interesses escusos, que decidem o uso

prioritário das reservas hídricas (TORRES, 2016). Embora em caráter embrionário, tal iniciativa popular marca a necessidade de avançar para uma democracia substantiva (MÉSZÁROS, 2015), em que os povos e os(as) trabalhadore(a)s sejam responsáveis pelo destino dos bens que garantem a reprodução social da vida.

Por tal razão, pensamos que o conteúdo desenvolvido a partir das formas de reprodução agroecológicas existentes em Apodi-RN, no acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte-CE e no Acampamento Dom Tomás (em Petrolina-PE) se assemelham às variadas resistências que estão em curso no Brasil e na América Latina. Buscam viabilizar outras sociabilidades, a quais sejam permeadas por uma nova relação sociometabólica com a natureza, em oposição à hierarquia insustentável presidida pelo capital, que tem suplantado os interesses comunitários através de uma forma estranhada de decisão política que, como vimos, atende prioritariamente a interesse privados e corporativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva da dialética do trabalho e da totalidade corresponderam aos pontos fundamentais, através dos quais buscamos interpretar os processos históricos e geográficos materializados na experiência dos conflitos territoriais do agrohidronegócio fruticultor no semiárido nordestino.

Muitas vezes deformado por interpretações unilaterais, ora decretando *a priori* o fim do trabalho, devido à supremacia das técnicas e da comunicação, ora reduzindo esta categoria elementar ao emprego/assalariamento, obscureceram os elementos fundamentais da realidade social do trabalho, a saber: sua permanência enquanto produtor de valor e riqueza social, desigualmente apropriada; constituir a forma de mediação necessária entre sociedade e natureza, daí derivada a concepção de sociometabolismo; e, principalmente, pelo trabalho resguardar, apesar das transformações históricas, o elemento da emancipação humana (ANTUNES, 2018; MÉSZÁROS, 2002, THOMAZ JUNIOR, 2009).

Nesta perspectiva, o princípio da luta de classes constitui-se no meio catalizador da interpretação que buscamos desenvolver ao longo da presente tese. A luta de classes nos ofereceu o referencial tanto da transitoriedade histórica, presente no método *marxiano*, quanto nos induziu a conceber na práxis dos sujeitos o fundamento das transformações societárias, como lembrado por Marx na célebre frase do 18 de Brumário de Luís Bonaparte: “o homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p.25).

Esses princípios, apesar de não conceberem enquanto imutável nenhuma realidade social, não nos permitem prever exatamente e mecanicamente como, quando, onde e quais sujeitos seriam os/as protagonistas das transformações substanciais tão necessárias contemporaneamente. Seriam “camponeses” e/ou “operários”, “os precarizados” (em seus diversos segmentos), os/as negros, “os/as indígenas”, as “mulheres”, da periferia ou do centro”, entre outras. Exatamente por essa polissemia que nos questionamos a respeito dos elos que perpassam tamanha diversidade de sujeitos e de enfrentamentos.

O capitalismo em sua era de crise estrutural, abstraindo dos paliativos que buscam esconder sua principal faceta, torna-se cada vez mais incapaz de estender de forma universal (Mészáros, 2002) o bem-estar propagado na era de ouro do keynesianismo-fordismo, bem como dispende os efeitos mais nocivos de seu desenvolvimento destrutivo exatamente sobre esta diversidade de trabalhadores, povos e territórios, que veem repentinamente suas vidas serem destroçadas pelos “projetos de morte” atrelados aos imperativos do crescimento exponencial da financeirização.

A partir da noção de desenvolvimento desigual foi possível evidenciar, conforme Harvey (2016), que o capital cria e destrói, ao seu bel interesse, a configuração territorial adequada à sua reprodução. Nesta dialética entre destruir infraestruturas para reconstrução de novos complexos, o capital busca deslocar suas falhas sistêmicas de um canto a outro, tentando sanar os limites que ele próprio constrói. Logo, a desindustrialização, deslocalização, centralização territoriais são algumas das estratégias na busca de grandes rentabilidades, como no aumento do preço da terra urbana e rural, decorrentes da especulação rentista e das grandes obras.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro, evidenciada por Marx no volume III de o Capital, demonstra de forma cabal para conjunto de trabalhadores, que o capital tende a descartar cada vez mais trabalho vivo e criar, paradoxalmente, mesmo com a ampliação da riqueza social, o agravamento das condições de vida do conjunto do trabalho, devido à produção social está ancorada na acumulação desigual e oligopolizada. Diz ele:

O processo de produção capitalista é ao mesmo tempo, essencialmente um processo de acumulação. Desse modo, as mesmas leis que produzem para o capital social uma massa de crescente e absoluta de lucro e uma taxa de lucro decrescente (MARX, 2017, 256-257).

De acordo com Mészáros (2015, 2007), tal processo foi interpelando o capitalismo contemporâneo a intensificar os processos de exploração sobre a totalidade do trabalho vivo, realizando o que denomina de “*equalização por baixo da taxa diferencial de exploração*”, que atinge não somente as parcelas de trabalhadores “desqualificados” presente no mundo pobre, mas comumente tende a estender seus efeitos degradantes aos altos escalões dos trabalhadores que, antes da quebra do *Welfare State*, gozavam de alguma seguridade social no centro do capitalismo. Em suas

palavras:

Hoje, os trabalhadores têm de enfrentar a ameaça à suas condições básicas de existência, porque o desemprego – frequentemente camuflado como vínculo temporário “flexível” – está se disseminando por toda a parte. A luta contra o desemprego não pode ser considerada simplesmente uma negociação salarial. Foi-se o tempo em que se podia tratar o problema em termos do “desemprego marginal” [...] (MÉSZÁROS, 2007, p. 82).

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas brutais e agressivas para aumentar a produtividade do capital em nível macroeconômico, a começar intensificação pela produtividade do trabalho. Mesmo com o desemprego formal em alta, como uma característica do *Toyotismo*, o regime de acumulação busca obter a maior intensidade do trabalho flexível. Os informais e a *pejotização*¹⁸⁶, ressaltada por Antunes (2018), por exemplo, garantem que o trabalho seja explorado sem a necessidade dos vínculos laborais típicos do fordismo (CHESNAIS, 1996).

Além de ampliar as pressões sobre o mundo do trabalho, o processo de financeirização atual, consolida as principais previsões realizadas por Rosa Luxemburgo e Lênin, no início do século XX, isto é, que a lógica do capitalismo tendia aos oligopólios e, estes, por sua vez, a se expandirem por vastas regiões do mundo, recriando processos constantes de apropriação e expropriação territorial, baseados na acumulação primitiva. Basta observar as fusões e aquisições de grandes capitais como as gigantes do *agrobusiness* e atuação dos fundos de pensão no mercado de terras, de águas, de minérios para constatar este fato.

A acumulação por espoliação corresponde, portanto, a faceta contemporânea da expansão territorial realizada pelo capital financeiro (HARVEY, 2004). Os processos de acumulação financeirizados criam um mito na ideia de que o dinheiro poderia se autovalorizar sem necessitar investir em algo concreto. Entretanto, os efeitos territoriais desencadeados pela privatização generalizada dos bens da natureza e do território, a exemplo do histórico interesse do Banco Mundial e de grandes empresas pelo

¹⁸⁶ Referência ao crescimento de pessoas físicas que prestam serviços às empresas na condição de pessoas jurídicas(PJ), o que omite a relação de contrato de trabalho.

semiárido, mostram que a suposta “autonomização” traz como plano de fundo a conversão das questões vitais (ar, terra, água, ar, crédito de carbono, etc.) em mercadoria.

Para atender essa finalidade, o papel do Estado, especialmente na América Latina, se volta cada vez mais a garantir a previsibilidade dos interesses das grandes corporações, atreladas direta ou indiretamente ao capital financeiro. A partir disso, uma verdadeira *institucionalidade injusta*, facilmente identificada num conjunto de precariedades, vai se tornando regra; basta que percebamos a instauração das leis contra o trabalho e a natureza, como a terceirização total, a privatização, redução generalizada dos serviços públicos e a constante flexibilização das normas ambientais (Código Florestal e permissividade dos agrotóxicos), para que constatem os efeitos da implementação severa da lógica neoliberal.

Entretanto, nossa discussão acerca das raízes do Estado, à luz de suas ações concretas nos processos de grandes obras hídricas existentes no semiárido, não se limitou a entender apenas que o processo neoliberal se configurou na privatização daquilo que era de patrimônio público. Buscamos entender como o fetiche do “público”, assentado na forma estatal, representa a condição de garantir a lógica privada e a reprodução do capital. Deste modo, existe uma relação dialética, inter-relacional e, até mesmo, simbiótica entre público e privado. Daí pudemos entender como a ideologia cumpre o papel de forjar um discurso consensual (Gramsci, 2014) para legitimar megaempreendimentos, cuja finalidade viabiliza interesses estratégicos dos grandes capitais e geram expropriação em massa nos territórios mesmo advogando o mérito do “público”.

Buscamos compreender à luz das evidências que esse conjunto de violações de direitos dos territórios, a partir das injustiças socioambientais, expressas sobretudo na exposição aos riscos de contaminação por agrotóxicos, constituem, não uma excepcionalidade de *ilegalidade* do Estado, mas como menciona Mészáros (2015), tornam-se recorrentes em momentos de graves crises societárias. No Brasil, este fato é bastante perceptível, à medida que, nas diferentes instâncias, o Estado parece contradizer direitos fundamentais contemplados em seu aparato institucional. Este fato não tem nada de enigmático quando descortinamos a essência estatal, que constitui numa forma de dominação política estranhada/separada dos sujeitos, cumprindo o papel de perpetuar a estrutura hierárquica de classe e a reprodução do capital (HISRCHI, 2010

PACHUKANIS, 2017).

A história recente demonstra os limites do Estado e de uma estratégia política pensada a partir de uma aliança “por cima”. Os governos progressistas, apesar dos ganhos sociais que proporcionaram, foram engolidos pelas armadilhas da institucionalidade estatal, a qual tem sido uma “arena” bastante desigual para ampliar de forma duradoura os benefícios sociais para maior parte da população e trabalhador(a)s. Tanto a ascensão dos conservadorismos, ocorrida no centro do capitalismo, quanto os vários golpes de Estado ocorridos em Honduras, Paraguai e Brasil, bem como a iminente ameaça à Venezuela correspondem, simultaneamente, a uma crise econômica e humanitária, para a qual o Estado é recrutado cada vez mais a atender os imperativos da acumulação, através de *austericídios* e da forte repressão, uma espécie de “contrarreforma” preventiva (COELHO, 2017).

Vivenciamos, por assim dizer, uma onda (auto)destrutiva da forma política estatal que, através do seu fetiche, tem buscado viabilizar um conjunto de precarização e perdas de direitos humanos e socioambientais. Além de criar as condições materiais para garantir os investimentos privados, como infraestruturas, vias de escoamento, portos, aeroportos, isenções fiscais etc., o “Estado ampliado” também atua na criação “preventiva” de um “consenso” (Gramsci, 2014) de que tais medidas, investimentos, prioridades, correspondem a um caminho inevitável a obtenção do “progresso”.

A partir dessa lógica deformada é priorizado o agronegócio exportador, que abocanha bilhões em recursos públicos, ao mesmo tempo que se secundariza a agricultura familiar, a qual produz mais de 70% dos alimentos básicos consumidos na mesa dos brasileiros. É também por meio desta mesma *irracionalidade* que, em menos de dois anos do governo do golpe, se congelou os gastos públicos durante vinte anos, realizaram uma reforma trabalhista desumana, implementaram a terceirização irrestrita, desregulamentaram as leis ambientais e, o que é mais grave, com a falaciosa promessa de desenvolvimento social e sustentável. Como se percebe, em formações sociais de capitalismo periférico, a sobreposição exacerbada do valor de troca em relação às questões vitais à reprodução humana é campo fértil para *não-razão* (MÉSZÁROS, 2002).

Desde Mariátegui, passando por Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, observamos que o caráter dependente do capitalismo latino-americano criava condições de dominação e superexploração híbridas, como tão bem sintetizadas por Oliveira

(2003) no arquetípico *Ornitorinco*. Tal característica nos permite descartar qualquer tipo de burguesia progressista, que tome para si a missão histórica de levar até as últimas consequências as reformas elementares, nos termos de um capitalismo clássico, devido a seu caráter de articulação entre o “moderno” e o “arcaico”. Permitam-nos uma citação alongada de os “*Os condenados da terra*”, porque nela Frans Fanon sintetiza essa característica histórico-política presente em grande parte da América Latina:

A burguesia nacional descobre para si a missão histórica de servir de intermediária. Como vemos, não se trata de uma vocação' de transformar a nação, mas prosaicamente de servir de correia de transmissão a um capitalismo encurralado na dissimulação e que ostenta hoje a máscara neocolonialista. A burguesia nacional vai deleitar-se, sem complexos e com toda dignidade, no papel de procuradora da burguesia ocidental. Esse papel lucrativo, essa função de biscateiro, essa estreiteza de vistas, essa ausência de ambição simbolizam a incapacidade da burguesia nacional para desempenhar seu papel histórico de burguesia. O aspecto dinâmico e pioneiro, o aspecto inventivo e descobridor de mundos, que se nota em toda burguesia nacional está aqui lamentavelmente ausente. No seio da burguesia nacional dos países coloniais predomina o espírito de fruição. É que no plano psicológico ela se identifica com a burguesia ocidental, da qual sugou todos os ensinamentos. Segue a burguesia ocidental em seu lado negativo e decadente sem ter transposto as primeiras etapas de exploração e invenção que são em todo o caso uma propriedade dessa burguesia ocidental. Em seus primeiros passos a burguesia nacional dos países coloniais identifica-se com o ocaso[entardecer]da burguesia ocidental. É impossível acreditar que ela queime as etapas. Na realidade começa pelo fim. Já está senescente embora não tenha conhecido nem a petulância, nem a intrepidez, nem a voluntariedade da juventude e da adolescência. (FANON, 1968, p.127).

Por isso, o modo *sui generis* de capitalismo aqui materializado, mencionado por Oliveira (2003), não deixa alternativa à organização política, realmente intencionada com as transformações profundas, que não seja uma ampla aliança envolvendo a totalidade do(a)s trabalhadoras precarizad(a)s, povos das cidades, do campo etc., voltada a um projeto societal que seja pela esquerda, desde abaixo e com *la tiera*, para lembrar uma expressão de Arturo Escobar sobre a necessidade da defesa dos *bens comuns*.

Entretanto, esses princípios não podem desprezar o potencial contra-hegemônico presente nas lutas sindicais, de modo que, mesmo com a onda de precariedade e

precarização, incidentes sobre a *classe-que-vive-do-seu-trabalho* (ANTUNES, 2012), não foi possível apagar esse importante mecanismo de representatividade aos diferentes e difusos seguimentos do mundo do trabalho, cada vez mais heterogêneos em sua forma, função e lutas reveladas pela *plasticidade* (THOMAZ JUNIOR, 2009). Pensamos ser necessário, de todo modo, modificar posturas hierarquizadas e autoritárias que contribuam ainda mais para intensificar a fragmentação e sectarismos de classe, características sem dúvida nenhuma inerentes ao sistema de controle do capital.

Em um mundo presidido pela hegemonia da acumulação flexível, onde as relações pessoais e laborais se tornam cada vez mais voláteis e efêmeras, os sujeitos estáveis de hoje podem se tornar os precarizados de amanhã. Por tal razão, ressurge a importância de uma solidariedade ampla da totalidade do trabalho vivo, que construa a unidade na diversidade, em vista da emancipação humana e da natureza, como menciona Antunes (2018):

Exemplos verdadeiros de outra dialética, esses dois segmentos importantes da mesma *classe-que-vive-do-trabalho*, em sua aparente contradição, parecem ter seu futuro ligado de modo indelével: o jovem precariado, em suas lutas, aparentemente mais desorganizado, quer o fim da precarização completa que o avassala e sonha com um mundo melhor. Por sua vez, os trabalhadores mais tradicionais, mais organizados sindical e politicamente, herdeiros do *welfare state*, querem evitar uma degradação ainda maior e se recusam a converter-se nos novos precarizados do mundo. Como a lógica destrutiva do capital é múltipla em sua aparência e uma em sua essência, se esses polos vitais do mundo do trabalho, que vivenciam situações tanto de heterogeneidade quanto de homogeneização, não forem capazes de se conectar de modo solidário e orgânico e de articular elementos de unificação em algumas de suas lutas, tenderão a sofrer uma precarização ainda maior (ANTUNES, 2018, p.58).

Assim, segundo Mészáros (2002), a questão do controle social remete ao heterogêneo conjunto de sujeitos a necessidade de encontrar uma unidade para sua simples sobrevivência, o que passa necessariamente pela criação de movimentos estratégicos que possam potencializar uma transição para o socialismo.

Como mencionado por Antunes (2018), nessa difícil e complexa fase da história recente, existem movimentos sociais e políticos de esquerda e de massa que vem enfrentando alguns dos mais urgentes desafios. Ele relembra a inspiradora luta dos Zapatistas, de 1994, que se contrapôs indissociavelmente ao imperialismo americano e

as oligarquias locais. Neste contexto, também são mencionadas as lutas protagonizadas encabeçadas pelo MST e pelo MTST, no Brasil, os Piqueteros argentinos, as revoltas indígenas na defesa da terra, da água, do gás, em suma, um conjunto de enfretamentos contra-hegemônicos ao sistema sociometabólico do capital.

As experiências concretas têm revelado a necessidade objetiva da Comuna, enquanto forma política da emancipação da *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2018). Trata-se de um meio articulado dos sistemas de decisão social que, ao mesmo tempo é centralizado e descentralizado, como houve na Comuna de Paris, nos Soviotes (conselhos operários e camponeses) da Revolução Russa (1917) e, *mutatis mutandis*, nas formas comunais latino-americanas, que reinventam, a seu modo, a luta pela reapropriação dos *bens comuns* pelos sujeitos autonomamente associados.

Sim! É necessário falar em processo revolucionário hoje, mesmo quando os holofotes se voltam quase que exclusivamente para o que resultou das eleições brasileiras. Não tendo mais o que conceder aos trabalhadores e aos povos, o projeto ofertado pelo capital não poderá ser outro se não impor um conjunto de “condições infernais”, como o desemprego estrutural, que induz os sujeitos a aceitarem qualquer tipo de ocupação precária; a degradação ambiental, provocando a contaminação sistemática pelos agrotóxicos e a avassaladora expansão territorial da lógica rentista do capital, vista na conversão acelerada de bens na natureza em mercadorias e na intensificação dos mais graves processos expropriatórios de ribeirinhos, camponeses, posseiros, quilombolas, indígenas, entre outros.

Percebemos que a experiência do agrohidronegócio fruticultor, consolidada no semiárido, além de não fugir a esta lógica contribuiu para aprofundar os processos destrutivos inerentes ao capitalismo contemporâneo, revelando-se enquanto forma particular dos processos de acumulação global, o que explicaria a diversidade de negócios e atuação de algumas empresas multinacionais, que combinam exploração do mais-valor na agroindústria frutícola, da apropriação da renda capitalizada da terra e da exportação de frutas *in natura*.

Na perspectiva das lutas latino-americanas que, passam necessariamente pela na busca por soberania do território, buscamos refletir sobre os significados e desdobramentos existentes nos conflitos territoriais desencadeados pelos megaprojetos e pelo agrohidronegócio fruticultor. Nosso estudo, embora tenha enfatizado a perspectiva do trabalho, buscou compreender uma complexa trama de relações, sociais, ambientais,

políticas e econômicas que permeiam os territórios em conflito.

Buscamos, pois, romper com a maneira unilateral de compreender os processos, ora enfatizando os aspectos da dominação, ora focando de forma dissociada as resistências, à medida que nos interessava pensar a relação interdependente entre estrutura de dominação do agrohidronegócio e os multifacetados processos de resistência, os quais pudemos acompanhar em três estados federativos diferentes. Essa escolha permitiu, a partir de um salto escalar, perceber os elementos específicos e comuns entre os diferentes conflitos desencadeados por um inimigo comum: o *agrohidronegócio*.

A história das greves, ocorridas em 2008 e 2012, nas empresas de fruticultura, demonstrou, simultaneamente, tanto um processo de precariedades das condições de trabalho quanto a força de auto-organização dos sujeitos para se contrapor a situações de exploração levadas ao extremo (TEIXEIRA, 2011).

Da mesma forma, a lógica concebida pelos Perímetros Irrigados, além de valorizar significativamente os imperativos do mercado de terras, através da grande valorização dos terrenos por onde se estendem os canais, é responsável pelo processo de expropriações de diversos sujeitos que habitavam o semiárido. A partir da tendência privatizante atrelada à perspectiva arcaica “combate à seca”, foram levados adiante esses megaprojetos por órgãos de planejamento, como o DNOCS e a CODEVASF, que criaram um verdadeiro ordenamento territorial compatível com as “necessidades” de reprodução do capital, interessado em áreas que, além de infraestruturas hídricas, contassem com disponibilidade de trabalho, meios de escoamento, terras e recursos naturais a explorar.

Além disso, a experiência dos Perímetros Irrigados também permitiu observarmos mais concretamente a articulação estatal com instituições supranacionais, a exemplo de entidades ligadas ao Banco Mundial, que além de financiador de vários projetos, atua enquanto propagador de parâmetros político-ideológicos que são tomados como modelos no Nordeste. Neste caso, destacamos as PPP e os sistemas de integração da cadeia produtiva como um mecanismo institucional flexível que se destina a garantir uma apropriação privada da terra-água, fortalecendo relações de trabalho ainda mais precárias. Como percebemos, no relato de uma assalariada-acampada, o agrohidronegócio fruticultor conhece bem o princípio de criar escassez na abundância:

Tanta terra aí e eles não doam pra quem não tem. Porque que eles têm medo de faltar gente para trabalhar para eles, eu acho. Ninguém pode não, pegar terra de ninguém mais não. Tanta terra lá, precisando de plantar e eles não querem ceder. Deus queira que ali saia (se refere ao Pontal); todo dia eu rezo; nem que seja só um pedacinho. Para eu poder trabalhar pra mim [...] (Entrevista realizada com trabalhadora assalariada e acampada do Dom Tomás Balduino, abril de 2016).

As contra-hegemonias que se desenvolvem nos acampamentos, situados às margens dos canais de irrigação, correspondem, por um lado, ao questionamento da concepção concentracionista e privatizante dos PIs e, por outro, à necessidade objetiva de sujeitos na busca de atenuar os processos de exploração que assolaram grande parte de suas vidas. Como vimos, a partir da experiência empírica dos acampamentos Dom Tomás Balduino, em Petrolina-PE, Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte-CE e nas comunidades rurais de Apodi-RN, estas áreas desenvolvem sociabilidades que demarcam os princípios para uma ruptura possível com o modelo do agrohidronegócio fruticultor.

Essas experiências reivindicam um processo amplo de desconcentração das terras, das águas, do território, assim como sugerem uma reconfiguração na relação com a natureza, que permita o estabelecimento de sociabilidades pautadas na agroecologia, na solidariedade, na autonomia do trabalho e da vida. Assim sendo, não tem como não conceber a grandiosidade dos ensinamentos trazidos por estas experiências para a diversas lutas que a *classe-trabalhadora-ampliada* deverá travar daqui para frente, à medida que destrutivismo se acentua.

O caso da unidade realizada pelo Movimento 21, ao articular diferentes organizações e movimentos sociais em função da defesa da água, da terra, do território e da vida, apesar dos limites, só reforça a possibilidade de convergências entre os mais heterogêneos sujeitos que, assolados por um inimigo comum, não encontram uma alternativa senão combatê-lo conjuntamente

Como sugerem as palavras de ordem em defesa da Chapada do Apodi-CE/RN: “*A nossa Luta é Todo Dia! Nossa Chapada Não é Mercadoria!*”, os processos de resistências desencadeados no semiárido nordestino trazem à tona a defesa do território e das questões vitais, as quais se constituem nos pressupostos elementares ao estabelecimento de outra sociabilidade. Diante da iminente tendência à destruição

socioambiental contemporânea, que atinge indiscriminadamente o campo e a cidade, as lutas de ambientalistas como Zé Maria do Tomé, as lutas em defesa da agroecologia, as lutas por autonomia do trabalho, entre outras, não podem ser interpretadas enquanto meras questões locais e/ou parciais, pois expressam essencialmente a esperança humana para emancipação.

Por fim, gostaríamos de frisar alguns desdobramos práticos desencadeados pelo presente estudo, já que pensamos que o próprio processo de pesquisa retroalimentou as resistências. A pesquisa engajada que desenvolvemos a partir do cotidiano dos sujeitos nos permitiu um conjunto de ensinamentos, sobretudo no que tange as potencialidades do conhecimento acadêmico, articulado aos saberes populares e às lutas reais. Tomados pelos questionamentos: para que pesquisamos e para quem serve o conhecimento produzido, fomos compreendendo que nossa pesquisa permitia o fortalecimento das lutas, seja por meio da publicização dos conflitos, seja por contribuir em ações práticas, como atos públicos, das entrevistas em meios de comunicação, nas romarias, nas notas de solidariedade aos acampamentos, nas ocupações de terra, na articulação com pesquisadores, militantes, ambientalistas etc. Enfim, foi desta forma que abandonamos a ideia de um pesquisador neutro-individual para nos compreendermos enquanto sujeito-coletivo do conhecimento e da transformação. Eis o significado maior do estudo das resistências da totalidade do trabalho vivo: a pesquisa ganhou finalidade concreta e converteu-se em *práxis*.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, G, R. Pistas reflexivas para orientarnos en una turbulenta época de peligro. In: AGUILAR, G, R. *et al.* **Palabras para tejernos, resistir y transformar: em la época que estamos vivendo.** Cochabamba: Mundo Graf, 2011.

ALVES, G. A nova precariedade salarial: elementos históricos-estruturais da nova condição salarial no século XXI. In: NAVARRO, V. L; LOURENÇO, E. A. S. **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Outras expressões, 2017. Pp59-87.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Uma aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor (org.) **La Naturaleza colonizada Ecología política y minería en América Latina.** Buenos Aires: CICCUS/CLACSO. 2011.

AGUIAR, A. C. P. **Más-Formações congênicas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (ce).** Dissertação apresentada ao Mestrado em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a Orientação da Prof^a Dr.^a Raquel Maria Rigotto e Co-orientação da Dr.^a Aline do Monte Gurgel. 2017. 199p.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A.W.B et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010. p. 179-210.

ALVES, G. Trabalho, capitalismo global e “captura da subjetividade”: uma perspectiva crítica. In: ALVES, G. **O Averso do Trabalho II.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 41-59.

ALVES, G. A nova precariedade salarial: elementos históricos-estruturais da nova condição salarial no século XXI. In: NAVARRO, V. L; LOURENÇO, E. A. S. **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Outras expressões, 2017. Pp59-87.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, M. C. **A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil.** In: Revista de economia Política, Vol. 6, nº 4, outubro-dezembro de 1986.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários:** são Paulo, Boitempo, 2009.

AZEVEDO, J. R. **As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do sul.** Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: António Thomaz Júnior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2013.

ANTUNES, R. **As lutas sociais e o socialismo na América Latina no século 21.** In: Galvão, Andréia; Amorim, Elaine, Júlia Gomes e Souza, Galastri, Leandro. (Orgs.) **Capitalismo, crises e resistências.** 1 ed. São Paulo: outras expressões, 2012. Pp.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, V. L; LOURENÇO, E. A. S. **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Outras expressões, 2017. Pp59-87.

BARRETO, JOSELI. **Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas regiões administrativas de presidente prudente e Ribeirão preto (SP).** Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Antonio Thomaz Junior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2018.

BEDOR, CNG. **Estudo do potencial carcinogênico dos agrotóxicos empregados na fruticultura e sua implicação para a vigilância da saúde.** Tese (Doutorado em Saúde Pública). Centro de Pesquisas Aggeu Magalhaes da Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

BARROS, MAËLDA DE LACERDA. **O PROCESSO DE COMPRESSÃO-EXPANSÃO DO TEMPO-ESPAÇO NO PÓLO XÉRICO DE FRUTICULTURA IRRIGADA PETROLINA – JUAZEIRO.** Tese de doutorado em Geografia. orientação do Professor Dr. Alcindo José de Sá. Recife: UFPE, 2010.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH/USP, 2017. 296p.

BRITO, FRANKLYN BARBOSA. **O CONFLITO PELO USO DA ÁGUA DO AÇUDE EPITÁCIO PESSOA (BOQUEIRÃO) – PB.** Dissertação em Geografia. orientação do Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna. João Pessoa: UFPB, 2008.

BRAGA, R. **A Rebelião do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Antônio Thomaz Júnior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2012.

BREILH, J. **“La Codicia Agrícola como Modelo de la Muerte”**. In: RIGOTTO, R. (Org.). livro Trabalho, Ambiente e Saúde. Fortaleza: UFC, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. **Programa Mais Irrigação vai beneficiar 200 mil novos hectares na região Nordeste**. Notícia disponível em: www.brasil.gov.br. Publicada em 26/12/2013. Acesso em 04/10/14.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional-MI. **Desafios para a transferência da gestão dos Perímetros públicos de irrigação – proposta para efetiva emancipação**. Brasília/out, 2014.

BRASIL. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (Brasil). **A Questão da Água no Nordeste**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

BRASIL. **Agência Nacional de Águas. Avaliação dos Recursos Hídricos Subterrâneos e Proposição de Modelo de Gestão Compartilhada para os Aquíferos da Chapada do Apodi, entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará**. Vol. V – Modelo de Gestão. Brasília: ANA, SIP, 2010.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada**. Brasília: ANA, 2017.

CASTRO, C. N. **Transposição do São Francisco: análise e oportunidade do Projeto**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

BENJAMIN, Walter. Tese VI. In: Löwy, Michel. **Anúncio de incêndio: teses sobre o conceito de História**. São Paulo: Boitempo, 2005. p.65.

CARNEIRO, F. F. et al (Org.). **Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, Fernando Ferreira, RIGOTTO, Raquel Maria, Pignati, Wanderley. Frutas, cereais e carne do Sul: agrotóxicos e conflitos ambientais no agronegócio no Brasil. In: FERNANDES, L.; BARCA, S. **Desigualdades ambientais: conflitos, discursos e movimentos**. Nº 17. Coimbra: e-cadernos-CES, 2012.

CARVALHAL, M. D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Antônio Thomaz Júnior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2004.

CARSON. Rachel, **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

COMPANHIA DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS. **Plano de gestão participativa dos aquíferos da bacia Potiguar, Estado do Ceará**. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

COELHO, E. Estado ampliado e política apequenada. In: MATOS, M. B. **Estado e formas de dominação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. Pp. 145-174.

CODEVASF, 2012. Edital de concessão do Perímetro Pontal. Disponível em: <<http://www.pontal.org/projeto.htm>> acesso em 15 de setembro de 2014.

CODEVASF. **Projeto de Irrigação Pontal**. Disponível em <<http://www.pontal.org/projeto.htm>> acesso em 15 de setembro de 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da Razão. São Paulo: Boitempo, 2010.

COSTA, Cleuton Almeida. **Marcas da ocupação do solo na dinâmica fluvial no Médio-Baixo Jaguaribe-CE**. 2009. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas económicos não capitalistas**. In: Silva, J. G. da; Stolcke, Verona (org.) *Questão agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CNBB. Pedido de reconsideração do Processo 08000053-25.2014.4.05.8101. Limoeiro do Norte, 13 de maio de 2014.

CUNHA, E. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CUNHA, Tássio Barreto. **Do Oculto ao Visível: Terra-Água-Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia**. Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Dr. Marcelo Dornelis Carvalho. Universidade

Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2017.

DOURADO, J. A. **Das terras do sem-fim aos territórios do Agrohidronegócio: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA)**. Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Antônio Thomaz Júnior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2015.

DOURADO, J. A. **Modernização da agricultura: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)**. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Goiás. Orientadora: Dra. Helena Angélica. Catalão-GO, UFG, 2011.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme C. Terra, trabalho e dinheiro: qual é o sentido da des(regulação) ora em curso. **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2017**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos 1ª edição, São Paulo: Outras Expressões. – 2017.

DRUCK, G. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, V. L; LOURENÇO, E. A. S. **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras expressões, 2017. Pp59-87.

DEJUORS, C. A **Loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

ESCOBAR, Arturo (2011) Ecología Política de la globalidad y la diferencia. In: ALIMONDA, Héctor (org.) **La Naturaleza colonizada Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CICCUS/CLACSO. 2011.

ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FANON, FRANS. **Os condenados da Terra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

FRANÇA, D. P. I. **A ação Pastoral da Igreja Católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Orientadora: Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira. João Pessoa: UFPB, 2014.

FRANÇA, D. P. I. Um espectro do golpe ronda novamente o Brasil: o golpe aos direitos. *In: Revista Pegada: Dossiê trabalho, crise e golpe no Brasil – vol. 17 n.1.* Julho/2016. pp.344-362. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4493/3450>>. Acesso em 22 de março de 2018.

FRANÇA, D. P. I. THOMAZ JUNIOR, A. Estado-Capital-Trabalho: elementos para pensar o caso das parcerias público-privadas (PPP) no semiárido nordestino. In: **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVII, n. 2, p. 162-180, jul./dez. 2016. Pp.163-180.

FREITAS, B. M. C. Marcas do agronegócio no território da chapada do Apodi. In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC/Expressão Popular, 2011. 144-165.

FREITAS, B. M. C. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. Tese de doutorado apresentada no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da Dra. Larissa Mies Bombardi. 2018. 325p

FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. In: *Novos estudos CEBRAP*. Nº 1., 1, São Paulo: Dez. 1981. p.12-19.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA *et al.*, **Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quem e para quem?** *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3):743-752, 2 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0743.pdf>. Acesso, abril de 2018.

FERNADES, F. **A Contestação Necessária**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FONTES, V. Hegemonismos e Política. In: MATOS, M. B. **Estado e formas de dominação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. Pp. 207-237.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: António Thomaz Júnior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2006.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **OPARA – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco**. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997. 249 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política**. (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques) Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Temas de cultura, ação católica. Americanismo e fordismo**. (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques) Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Introdução a filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques) Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. **Poder, Política e Partido.** (Emir Sader org.). Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo Edições Loyola, 2014.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004. 201p.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HECK, FERNANDO M. **O Espaço e o Contraespaço no circuito produtivo do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense.** Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2017.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado. Rio do Janeiro:** Revan, 2010.

HOLLOWAY, J. **La rosa roja de Nissan y otros escritos.** La Paz: Textos Rebeldes, 2009.

IASI, M. L. **O ser ou não ser da Consciência.** São Paulo: Viramundo, 2014.

IANNI, O. **As origens agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense. 2004.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEFEBVRE H. **Espaço e Política. Belo Horizonte:** Editora UFMG, 2008.

LINS, C. S. **Disputas territoriais e conflitos no campo: a expansão do agrohidronegócio frutícola no Ceará.** (Relatório de qualificação de Doutorado em Geografia). Orientador: Dr. Antonio Thomaz Junior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2014. 125p.

LOPEZ, G. L. Método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. In: **Revista Textura.** N°1, Canoas, 2° semestre de 1999. Pp.45-50. Disponível

em: www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/660/470. Acesso em 06 de 01 2018.

LÖWY, M. **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LÖWY, M. **Teoria da Revolução no Jovem Marx**. São Paulo, Boitempo, 2012.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

LUKÁCS, G. O trabalho. In: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 41-157.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo. Expressão Popular/Clacso, 2010.

MARINHO, A. P. **Contextos e contornos de risco da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente**. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil, 2010.

MARINI, R. Considerações metodológicas sobre a aplicação do Marxismo na América Latina. In: LOWY, M. (Org.) **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 3ª edição ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

MALVEZZI, R. O Avanço do Hidronegócio e os Conflitos pela Água. In: CANUTO, A., LUZ, C. R. S., WICHINIESKI, I. (Orgs). **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. pp.86-88.

MALVEZZI, R. **A decadência econômica do rio São Francisco**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/riosaofrancisco/2554adecadencia-economicadoriosaofrancisco>. Acesso em 29 de abril de 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes 1986.

MARTINS, J. S. **O poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. Teses a Feuerbach. In: MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.(1845-1846).

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O CAPITAL: Contribuição a Crítica da Economia Política**. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

Karl, Marx. **Glossas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. (Tese de doutorado em Geografia). Orientação: Dr. Antonio Thomaz Júnior. Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Antonio Thomaz Junior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2004.

MENDONÇA, M. R. A complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohidronegócio e as (re) Existências dos povos Cerradeiros. In: **Terra Livre: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperança**. Ano 26, v. 1, n.34. São Paulo: AGB, Jan/Jun de 2010. pp. 189-202.

MENDONÇA, S. R. Dominação Burguesa e Reprodução de Classe no Brasil (1990-2016). In: MATOS, M. B. **Estado e formas de dominação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. Pp. 207-237.

MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo Boitempo, 2007.

MESZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MESZÁROS, I. **Crise Estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, R. **MARXISMO E GEOGRAFIA: a Geograficidade e o diálogo das Ontologias**. In: GEOgrafia - Ano. 6 – Nº II – 2004.

MOREIRA, R. **Teses para uma geografia do trabalho**. Revista Ciência Geográfica, Bauru, v.2, n.22, p.19-23, ago. 2002.

MOREIRA, E. et al. **Organização do espaço agrário, condições de vida e saúde do trabalhador.** In: MOREIRA, E. WATANABE, T. (Org.). **Ambiente, Trabalho e Saúde.** João Pessoa, UFPB, 2006. pp.129-145.

MOREIRA, E. et al. **A luta por água no estado da Paraíba: contradições e conflitos.** In. Revista NERA Presidente Prudente Ano 19, nº. 34 – Dossiê pp. 61-81 2016

MOREIRA, R. **Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas.** São Paulo Contexto, 2012.

NABUCO, M. R. **Estado e projeto Nacional nas obras iniciais de Celso Furtado.** 1ª edição. São Paulo: Perseu Abramo, 2000. Pp. 59-70.

NÓBREGA, Camila. Reportagem: **Dossiê mostra que perímetros irrigados violam direitos de comunidades rurais.** Juazeiro-BA, 20/05/2014. disponível em: http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=8408, acesso 04 de outubro de 2014.

OLIVEIRA, A. U. Violência e barbárie: a grilagem de terra no Brasil. In: CANUTO, A., LUZ, C. R. S., WICHINIESKI, I. (Orgs). **Conflitos no Campo Brasil 2011.** Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2011. pp.20-55.

OLIVEIRA, RENATA. S. **Entre o Estado, o mercado e a reprodução social: organização dos pequenos produtores do Polo irrigado Petrolina/Juazeiro.** Dissertação de mestrado em Geografia. Orientadora: Dra. Josefa de Lisboa Santos. Aracaju: UFS, 2011.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: António Thomaz Júnior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2009.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma religião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista.** São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F. **Brasil: uma biografia não autorizada.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho.** São Paulo: Expressão popular, 2006.

ORTEGA, Antônio César. SOBEL, Tiago Farias. Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). In: **planejamento e políticas públicas** [ppp]. n. 35, jul./dez. 2010.

PAULO NETO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PEREIRA, M. F. A. **Conflito socioambiental frente à implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi/RN na perspectiva dos resistentes**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Orientadora: Dra. Raquel Maria Rigotto. Universidade Federal do Ceará. Campus Fortaleza, 2013.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. (Orientadora: Virgínia Fontes). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

PERPÉTUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. **Pilhagem territorial: no rastro da recente territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil**. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; PONTE, K. F.; ALVES, J. (org.) Geografia e trabalho no Século XXI. Vol. 9. Presidente Prudente-SP: Centelha, 2016.

PIGNATI, W. Oliveira, N. P.; Silva, A. M. C. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. Vol. 19(12). 4669-4678. Dez. 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/1413-8123-csc-19-12-04669.pdf> >. Acesso 14 de nov. 2016.

PONTES, A. G. V. **Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental: articulando, SUS e Movimentos Sociais em Território Rural**. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Orientadora: Dra. Raquel Maria Rigotto. Fortaleza: UFCE, 2012.

PONTES, *et al.* **Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente**. In: Revista ciência e saúde coletiva. 18 (11), 2013, pp. 3213-3222.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O modelo de desenvolvimento do agronegócio: limites e perspectivas. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 14 – Ano 8, Novembro 2011**.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Conferência proferida no Encontro Latino Americano de Geografia (EGAL)**, realizado na Cidade de La Paz, Bolívia, em abril de

2017.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista**. Porto: Ed. Portucalense, 1971.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução Política do Brasil e Outros estudos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRIZENDT, Susana Salomão. Uma overdose de veneno: mudanças na legislação podem ampliar o uso de agrotóxicos In: **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2017**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos 1ª edição, São Paulo: OUTRAS EXPRESSÕES. – 2017.

RIGOTTO, Raquel. **Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho**. Revista Brasileira de Epidemiologia. Vol. 6. N. 4. 2003. pp. 388-404.

RIGOTTO, R; AGUIAR, 2015 **Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e Saúde Humana**. In: Simpósio Internacional de Geografia agrária (SINGA). João Pessoa: Outras Expressões, 2015.

RIGOTTO; R.M; AGUIAR, A, C. P; RIBEIRO, L, A. D. (org.) **Tramas para a Justiça Ambiental: Diálogo de Saberes e Práxis emancipatórias**. Fortaleza: UFC, 2018.

SANTOS, T. Subdesenvolvimento e dependência. In: LOWY, M. (Org.) **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 3ª edição ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012. Pp.403-404.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: A Formação social como teoria e método**. In: Boletim Paulista de Geografia. Nº 54. São Paulo: AGB, 1977. PP. 81-99.

SANTOS, M. De la société au paysage: la signification de l'espace humain. In: **Revue Herodote**. Jan-mars: Paris, 1978.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, J. B. F; OSTERNE, M. S. F; ALMEIDA, R. O. A entrevista como técnica de pesquisa do mundo do trabalho. In: ALVES, G; SANTOS, J. B. F. **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru-SP: Canal 6, 2014.

SILVA, M. A. M. Vidas transitórias. Entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 161-178, out. 2011.

SILVA, GEDEVAL PAIVA. **TERRITÓRIOS EM DISPUTA E A BARRAGEM DE ANAGÉ - BAHIA: TERRA E ÁGUA DE TRABALHO VERSUS TERRA E ÁGUA DE NEGÓCIO**. Dissertação Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de

Geociências, Orientadora: Prof^a Dr^a Guiomar Inez Germani. Salvador, UFBA, 2011.

SOUZA, S. M. R. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canaveira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo.** Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Antonio Thomaz Junior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2011.

SOUZA, RONILSON BARBOZA. **A luta pela terra na (contra)mão da ordem capitalista: uma leitura a partir da luta pela terra do MST no Município de Petrolina/PE.** Orientadora: Dra. Alexandrina Luz Conceição. Aracaju: UFS, 2014.

SOUZA, R. A. D. **O Agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e da subtração da riqueza da produção** Orientadora: Orientadora: Dra. Alexandrina Luz Conceição. Aracaju: UFS, 2013.

SOUZA, R. A. D. **O Estado e a Parceria Pública Privada no espaço rural** *In: Revista Pegada* – vol. 16, n. 2. Dezembro/2015. pp.344-362. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3758>>. Acesso em 22 de março de 2018.

SOUZA, M. A. de. **Desdobramentos da territorialidade do setor sucroenergético no estado do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. 362p.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** In Estudos CEBRAP n. 26. São Paulo: Ed. Vozes, 1980. p. 41-80

TEIXEIRA, M. T. Chega de segurar o abacaxi: sob a exploração antiga e o discurso moderno do agronegócio, os novos trabalhadores fazem greves. In: RIGOTTO, R. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: UFC/Expressão Popular, 2011. 144-165.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Orientador: Orientador: Dr. Pedro Costa Guedes Vianna. Universidade Federal da Paraíba João Pessoa, 2007.

TORRES, A. T. G. **Os meandros da Política hídrica do Comitê de Bacia hidrográfica do Rio São Francisco: representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios.** (Doutorado em Geografia). Orientador: Dr. Marco Mitidiero Júnior. Universidade Federal da Sergipe: Aracaju, 2016.

THOMAZ JUNIOR, A. **Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo.** In: Revista Geografia Passo-a-Passo – Ensaios Críticos dos anos 1990. 1992.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana: relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista**. São Paulo: Annablume, 2002.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência em Geografia). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2009.

THOMAZ JUNIOR. **Se camponês se operário. Geografia e Trabalho no Século XXI** – Vol. 2. 2010.

THOMAZ JUNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANA NETO, J. L. (Org.) **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 473-504.

THOMAZ JUNIOR, A. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-329, out. 2011.

THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica territorial do agrohidronegócio e os desdobramentos para o trabalho. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 7-31, João Pessoa: UFPB, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. Emergências Teóricas e o Movimento Despercebido/Negado da Plasticidade do Trabalho no Processo Metabólico de (Des)Pertencimento de Classe. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **O Averso do Trabalho III**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. pp.367-393.

THOMAZ JUNIOR, A. **Degradação, Resistência e Centralidade do Trabalho (As contradições do movimento Territorial de Classe)**. ANAIS: XXIV Asamblea General de CLACSO - (Grupo de Trabajo: “Desarrollo rural, disputas territoriales, campesinos y decolonialidad”). México, 2012. Universidad Nacional del México.

Disponível: <<http://www.clacso.org.ar/conferencia2012/conferencia/inicio.php>>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. **Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora**. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica - Propuestas y desafíos**. Quito: Clacso/IAEN, 2014. pp. 181-198. Disponível em: <http://www.clacso.org.ar/libreria_cm/archivos/pdf_312.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, W. A. Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos. In: **Averso do Trabalho IV**, São Paulo: Expressão Popular, 2016.

THOMAZ JUNIOR, A. DEGRADAÇÃO SISTÊMICA DO TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO. *In: Revista Mercator*. vol.16. Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012017000100219. Acesso 21 de fevereiro de 2018.

THOMPSON, E. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: zahar, 1981.

THOMPSON, E. **A formação da Classe operária inglesa: A árvore da liberdade I**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, E. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAMAS. **Almanaque do Baixo Jaguaribe ou TRAMAS para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade**. Fortaleza-CE: NÚCLEO TRAMAS, 2012.

WOORTMANN, Klaas. **“Com Parente Não se Negeceia” O Campesinato Como Ordem Moral**. Anuário antropológico/ 87. Editora Universidade de Brasília: Tempo brasileiro, 1990. Disponível em: <http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Com%20parente%20n%C3%A3o%20se%20negeceia%20In%20Anu%C3%A1rio%20Antropol%C3%B3gico%20-%20WOORTMANN,%20K..pdf>.

VIANA, P. **As grandes obras hídricas e as tecnologias sociais hídricas, uma convivência necessária**. *In: Simpósio Internacional de Geografia agrária (SINGA)*. João Pessoa: Outras Expressões, 2015.

VARELA, Raquel; SANTA, Roberto Della VARELA; SANTA, **Estado social e precariedade laboral no Portugal Pós-revolução (1974-2015)**. *In: O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras expressões, 2017, p. 53.

ZIBECHI, R. Cuando el presente deja de ser una extension del pasado. *In: AGUILAR, G, R. et al. Palabras para tejernos, resistir y transformar: em la época que estamos vivendo*. Cochabamba: Mundo Graf, 2011.

Matérias e documentos consultados:

DNOCS anuncia liberação de recursos para perímetro irrigado de Apodi. 19 de maio de

2014. Disponível em: <<http://nominuto.com/noticias/brasil/dnocs-anuncia-liberacao-de-recursos-para-perimetro-irrigado-de-apodi/110536/>> acesso em 7 de setembro de 2014.

País reduz carga tributária para dobrar área de agricultura irrigada em quatro anos — Portal Brasil <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/05/pais-reduz-carga-tributaria-para-dobrar-area-de-agricultura-irrigada-em-quatro-anos>>. Acesso 14-10-2014.

Programa nacional de irrigação para o Semiárido será lançado em setembro — Portal Brasil <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/07/programa-nacional-de-irrigacao-para-o-semiarido-sera-lancado-em-setembro>> Acesso em 04 do 10 de 2015.

TCU alerta: País pode ficar sem transposição e mesmo sem o próprio São Francisco. Disponível em:<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/riosaofrancisco/3054t-cualertapaispodeficarsemtransposicaoemesmosemopropri>. Acesso: 25 de maio de 2016.

Ministério da Integração Nacional. Disponível em Fonte: Ministério da Integração Nacional. IN: Castro (2011). Acesso: em 18/03/2009 em: http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/integracao/info_ampliado.asp.

Tensão marca a greve de trabalhadores rurais – Diário do Nordeste. Ofício nº47/2012 do Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Limoeiro do Norte-CE.

Documento da CNBB. Pedido de reconsideração do Processo 08000053-25.2014.4.05.8101. Limoeiro do Norte, 13 de maio de 2014.

RIO GRANDE DO NORTE. Inquérito Civil nº 06.2017.000001521. Ministério Público Estadual, de 17 de janeiro de 2017, destinado a averiguar os possíveis danos causados por empresas agrícolas decorrentes da extração de águas freáticas.

SECEX/ VALEXPOR – relatório de exportação de frutas do vale do São Francisco. 2017.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION – IFC. Perímetro de Irrigação Pontal: estudo de viabilidade. Relatório para o Conselho Nacional de desestatização – CND. Disponível em: www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/.../ppp/.../pontal/5-relatorio_para_cnd.p... Acesso, agosto de 2016.

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 06 de julho de 2010.

“Monsanto persegue instituto que revelou que glifosato é cancerígeno, diz Le Monde. Há dois anos, o Centro de Pesquisa sobre o Câncer é alvo de uma campanha sem precedentes, que fragiliza suas ações. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/06/14/monsanto-persegue-instituto-que-revelou-que-glifosato-e-cancerigeno-diz-le-monde/>. Acesso em 14/09/2017.

Obras do Banco Mundial deixam comunidades do sertão do Ceará sem água potável) Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/MeioAmbiente/Obrasdo-BancoMundialdeixamcomunidadesdosertaodoCearasemaguapotavel/3/33371>. Acesso em 22-05-2015.

A decadência econômica do rio São Francisco. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/riosaofrancisco/2554a-decadenciaeconomicadoriosaofrancisco>. Acesso em 29 de abril de 2015.

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflo. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/568257-codigo-florestal-anistiu-41-milhoes-de-hectares-entrevista-especial-com-luis-fernando-pinto> . Acesso em 06-06-2017.

<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2015/avancamobrasnoprojetoportalparaampliacaodeareairrigavel>. Acesso em 21/11/2016.

<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/19/bayer-monsanto-dowdupont-syngentachemchina-o-risco-das-fusoes-para-a-agroecologia/>. Acesso 14/09/2017.

<http://contraosagrotoxicos.org/paraquate-e-banido-por-ser-mutagenico-so-que-nao/> Acesso: 20/11/2017. Ou em: http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/anvisa-finaliza-reavaliacao-toxicologica-do-paraquate/219201 Acesso - 20/11/2017.

<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2015/avancamobrasnoprojetoportalparaampliacaodeareairrigavel>. Acesso em 21/11/2016.

<<http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoesatuais/novo-empresamentodoprojetopontalapostaemfrutassucosecastanhas>>. Acesso em 21-11-2016.

<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/riosaofrancisco/2602carta-debomjesusdalapaivencontropopulardabaciadoriosao...> Acesso: 22 de maio de 2017.

IBGE. Censo agropecuário, 2006. Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/psafra_ag_familiar_2010_11.pdf. Acesso em 15/01/18.

Ata da reunião realizada em Fortaleza, na sede do DNOCS, no dia 09 de maio de 2014, quando se reuniram representantes do DNOCS, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, do MPF, escritório Frei Tito.

Reintegração de posse DNOCS/FAPIJA (nº08000532520144058101).

Ofício nº 1325/2012/PRM/LN-CE.

Roberto Malvezzi

<http://robertomalvezzi.com.br/2017/11/08/agua-poe-fogo-no-campo/>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

<http://www.asabrazil.org.br/acoes/p1mc> – Acesso em 21 julho de 2017.

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514801-projeto-do-perimetro-irrigado-um-contrassenso-na-chapada-do-apodi-entrevista-especial-com-anto...> (Antonio Nilton Bezerra – Membro da CPT Mossoró em entrevista publicada em 23 de outubro de 2012).